

AMANDA CRISTINA SANTIAGO SILVA CIRO

**MEMÓRIA, IDENTIDADE E CIDADANIA: ENTRE REFLEXÕES
E DIÁLOGOS COM A COMUNIDADE REMANESCENTE DE
QUILOMBO BUIEIEÍ – VIÇOSA/MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para obtenção do título de Magister Scientiae.

Orientador: Jonas Marçal de Queiroz

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2019**

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

C578m
2019

Ciro, Amanda Cristina Santiago Silva, 1990-
Memória, identidade e cidadania : entre reflexões e diálogos
com a comunidade remanescente de quilombo
Buieié-Viçosa/MG / Amanda Cristina Santiago Silva. –
Viçosa, MG, 2019.
265f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexos.

Inclui apêndices.

Orientador: Jonas Marçal Queiroz.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f.157-159.

1. Quilombos - Viçosa (MG). 2. Patrimônio cultural.
3. Memória coletiva . I. Universidade Federal de Viçosa.
Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em
Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. II. Título.

CDD 22 ed. 305.896

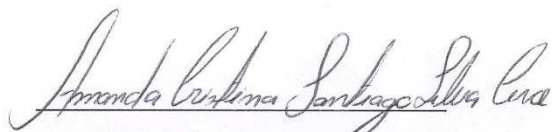
AMANDA CRISTINA SANTIAGO SILVA CIRO

MEMÓRIA, IDENTIDADE E CIDADANIA: ENTRE REFLEXÕES
E DIÁLOGOS COM A COMUNIDADE REMANESCENTE DE
QUILOMBO BUIEIÉ – VIÇOSA/ MG

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

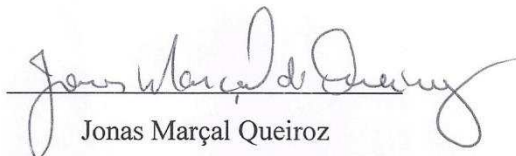
APROVADA EM: 2 setembro de 2019.

Assentimento:



Amanda Cristina Santiago Silva Ciro

Autora



Jonas Marçal Queiroz

orientador

Dedico este trabalho a todos que de alguma forma o tornaram possível,

A Cristo, meu combustível e minha vida.

À comunidade do Buieió, por me acolher de braços abertos. À Cidinha, ao Július e à Carminha por confiarem em mim e por nunca terem me dito não. Ao Sr. João Laurindo, à Dona Donária e à Dona Isabel por tanto carinho.

À minha família, meu pilar e base impulsionadora dos meus sonhos e lutas. À minha mãe, ao meu pai e aos meus irmãos.

Aos amigos, por me incentivarem a todo tempo.

Ao meu marido Arlindo, meu companheiro de longa data, por me apoiar, cuidar e me compreender nestes dois anos.

À minha princesa Iasmin, motivo pelo qual faço, diariamente, cada sonho se converter em realidade e cada lágrima em sorriso.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me concedido a oportunidade e vigor de vida para lutar e acreditar em meus sonhos. Mesmo em situações contrárias presentes nas adversidades cotidianas, creio que a realização deste trabalho fluiu não como planejei, mas da forma que me foi permitido e não por minhas próprias forças, mas por toda força advinda das mãos do Senhor que até aqui me sustentou.

Agradeço à Universidade Federal de Viçosa por me conceder a oportunidade da licenciatura em História e ao Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural Paisagens e Cidadania, pois estou certa de que grandes sonhos e projetos só se tornam possíveis a partir da semente da oportunidade.

Agradeço ao meu orientador, professor Dr. Jonas Marçal Queiroz, a quem devo não apenas a realização desse trabalho, mas meu crescimento intelectual e profissional adquirido durante minha graduação em História nesta mesma instituição sob sua orientação. Agradeço por sua orientação novamente no mestrado, por acreditar na proposta desta dissertação e na minha capacidade para cumpri-la, pelas correções necessárias, elogios no momento certo, estímulo, respeito e dedicação ao trabalho. Agradeço-o ainda por ter me ensinado que não fazemos nada sozinhos e que o conhecimento só alcança a eficácia quando produzido em uma via de mão dupla, “ninguém faz nada sozinho, pois não somos autodidatas, muito menos autossuficientes”, o ser humano é um ser social e suas habilidades somente são desenvolvidas a partir da relação e diálogo com seus pares. Saber ouvir para aprender foi fundamental me todo processo deste trabalho.

Agradeço, aos professores do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da UFV, pela oportunidade de conviver por dois anos com exemplares docentes com os quais muito aprendi. Agradeço às sugestões da Prof. Dra. Karla Martins no início desta pesquisa, as quais foram essenciais para que eu pudesse me afastar da zona de conforto conceitual.

Agradeço ao professor Dr. Leonardo Civali por suas sugestões de leitura e suas reflexões nas aulas, as quais me ajudaram a construir minhas próprias reflexões.

De maneira especial, agradeço à professora Dra. Luana Melo, a qual tive o prazer da presença na minha banca de defesa deste projeto, pela leitura cuidadosa e suas valiosas contribuições por ocasião do Seminário do Mestrado, às quais busquei contemplar na versão final deste trabalho.

Agradeço ao professor Leandro Antônio da Universidade Federal do Recôncavo Baiano que fez parte dessa banca de modo celebre com muita prontidão em compartilhar comigo suas experiências e conhecimentos.

Agradeço à todas as pessoas que me ajudaram, de alguma forma, ao longo do trabalho. De maneira especial, aos colegas do mestrado, com os quais estabeleci vínculos de amizade e de trocas intelectuais: Patrícia, Ana Paula, Bruna Adailton, Herbert, Willian Ronaldo, Rodrigo e minha companheira de risos e choros, minha metade na geografia: Janice Vidal. Agradeço à Bruna e Ana Paula por incentivarem meu trabalho auxiliando nas revisões necessárias, amizade e companheirismo. Este trabalho tem um pouquinho de cada uma de vocês.

Agradeço indubitavelmente a comunidade quilombola do Buieié, por terem me acolhido e permitido que eu fizesse parte de sua história neste tempo em que convivemos, nossos laços de respeito, carinho e admiração irão além destes dois anos serão para uma vida toda.

Agradeço à Secretaria Municipal de Cultura de Viçosa pelo apoio dado ao Café com Memória e à Oficina Raízes do Futuro e pelo apoio para a reprodução do produto deste trabalho intitulado Buieié Sob Novos olhares que será um retorno material a comunidade do Buieié.

Agradeço também ao Conselho Municipal de Cultura e Patrimônio Histórico por reconhecer a importância deste trabalho para a valorização da comunidade do Buieié. Agradeço à Cintia Fontes, ex chefe do Departamento de Patrimônio Histórico de Viçosa (2017), pela iniciativa e ao José Mario da Silva Rangel, atual chefe deste departamento e do Conselho Municipal de Cultura e Patrimônio Histórico e Ambiental de Viçosa, por toda solicitude e presteza em ajudar nas pesquisas.

Agradeço ao colega de curso e parceiro Herbert Pardini não apenas por sua contribuição com algumas de suas lindas fotografias da comunidade do Buieié, mas também por ter produzido, especialmente para essa dissertação, um mapa de localização da comunidade do Buieié no âmbito da região de Viçosa. Sou muito grata por sua prontidão em contribuir com seu talento e conhecimento para meu trabalho.

Agradeço a cada líder da comunidade do Buieié: Julius, Welington, Cidinha, Emília, Carina, Carminha e muitos outros que não mediram esforços para me ajudar com cada informação, apoio nos eventos na comunidade e muitas conversas. Julius Keniata foi um parceiro fundamental para a realização deste trabalho. Agradeço a cada morador por me receber em suas casas me permitindo vislumbrar a beleza da solidariedade da comunidade.

Agradeço a minha família, meus pais, irmãos, tios, madrinha e primos, por cada incentivo e oração.

Agradeço a minha mãe, grande amiga, que nunca me deixou desistir, ao meu pai pelo incentivo.

Agradeço a meu marido Arlindo que não só durante estes dois anos, mas desde o início da minha jornada na vida acadêmica, sempre esteve ao meu lado acreditando e se doando para a realização deste sonho, sendo meu ombro amigo e apoiador durante estes 13 anos de casamento. Obrigada por tudo, meu amor, você foi essencial, sem sua ajuda não teria conseguido.

Agradeço ao meu amigo João Batista que me ajudou de diversas formas, desde a paciência em me ensinar a lidar com trato de vídeos e edições à cada impressão de texto. Sou muito grata por sua disposição em me ajudar. Agradeço também aos meus irmãos em Cristo pelo carinho da oração.

Agradeço minha joia preciosa, minha filha Iasmin, pela paciência e compreensão. Minha motivação maior para meus sonhos e objetivos, dentre os quais está o mestrado. As ausências da mamãe pareciam inexplicáveis para você e doeram muito em mim, espero que você compreenda e saiba que o amor por você foi que me deu força para lutar sempre. Te amo minha princesinha. Você me disse não quer ser professora e nem historiadora, mas espero que você aprenda o principal, nunca desistir dos seus objetivos, seja qual for o caminho que você escolher, e que sozinhos não conseguimos, que em cada conquista há uma imensidão de “mãos e corações“ que trabalharam e pulsaram juntos para que um único objetivo fosse alcançando.

Por fim, o melhor de tudo isso não é chegar à conclusão, mas olhar e reconhecer quão importante foi cada detalhe construído no caminho, detalhes sutis, mas belos, e que cada pedra que machucou, também impulsionou. Nada vale a pena se não for feito com amor, nem a perfeição substituirá a riqueza da sinceridade do amor. A frase tão corriqueira “faça, mas faça com amor”, resume todo este processo construído não apenas por mim, mas por todos aqueles que de alguma forma deixaram sua contribuição neste trabalho e na minha vida.

Tenho total certeza que foi tudo por amor. Amor à vida e por acreditar que podemos fazer e viver de modo melhor onde estamos inseridos. O que fica para sempre é a gratidão por mais esta oportunidade que a vida me concedeu, não apenas de me qualificar como profissional, mas de crescimento como ser humano. A gratidão não é apenas a maior de todas as virtudes, ela é a mãe de todas as outras” **(Marcus Tullius Cícero)**.

**Agradecimento à Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de nível
Superior – Brasil (CAPES)**

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Resumo

CIRO, Amanda Cristina Santiago Silva., M.Sc, Universidade Federal de Viçosa, setembro de 2019. **Memória, Identidade e Cidadania: Entre reflexões e diálogos com a comunidade remanescente de quilombo Buieié – Viçosa/MG.** Orientador: Jonas Marçal de Queiroz.

O presente trabalho foi desenvolvido pelo Programa de Pós-Graduação Profissional em História pela Universidade Federal de Viçosa para obtenção do Título de Mestre em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. Para tal, foi proposta uma discussão acerca da imersão das comunidades quilombolas no campo das políticas públicas de patrimônio, tomando como objeto de estudo a comunidade quilombola do Buieié em Viçosa-MG e objetivando analisar o patrimônio cultural desta comunidade, assim como de sua memória. O estudo proporciona ao leitor reflexões recentes no campo do patrimônio, visto a crescente busca por “memórias e patrimônios em desaparecimento” e algumas relações que envolvem políticas públicas patrimoniais, instituições e comunidades. A discussão perpassa o campo da memória, história e suas relações com o patrimônio, assim como a Educação Patrimonial ancorada na metodologia da experiência interativa, trazendo ao leitor uma sugestão de ação metodológica a campo. Trata-se de um trabalho endógeno à comunidade detentora, partindo de suas necessidades para uma apropriação cultural e da prerrogativa que a gestão do patrimônio cultural deve ser feita o mais próximo possível de seus detentores e criadores.

Palavras-chave: Memória. identidade. Quilombo. Buieié.

Abstract

CIRO, Amanda Cristina Santiago Silva, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa. September, 2019. **Memory, Identity and Citizenship: Between Reflections and Dialogues with the Remnant Buieié Quilombo Community – Viçosa/MG.** Advisor: Jonas Marçal de Queiroz.

The present work was developed by the Professional Graduate Program in History by the Federal University of Viçosa in order to obtain the title of Master in Cultural Heritage, Landscapes and Citizenship. To this end, it was proposed to discuss the immersion of quilombola communities in the field of public heritage policies, taking as its object of study the quilombola community of Buieié in Viçosa-MG and aiming to analyze the cultural heritage of this community, as well as its memory. This study provides the reader with recent reflections in the field of heritage, given the growing search for “fading memories and heritage” and some relationships involving public heritage policies, institutions and communities. The discussion goes through the field of memory, history and its relations with heritage, as well as Heritage Education anchored in the methodology of interactive experience, bringing to the reader a suggestion of methodological action in the field. It is an endogenous work to the community, starting from their needs for a cultural appropriation and the prerogative that the management of cultural heritage should be done as close as possible to its holders and creators.

Keywords: Memory. Identity. Kilombo. Buieié.

Lista de figuras

FIGURA 1.VISTA DA COMUNIDADE. GOOGLE EARTH.	82
FIGURA 2.INFORMAÇÕES CEDIDAS POR MORADOR.SEGUNDO INFORMAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BUIEIÉ EM 2017, ELABOROU SE UM MAPA SOCIAL DA COMUNIDADE ONDE CONSTAM 157 DOMICÍLIOS COM 130 FAMÍLIAS SOMANDO UM TOTAL DE 520 HABITANTES AO TODO NA COMUNIDADE, DESTACARAM AINDA QUE A MÉDIA DE ENTRE 3 A 4 PESSOAS POR DOMICÍLIO.	83
FIGURA 3. BANNER DIVULGAÇÃO DA SEMANA VIÇOSENSE DO FOLCLORE, ONDE O PRODUTO DESTA TRABALHO SERÁ DIVULGADO.	145
FIGURA 4. FICHA PRÁTICA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.	162
FIGURA 5.CARTAZ ELABORADA PELA AUTORA PARA DIVULGAR OFICINA COM AS CRIANÇAS NA COMUNIDADE EM PARCERIA COM RAISSA ROSA.	163
FIGURA 6.FOTO DA FINALIZAÇÃO DA OFICINA.	164
FIGURA 7.FOTO DO MOMENTO DURANTE A OFICINA.	164
FIGURA 8.MOMENTO DA OFICINA ONDE TRABALHAMOS O CONCEITO DE MEMÓRIA.	165
FIGURA 9. CRIANÇA CONFECIONANDO BONECA ABAYOMI.	165
FIGURA 10.CERTIFICADO ELABORADO PELA AUTORA PARA SER ENTREGUE AOS PARTICIPANTES DA OFICINA.	166
FIGURA 11JOVENS MORADORAS QUE PARTICIPARAM DA OFICINA,	166
FIGURA 12.CRIANÇAS QUE RECEBERAM O CERTIFICADO.	167
FIGURA 13.FICHA PRÁTICA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.....	168
FIGURA 14.CAFÉ COM MEMÓRIA EM 2017 NA CASA DE MARIA HELENA.	170
FIGURA 15.FICHA PRÁTICA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.....	171
FIGURA 16.FOTO DURANTE CAFÉ COM MEMÓRIA.	171
FIGURA 17.FOTO DURANTE CAFÉ COM MEMÓRIA.	172
FIGURA 18. AUTORA REGISTRANDO ENTREVISTAS NO CAFÉ COM MEMÓRIA.	173
FIGURA 19.JOVENS PARTICIPANDO DO CAFÉ COM MEMÓRIA.....	173
FIGURA 20.FINALIZAÇÃO DO CAFÉ COM MEMÓRIA.....	174
FIGURA 21,FICHA PRÁTICA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.....	175
FIGURA 22.ULTIMO CAFÉ COM MEMÓRIA DO ANO DE 2018,.....	177
FIGURA 23.DURANTE O CAFÉ COM MEMÓRIA NA CASA DE DONA MARIA ISABEL.	178
FIGURA 24.FOTOGRAFIA DA ATIVIDADE DO MAPA MENTAL DA COMUNIDADE.41	179

FIGURA 25.CRIANÇAS E ADULTOS CONFECCIONANDO BONECAS ABAYOMI DURANTE O CAFÉ COM MEMÓRIA.....	180
FIGURA 26.DESENHO REPRESENTATIVO DA COMUNIDADE PRA UMA CRIANÇA.	182
FIGURA 27.DESENHO REPRESENTATIVO DE MORADOR DA COMUNIDADE.	183
FIGURA 28.MAPA MENTAL DA COMUNIDADE FEITO POR CRIANÇA.....	184
FIGURA 29.CARTA ELABORADA POR PARTICIPANTE AGREGADA NA COMUNIDADE.	185
FIGURA 30.MAPA MENTAL ELABORADO POR CRIANÇA.	187
FIGURA 31.MAPA MENTAL FEITO POR MORADORA.	188
FIGURA 32.MAPA MENTAL ELABORADO POR CRIANÇA DURANTE CAFÉ COM MEMÓRIA.	190
FIGURA 33.LEMBRANÇA CONFECCIONADA PELA AUTORA PARA O ULTIMO CAFÉ COM MEMÓRIA.	191
FIGURA 34.FICHA PRÁTICA DE VISITA DE CAMPO DURANTE A CARAVANA QUILOMBOLA DA ZONA DA MATA MINEIRA NO BUIEIÉ.	192
FIGURA 35.RODA DE CONVERSA ONDE PARTICIPAMOS NA PRIMEIRA CARAVANA QUILOMBOLA VISITANDO A COMUNIDADE DO BUIEIÉ.....	193
FIGURA 36.FRUTO DO JEQUIRI USADO PARA FINS MEDICINAIS NA COMUNIDADE.....	194
FIGURA 37.REGISTRO DUTANTE A PRIMEIRA CARAVANAQUILOMBOLA DA ZONA DA MATA MINEIRA NO ANO DE 2018 NA CASA DE DONA MARIA ISABEL.....	195
FIGURA 38.FICHA PRÁTICA VISITA NO ALMOÇO	196
FIGURA 39.FICHA PRÁTICA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.....	200
FIGURA 41.FOTOGRAFIA DO I SIMPÓSIO AFRO QUILOMBOLA DE VIÇOSA - 2017.ONDE O INVENTÁRIO PARTICIPATIVO FOI APRESENTADO	201
FIGURA 40.APRESENTAÇÃO DO INVENTÁRIO	201
FIGURA 42.FOTOGRAFIA DO I SIMPÓSIO AFRO QUILOMBOLA DE VIÇOSA - 2017.ONDE O INVENTÁRIO PARTICIPATIVO FOI APRESENTADO	201
FIGURA 43.REPORTAGEM SOBRE O I SIMPÓSIO AFRO QUILOMBOLA ONDE A AUTORA APRESENTOU O INVENTÁRIO PARTICIPATIVO DA COMUNIDADE.....	202
FIGURA 44.CAPA DO INVENTÁRIO PARTICIPATIVO ELABORADO PELA AUTORA E A COMUNIDADE DO BUIEIÉ.....	204
FIGURA 45.PARTE 1 DO INVENTÁRIO PARTICIPATIVO.....	205
FIGURA 46PARTE 2 DO INVENTÁRIO PARTICIPATIVO.....	206
FIGURA 47.PARTE 3 DO INVENTÁRIO PARTICIPATIVO.....	207
FIGURA 48.PARTE 4 DO INVENTÁRIO PARTICIPATIVO.....	208
FIGURA 49.PARTE 5 DO INVENTÁRIO PARTICIPATIVO.	209

FIGURA 50.PARTE 5 DO INVENTÁRIO PARTICIPATIVO.	210
FIGURA 51.PARTE PRÁTICA DO INVENTÁRIO QUE CONDIZ COM A METODOLOGIA DESTE TRABALHO.	211
FIGURA 52.FOTOGRAFIA DO CAFÉ COM MEMÓRIA USADO PARA COLHER INFORMAÇÕES PARA O INVENTÁRIO.	212
FIGURA 53.FICHA PRÁTICA DE ORIENTAÇÃO PARA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.....	213
FIGURA 54.FOTOGRAFIA TIRADA EM OFICINA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.....	214
FIGURA 55.FOTOGRAFIA TIRADA DURANTE OFICINA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.....	215
FIGURA 56.OFICINHA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E IDENTIDADE QUILOMBOLA.	216
FIGURA 57.FOTOGRAFIA QUE REGISTRA A PRODUÇÃO DAS BONECAS ABAYOMI COMO INSTRUMENTO PARA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.	217
FIGURA 58.REFERÊNCIAS DO INVENTÁRIO PARTICIPATIVO.....	218
FIGURA 59.CAPA DO LIVRETO.	220
FIGURA 60.FOLHA DE ROSTO DO LIVRETO	220
FIGURA 61.FICHA CATALOGRÁFICA DO LIVRETO.	221
FIGURA 62.EDITORIAÇÃO DO LIVRETO	222
FIGURA 63.APRESENTAÇÃO DO CONTEÚDO DO LIVRETO.....	222
FIGURA 64.SUMÁRIO DO FOTOLIVRETO.....	223
FIGURA 65.SUMÁRIO DO LIVRETO	223
FIGURA 66.TÓPICO SOBRE O QUE É QUILOMBO.....	223
FIGURA 67. TÓPICO SOBRE TITULAÇÃO DA COMUNIDADE.	224
FIGURA 68.TÓPICO SOBRE O CONCEITO DE QUILOMBO.....	225
FIGURA 69.TÓPICO SOBRE A ESCRAVIDÃO EM SANTA RITA DO TURVO ATUAL CIDADE DE VIÇOSA.	226
FIGURA 70.TÓPICO SOBRE INFORMAÇÕES BÁSICAS DA COMUNIDADE.....	227
FIGURA 71.TÓPICO SOBRE MEMÓRIAS LOCAIS.	228
FIGURA 72.TÓPICO SOBRE MEMÓRIAS E CONTOS DE FORMAÇÃO DA COMUNIDADE.....	228
FIGURA 73.TÓPICO SOBRE AS MEMÓRIAS E CONTOS DE FORMAÇÃO DA COMUNIDADE.....	229
FIGURA 74.TÓPICO SOBRE AS MEMÓRIAS DO ANCIÃO JOÃO LAURINDO.	229
FIGURA 75.VISUALIZAÇÃO DA COMUNIDADE NO GOOGLE MAPS.....	229
FIGURA 76.MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE NO MUNICÍPIO DE VIÇOSA.	230
FIGURA 77.TÓPICO SOBRE OS TAMBORES DO BUIEIÉ	231
FIGURA 78.TÓPICO SOBRE A ÁRVORE DE IPÊ NA COMUNIDADE.....	232
FIGURA 79.IMAGENS DA COMUNIDADE.	233

FIGURA 80. TÓPICO COM IMAGEM DE PLANTAS TRADICIONAIS DA COMUNIDADE	233
FIGURA 81. TÓPICO QUE APRESENTA A LÍDER DA COMUNIDADE E UM DO SABERES TRANSMITIDO PELOS REMANESCENTES DE GERAÇÃO E GERAÇÃO DE USO DO FRUTO DO JEQUIRI.....	234
FIGURA 82. TÓPICO APRESENTA IMAGEM DE UM CAFÉ COM MEMÓRIA NA COMUNIDADE NO ANO DE 2017.....	235
FIGURA 83. FOTOGRAFIA DE UMA CAFÉ COM MEMÓRIA NA CASA DE MARIA HELENA. ANO DE 2017.....	236
FIGURA 84. TÓPICO APRESENTA IMAGEM DO ALMOÇO DE RUA ORGANIZADO PELO MORADORES DA COMUNIDADE.	237
FIGURA 85. TÓPICO SOBRE FESTAS TRADICIONAIS QUE ACONTECIAM NA COMUNIDADE.	238
FIGURA 86. TÓPICO QUE APRESENTA UMA CARTA DE JUIUS KENNIATA UM DOS JOVENS LÍDERES DA COMUNIDADE DISSERTANDO COMO É SER UM MORADOR DA COMUNIDADE DO BUIEIÉ.	239
FIGURA 87. TÓPICO APRESENTA FOTOGRAFIA DO ULTIMO CAFÉ COM MEMÓRIA BO COORDENAÇÃO DA AUTORA. 22 DE DEZEMBRO DE 2018, NA CASA DE DONA MARIA ISABEL.	240
FIGURA 88. TÓPICO APRESENTA UM DESENHO FEITO POR UMA JOVEM REPRESENTANDO A COMUNIDADE AO SEU OLHAR E UM POEMA FEITO PELA AUTORA DESCREVENDO A COMUNIDADE.	241
FIGURA 89. TÓPICO DEMONSTRA OUTRO DESENHO NA CONCEPÇÃO DE UMA CRIANÇA DA COMUNIDADE E UM TEXTO FEITO PELA MESMA.....	242
FIGURA 90. TÓPICO APRESENTA FOTOGRAFIA DA OFICINA RAIZES DO FUTURO CONTRASTANDO COM A NECESSIDADE APROPRIAÇÃO DE UMA IDENTIDADE.....	243
FIGURA 91. TÓPICO APRESENTA A FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR DA COMUNIDADE QUE TEVE INÍCIO EM 2019 PARCERIA ENTRE A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E ALUNOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA,.....	244
FIGURA 92. TÓPIC QUE APRESENTA O CARTAZ ELABORADA PELA AUTORA PARA DIVULGAR A FEIRA DA COMUNIDADE.	245
FIGURA 93. TÓPICO APRESENTA IMAGENS DA FEIRA DA COMUNIDADE COM PRODUTOS CULTIVADOS E PRODUZIDOS PELA AGRICULTURA ORGÂNICA DA COMUNIDADE DO BUIEIÉ.	246
FIGURA 94. TÓPICO APRESENTA UMA FOTOGRAFIA DA ÁRVORE SIMBÓLICA DA COMUNIDADE CHEIA DE REPRESENTAÇÕES DA COMUNIDADE. FOTO DE HERBERT PARDINI. 2017...	247
FIGURA 95. TÓPICOS APRESENTA AS REFERÊNCIAS CITADAS E UTILIZADAS PARA PENSAR A COMPOSIÇÃO DO FOTOLIVRETO.	248

FIGURA 96.TÓPICO APRESENTA CONTATO DA COMUNIDADE E LOGOTIPO FEITA PELA AUTORA PARA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	249
FIGURA 97.TÓPICO QUE APRESENTA OBJETIVO DO TRABALHO, AUTORA E AGRADECE A COMUNIDADE E PARCEIROS..	250
FIGURA 98.TÓPICO QUE APRESENTA A AUTORA.....	251
FIGURA 99.TÓPICO RESALTA A IMATERIALIDADE DO PATRIMÔNIO PRESENTE NO COTIDIANO DA COMUNIDADE.	252
FIGURA 100.CONTRACAPA DO LIVRETO COM IMAGENS DE MOMENTOS FOTOGRAFADOS DURANTE DOIS ANOS DE PESQUISA.	252
FIGURA 101.CARTAZ DE DIVULGAÇÃO DA FEIRA DA COMUNIDADE ELABORADA PELA AUTORA A PEDIDO DOS MORADORES DA COMUNIDADE.....	256
FIGURA 102.CAPA DO PORTFÓLIO AUDIOVISUAL.....	265
FIGURA 103.LEMBRANÇA ELABORADA PELA AUTORA PARA OS MORADORES NO ÚLTIMO CAFÉ COM MEMÓRIA.....	266
FIGURA 104.MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE DO BUIEIÈ NO MUNICÍPIO DE VIÇOSA.	267
FIGURA 105.CERTIDÃO DE AUTODEFINIÇÃO COMO REMANESCENTE DE QUILOMBO EMITIDA PELA FUNDAÇÃO PALMARES	268

Sumário

INTRODUÇÃO.....	18
PARTE I.....	21
CAPÍTULO 1: PATRIMÔNIO E O QUILOMBO ENTRE OS “DECRETOS” E O “HUMANO”	22
1.1 A busca do pelo Intangível; o jogo de interesses.....	22
1.2 O patrimônio imaterial em Minas, Instituições e ações x realidade e comunidade.....	42
1.3 O Quilombo: o conceito e Influência das Políticas Públicas e Patrimoniais na Valorização Cultural das Comunidades Quilombolas.....	47
1.4 A presença escrava na Zona da Mata mineira; debates historiográficos.....	58
PARTE II	61
CAPÍTULO 2: O BUIEIÉ SOB NOVOS OLHARES, POR NOVAS MEMÓRIAS VIÇOSENSES	62
2.1 Conhecendo o Buieie: dados socioeconômicos e a vida cotidiana	78
2.2 Uma comunidade Múltiplas memórias	96
2.3.Entre tradições e esquecimento: Baile do chapéu, Baile da Vassoura, Festa surpresa e Almoço de rua e a vida cotidiana	100
CAPÍTULO 3: MEMÓRIA, IDENTIDADE E CIDADANIA: ENTRE REFLEXÕES E DIÁLOGOS COM A COMUNIDADE DO BUIEIÉ, METODOLOGIA E O PROCESSO NA COMUNIDADE.....	103
3.1 Memória, Identidade e Cidadania tríplice para Patrimônio Cultural	103
3.2 A opção metodológica.....	105
3.3 Café com Memória.....	111
3.4 Raízes do futuro	126
3.5 Minha história minhas raízes e a oficina quem conta um conto cria memórias.....	133
3.6 O inventário participativo.....	134
PARTE III.....	137
CAPÍTULO 4: O PRODUTO: COMUNIDADE QUILOMBOLA DO BUIEIÉ SOB NOVOS OLHARES	138
FICHA TÉCNICA DO PRODUTO LIVRETO.....	148
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	150
FONTES.....	157
REFERÊNCIAS	160
APÊNDICE I: FICHAS PRÁTICAS	161

FICHAS PRÁTICAS DE ORIENTAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO PARA VISITAS DE CAMPO	162
ANEXOS II: ATIVIDADES DO CAFÉ COM MEMÓRIA	181
APÊNDICE III: INVENTÁRIO PARTICIPATIVO DA COMUNIDADE DO BUIEIÉ.....	203
APÊNDICE IV: O PRODUTO: LIVRETO BUIEIÉ SOB NOVOS OLHAR	219
ANEXO V: REPORTAGEM SOBRE O LIVRETO JORNAL LOCAL “TÁ NA CARA” ...	253
APÊNDICE VI: CARTAZ ELABORADO PELA AUTORA PARA A FEIRA DE AGRICULTURA FAMILIAR DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO BUIEIÉ.....	255
APÊNDICE VII	257
APÊNDICE VII (VER MÍDIA DVD) :PORTFÓLIO AUDIOVISUAL MEMÓRIA IDENTIDADE E CIDADANIA NO BUIEIÉ	264

Introdução

Este trabalho foi iniciado no ano de 2017, como uma proposta prática de Educação Patrimonial voltada para uma comunidade remanescente quilombola da cidade de Viçosa, a fim de promover uma possível revalorização de sua cultura e de sua memória, além de desenvolver uma discussão, a qual foi aperfeiçoada ao longo do trabalho, em torno dos conceitos de Memória, Identidade e Cidadania. Ademais, muitos fatores ao longo de minha trajetória acadêmica, pessoal e profissional foram condicionantes para esta proposta.

Durante minha graduação em História pela Universidade Federal de Viçosa (2014), dediquei-me à temática da escravidão na zona da mata Mineira, tive contato direto com pesquisas de documentações (livros de notas, inventários post mortem, cartas de compra e venda de escravos, cartas de alforria e outros) em arquivos públicos e privados da cidade de Viçosa com o objetivo de conhecer o perfil do remanescente que coabitou essa região.

No meu estágio supervisionado pude retornar ao local em que cursei o ensino básico (Escola M. Dr. Arthur Bernardes) e com isso, retomei o contato com jovens e crianças da comunidade do Buieie. Meu contato com muitos moradores da comunidade foi construído na minha infância nesta escola e tais vínculos se reforçaram pelo fato de minha mãe atuar nesta comunidade como servidora Pública Municipal da área da saúde. As memórias da escravidão atreladas à esta comunidade já eram “velhas conhecidas minhas”, o que junto ao meu afinco com a temática acadêmica da escravidão na zona da Mata Mineira e à aproximação do viés educacional do patrimônio, resultaram neste trabalho.

O gatilho para o início do projeto aconteceu no ano do estágio supervisionado (2014). Justamente no momento em que eu ministrava uma aula sobre escravidão e Quilombo de Palmares, alguns alunos apontaram: “Professora a aluna X é lá daquele lugar de escravos, o Buieie” (havia 5 alunos da comunidade na sala), empolgada, pedi à aluna mencionada que contasse para todos porque sua comunidade estava atrelada a imagem da escravidão e era conhecida como um quilombo, para minha surpresa, a aluna desconversou e disse: “não professora, eu não moro lá não, eu moro na Violeira (bairro próximo)”, porém já era de meu conhecimento que de fato, ela e outros alunos eram moradores daquela comunidade. A discussão foi encerrada, mas questionamentos curiosos nasceram: Por que a aluna teve vergonha, ou repulsa em assumir que de fato ela morava no Buieie? Seria vergonha ou de fato ela não tinha conhecimento da história da sua comunidade? A partir de então, passei a me debruçar sobre a temática da memória quilombola e educação patrimonial, buscando valorizar as memórias imersas na comunidade do Buieie. Além disso, em 2015, tive a oportunidade de

participar de um minicurso oferecido por duas ex-alunas do mesmo Programa cujo tema era justamente patrimônio e educação na cidade de Viçosa.

Ao longo das minhas experiências dentro do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, a proposta inicial (educação patrimonial na comunidade do Buieié) foi aprimorada e reformulada de acordo com discussões atuais sobre Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial, ambos emergidos em um campo de constantes conflitos e mudanças, assim também como a temática da Memória, compreendida como mutável e dinâmica. Conforme amadurecemos teoricamente, compreendemos que trabalhar Educação Patrimonial está muito além do objetivo de “restaurar” um sentimento de ser ou de resgatar algo perdido, trata-se de assumir um papel transcultural usando a educação para a apropriação cultural de algo que é inato a sociedade, comunidade ou indivíduo, e que assume, ao longo do tempo, novas representações e discursos, fazendo-se necessária, então a discussão e reflexão a fim de atingir seu uso social.

Assim, nosso objetivo foi o de discutir o papel da memória referente às comunidades remanescentes de quilombos, especificamente, a comunidade quilombola Buieié em Viçosa-MG e as relações que esta memória estabelece com a comunidade e com os poderes públicos locais. Destaca-se que memória foi concebida como um instrumento para revalorização da identidade quando se atinge a “tomada de consciência” de um grupo específico, tornando-o apto a questionar seus usos e “desusos” pelos próprios sujeitos e poderes públicos locais. Um dos objetivos desta pesquisa foi conhecer as acepções da memória desta comunidade tradicional, oferecendo autonomia para trabalhar suas potencialidades por meio de seu patrimônio cultural na busca de uma cidadania social. Assim, para a fundamentação teórica, recorreremos a conceituados autores que abordaram a questão da memória individual e coletiva, como Pollack, Nora e Halbwach, além de Marshall e Castells que trabalharam os conceitos de identidade e cidadania, respectivamente. Foi utilizada ainda a Historiografia sobre escravidão e quilombos em Minas Gerais.

Autores importantes como Henri Lefebvre¹ nos permitiu analisar o fazer historiográfico, afirmando que o passado histórico é redefinido cada vez que se concretiza no presente uma possibilidade que permitiu sua realização. Nosso trabalho aponta novas possibilidades, caminhos e estratégias práticas de educação patrimonial que, antes de serem traçadas, nasceram do contato direto com a comunidade do Buieié; além de reflexões e diálogos que não almejavam traçar planos estratégicos dispostos em formato de cartilhas, mas trabalhar, em conjunto com a

¹ LEFEBVE, Henri. What is the historical past? *New Left Review*, n. 90, 1975, p. 27-34.

própria comunidade, possibilidades para o uso social de algo que já é dela por natureza: seu patrimônio cultural e suas memórias. Acreditamos que a construção da memória é um processo dinâmico e flutuante, formado pela interação de diferentes sujeitos, em uma permanente interação entre o vivido e o aprendido e entre o vivido e o transmitido.²

A finalidade deste trabalho é promover uma reflexão sobre o papel da memória e do aparato cultural da comunidade, por meio de relações existentes entre os sujeitos históricos a partir do que se denomina “novos tipos de cidadanias” envolvendo a busca por direitos relacionados à cultura e certos padrões de qualidade de vida.

Para tal, propomos inicialmente uma discussão sobre o alargamento do conceito de patrimônio no Brasil até sua ampliação como categoria intangível, buscando relacionar as intercessões junto com o Conceito de Quilombo que sofreu, desde sua formulação no Conselho Ultramarino, diversas ressignificações. Ambos conceitos desembocam numa discussão única de reparação de direitos da memória e reação histórica na execução de políticas públicas culturais e patrimoniais. Em seguida, segue uma breve contextualização da escravidão na região da Zona da Mata Mineira, suas características e rumos, assim como as transformações discernentes ao conceito de quilombo relacionadas ao desenvolvimento etnográfico. Além da possível guinada no reconhecimento de remanescentes de quilombos com a proliferação de políticas públicas e uma breve apresentação social da comunidade remanescente do Buieieí, sua configuração na sociedade viçosense (faceta mais importante e motivador deste trabalho), planejamento e execução de todo o projeto de educação patrimonial dentro da comunidade do Buieieí, projeto desenhado conforme perfil e necessidades da comunidade. Na sequência, detalhamos metodologias escolhidas, formas de execução e possibilidades, todas contempladas pelo uso da História Oral, metodologia de coleta de fontes e experiência interativa (metodologia cunhada por Hugues de Varine) para a execução do processo da educação patrimonial trazendo para dentro das discussões as fichas práticas realizadas em todo processo.

² POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3

PARTE I

Capítulo 1: Patrimônio e o quilombo entre os “decretos” e o “Humano”

1.1 A busca pelo Intangível; o jogo de interesses

[...] Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso [...] não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar. (FOUCAULT, 2008, p. 9-10).

Patrimônio e quilombo, dois conceitos, dois constructos em um campo de tensão, conflitos e disputas de interesses diversificados, que denotam escolhas e lutas essencialmente entre três esferas: Estado, sociedade civil e instituições de pesquisa. Ambos conceitos vão além das suas definições conceituais e legislativas, fugindo de uma compreensão “circular e fechada” descrita pelas instituições em algumas linhas, que nos dizem muito mais sobre lutas da humanidade na conquista e permanência do seu lugar no mundo, encarados por nós como conceitualização de ações.

Identidade, pertencimento, resistências as condições humanas e temporais, são polissêmicos, são definidos conforme muda a sociedade, adquiriram e continuam a adquirir novos sentidos e ressignificações, trata-se de construções sociais, cujo significado se tonifica conforme “quem” o emprega. De um lado o patrimônio com seu histórico atrelado a uma configuração elitista de “pedra e cal” por muitos anos; e do outro, o quilombo ligado há muito tempo à rebeldia e resistência contra um sistema. Ao tomarmos o exemplo da experiência de Palmares, tais conceitos assumiram uma polissêmica ampliação de suas interpretações e possibilidades, encontram-se em uma arena fértil em que o fator determinante continua sendo o homem de sua época “entre os decretos e o humano”, esse homem tem em si próprio as chances de alcançar ou não, política e ideologicamente, a efetivação das possibilidades disponíveis em torno desses dois conceitos, que inicialmente podem parecer difusos, mas se relacionam profundamente quando falamos de comunidades remanescentes de quilombos. É o cerne desse trabalho propor essa relação e refletir sobre as possibilidades da reação desta relação na prática na comunidade remanescente em questão.

Ilka Boa Ventura Leite destaca que “falar dos quilombos e dos quilombolas no cenário político atual é falar de uma luta política e, conseqüentemente, de uma reflexão científica em processo de construção.”³ Podemos, assim, também enxergar o campo do Patrimônio no cenário atual, que já não se configura como algo estático e definido em “pedra e cal”, mas como campo de disputas, conflitos e interesses entre o público e o privado, o coletivo e o individual. É neste duplo campo minado por onde esses dois conceitos transitam, que nos propomos a discutir, não trazendo respostas e definições, mas sim reflexões necessárias para trabalharmos a questão da memória, identidade e cidadania que se entrelaçam nesses conceitos.

Esses dois conceitos foram ampliados e transformados ao longo da história humana ao mesmo tempo em que suas transformações conceituais, ancoradas na noção antropológica de cultura no final do século XX, os acompanharam no desabrochar de estudos das alteridades mínimas. Alcançaram, paralelamente, grande popularidade expandindo suas fronteiras conceituais e significados. Tais conceitos, passaram a transitar entre diferentes perspectivas disciplinares: a antropológica (categoria de pensamento), sociológica (constructo) ou filosófica (fenômeno). Encontram-se presentes nos debates mais atuais do campo cultural acadêmico na ânsia de se forjar uma espécie de “Teoria das Múltiplas Identidades” em contrapartida à ideia de uma identidade única na formação dos Estados Nacionais.

Concernente às mudanças em relação ao conceito de Quilombo ao longo do tempo, Leite destaca que a vastidão de significados favorece seu uso para expressar uma grande quantidade de experiências ligadas à história dos negros no continente americano, uma vez que o mais significativo para a autora, é persistência do termo ao indicar as variadas manifestações de resistência ao longo de suas modificações e acrescenta:

O resgate do termo “quilombo” como um conceito sócio - antropológico, não exclusivamente histórico, também pouco a pouco ganha novos significados no âmbito da luta contra os principais tipos de exclusão: negros, índios, mulheres, homossexuais, ciganos e judeus. Escolhido para expressar a luta dos negros no Brasil, o termo vem evidenciar o aspecto militante e de não-acomodação, contrariando os estereótipos correntes de conformismo, superstição, sujeição, medo, embranquecimento, malandragem e corrupção, construídos pela ideia de embranquecimento e democracia racial que ganham força desde a Primeira República (1889-1930).⁴

³ LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Revista textos e Debates**. Nº 7-2000 NUER - NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE IDENTIDADE. E RELAÇÕES INTERÉTNICAS NUERIPPGAS/CFHIUFSC I UFSC - Trindade - Florianópolis SC-Brasil. Acesso em 2018 em <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/126236/Textos%20e%20Debates%20No%207.pdf?sequence=7&isAllowed=y>.

⁴ LEITE, Ilka Boaventura. Quilombos e Quilombolas: Cidadania ou Folclorificação? **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 123-149, maio 1999 Universidade Federal de Santa Catarina – Quilombos e quilombolas <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71831999000100006>.

Inicialmente, esclarecemos que os grupos atualmente considerados remanescentes⁵ de comunidades de quilombos se formaram a partir de uma grande diversidade de processos, que incluíram fugas com ocupação de terras livres e isoladas, heranças, doações, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, simples permanência nas terras as quais ocupavam e cultivavam no interior das grandes propriedades ou ainda, compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após a sua extinção. Dentro de uma visão ampliada, que considera as diversas origens históricas desses grupos, denominações também possíveis para estes agrupamentos identificados como remanescentes de quilombo⁶ seriam: terras de preto ou território negro, tal como é utilizada por vários autores que enfatizam a sua condição de coletividades camponesa, definida pelo compartilhamento de um território e de uma identidade. A promulgação da constituição e a necessidade de regulamentação do Artigo 68, provocaram discussões de cunho técnico e acadêmico levando à revisão dos conceitos clássicos que dominavam a historiografia sobre a escravidão, instaurando a relativização e adequação dos critérios para se conceituar quilombo, de modo que a maioria dos grupos que hoje, efetivamente, reivindicam a titulação de suas terras, pudesse ser contemplada, uma vez demonstrada, por meio de estudos científicos, a existência de uma identidade social e étnica por eles compartilhada, bem como a antiguidade da ocupação de suas terras e, ainda, suas práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar.

Assim, de acordo com esse alargamento do conceito antropológico aqui disposto, a condição de **remanescente de quilombo** é também definida enfatizando os elementos identidade e território. A situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos e é utilizado para designar um legado, uma herança cultural e material que lhe confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar específico⁷. Em “A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas”,

⁵ Segundo José Maurício Arruti o termo “remanescente” também introduz um diferencial importante com relação ao outro uso do termo “quilombo” presente na Constituição brasileira de 1988. Nele, o que está em jogo não são mais as “reminiscências” de antigos quilombos (documentos, restos de senzalas, locais emblemáticos como a Serra da Barriga etc.) dos artigos 215 e 216, mas “comunidades”, isto é, organizações sociais, grupos de pessoas que “estejam ocupando suas terras”. Mais do que isso, diz respeito, na prática, aos grupos que estejam se organizando politicamente para garantir esses direitos e, por isso, reivindicando tal nomenclatura por parte do Estado. Enfim, da mesma forma que ocorre entre os remanescentes indígenas, tais suposições implicadas no termo colocam no núcleo de definição daqueles grupos uma historicidade que remete sempre ao par memória-direitos: em se tratando de remanescentes, o que está em jogo é o reconhecimento de um processo histórico de desrespeito. “Quilombos”. In: **Raça: Perspectivas Antropológicas**. Ed. Unicamp.2008.

⁶ Segundo Ilka Boaventura Leite o termo comunidade remanescente de quilombos, passou a ser veiculada no Brasil principalmente no final da década de 1980 para se referir às áreas territoriais onde passaram a viver os africanos e seus descendentes no período de transição que culminou com a abolição do regime de trabalho escravo, em 1888.

⁷ ANDRADE, T. (org.): **Quilombos em São Paulo: tradições, direitos e lutas**. São Paulo: IMESP, 1997.

Schmitt, Turatti e Carvalho argumentam que o sentimento de pertença de um grupo e à uma terra é uma forma de expressão da **identidade étnica** e da **territorialidade**, construídas sempre em relação aos outros grupos com os quais os quilombolas se confrontam e se relacionam.

Destacamos ainda a configuração de luta por identidade e cidadania que os termos quilombo e remanescentes de quilombo assumem, confirmando o que Ilka Boa Ventura Leite ressalta:

A ressemantização do termo “quilombo” pelos próprios movimentos sociais e como resultado de um longo processo de luta veio traduzir os princípios de liberdade e cidadania negados aos afrodescendentes, correspondendo, a cada um deles, os respectivos dispositivos legais.

1. Quilombo como direito a terra, como suporte de residência e sustentabilidade há muito almejadas nas diversas unidades de agregação das famílias e dos núcleos populacionais compostos majoritariamente, mas não exclusivamente de afrodescendentes
2- Quilombo como um conjunto de ações em políticas públicas e ampliação de cidadania, entendidas em suas várias dimensões.

3- Quilombo como um conjunto de ações de proteção às manifestações culturais específicas.⁸

Ilka Boaventura Leite⁹ afirma que apesar da atual demora dos processos de titulação e da desmobilização provocadas pelas retomadas das velhas estratégias clientelísticas de cooptação das lideranças para os quadros administrativos do Estado e de algumas políticas meramente assistencialistas, o quilombo continua representando **insurgência**, mais do que apaziguamento. Neste sentido, o quilombo como direito tornou-se uma espécie de **potência** que perpassa atualmente a sociedade e o Estado – embaralhando as identidades fixas e de parentesco, o local (regional, nacional e transnacional) e principalmente, instaurando grandes dúvidas sobre a capacidade do Estado de ser gestor da cidadania e ordenador do espaço territorial.

Neste ponto, as considerações de Boaventura sobre a trajetória que envolve o conceito, assim como o que ele hoje representa para as comunidades, contribuem para delimitarmos nossa proposta de reflexão entre Patrimônio e Quilombo. Tanto a incongruência e ineficiência do

⁸LEITE, Ilka Boaventura. O PROJETO POLÍTICO QUILOMBOLA: DESAFIOS, CONQUISTAS E IMPASSES ATUAIS. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 965, set. 2008. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2008000300015>>. Acesso em: 22 jun. 2019. doi:<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000300015>.

⁹ Ibidem.

Estado em cumprir sozinho o que se propõe em seus decretos, legislações e políticas (deixando as comunidades quilombolas cada vez mais dependentes do assistencialismo e com menos autonomia para questionar o desenvolvimento autossustentado de seus territórios), como a observação que para as comunidades ele representa uma possibilidade de insurgência, uma potência (se lembramos que o termo quilombo hoje implica direitos amparados legalmente) para alcançarem de fato sua cidadania social. Consideramos a apropriação do seu patrimônio cultural uma possibilidade para tal fim, sendo (o patrimônio) assegurado como prioridade a ser preservada e difundida constitucionalmente¹⁰ pelo Decreto n. 4.887/03¹¹ que garante a titulação coletiva das terras e a característica perpétua desta posse às gerações futuras, bem como o patrimônio histórico-cultural brasileiro, conforme Boaventura argumentou em seu texto, devemos encarar o “Quilombo” como um conjunto de ações em políticas públicas e ampliação de cidadania, entendidas em suas várias dimensões como um conjunto de ações de proteção às manifestações culturais específicas desse grupo social, concepção com a qual compactuamos.

Para compreendermos melhor as intercessões e implicações entre estes dois termos, é necessário compreendermos a trajetória que o conceito Patrimônio Cultural realizou até assumir sua forma imaterial, a qual propriamente nos dispomos a tratar nesse trabalho.

No que diz respeito ao Patrimônio, há estudiosos que defendem que (o patrimônio) encontra-se presente na vida social e mental de qualquer coletividade humana como categoria de pensamento, como bem descreve José Reginaldo Gonçalves em **A retórica da Perda**¹². Há, também, quem o considere como parte constituinte de culturas locais, conforme argumenta a francesa Françoise Choay¹³ em **A Alegoria do Patrimônio**. A autora destaca que, contemporaneamente, o patrimônio entendido na sua totalidade, adquiriu um estatuto duplo, com obras colocadas à disposição de todos, mas também produtos culturais, fabricados, embalados e difundidos tendo em vista o seu consumo, do afetivo ao econômico, fruto de uma “engenharia cultural”, uma tarefa que consiste em explorar os monumentos por todos os meios possíveis, a fim de multiplicar indefinidamente o número de visitantes.

¹⁰Decreto **Art. 18**. Os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos, encontrados por ocasião do procedimento de identificação, devem ser comunicados ao IPHAN. A Fundação Cultural Palmares deverá instruir o processo para fins de registro ou tombamento e zelar pelo acautelamento e preservação do patrimônio cultural brasileiro.

¹¹Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos conforme relata o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

¹²GONÇALVES, J. Reginaldo. O patrimônio como categoria de pensamento. ABREU, Regina e CHAGAS, Mario (orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro, DP&A, 2003, 316 p. 25-33.

¹³CHOAY, Françoise. **A Alegoria do patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/ Editora UNESP, 2001. P 185

Marcia Chuva em **Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil**¹⁴ ressalta que o patrimônio cultural essencial para a orientação das políticas públicas de preservação cultural foi historicamente constituído e tem se transformado no tempo. No Brasil, as singularidades da trajetória de formação do campo de patrimônio levaram a uma configuração dicotômica dessa categoria, dividida entre material e imaterial. Não há vozes dissonantes em torno do consenso de que se trata de uma falsa divisão, porém esta divisão causou ao longo do tempo uma reestruturação nas instituições de patrimônio/memória (como por exemplo o IPHAN), organizando-se em setores de patrimônio material e imaterial.

Chuva destaca que a primeira versão oficial sobre a história da preservação do patrimônio cultural no Brasil foi publicada pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Fundação Nacional Pró-Memória (Sphan/Pró-memória), intitulada Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória, que também foi atrelada à herança e contribuição de Mario de Andrade, dando-nos a sensação de continuidade histórica no Brasil acerca da história do patrimônio. Porém, neste texto, a autora coloca em evidência aspectos das políticas públicas para o campo do patrimônio cultural no Brasil a partir da construção histórica da noção de patrimônio, distanciando-se da concepção de uma linha de continuidade em que bens culturais de diferentes naturezas e tipos foram sendo agregados a essa categoria, segundo a qual praticamente tudo pode ser patrimonializado. A autora afirma que a partir dos anos 30, enquanto as ações de preservação do patrimônio eram introduzidas nas políticas públicas, foram constituídos novos campos de conhecimento, fruto de divisões e especializações e de lutas por autonomia, como a criação das primeiras universidades brasileiras. É importante compreendermos, assim como a autora nos deixa claro, que de início, o material e o imaterial estavam em âmbitos separados, a causa patrimonial era monopolizada pelo Iphan voltando-se, principalmente, para a restauração de bens arquitetônicos, que consumia a maior parte dos recursos institucionais, ainda que novas perspectivas (em torno do imaterial, cultura, folclore) tenham sido apresentadas ao longo dos anos 70.

É fundamental para nossa compreensão acerca da ampliação do termo Patrimônio, entender suas políticas públicas e sabermos que os rumos para o Intangível se iniciam com a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), no Ministério da Indústria e Comércio, sob a liderança de Aloísio Magalhães. Inicialmente, o CNRC não trabalhava com a noção de patrimônio cultural, mas sim com a ideia de bem cultural e cultura popular, além disso,

¹⁴ CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, nº 34, p.149-168, 2012

é responsável pela caminhada do “patrimônio não consagrado” que iniciou suas atividades em 1975. Com um olhar antropológico, o CNRC propunha um entendimento dos bens culturais a partir de uma perspectiva dinâmica e processual, enfatizando a importância de envolver as comunidades que produzem e consomem esses bens. De acordo com as concepções de Aloísio Magalhães e sua equipe, a cultura brasileira deveria ser representada por um conjunto de bens mais abrangentes e compatíveis com a realidade brasileira, ressaltando principalmente, os bens negligenciados das narrativas do patrimônio nacional por meio da valorização das raízes populares¹⁵, permitindo a ampliação das formas de seleção e gestão do patrimônio, influenciando profundamente a política e preservação a partir dos anos 80, ao serem vinculados às culturas populares, indígenas e afro-brasileiras.

Maria Cecília Londres Fonseca¹⁶ considera que o trabalho do CNRC contribuiu para essa ampliação justamente porque se aproximou das “demandas de setores até então marginalizados pelas políticas culturais”. Fonseca, descrevendo a ampliação do conceito de patrimônio cultural, conclui que (a ampliação) é mais um dos efeitos da globalização, contando com novas questões que possibilitam à sociedade uma compreensão mais rica da noção de patrimônio e, certamente, mais próxima de seus interesses, indo além da “pedra e da cal”. A autora descreve:

A imagem que a expressão “patrimônio histórico e artístico” evoca entre as pessoas é a de um conjunto de monumentos antigos que devemos preservar, ou porque constituem obras de arte excepcionais, ou por terem sido palco de eventos marcantes, referidos em documentos e em narrativas dos historiadores. **Entretanto, é forçoso reconhecer que essa imagem construída pela política de patrimônio conduzida pelo Estado por mais de sessenta anos está longe de refletir a diversidade, assim como as tensões e os conflitos que caracterizam a produção cultural do Brasil**, sobretudo a atual, mas também a do passado.¹⁷

Com o Decreto 3.551/2000, criou-se o Instituto de Registro (INRC), um instrumento de tutela acautelamento, mas um recurso de reconhecimento e valorização do patrimônio imaterial. Os bens são registrados em Livros: Livro de Celebrações, Livro de Forma de Expressão e Livro de Lugares. Considera - se a natureza dinâmica e processual desses bens, promovendo interação entre aspectos materiais e imateriais, e tornando o patrimônio cultural uma perspectiva mais rica e ampla.

¹⁵LIMA, Alessandra Rodrigues. **Patrimônio Cultural Afro-brasileiro: as narrativas produzidas pelo Iphan a partir da ação patrimonial**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 2012

¹⁶FONSECA, Maria Cecília Londres. **Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80**. In: REVISTA DO PATRIMÔNIO, n° 24, Cidadania, 1996. p. 156.

¹⁷ FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mario (orgs.) **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro, DP&A, 2003, 316 p. 25-33, (Grifo nosso).

Segundo José Reginaldo Gonçalves¹⁸, parece não haver limites para o processo de qualificação em torno de transformações e constantes mudanças, não apenas para simbolizar, representar ou comunicar, mas para agir ao passo que não existe apenas para representar ideias e valores abstratos a serem contemplados, mas, de certo modo, forma pessoas, confundindo-se com diversas maneiras de autoconsciência cultural e implica um problema bem mais complexo do que sugerem os debates políticos e ideológicos sobre o tema Patrimônio.

Dominique Poulot¹⁹ descreve que no decorrer do século XX, patrimônio era assumido como uma “verdadeira escolha” sob desafios ideológicos, econômicos e sociais que extrapolaram as fronteiras disciplinares, fato observado no decorrer das décadas de 1970 e 1980 com o reconhecimento de “novos Patrimônios” abrangido para um esforço entre público e privado e favor de múltiplas comunidades.

A evocação de Patrimônios cada vez mais heterogêneos, valorizando cada vez mais o cotidiano e a preservação de habilidades geraram um discurso de pluralidades. O patrimônio agora não é mais apenas histórico, artístico ou arqueológico, mas também etnológico, biológico; não só material, mas imaterial; não só local, regional ou nacional, mas mundial. De fato, uma assertiva de Poulot que mais nos interessa seria de que o “Patrimônio não é Passado, já que sua finalidade consiste em certificar a identidade e em afirmar valores, além da celebração de sentimentos, se necessário contra a verdade histórica”²⁰. Concluimos, assim, que o patrimônio é vivo, suas evocações surgem das necessidades do presente e mobiliza a memória coletiva por meio da emoção, agindo para “preservar a identidade de uma comunidade étnica religiosa, nacional, tribal ou familiar.”²¹.

Dois conceitos, duas categorias, Patrimônio e Quilombo se cruzaram ao longo do tempo condicionados pela luta do direito à memória e expansão das políticas públicas de reparação histórica e cultural (inicialmente com a constituição de 1988). Em meio a estas leis e decretos, encontramos populações, comunidades emergidas - muitas vezes, involuntariamente - nestes embates, nos quais veem seus bens, sejam materiais ou imateriais, frente a intervenções exógenas advindas das políticas de instituições gestoras. Nosso desafio enquanto pesquisadores é relacionar e entender as intercessões entre Patrimônio e quilombo, não apenas no campo conceitual, mas também na prática.

¹⁸ Ibidem 5.

¹⁹ POLOUT, Dominique. **Uma história do Patrimônio no Ocidente**, séculos XVIII-XIX: do monumento aos valores. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

²⁰ Ibidem 10.

²¹ Loc. Cit

Luciana Souza salienta que é na reflexão sobre o jogo político, o jogo da preservação, que evoca-se a necessidade de uma política de patrimônio, ou melhor, uma nova política de patrimônio embasada em uma ação crítica sobre teorias e práticas, instituições e modelos herdados de um projeto iluminista que exerce influência direta na atuação de profissionais de museus e institutos de preservação. Destaca-se a urgência de teorias do patrimônio para repensar as dinâmicas do campo, os princípios e suas hierarquias que orientam ações de intervenção; teorias que abarcam as singularidades territoriais em suas múltiplas linguagens, dialoguem com grupos comumente marginalizados no debate, acolham outros códigos e valores, rompendo com a excludente tradição acadêmica e o monopólio do “especialista” no trato com o patrimônio. Porém, resta ainda a necessidade em compreender experiências e memórias a partir de outras perspectivas, desconstruindo o tradicional fluxo de forças.²²

No Brasil, a discussão sobre a temática patrimonial corresponde a muitas abordagens, conforme argumenta Marcia Chuva. A autora destaca ainda que tais discussões adquiriram um estatuto de projetos legislativos a partir de 1920.

Em 13 de janeiro de 1937, foi criado o SPHAN, de acordo com a lei de n. 378, delimitando como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional regulamentado pelo decreto de lei 25²³. “O conjunto de bens móveis existentes no país cuja conservação seja de interesse público, em semelhança a outros países da época, valorizava monumentos peças de arte, mas com algo inovador ao se referir a espaços sagrados (cidades e monumentos naturais). A transformação do conceito de patrimônio no país, atrelado à materialidade, começa a se expandir rumo ao termo intangível por volta de 1970-1980. Em 1988, a ampliação do conceito se torna constitucional no artigo 216, definindo de forma mais detalhada e ampla, o que seria plausível de tutela para novas formas de efetivação, além do tombamento:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

²² SOUZA, Luciana Christina Cruz. Você tem fome de quê? Uma reflexão sobre patrimônio, legitimidade e novas perspectivas analíticas. **Mosaico** – V. 8 – N. 12 – 2017.

²³ Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. § 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupada num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei. § 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana. BRASIL, **DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937.**

- I - As formas de expressão
 - II - Os modos de criar, fazer e viver;
 - III - As criações científicas, artísticas e tecnológicas;
 - IV - As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
 - V - Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.
- § 1º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.
- § 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.
- § 3º **A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.**
- § 4º **Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.**
- § 5º **Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.**²⁴

Na mesma linha das determinações da constituição de 1990, artigo n. 216, podemos citar que em 1997, o Seminário "Patrimônio Imaterial: Estratégias e Formas de Proteção" originou a Carta de Fortaleza, que ratifica e incentiva medidas para elaboração de instrumentos legais com a finalidade de identificação, preservação, proteção, e promoção do patrimônio cultural imaterial. O evento contou com a participação de representantes da sociedade brasileira e da UNESCO. A Carta de Fortaleza contribui não apenas para o reconhecimento das ações já iniciadas para uma nova conscientização do patrimônio cultural, mas colocou em ação as decisões da Constituição de 1988. Como consequência do documento, no ano seguinte, o Ministério da Cultura criou a Comissão Interinstitucional e o Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial, com o objetivo de regulamentar e assessorar as atividades de elaboração de propostas para regulamentação do registro do patrimônio cultural imaterial. Criou-se então, a metodologia INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais, elaborada em paralelo ao decreto 3.551/00, com o objetivo de identificar os bens culturais imateriais e produzir conhecimentos, materiais e documentos suficientes e adequados à promoção e salvaguarda dos bens e da vida social em que eles se originaram, de modo respeitoso e harmônico em relação ao bem a ser registrado.²⁵

²⁴BRASIL. Constituição Federal de 1988.ART. 216. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. (grifo nosso)

²⁵ Criada pela Comissão Interinstitucional do Patrimônio Cultural e Grupo de Trabalho do Patrimônio Cultural. Ver INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Os Sambas, as Rodas, os Bumbas, os Meus e os Bois: a trajetória da salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil. Brasília, 2006.

Em **Patrimônio Cultural Afro-brasileiro: Narrativas produzidas pelo Iphan a partir da ação patrimonial**, Alessandra Lima destaca que o registro²⁶ é descrito, como resultado de décadas de debates sobre o patrimônio imaterial ao mesmo tempo em que pretende ser reconhecido como a forma mais ampla e democrática de reconhecimento de bens culturais. Pensado como um instrumento de valorização e reconhecimento, o registro não teria como objetivo proteção e acautelamento, mas a identificação e produção de conhecimento sobre os bens culturais. Assim, esse instrumento jurídico estaria fundamentado em princípios de noção de continuidade histórica e natureza dinâmica das expressões culturais, considerada uma modalidade de salvaguarda mais dinâmica e adequada às características dos bens culturais de natureza imaterial.

O registro de bens culturais possui limitações no que se refere ao alcance prático dessas definições. Os pedidos, por exemplo, devem ser feitos pelos próprios detentores, porém há possibilidade também de serem solicitados pelo próprio Estado. Além disso, cabe ressaltar que a participação dos detentores dos bens culturais na formulação da política de salvaguarda varia muito e pode ser mediada por outros agentes como: pesquisadores, universidades e outras entidades vinculadas ao bem cultural. Os bens de natureza imaterial, sua ligação com as culturas populares, também se vinculam à experiência de grupos sociais negligenciados das representações da cultura nacional. Nesse sentido, a ampliação da visibilidade das expressões culturais “não consagradas” torna-se relevante para a definição dos grupos atingidos pela política. Lima ressalta que apesar de não haver indicação dos grupos específicos contemplados, há um consenso quanto ao seu caráter reparatório em função do percentual de bens registrados vinculados à matrizes, como a indígena ou afro-brasileira.²⁷ Alessandra Lima destaca ainda que na esfera do patrimônio cultural, somente a partir dos anos 80, as expressões culturais provenientes do universo afro-brasileiro foram inseridas no conjunto de bens representativos da nacionalidade. O processo de reconhecimento oficial de bens culturais afro-brasileiros é marcado pelo tombamento do Ilê Axé Iyá Nassô Oká em 1984– Terreiro de Casa Branca em Salvador - Bahia, e a Serra da Barriga, em União dos Palmares – Alagoas.

Beatriz Acioli Vaz, em um **Verbete intitulado Quilombo** publicado pelo IPHAN em 2015, destaca que a Constituição Federal de 1988, ao trazer em dois de seus artigos termos associados aos quilombos, abriu portas para a apropriação dessa categoria pelos movimentos sociais

²⁶ O registro amplia as possibilidades de reconhecimento da contribuição cultural dos diversos grupos cujo legado, em grande parte, se compõe de saberes, formas de expressão e modos de fazer e viver enraizados no cotidiano das comunidades e repassados de geração em geração (BRASIL, 2003 p. 25).

²⁷ Ibidem, p. 57.

camponeses, mobilizados e organizados em torno do fator étnico. Processo não previsto pelos legisladores, que tratavam a categoria quilombo a partir de uma perspectiva passadista, baseada mais em uma abordagem arqueológica e exotizante do patrimônio cultural associado à outras matrizes culturais diferentes da luso-brasileira.²⁸

Henrique Antunes Cunha faz uma consideração muito importante acerca do que desejamos discutir. Segundo o autor, o conceito de patrimônio material e imaterial da forma como tem sido concebido pelos organismos internacionais e pelo Ministério da Cultura, possui fortíssima consistência baseada na ideia de processo cultural caracterizado pelas práticas culturais, pelos objetos e pelas maneiras as quais os grupos sociais se representam. Por meio dessas práticas e objetos, os grupos culturais elaboram a sua identidade e produzem a sua territorialidade. Esse conceito de patrimônio cultural é importante para identificação das comunidades de quilombo, para seu estudo e principalmente para fins jurídicos do seu reconhecimento nos processos de titulação, assim como na luta por direitos.²⁹

As ideias de território cultural de solidariedade e identidades culturais, demarcam a existência de comunidades de quilombos tendo como base um patrimônio cultural comum e específico para cada comunidade ou para cada localidade. Podemos observar essa intelecção entre Patrimônio e quilombo no reconhecimento pelo Conselho Estadual de Patrimônio Cultural (CONEP) do patrimônio cultural imaterial, o quilombo Manzo Ngunzo Kaiango³⁰, no Bairro Santa Efigênia em Belo Horizonte, Minas gerais. Esse fato exemplifica bem a atual necessidade de reconhecermos a “completude” do valor cultural que há nas comunidades quilombolas no Brasil, não apenas de suas práticas culturais isoladas, mas na sua totalidade.

Em entrevista ao jornal da web, a presidente do Iepha, Michele Arroyo,³¹ falou sobre o reconhecimento da comunidade quilombola de Belo Horizonte como patrimônio de Minas Gerais e afirmou que esse avanço “reafirma o compromisso do instituto das políticas públicas culturais com a valorização e salvaguarda afro-brasileira como cultura de resistência e fundamental para a compreensão de toda as manifestações em Minas. O dossiê de registro do

²⁸ VAZ, Beatriz Accioly, Verbete Quilombo. Dicionário de Patrimônio Cultural do IPHAM (on-line). Disponível em :<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/81/quilombo> /Acesso em 2018.

²⁹ CUNHA, Henrique Antunes J. Quilombo: patrimônio histórico e cultural. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 129.d 2012. Disponível em : <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/issue/view/584> acesso em julho de 2017.

³⁰ A comunidade composta atualmente por nove famílias foi fundada na década de 1970, por Mãe Efigênia, descendente de indígenas e africanos que foram escravizados, no Morro da Queimada, em Ouro Preto – em 1955, migrou para BH. Se considerado o território original, são 23 núcleos familiares .(informação disponível em https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/10/25/interna_gerais,999829/quilombo-em-belo-horizonte-vira-patrimonio-imaterial.shtml.

17 Entrevista Michely Arroyo, Presidente do IPHAM. Ibidem 16.

quilombo Manzo Ngunzo Kaiango no âmbito estadual reforça olhares e histórias não contadas, mas que resistiram ao longo dos séculos e que nos permitem compreender o estado na sua diversidade e pluralidade”.

Podemos complementar essas discussões com o interessante argumento de Beatriz Vaz Aciolly³² em sua obra verbete Quilombo no Dicionário do Patrimônio Cultural disponível em site oficial do IPHAN. Ela relata a relação entre Quilombo e Patrimônio da seguinte maneira:

Não é por acaso que o surgimento da política de patrimônio imaterial está relacionado ao maior reconhecimento de referências culturais afro-brasileiras e quilombolas. Trata-se da ascensão de um patrimônio cultural “não consagrado” relacionado a grupos e povos historicamente marginalizados e visibilizados, bem como da mudança de perspectiva ligada ao conceito de referência cultural. Por um lado, o patrimônio imaterial abriu as portas para o reconhecimento de referências culturais das comunidades quilombolas e instaurou uma perspectiva na qual o olhar dos sujeitos detentores do patrimônio tem relevância e não apenas o olhar do especialista. Por outro lado, manteve uma estrutura fragmentada que separa os bens em diferentes categorias – saberes, formas de expressão, celebrações e lugares –, ademais da já crítica ruptura entre o material e imaterial. Tal estrutura não permite o reconhecimento dos contextos de produção e reprodução dos bens culturais, da inter-relação entre esses e, tampouco, da territorialidade das comunidades quilombolas detentores. A dualidade da política de patrimônio cultural, que dissimula a permanência de hierarquias no campo e a prevalência de discursos hegemônicos através da ênfase nos instrumentos de proteção, é visibilizada no trato da questão quilombola.³³

Abreu e Mattos apontam o direito de reparação da memória do cativo relacionado com patrimônio cultural, chamando atenção do leitor para o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Brasileira de 1988. Afirmam que foram reconhecidos direitos territoriais aos “remanescentes das comunidades dos quilombos”, garantindo-lhes a titulação definitiva pelo Estado Brasileiro e, destaca que, posteriormente, com a implementação do Decreto do governo federal n. 3.551 de 4 de agosto de 2000,³⁴ tornou-se

³³ Ibidem 14.

³⁴ MATTOS, Hebe; ABREU, Martha. **Remanescentes das Comunidades dos Quilombos**: memória do cativo, patrimônio cultural e direito à reparação. Disponível em http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299778862_ARQUIVO_anpuh2011.pdf. Acesso em 09 de maio de 2017, p. 9.

possível considerar como patrimônio da nação, as manifestações culturais imateriais, especialmente as afrodescendentes, que passaram a receber o título de Patrimônio Brasileiro.

Vejam na íntegra:

Art. 1º Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.

§ 1º Esse registro se fará em um dos seguintes livros:

I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

§ 2º A inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira.

§ 3º Outros livros de registro poderão ser abertos para a inscrição de bens culturais de natureza imaterial que constituam patrimônio cultural brasileiro e não se enquadrem nos livros definidos no parágrafo primeiro deste artigo.

Art. 2º São partes legítimas para provocar a instauração do processo de registro:

I - O Ministro de Estado da Cultura;

II - Instituições vinculadas ao Ministério da Cultura;

III - Secretarias de Estado, de Município e do Distrito Federal;

IV - Sociedades ou associações civis.

Art. 3º As propostas para registro, acompanhadas de sua documentação técnica, serão dirigidas ao Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, que as submeterá ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

§ 1º A instrução dos processos de registro será supervisionada pelo IPHAN.

§ 2º A instrução constará de descrição pormenorizada do bem a ser registrado, acompanhada da documentação correspondente, e deverá mencionar todos os elementos que lhe sejam culturalmente relevantes.

§ 3º A instrução dos processos poderá ser feita por outros órgãos do Ministério da Cultura, pelas unidades do IPHAN ou por entidade, pública ou privada, que detenha conhecimentos específicos sobre a matéria, nos termos do regulamento a ser expedido pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

§ 4º Ultrapassada a instrução, o IPHAN emitirá parecer acerca da proposta de registro e enviará o processo ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, para deliberação.

§ 5º O parecer de que trata o parágrafo anterior será publicado no Diário Oficial da União, para eventuais manifestações sobre o registro, que deverão ser apresentadas ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural no prazo de até trinta dias, contados da data de publicação do parecer.

Art. 4º O processo de registro, já instruído com as eventuais manifestações apresentadas, será levado à decisão do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

Art. 5º Em caso de decisão favorável do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, o bem será inscrito no livro correspondente e receberá o título de "Patrimônio Cultural do Brasil". Parágrafo único. Caberá ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural determinar a abertura, quando for o caso, de novo Livro de Registro, em atendimento ao disposto nos termos do § 3º do art. 1º deste Decreto. Art. 6º Ao Ministério da Cultura cabe assegurar ao bem registrado:

I - Documentação por todos os meios técnicos admitidos, cabendo ao IPHAN manter banco de dados com o material produzido durante a instrução do processo.

II - Ampla divulgação e promoção.

Art. 7º O IPHAN fará a reavaliação dos bens culturais registrados, pelo menos a cada dez anos, e a encaminhará ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural para decidir sobre a revalidação do título de "Patrimônio Cultural do Brasil". Parágrafo único. Negada a revalidação, será mantido apenas o registro, como referência cultural de seu tempo.

Art. 8º Fica instituído, no âmbito do Ministério da Cultura, o "Programa Nacional do Patrimônio Imaterial", visando à implementação de política específica de inventário, referenciamento e valorização desse patrimônio.³⁵

Por meio da nossa análise, observamos uma efervescência pela busca das memórias de escravidão como forma de legitimação e reparação histórica; assim, surgem embates políticos e sociais, cada um com seus interesses, na busca de retomar memórias adormecidas. Identificamos que com a promulgação do Decreto, abre-se a possibilidade para novos canais de expressão cultural e luta política para grupos da sociedade civil, anteriormente silenciados, detentores de práticas culturais imateriais, avaliadas como tradicionais, o que tem sido fundamental para o processo de reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombo.

A partir de 2000, diversas manifestações que expressam o ser, o fazer e o ensinar passaram a integrar o patrimônio cultural brasileiro. É válido lembrar que tais manifestações já eram relevantes por aqueles que as praticavam e, possivelmente, a um outro grande número de pessoas. Mas, se integrar ao rol dos patrimônios culturais do país passou a significar, após o ano 2000, assumir uma nova categoria, não apenas cultural, mas também jurídica e legitimada pela esfera do poder Executivo e Legislativo.

Reconhecer oficialmente um determinado bem como patrimônio cultural, denota um tipo de atribuição de valor por parte do Estado. O Estado identifica um relevante valor cultural e simbólico em um objeto ou manifestação, atribuindo valores ancorados em parâmetros

³⁵ Decreto do governo federal n. 3.551, de 4 de agosto de 2000,

presentes nas leis, constituição, regulamentos etc., os quais absorvem uma determinada noção daquilo que se compreende como digno de ser valorizado e protegido.³⁶

Esse fato é reforçado em 2003 pelo o decreto 4887 que regulamenta o artigo 68. Em termos legais, “a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade”, entendendo-as como “grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”. A posse de patrimônios culturais relativos à experiência da escravidão e à memória da África ou do tráfico, exemplos contundentes da “resistência à opressão histórica sofrida”, fortaleceu as reivindicações e transformou-se em moeda de legitimação do processo de inserção do negro na sociedade, como na busca de seus direitos de cidadania.

Nos últimos anos, observamos o aflorar da Patrimonialização. Grandes ou pequenas, as sociedades esforçaram-se para eleger e salvaguardar seu patrimônio cultural, assim como suas memórias e presenciaram o despertar de muitas memórias: a do negro, a da mulher, da cidade, do bairro, da comunidade - uma multiplicação infinita de vozes em busca de memórias adormecidas e de patrimônios não legitimados institucionalmente. A crescente verticalização das cidades e a impactante individualização do homem na sociedade, uma vez que se encontra cada vez mais interagido com a tecnologia e não com seus pares, fez nascer na sociedade contemporânea a sede por memórias de tradições, elos que ressignificam e fortificam a vida em sociedade adjunto à insurgência das políticas públicas patrimoniais, de gestão do patrimônio cultural e de memórias como forma de captação de recursos para as esferas governamentais.

O Buieié em Viçosa-MG, foi certificado como Comunidade Quilombola em 10 de dezembro de 2004 pela Fundação Cultural Palmares (FCP), órgão competente (de acordo com o decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003) para emitir a certidão (CRQs) às comunidades quilombolas e sua inscrição de cadastro geral. Ressaltamos que a fundação informa em seu site oficial que “não certifica essas comunidades a partir de um trabalho de conferência de quem é ou não quilombola, mas, sim, respeita o direito à autodefinição preconizado pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), certificando aquelas comunidades que

36 MAGNO, Viviane. Uma breve análise do patrimônio cultural imaterial brasileiro na regulamentação do Decreto nº 3.551/2000: novas perspectivas e possibilidades de acautelamento. **Direitos sociais e políticas públicas IV** [on-line] org. CONPEDI/UFSC Florianópolis :2014.

assim se declaram”³⁷. Ou seja, a partir do ano de 2003, prevalece o critério de autodefinição, o qual abarca a comunidade do Buieieí. É importante destacar que no estado de Minas Gerais, até o presente momento, temos cerca de 381 comunidades certificadas.³⁸

Neide Maria de Almeida Pinto, em seu trabalho intitulado **Família, identidade e vínculos no meio rural: a comunidade negra do BUIEIEÍ, MG**, destaca que a comunidade teve início há mais ou menos cem anos, por meio de e uma doação de terras de uma senhora de escravos da região.³⁹

Observamos que o título dessa comunidade, concedido pela Fundação Palmares, acontece justamente em um período de promulgação de vários decretos de leis que nortearam a afirmação dessas memórias étnico-africanas pelo país afora.

Propomos com esse trabalho, refletir sobre algumas questões: Como está sendo trabalhada junto à comunidade a apropriação de sua cultura? De suas memórias? Como os moradores dessa comunidade se veem dentro deste emaranhado de decretos e títulos? Além de outras questões em torno do patrimônio cultural, da memória quilombola e suas intercessões com a cidadania. Ecléia Bosi considera que, muitas das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar com imagens e ideias de hoje as experiências do passado.⁴⁰

Destacamos ainda o nome da comunidade, Buieieí, sua fonética nos chama a atenção nos remetendo a busca de sua ancestralidade encontrada no dicionário Português - Kimbundu, escrito por J. Pereira do Nascimento em 1907, que traz expressões, palavras e frases advindas da língua kimbundu, dialeto da região de Luanda, Catete, Malanje e as áreas de fronteira no Norte. Esse dialeto africano era chamado, segundo o autor do dicionário, pelos europeus, de Bantu, cujo significado na língua Kimbundu é “pessoas”. Segundo tal dicionário, o termo “buieieí”, seria sinônimo da palavra “sossego”, em português⁴¹, um fato curioso e instigante por denominar uma comunidade quilombola.

³⁷ CERTIFICAÇÃO QUILOMBOLA. De acordo com a Portaria FCP nº 98, de 26 de novembro de 2007: ata de reunião específica para tratar do tema de Auto declaração, se a comunidade não possuir associação constituída, ou ata de assembleia, se a associação já estiver formalizada, seguida da assinatura da maioria de seus membros; breve relato histórico da comunidade (em geral, esses documentos apresentam entre 2 e 5 páginas), contando como ela foi formada, quais são seus principais troncos familiares, suas manifestações culturais tradicionais, atividades produtivas, festejos, religiosidade, etc.; e um requerimento de certificação endereçado à presidência desta FCP. CRQs. Acesso em http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551 em 9 de março de 2019.

³⁸ CRQs. Acesso em http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551 em 9 de março de 2019.

³⁹ PINTO, Neide Maria de Almeida. **FAMÍLIA, IDENTIDADE E VÍNCULOS NO MEIO RURAL: A COMUNIDADE NEGRA DO BUIEIEÍ, MG**. Disponível em <http://www.xxcbcd.ufc.br/arqs/public/t_18.pdf>. Acesso em: 08 de out de 2016.

⁴⁰ BOSI, E. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. 3a ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

⁴¹ NASCIMENTO, J. Pereira do. **Dicionário Português- Kimbundu**. Thipografia da Missão. 1903 Disponível em <https://archive.org/details/diccionarioport00nascgoog>, acesso em maio de 2017. pág. 18.

Pretende-se colocar, em pauta, outras questões como: Quem são? Como vivem? Em que condição socioeconômica? Quais redes de sociabilidades regem a vida dessa população afrodescendente? Que representações os indivíduos fazem de si mesmos, quais são os costumes, ritos, saberes passados de geração a geração que persistem nesta comunidade tradicional? Podemos observar continuidades, rupturas?

Enfim, pretende-se conhecer e discutir a memória do Buieieí coletando-se dados para um dossiê sobre esta população de raízes históricas marcantes, como também pretende-se incitar reflexões que mobilizem os indivíduos para a viabilização e valorização da cultura local.

Andreas Hussein⁴² menciona uma guinada transnacional dos estudos de memória nos países sul-americanos, influenciando claramente a política nacional, os processos judiciais, comissões da verdade e, em outros seguimentos sociais, destacando os usos e abusos destas memórias, correlacionando-os com o discurso dos direitos humanos internacionais, no qual demarca a insurgência de um novo discurso de direitos humanos que emerge paralelo ao discurso de memória em 1980. O autor frisa a necessidade de novos estudos que correlacionem o discurso da memória com a história, de desenvolvimento da legislação e da prática dos direitos humanos que se acelerou com a introdução comercial da internet. A relevância do tema em expansão, tanto na prática de instituições culturais quanto na mídia, se deve às constantes transformações das novas tecnologias de informação, imediatismo e individualismo, que conduzem a sociedade a uma instabilidade, buscando na Memória ressignificações afetivas para as sociedades. “Fala-se tanto de memória porque ela não existe mais”.⁴³

Gonçalves, em **Retórica da Perda**, destaca que o patrimônio cultural é feito de ruínas, em sentido literal e metafórico, e as narrativas construídas, seja pelas cidades, grupos, indivíduos e instituições de memória, jamais conseguiram abranger uma totalidade coerente. É um processo interminável de apropriação e reconstrução de objetos, sempre em desaparecimento, em um interminável jogo entre fragmentos e totalidades, destruição e reconstrução, coerência e desintegração, usados simbolicamente para que as pessoas se identifiquem com a nação, como uma entidade a ser protegida e preservada⁴⁴.

O campo do patrimônio será sempre área de conflitos, em que “Os Arquitetos da Memória” que, atualmente configuram as instituições e gestores da cultura, sempre investiram

⁴² HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

⁴³ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo (10), dez. 1993, p.7.

⁴⁴ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

em estratégias para construir e usufruir de uma memória das comunidades, das cidades e do país, criando e recriando histórias nacionais e identidades nacionais. Sabemos da existência de nossa multiplicidade de culturas e de memórias; assim, são necessários trabalhos que estimulem investigações e permitam pensar em as ações e características da administração pública por meio do viés dos indivíduos das comunidades.⁴⁵

Acreditamos que a reflexão dos interessados e estudiosos do tema deve ir além de propostas efêmeras de análise acadêmicas, que, de fato, não levam em consideração os maiores interessados em salvaguardar, proteger e manter vivo, por demais gerações, seu patrimônio histórico, cultural e memorial. É necessário que reflexões e propostas caminhem juntas ao encontro das necessidades das comunidades tradicionais, recintos do patrimônio cultural imaterial. Acreditamos que a gestão do patrimônio deve ser feita o mais próximo possível de seus detentores e criadores, sendo parte integrante da vida cotidiana. Nosso papel enquanto pesquisadores e estudiosos do tema, é sensibilizar, facilitar, educar, pôr em contato, mediatizar e gerir pela margem em função do interesse geral.⁴⁶ Afinal, quando lidamos com patrimônio cultural imaterial lidamos com o vivo, dinâmico e mutável. Diferentemente do patrimônio em “pedra e cal”, não podemos engessar saberes, práticas e formas de vida ou memórias. Assim como tudo que é vivo, passa por constantes transformações. O trato com tais fenômenos dessa natureza requer de nós subsidiariedade, devendo ser visto como um recurso para o desenvolvimento local, o que vai ao encontro com o argumento de Le Goff:

A memória, onde cresce história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro, devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.⁴⁷

Esse trabalho pretende realizar uma reflexão sobre a importância do fazer etnográfico em diálogo com as políticas públicas no âmbito do patrimônio cultural imaterial brasileiro, suas ações e reflexos dentro das comunidades, principalmente das tradicionais. Nesse caso, um quilombo como objeto de análise - o Buieí de Viçosa, Minas Gerais - visamos compreender como e quando se situa a comunidade dentro das relações entre políticas públicas e políticas patrimoniais, como é a apropriação de sua cultura pelos seus habitantes e formas de vida que

⁴⁵ CHUVA, Márcia. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2009.

⁴⁶ VARINE, Hugues de. **As Raízes do Futuro: O Patrimônio a Serviço do Desenvolvimento Local**. Tradução de Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Medianiz. 2012, p 19.

⁴⁷ LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão e Irene Ferreira. 3ª. ed. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 1994, p. 116.

retratam códigos específicos dessa comunidade e ainda que possibilidades há no seu patrimônio cultural para o desenvolvimento social dessa comunidade, em que apreendemos o patrimônio como recurso para alcance de desenvolvimento do cidadão, sendo um recurso não renovável e eminentemente transformável e reprodutível que se regenera. Assim, acreditamos que, se o compreendermos, delimitarmos, trabalharmos e valorizarmos de acordo com as necessidades específicas de cada comunidade, ele se torna um rico recurso para o desenvolvimento local e um processo de domínio da mudança cultural, social e econômica, nutrindo suas raízes no patrimônio que se torna vivo e nutrido diariamente.

O patrimônio cultural imaterial constitui-se como autêntico, espontâneo, vivo, constantemente recriado e reexperimentado, o qual, transformado em registro **mnemotécnico, exposto à volatilidade do mundo moderno e à globalização, é ameaçado** constantemente. É necessário que o vejamos mais além do que apenas um bem que se pretende salvaguardar, deve ser visto como cultura transmitida e perpetuada por meio da **oralidade**, encontrando na mente humana o seu principal repositório, devendo ser valorizado como elemento essencial à existência, às **identidades coletivas, crenças, tradições e costumes de distintos grupos humanos**. Nosso desafio é enxergar o Homem tradicional como **patrimônio vivo** que deve ser trabalhado, instrumentalizando-o para que trabalhe para o desenvolvimento local da comunidade. Se faz necessário, dentro do campo de estudo do patrimônio, traçar conexões entre os conceitos Patrimônio, Educação, Cidadania e Comunidades, relações não apenas epistemológicas, mas vivas capazes de gerar e capacitar ações para atender cada vez mais o uso social desse patrimônio, seja qual for sua natureza - material ou imaterial. Como argumenta Horta, é necessário atribuir sentidos:

Atribuir sentidos é compreender a identidade humana e perceber que somos indivíduos históricos e culturalmente elaborados. É aceitar que somos um fragmento do mundo no qual vivemos e do planeta que habitamos – um conjunto formado pela comunidade e sociedade e suas interações. Somos múltiplos com uma complexidade indecifrável, imersos em uma infinidade e culturas e de identidades. É preciso que percebamos a nossa individualidade na heterogeneidade das relações humanas, em uma sociedade diversa e singular. Atribuir sentidos aos patrimônios é compreender a nossa condição humana e a diversidade de explicações. É, sobretudo, compreendermos uns aos outros, realizar a comunicação humana e colocar-se no lugar do outro; uma difícil tarefa em uma sociedade individualista, que não percebe a existência do outro, que o rejeita e o reduz ao nada. Logo, é preciso autoavaliação e exame. Atribuir sentidos é aceitar a incerteza e o inesperado. Então, temos de ser fortes e não nos desencorajarmos diante dos desafios. É preciso ter consciência de nossa

condição planetária, de um mundo globalizado, imerso em informações velozes, que não conseguimos processar e organizar.⁴⁸

Cristiane Bartz aponta que as políticas públicas do patrimônio cultural caminharam paralelamente ao marco legal dos direitos das populações negras, como a Carta Constitucional de 1988, na qual os grupos autoidentificados como remanescentes de quilombos passaram a ser amparados pela legislação no que diz respeito à titulação de suas terras e reconhecimento de direitos culturais, previstos nos artigos 215 e 216.⁴⁹ A respeito do reconhecimento das referências culturais afrodescendentes, a Constituição prevê em seu artigo 215 a proteção das manifestações culturais afro-brasileiras e estabelece, no 5º parágrafo do artigo 216, que “ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos”. Ao mesmo tempo, o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias prevê que o Estado reconhecerá propriedade definitiva das terras que estejam ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos.

Quanto às leis institucionalizadas e as formas de proteção do patrimônio cultural imaterial no Brasil, podemos destacar que desde 1930, já se abordava a questão do patrimônio imaterial com Mario de Andrade, uma vez que ele já considera as manifestações culturais como portadores de referência à identidade, ação e memória dos diferentes povos formadores da sociedade brasileira. Porém, somente em 4 de agosto de 2000, com o decreto 3.551/2000, um recurso de reconhecimento e valorização do patrimônio imaterial foi institucionalizado.

1.2 O patrimônio imaterial em Minas Gerais, Instituições e ações x realidade e comunidade

Em Minas Gerais (levando em consideração o nível estadual em reconhecimento pelo órgão IEPHA até o ano de 2018) hoje temos cerca de 7 bens imateriais registrados. Observe a tabela abaixo:

BENS DE NATUREZA IMATERIAL REGISTRADOS PELO INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS(IEPHA)

⁴⁸ HORTA, Maria de Lourdes Parreiras Patrimônio, Ensino e Educação; formação profissional. **Ministério da Cultura BRASIL**. Centro Histórico Cultural Santa Casa. Porto Alegre. 2017. p 23.

⁴⁹ BARTZ, Cristiane Ávila. **Entre esquecimentos e silêncios: Manuel Padeiro e a memória da escravidão no Distrito de Quilombo, Pelotas, RS.** 2014. (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural). Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/ppgmp/files/2016/11/Cristiane-Bartz.pdf> Acesso em 21 de junho de 2017.

O Modo de fazer o queijo artesanal da região do Serro	2002	O Modo de fazer o queijo artesanal na região do Serro foi o primeiro bem registrado como Patrimônio Cultural Imaterial do estado de Minas Gerais, em agosto de 2002. O modo de fazer o queijo chegou à região pelas trilhas do ouro, na bagagem dos colonizadores portugueses, e se constituiu, com o passar dos anos, em um importante elemento econômico, cultural e simbólico.
Comunidade Arturos	2014	Em maio de 2014, a Festa de Nossa Senhora do Rosário da Comunidade dos Arturos foi declarada patrimônio cultural imaterial de Minas Gerais, no contexto do Registro da Comunidade dos Arturos, em Contagem. Foi o primeiro registro de uma comunidade tradicional como patrimônio cultural, fato que ampliou a noção da categoria de lugares e que possibilita outros reconhecimentos. A comunidade é responsável pela manutenção de diversos bens culturais como a Festa do João do Mato, a Festa da Abolição, o conhecimento sobre as plantas, a Folia de Reis, o Congado, as Guardas de Congo e Moçambique e a sua cozinha tradicional. Além da Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Arturos, também foram reconhecidos o Reinado/Congado dos Arturos e o Rito da Benzeção nos Arturos, bens culturais também relacionados à Comunidade dos Arturos.
A Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos	2013	A Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Chapada do Norte é uma celebração tradicional desde o século XVIII da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, foi registrada como patrimônio cultural de natureza imaterial de Minas Gerais e é representativa do sincretismo religioso como elo das comunidades negras de Minas.
As Folias de Minas	2017	As Folias de Minas foram registradas como patrimônio cultural de Minas Gerais. Também denominadas ternos ou companhias, as folias são manifestações culturais-religiosas cujos grupos se estruturam a partir de sua devoção aos santos como: Reis Magos, Divino Espírito Santo, São Sebastião, São Benedito, Nossa Senhora da Conceição, entre outros.
Os Saberes, Linguagens e Expressões Musicais da viola	2018	A viola é definida como um instrumento musical constituído, comumente, por dez cordas de cinco ordens duplas ou triplas, por um formato cinturado e eventualmente, por adornos de madeira chamados de marchetaria. Recebe diversas terminologias como: Viola Sertaneja, Paulista, de Queluz, de Arame,

		Mineira, ou puramente Viola Caipira. Em Minas Gerais, há diversos fazedores e luthiers que dominam diferentes técnicas e saberes relacionados com a fabricação das violas. Desse instrumento se origina uma musicalidade que é vista como parte integrante da paisagem sonora mineira e que gera uma multiplicidade de afinações, de gêneros musicais, de ritmos, de toques e de modos de tocar presente em diversos contextos da cultura mineira, especialmente nas Folias, Catiras, Danças de São Gonçalo, Rodas de Viola, Congados, Batuques, Lundus, Sussas, entre outras.
A Comunidade Manzo Ngunzo Kaiango,	2018	Foi fundada na década de 1970 por Mãe Efigênia. Sustenta práticas sociais e culturais específicas, fundamentadas, principalmente, na religiosidade de matriz africana, compartilhada entre seus membros. A Comunidade possui sua identidade e território indissociáveis, e o terreiro é percebido e experimentado como o centro vital do grupo. Conforma uma cultura diferenciada e uma organização social própria que constituem patrimônio cultural afro-brasileiro. Em outubro de 2018, foi reconhecida como Patrimônio Cultural do estado de Minas Gerais na categoria de lugares.
Artesanato em barro do Vale do Jequitinhonha	2018	O artesanato em barro produzido na região do Vale do Jequitinhonha é uma importante referência cultural de Minas Gerais. O processo de produção artesanal das peças é manual, e as artesãs e os artesãos têm domínio de todas as etapas, desde a extração do barro, passando pela fabricação dos pigmentos, até a construção dos fornos para a queima. Além dos saberes e das técnicas que envolvem esse modo de fazer e que são transmitidos aos mais jovens, as artesãs e os artesãos desenvolveram, através desse ofício, uma infinidade de expressões artísticas, que variam desde peças utilitárias, para uso no dia a dia, até peças que traduzem, por distintas formas, cenas do cotidiano, vivências, sentimentos e crenças, que se materializam nos aspectos estéticos da cerâmica produzida na região.

Figura 1: Tabela de bens imateriais registrados a nível estadual em Minas Gerais.
Elaborada de acordo com informações disponíveis em: www.iepha.mg.gov.br.

Enfatizamos a recente valorização de Registros da matriz afro no estado de Minas Gerais. Em 2013 e 2014, a comunidade de Arturos em Contagem foi destaque no livro de Lugares como o primeiro registro de uma comunidade quilombola como patrimônio cultural. Em 2018, isso ocorreu com a comunidade Manzo Ngunzo Kaiango.

Alessandra Lima⁵⁰ argumenta que a patrimonialização de bens imateriais afro-brasileiros se desenvolve no contexto em que a luta antirracista se torna agenda governamental em um contexto caracterizado pela formulação de iniciativas públicas voltadas para a valorização das populações negras até a criação da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) em 2003.

Bartz⁵¹ discute a clara disparidade presente no discurso dos últimos anos sobre a valorização do Patrimônio Cultural e Imaterial, assim como das iniciativas em patrimonializar os saberes-fazeres e manifestações culturais em contrapartida à participação efetiva das comunidades envolvidas e à sonegação de direitos básicos de bem-estar social aos mesmos. Questiona os impactos sofridos, os benefícios e interesses envolvidos por detrás de processos e a característica totalmente exógena desses processos às comunidades.

Segundo ainda Cristiane Bartz, essas ações políticas propunham um elo entre as comunidades e as instituições governamentais, mas o que ocorreu foi a perpetuação da condição histórica de dependência e de “aliciamento” das condições materiais. A autora reforça que acredita em um trabalho conjunto com vários profissionais: historiadores, economistas, médicos, enfermeiros, educadores, enfatizando a Educação Patrimonial. Para ela, esse é um processo que torna os próprios moradores aptos para reestruturar a comunidade, oferecendo subsídios necessários uma “autonomia e a condição cidadã”. Fonseca delimita que:

A preservação de bens naturais e culturais se justifica, hoje, como condição para garantia de certos direitos universais do ser humano, que transcendem as particularidades nacionais ou locais: **direito às condições materiais e espirituais de sobrevivência, à qualidade de vida, à memória, ao exercício da livre criação e fruição de bens culturais.**

Acreditamos assim, que nosso trabalho, ao traçar um olhar sobre o patrimônio cultural de uma perspectiva endógena na comunidade do Buieié, contribui para que o patrimônio seja visto como recurso para se trabalhar as potencialidades de uma comunidade e o conceito de apropriação, alcançando direitos de sobrevivência, de qualidade de vida, direito a memória e a cultura.

⁵⁰ LIMA, Alessandra Rodrigues. **Patrimônio Cultural Afro-brasileiro: as narrativas produzidas pelo Iphan a partir da ação patrimonial**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 2012.pág.61

⁵¹ Fonseca, Maria Cecília Londres. Da modernização à participação. A política federal de preservação nos anos 70 e 80. In. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, MEC, 1996, no. 24.

Para José Reginaldo Gonçalves⁵², em **Retórica da Perda**, a **noção de apropriação** é um termo primordial nos discursos do Patrimônio Cultural. Destaca que apropriar-se de algo implica **numa atitude de poder, de controle sobre aquilo que é o objeto de apropriação, implicando também num processo de identificação, onde um conjunto de diferenças é transformado em identidade**. Ele complementa que uma tentativa de restabelecer, defender ou dar continuidade ao que define a identidade e a memória é um esforço para garantir *autenticidade e restaurar “um sentimento de ser”*.

Beatriz Accioli Vaz⁵³ destaca que, a partir da mudança de perspectivas no texto da Constituição Federal de 1988, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), responsável pela proteção e salvaguarda do patrimônio cultural no Brasil, necessitou agir para atender às novas demandas que nasceram com o reconhecimento dos bens referenciais da matriz afrodescendente, dentre os quais aqueles relativos às comunidades quilombolas. Assim, com o tombamento, a partir do ano 2000, o registro, instrumentos da política de patrimônio nacional de uso privativo do Iphan passaram a ser acionados como forma de reconhecimento, proteção e salvaguarda desses bens. A autora destaca muitos conflitos entre os decretos, leis e as práticas efetivas, destacando que ainda hoje, o reconhecimento e valorização de bens imateriais e materiais está vinculado a valores históricos, estéticos e documentais “consagrados”.

Devemos lembrar que após o ano 2000, quando passa a valer a autodefinição de comunidades negras como quilombos, suficiente para o recebimento do título pela Fundação Palmares, houve uma ampliação no conceito de patrimônio cultural. Assim, operou-se a ressemantização dos termos quilombo e quilombola, a partir de uma perspectiva dinâmica, considerando a perspectiva atual dessas comunidades e grupos e não os tomando como resquícios ou fragmentos de um passado intacto. O Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais da Associação Brasileira de Antropologia faz a seguinte definição:

Contemporaneamente, portanto, o termo quilombo não se refere a resquícios ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e

⁵² GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996. p 66.

⁵³ VAZ, Beatriz Accioli Vaz Os grilhões do patrimônio: reflexões sobre as práticas do Iphan relacionadas aos quilombos. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Revista CPC, São Paulo, n.17, nov. 2013/ abril 2014.

reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio.⁵⁴

Beatriz Vaz, nos instiga a refletir sobre as questões envolvidas no reconhecimento dos quilombos como parte do patrimônio cultural nacional e destaca que o tombamento de apenas dois quilombos históricos e o latente silêncio nos dossiês de registro sobre os quilombos contemporâneos, indicam a manutenção de uma visão passadista de quilombo e o não reconhecimento das atuais lutas quilombola pelo reconhecimento dos direitos coletivos dos grupos. Acrescenta que, na perspectiva adotada pelo órgão, IPHAN, a cultura é concebida de forma fragmentada, tanto pela separação de suas dimensões materiais e imateriais, como pela categorização dos bens em diferentes livros de tombo – no caso do patrimônio imaterial, a partir das categorias: saberes, formas de expressão, celebrações e lugares. Segundo ela, isso coloca obstáculos para o reconhecimento do patrimônio cultural de comunidades quilombolas e faz com que muitos dos saberes e práticas sejam desconsiderados, uma vez que o vínculo com o território, estruturador de diversas relações, não é contemplado pelas políticas patrimoniais.

Acompanhando o pensamento do Hugues De Varine, precisamos sair da teoria para a prática. Devemos lembrar a todo instante, como pesquisadores, gestores do patrimônio, que o concreto é a vida cotidiana, que o patrimônio não está - e não deve estar - separado da vida cotidiana. Na função de um recurso do desenvolvimento local, patrimônio não pode ser visto fora dos ritmos da sociedade local, pois tem utilidade nas mãos de seus detentores habituais. Como teóricos da área, devemos nos posicionar apenas como mediadores, gerindo pela margem, preocupando-nos mais em apontar caminhos do que chancelando soluções.

1.3 O Quilombo: O Conceito e Influência das Políticas Públicas e Patrimoniais na Valorização Cultural das Comunidades Quilombolas.

A luta de libertação, que é a expressão mais complexa do vigor cultural do povo, de sua identidade e de sua dignidade, enriquece a cultura e lhe abre novas perspectivas de desenvolvimento. As manifestações culturais adquirem um conteúdo novo e novas formas de expressão. Tornam-se assim um instrumento poderoso de informação e de formação política. (AMILCAR CABRAL. CABRAL, apud FREIRE, p. 90, 1977).

⁵⁴ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA DOCUMENTO DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE COMUNIDADES NEGRAS RURAIS ENCONTRO REALIZADO EM 17/18 OUTUBRO DE 1994 - Disponível em: <https://documentacao.socioambiental.org/documentos/03D00024.pdf>. Acesso em junho de 2017.

Revisitar as mutações do conceito de Quilombo se faz necessário, uma vez que, teoricamente, se relaciona com o conceito de Identidade. Essa, por sua vez, é fundamental na atribuição de uma identidade quilombola a um grupo e encontra-se diretamente ligada à necessidade de autogarantia do acesso às terras. Compreendermos que a educação e a compreensão das políticas públicas devem estar atreladas uma a outra para a conscientização plena do indivíduo no mundo, uma vez que o lugar que ele ocupa é fundamental segundo a concepção freiriana de educação, pois a existência só tem sentido se vivida para a autonomia do indivíduo. Por isso, as comunidades quilombolas necessitam urgentemente de uma educação que procura desenvolver a tomada de consciência e a atitude crítica, na qual o ser humano escolhe e decide, libertando-os em lugar de submetê-los a uma realidade que poder ser transformada⁵⁵.

De acordo com o Quadro Geral de Comunidades Remanescentes de Quilombos divulgado em 2019 pela Fundação Palmares, há no Brasil 3.311 comunidades remanescentes de quilombo reconhecidas, sendo que 752 têm a titulação de terras. No estado de Minas Gerais, há 392 comunidades reconhecidas, sendo que 299 tem a titulação de terras. No ano de 2004, a comunidade do Buieie foi reconhecida como remanescente de quilombo. No estado de Minas Gerais, apenas 9 comunidades foram reconhecidas e, em 2019, até o presente momento, cerca de 14 comunidades receberam o reconhecimento.

Muitos autores discutiram e esgotaram os quesitos históricos concernentes ao termo quilombo, sendo que os grupos que hoje são considerados remanescentes dessas comunidades se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos, como as fugas com ocupação de terras livres e geralmente isoladas, heranças, doações, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior das grandes propriedades e compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após a sua extinção.

Em uma visão ampliada, que considera as diversas origens e histórias desses grupos, uma denominação também possível para esses agrupamentos identificados como remanescentes de quilombo seria a de terras de preto, ou território negro, tal como é utilizada

⁵⁵ FREIRE, Paulo. **Conscientização: Teoria e Prática da Libertação uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Moraes, 1980. Pág. 35.

por vários autores que enfatizam a sua condição de coletividade camponesa, definida pelo compartilhamento de um território e de uma identidade.⁵⁶

No período colonial, os quilombos eram vistos como uma sublevação de escravos a ordem vigente. Observadores, cronistas e autores da época, a exemplo de Rocha Pita⁵⁷ os caracterizavam como um grupo de ladrões malfeitores, o que contribuiu para reforçar as ideias equivocadas sobre esses agrupamentos. De acordo com Ademir Fiabani,⁵⁸ o Regimento dos Capitães do Mato, datado de 1722, que definia quilombo como todo o agrupamento acima de quatro negros fugidos, morando em ranchos e pilões, fixos em uma determinada região isolada, sobrevivendo a parte da dinâmica escravagista, está entre as primeiras definições de quilombo utilizadas.

Esse molde estrutural dos quilombos é encontrado em outros documentos e relatos de autores da época e reforça a teoria de que os quilombos deveriam se manter isolados da sociedade colonial, pois foram fundamentadas na experiência palmariana. Entretanto, tal concepção foi revista e atualizada por meio de múltiplas experiências quilombolas em território nacional encontradas nos documentos históricos e que tratam de variados modos de sobrevivência dos negros.

Discutir e relacionar as políticas públicas que perpassam sócio historicamente as temáticas à questão do **patrimônio** e das comunidades **remanescentes de quilombos** é fundamental para nos situarmos nos meandros de nossa discussão, na qual ambos se entrelaçam sobretudo no cenário político ideológico vigente. Não intentamos fazer um total retrospecto das duas áreas e suas relações com políticas públicas, mas tentamos pontuar as questões as quais os dois conceitos se cruzam e passam a caminhar paralelamente, na busca de reparação histórica, cidadania e dever de memória da população remanescente.

No Brasil, as práticas de política de patrimônio surgem a partir da iniciativa do Estado em assumir um papel proeminente na formulação de uma concepção oficial de cultura, voltada para a construção de uma ideia de nação. De acordo com os apontamentos de Maria Londres Fonseca⁵⁹, a publicação do Decreto 3.551/2000 se insere nas trajetórias emblemáticas de Mario

⁵⁶ SCHMITT Alessandra, TURATTI Maria C. CARVALHO Maria Celina. Atualização do Conceito de Quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente & Sociedade**. Ano V - No 10 - 1o Semestre de 2002. p. 3.

⁵⁷ PITA, Sebastião da Rocha. **História da América Portuguesa**. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: EDUSP, 1996.

⁵⁸ FIABANI, Ademir. Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão as comunidades remanescentes [1532-2004]. São Paulo: **Expressão popular**, 2005, p. 48.

⁵⁹ FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mario (orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro, DP&A, 2003, 316 p. 25-33

de Andrade e posteriormente, Aloísio Magalhães. Esse fato contribuiu não apenas para a reorientação dos estudos de universidades e institutos de pesquisa pelo interesse em mapear, documentar e analisar diferentes manifestações da cultura brasileira, como também contribuiu massivamente para a criação de órgãos estaduais e federais de cultura, os quais se dedicarão a construir, por meio do patrimônio, a identidade cultural das cidades.

O início da renovação nas políticas de preservação do patrimônio pode ser percebido no contexto brasileiro a partir dos anos 70, com a ampliação do conceito e com a introdução de novas funções e usos culturais e sociais para a gestão do patrimônio urbano, ambiental, histórico e cultural.

Maria de Lourdes D. Pereira e Luciana Machado, em **As Políticas Públicas Para a Preservação do Patrimônio**⁶⁰, destacam que a criação do Ministério da Cultura, em 1985, mesmo havendo políticas culturais desde os anos 1930, demonstra um atraso na institucionalização dessa área na política pública pelo Estado. Em relação à política cultural de patrimônio, o Estado brasileiro criou, na década de 1930, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), na época denominado Serviço Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), com o objetivo de preservar a cultura brasileira e fortalecer a identidade nacional. Continuam a descrever que nesse período houve, também, a estadualização das políticas de preservação, sendo importante mencionar, aqui, a lei de criação do IEPHA/MG, em 1971.

O Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais foi criado pela Lei Estadual nº 5.775 com o objetivo de exercer a proteção, no território do Estado de Minas Gerais, aos bens móveis e imóveis, de propriedade pública ou particular, de que trata o Decreto Lei Federal nº 25, de 30 de novembro de 1937, e a legislação posterior. A criação de um órgão estadual teria função de auxiliar a atuação do órgão federal, na época, o SPHAN, além de possibilitar a preservação de bens culturais de extrema importância para o Estado.

As autoras destacam o processo de municipalização dos programas de preservação e a descentralização político administrativa, já no final dos anos 80, adjunto à introdução do capítulo inédito sobre Política Urbana na Constituição Federal de 1988 e fatores que mudariam os nortes das políticas públicas patrimoniais.

Este veio alterar substancialmente o princípio de propriedade ao estabelecer, em seu artigo 182, que “a política de desenvolvimento urbano [...] tem por objetivo

⁶⁰ PEREIRA, Maria de Lourdes D. e MACHADO, Luciana. Políticas Públicas para a Preservação do Patrimônio. **Fórum de Patrimônio**. Belo Horizonte, v2, n.1. 2008.

ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes” e que o Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. E introduz uma mudança paradigmática ao tornar os usos coletivos e sociais preponderantes sobre os usos privados no que concerne aos espaços públicos. Em nossa visão, estas transformações nos princípios constitucionais relacionam-se diretamente com as mudanças na concepção de preservação, em suas regulamentações e na atuação dos agentes públicos e das comunidades nesse processo.⁶¹

Segundo Arruti⁶², as reivindicações de movimentos sociais negros contribuíram para que as demandas territoriais das comunidades quilombolas fossem reconhecidas como legítimas pelo Estado brasileiro no ano de 1988, por meio do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A aprovação do Artigo 68, que reconheceu "aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras" sua propriedade definitiva, deveria ter, portanto, um sentido de reparação dos prejuízos trazidos pelo processo de escravidão e por uma abolição que não foi acompanhada por nenhuma forma de compensação, sobretudo, em relação ao acesso à terra. Assim, o tema “remanescentes de quilombos” começou a se expandir e uma mobilização cada vez mais ampla pela “busca de direito” com base no artigo 68 promoveu um largo processo de recuperação e reenquadramento de memórias. O número de comunidades registradas nas atuais políticas públicas, por meio do processo de certificação da Fundação Cultural Palmares, é de mil setecentos e trinta e nove, sendo atendidas pouco menos que cento e quarenta e cinco mil famílias.⁶³ Com exceção da política de regularização fundiária, que tem normatização própria e se diferencia substantivamente dos demais mecanismos de reforma agrária, as demais políticas públicas dirigidas às comunidades quilombolas resultam basicamente na previsão de uma participação especial nas políticas gerais.

As políticas de reconhecimento quilombola têm seu prenúncio no art. 68º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal (CF) de 1988, segundo o qual “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir à eles títulos respectivos⁶⁴”.

⁶¹ Ibidem 43.

⁶² ARRUTI, José Maurício. **Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola**. Bauru, SP: EDUSC, 2006.

⁶³ ARRUTI, José Mauricio. Políticas públicas para quilombos - Um ensaio de conjuntura a partir do exemplo da Saúde. **Contexto quilombola**. Ano 3 - Nº 11. Julho de 2008.

⁶⁴ Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68.

Uma vez que o decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, modifica a exigência em relação a necessidade da ocupação das terras em período anterior à Abolição da Escravatura pelas comunidades quilombolas, apresenta um conceito explícito de remanescentes das comunidades de quilombo, descrevendo como comunidades quilombolas:

“[...] grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.”⁶⁵

A partir de então, instituiu-se a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), por meio do Decreto nº 4.886, de 20 de novembro de 2003, cujo art. 2º destaca como objetivo principal dessa política “[...] reduzir as desigualdades raciais no Brasil, com ênfase na população negra.”⁶⁶.

Em 2004, criou-se o Programa Brasil Quilombola (PBQ), pelo Governo Federal, garantindo acesso à terra, infra-estrutura, qualidade de vida, inclusão produtiva, desenvolvimento local e cidadania. O art. 1º das ações da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída pelo Decreto nº 6.040⁶⁷, de 7 de fevereiro de 2007, prevê o reconhecimento, valorização e respeito à diversidade socioambiental e cultural [...], levando-se em conta, dentre outros aspectos, etnia, raça, gênero, idade, religiosidade, ancestralidade, orientação sexual e atividades laborais, prevendo articulação com as demais políticas públicas para a erradicação de todas as formas de discriminação .

Jose Mauricio Arruti⁶⁸ observa que o aumento do número de comunidades quilombolas e a incoerência entre dados do governo SEPPPIR (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) e registros da Fundação Palmares é algo interessante. O número de comunidades registradas nas atuais políticas públicas é de três mil e novecentos, enquanto o número de comunidades estabelecidas por meio do processo de certificação da Fundação Cultural Palmares é de mil setecentos e trinta e nove. Para o autor, essa discrepância ganha sentido ao passo que a:

⁶⁵ Op. cit. 55

⁶⁶ Ibidem 45.

⁶⁷ Decreto nº 6.261, de 20 de novembro de 2007. Dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 21 nov. 2007b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6261.htm>. Acesso em: 03 dez. 2016.

⁶⁸ Op. Cit. 54.

multiplicação dos quilombos nos muitos municípios, servindo a uma nova forma de exploração destas comunidades, agora por meio do dinheiro público que lhes é destinado e do qual elas não usufruem na forma de políticas públicas. Além disso, tal exploração tem dois efeitos perigosos do ponto de vista político. De um lado, ela implica na criação de associações comunitárias de cima para baixo, totalmente descoladas da noção de representação comunitária e tuteladas pelos interesses políticos locais assentados nas municipalidades. De outro, isso mina as bases de um movimento regional e nacional quilombola que tem feito grande esforço por se constituir como sujeito de interlocução dos governos estaduais e federal. Além das dificuldades de organização e produção de quadros inerentes a qualquer movimento social, os quilombolas podem estar sofrendo esta ação perversa na forma de constituição de parte de suas associações locais, cujo crescimento coloca em risco o próprio movimento.

Em **Sobre o Patrimônio como Instrumento Político: Territórios Quilombolas em MG**, Cristiane Ávila ressalta que a titulação dos territórios quilombolas é a principal demanda dessas populações frente ao poder público. Porém, outras áreas começam a ser exigidas na medida em que a complexidade e a diversidade de tais contextos se emergem. Neste sentido, o acesso a direitos pelas chamadas comunidades tradicionais passa também por uma mobilização interna e pelo enquadramento a dispositivos legais, nos quais membros do grupo e agentes *externos acionam os sinais ou elementos, que “identificam” o que é ser “quilombola”*.

Acreditamos que a função do patrimônio (para nós, uso social) se realize, no sentido de que diversos grupos sociais possam se reconhecer neste repertório, não basta apenas uma revisão dos critérios adotados pelos órgãos e instituições responsáveis que aplicam as leis de políticas públicas competentes. Além disso, é necessária uma revisão de procedimentos, proporcionando abertura para “participação da sociedade no processo de construção e de apropriação de seu patrimônio cultural”⁶⁹.

A obra **Liberdade por um fio**⁷⁰ é um exemplo da exposição de novas experiências quilombolas que fogem do modelo de Palmares, configurando a realidade destas comunidades em diversas regiões do país. A obra mencionada foi organizada por João José Reis e Flávio Gomes, juntos os autores disponibilizaram aos leitores um vasto arsenal de experiências quilombolas em todo o Brasil, cada qual com suas características próprias adequadas a cada região, desde o isolamento de Palmares aos quilombos urbanos nas imediações das cidades. Com o advento da abolição, a luta passou a ocorrer não apenas pela sobrevivência, mas principalmente, pela manutenção de um direito sobre sua terra.

⁶⁹ Op. cit. p. 42.

⁷⁰ REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Liberdade por um Fio**. São Paulo: Cia das Letras, 1996

Conforme observa Ademir Fiabanni,⁷¹ o quilombo deixou de existir como fenômeno sociológico histórico, renasceu no Brasil rural como comunidades negras, de diferentes origens, que continuam lutando pelo controle da terra e pela oferta de sua força de trabalho, algo novo e diferente para o período da escravidão pois, o negro livre, poderia dispor de sua força de trabalho. Com o passar do tempo, entre 1950 e 1970, a definição de comunidade quilombola ganhou conotações de resistência ao poder vigente: **Resistência Cultural, Resistência Política** e por último, **Resistência Negra**.⁷²

Em 5 de outubro de 1988, após anos no esquecimento, as comunidades negras rurais voltam à cena na Constituição Federal aprovado o artigo 68 do ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal. “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (Brasil, 1988).

Somente em 1994, o grupo de trabalho sobre comunidades negras rurais da Associação Brasileira de Antropologia conferiu uma definição mais próxima do que temos hoje sobre o que seria uma comunidade quilombola, em que dizia:

[...] não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma nem sempre foram constituídos a partir de uma referência histórica comum, construída a partir de vivências e valores partilhados(...). A utilização dessas áreas obedece à sazonalidade das atividades, sejam agrícolas, extrativistas e outras, caracterizando diferentes formas de uso e ocupação do espaço, que tomam por base laços de parentesco e vizinhança, assentados em relações de solidariedade e reciprocidade (Associação Brasileira de Antropologia, 1994, p. 81-82).⁷³

Os quilombos constituíram, nas Minas Gerais do século XVIII, uma das mais completas e complexas formas de reação do escravo ao regime escravocrata. Sem dúvida, eles tiveram grande participação na dinâmica social mineira, pois, entre os anos de 1710 a 1798, foram descobertos e posteriormente destruídos nada menos que 160 quilombos na região das Minas Gerais. Com esses dados, podemos até mesmo contestar teses que afirmavam que a escravidão

⁷¹ FIABANI, Ademir. Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão as comunidades remanescentes [1532-2004]. São Paulo: **Expressão popular**, 2005.

⁷² Ibidem.33. 5

⁷³ Associação Brasileira de Antropologia, 1994. p. 81-82. APUD In: SCHMITT Alessandra, TURATTI Maria C. CARVALHO Maria Celina. Atualização do Conceito de Quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente & Sociedade** Ano V - No 10 - 1o Semestre de 2002.

foi suave ou da existência de relações harmoniosas entre senhores e escravos e da aceitação dos escravos de sua condição de mera “coisa” na sociedade brasileira colonial e imperial.

Ilka Boa Ventura, em **Os Quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas**, entende o quilombo como conceito sócioantropológico ao discutir suas atuais implicações teóricas e políticas, principalmente, no que diz respeito ao quadro atual de exclusão social no Brasil. A autora estabelece um contraponto entre os atuais impasses ao entendimento do artigo 68 da Constituição Brasileira, o qual se refere às comunidades remanescentes de quilombos - e o processo de regulamentação - entre as quais se destaca a folclorização da cultura e identidade negras. Boaventura aponta para a necessidade de novos referenciais que possam superar certo reducionismo teórico no que concerne às implicações antropológicas dos direitos específicos ou “difusos” das “novas etnias”.⁷⁴

José Mauricio Arruti, em **Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola**, argumenta sobre a formação dessas comunidades, diz que são uma parcela representativa no meio rural brasileiro, e ressalta que muitas destas comunidades negras não surgiram apenas durante a escravidão, mas também nos pós-abolição.⁷⁵

Flávio Santos Gomes, em seu livro **Mocambos e Quilombos; uma história do campesinato negro no Brasil**, relata que, espalhadas por todo o Brasil, as comunidades negras rurais e remanescentes de quilombos dão continuidade a um processo longo da história da escravidão e das primeiras décadas da pós-emancipação, época em que inúmeras comunidades de fugitivos da escravidão - e, depois, aquelas com a migração dos libertos - se formaram. Destaca não se tratar de um passado imóvel, como aquilo que sobrou de um passado remoto, mas, sim, do fruto de histórias complexas de ocupação agrária, criação de territórios, cultura material e imaterial, baseadas no parentesco e no uso e manejo coletivo da terra.

O autor afirma que o desenvolvimento das comunidades negras contemporâneas é bastante complexo, com seus processos de identidade e luta por cidadania. Flávio Gomes analisa a formação dos quilombos na região do estado do Rio de Janeiro e combate o que por muito tempo foi predominante na historiografia: o discurso de que os quilombos eram comunidades de negros marginais ao mundo da escravidão e de que viviam na política do isolamento, numa tentativa de rememorar a vida na África como alternativa ao sofrimento das senzalas. Demonstra de modo satisfatório que esse não foi em absoluto o caso dos quilombos,

⁷⁴ LEITE, Boaventura Ilka. **Quilombos no Brasil questões conceituais e normativas**. Universidade Federal de Santa Catarina. Etnográfica. Vol. (2). 2000. Disponível em: http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_333-354.pdf.

⁷⁵ ARRUTI, José Maurício. **Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola**. Bauru, SP: EDUSC, 2006.

nem com os do Rio de Janeiro, como em muitos outros quilombos em lugares diferentes e épocas anteriores. O que ele anseia é demonstrar que havia relações contínuas, entre quilombolas e cativos: relações econômicas, culturais e mesmo familiares.⁷⁶ Um processo histórico de resistência, deflagrado no passado, é evocado para constituir resistência hoje, praticamente como a reivindicação de uma continuidade desse mesmo processo. Ao relacionar identidade e questões de poder, nos lembra que quem é obrigado a reivindicar uma identidade encontra-se necessariamente em posição de carência e subordinação⁷⁷. Sobre essa relação entre direito a memória, identidade e valorização da cultura dos remanescentes, Smith, Turatti e Carvalho destacam:

[...] historicamente desfavorável no que diz respeito às relações de poder, que comunidades quilombolas vêm lutando pelo direito de serem agentes de sua própria história. Em tal situação de desigualdade, **os grupos minoritários passam a valorar positivamente seus traços culturais diacríticos e suas relações coletivas como forma de ajustar-se às pressões sofridas, e é neste contexto social que constroem sua relação com a terra, tornando-a um território impregnado de significações relacionadas à resistência cultural.** Não é qualquer terra, mas a terra na qual mantiveram alguma autonomia cultural, social e, conseqüentemente, a autoestima.⁷⁸

Arruti⁷⁹ em **Entre o campo e a cidade: os quilombos, hibridismos conceituais e vetores de urbanização** destaca que o processo de atribuição de "direitos" às "comunidades remanescentes de quilombos" opera um tipo de transformação semelhante entre as comunidades rurais negras, dando origem também a processos de etnogênese, ou seja, a construção fraternal de uma autoconsciência e de uma identidade coletiva (de base racial e/ou histórica) contra a ação de um Estado Nacional opressor, com objetivos de ganhos políticos, entre os quais pode-se encontrar alguma expectativa de autodeterminação, sendo ainda que os grupos étnicos não são perseverados ou preservados, e sim criados. Foi então determinado que processo de localização e mobilização para o reconhecimento de "remanescentes" deixasse o universo das "questões de raciais", para figurar no plano de uma etnogênese, já que não se trata de recuperar etnias, no sentido convencional, mas produzir novos sujeitos políticos capazes de mobilizarem uma série de elementos de identidade comum e de caráter localizado que remetem a um mesmo

⁷⁶ GOMES, Flávio dos Santos; **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

⁷⁷ SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice. O social e o político na transição pós-moderna**. São Paulo: Cortez, 1997.

⁷⁸ SMITH, TURRATI, CARVALHO. Op. Cit. P. 28 (Grifo nosso)

⁷⁹ ARRUTI, José Mauricio Arruti. **Entre o campo e a cidade: os quilombos, hibridismos conceituais e vetores de urbanização**. In: **Direitos quilombolas e dever só estado em 25 anos da constituição de 1988.org**. Osvaldo Oliveira. RJ: Associação Brasileira de Antropologia, 2016.

passado de escravidão e submissão, a fim de alcançarem novos recursos, em particular os de natureza territorial. O que denota para Arruti uma reapropriação de velhos modelos ou antigos elementos de cultura e de memória para novas finalidades, as quais no passado assumiam um repertório de símbolos, rituais e personagens exemplares que até então poderiam ser desconhecidos pela maior parte da comunidade. Deste o modo, autor sugere que passemos não mais a usar o termo remanescente, mas sim emergente:

A importância de percebê-los como emergentes está em reconhecer que o seu lugar, porque ainda mal definido tanto com relação às condições de acesso aos seus novos direitos, quanto às condições de exercício de sua nova identidade, antes de fazer aqueles que o ocupam, ainda está por ser feito por aqueles que conseguirem ocupá-lo. Por sua vez, a definição mais favorável daquilo que devem ser não depende apenas deles ou dos seus opositores, mas também do estado da correlação de forças em que aquelas comunidades e seus mediadores e concorrentes a mediadores estão inseridos e na qual o papel interpretativo do antropólogo e do historiador parece ter destaque. Reconhecer a sua construtividade, ligada à "plasticidade identitária" que marca boa parte dessas comunidades, antes de vir a deslegitimar o lugar dos pretendentes, serve como um sinal de alerta para aqueles que operam na correlação de forças que definirá qual é este lugar e quais as formas de acesso a ele.⁸⁰

Ilka Boa Ventura Leite⁸¹ ressalta as muitas contradições entre a Legislação (referente as políticas quilombolas) e a sua efetiva aplicação. Afirma que a incorporação do quilombo na ordem jurídica não tem sido satisfatória para alterar as práticas de expropriação e controle da terra, e com isso, a situação de precariedade em que vivem os grupos negros na atualidade permanece. A ação estatal de proteção às chamadas comunidades quilombolas tem se ampliado e pode até ser considerada uma prática inovadora hoje em dia, mas se apresenta ainda muito ineficaz, fazendo-se necessária uma ação redobrada de participação política por parte dos movimentos sociais negros no Brasil. O quilombo assume um papel emblemático nas lutas dos negros e em suas reivindicações por cidadania nos diversos períodos da história, sendo este momento atual mais um deles. A sua dinâmica revela que o conjunto de transformações por ele engendrado transcende o que convencionalmente tem sido tratado como agenda política exclusiva do movimento social. As transformações que o quilombo instaura são muito mais amplas e, portanto, de cunho eminentemente identitário.

⁸⁰ARRUTI, José Maurício Andion. A emergência dos "remanescentes": notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. *Mana*. v.3, n.2, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131997000200001&lng=en&nrm=iso>. acesso em: 27 de junho de 2019.

⁸¹ LEITE, Ilka Boaventura. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 16, n. 2008 Acesso em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000300015&lng=en&nrm=iso.

A pergunta que parece mais recorrente na atualidade quando buscamos entender esse processo se depara com a necessidade daquilo que o Estado instaura como sendo o “projeto Quilombola”, e nesse mesmo momento, o quilombo passa a integrar diversas noções de direito, não só direito a terra mas todos os outros, às manifestações artísticas como direitos ao acesso à educação, água, luz, saneamento, saúde.

direito vai do campo à cidade, do individual ao coletivo; e, principalmente, quando o quilombo como direito confronta projetos e modelos de desenvolvimento, questiona certas formas de ser e viver, certos usos dos recursos naturais, seus usufrutos, o parentesco, a herança, as representações políticas e muito mais; quando o quilombo deixa de ser exclusivamente o direito a terra para ser a expressão de uma pauta de mudanças que, para serem instauradas, precisam de um procedimento de desnaturalização dos direitos anteriores: de propriedade, dos saberes supostos sobre a história, dos direitos baseados nas concepções de público e privado, entre tantos outros.⁸²

1.4 A presença escrava na Zona da Mata mineira; debates historiográficos

É necessário perpassarmos a historiografia que discute a população escrava nas Minas Gerais. É um processo interessante para compreendermos a sociedade e a memória deixada para a população afrodescendente. Laura de Melo e Souza destaca em **Desclassificados do ouro** que em certos momentos na história de Minas, principalmente depois da descoberta do ouro, a maioria absoluta da população mineira era escrava.⁸³

Douglas Libby ressalta em **As populações escravas nas minas setecentistas: um balanço preliminar**, que tal população se concentrava massivamente em Ouro Preto e Mariana, e registros paroquiais de batismos de filhos de negras⁸⁴ comprovam que a maioria da população era escrava. O inglês Russel-Wood descreve Minas Gerais como uma região peculiar em relação às demais localidades do país.

O negro escravo estava em várias partes. Além das jazidas de ouro, casas patriarcais ou eram escravos de ganho nas ruas. Muitos autores afirmam que, no final do século XVIII, a população negra livre era maior que a população branca e, no século XIX, superou a escrava. Essa era a única dinâmica econômica vigente na capitania.

⁸² Ibidem, p. 11.

⁸³ SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do Ouro: A Pobreza Mineira no Século XVIII**. São Paulo: Graal, 1986. p. 51-90.

⁸⁴ LIBBY, Douglas Cole. As populações escravas das Minas setecentistas: um balanço preliminar. In: RESENDE, M.E.L. & VILLALTA, L. C. (orgs). História de Minas Gerais. **As Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 407-438, vol. 1.

Geosiane Mendes Machado,⁸⁵ em **Com Vistas à Liberdade: Fugas Escravas e Estratégias de Inserção Social do Fugido nos Últimos Décênios do Século XIX em Minas Gerais** salienta que, dentro do rol de temáticas que envolveram os estudos mineiros a partir das últimas décadas do século XX, merecem destaque aquelas que enfatizaram a diversidade nas relações entre senhores e escravos, seus padrões de conflito e negociação, miscigenação, relação de gênero, modalidades de resistência escrava, constituição de família, dentre outros. No entanto, nem sempre essas temáticas estiveram no cerne dos estudos. Predominaram por muito tempo os grandes eventos, como o declínio aurífero, o boom canavieiro ou mesmo questões em torno de aspectos políticos e administrativos da província mineira.

Francisco Iglesias,⁸⁶ faz referência à dinâmica interna em Minas Gerais, admitindo que o processo “mineratório não se esgota na bateia ao longo dos rios ou na exploração de um veeiro”, já que, em Minas Gerais, a sociedade era menos extremada que as demais províncias, havendo entre o senhor e o escravo uma lacuna na qual eram estabelecidas relações de trabalho. Minas Gerais, além de sua importância no cenário econômico pelo ouro, também possuía um ótimo mercado interno. A província mineira tinha uma economia diversificada que absorvia a mão-de-obra escrava e livre.

A população escrava, com essas oportunidades do mercado aluvional das minas, adquiria saberes e profissões para servirem a seus senhores. Futuramente, isso significaria novas oportunidades. Há ainda outras vertentes na historiografia que muito contribuem para a compreensão da população escrava das minas: a influência da população escrava na vida religiosa da província; a transição do trabalho cativo ao trabalho livre e a demografia. Tais vertentes desvendaram a complexidade da escravidão nessa província, tornando possível compreender Minas Gerais nas suas diversificadas facetas.⁸⁷

Eduardo França Paiva destaca a importância em reconhecermos o universo indistinto das relações entre senhores e escravos, com suas diferentes formas de resistências, usadas em testamentos⁸⁸. Abordagens de Paiva, nos possibilitam entender as estratégias de inserção do escravo na sociedade mineira, nas quais era visto como inferior. O autor traça uma nova interpretação da escravidão em Minas Gerais, no século XVIII e XIX, e conclui que em cada

⁸⁵ MACHADO, Geosiane Mendes. **Com vistas à liberdade: fugas escravas e estratégias de inserção social do fugido nos últimos décênios do século XIX em Minas Gerais**, Dissertação, (Mestrado em Filosofia) Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte Março de 2010.

⁸⁶ IGLESIAS, Francisco. **Minas e a imposição do Estado no Brasil**. Revista de História, 50(1), 1974.

⁸⁷ GUIMARÃES, Carlos Magno e REIS, Liana Maria. Agricultura e caminhos de Minas (1700-1750). In: **Revista do Departamento de História**. Nº 4, Departamento de História - FAFICH/UFMG.

⁸⁸ PAIVA, Eduardo França. **Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos**. São Paulo: Annablume, 1995, p. 61.

nova estratégia de dominação, novas estratégias de resistência são desenvolvidas pelos escravos e libertos nas relações cotidianas.⁸⁹

Não nos esqueçamos da rica contribuição que nos trará João José Reis e Eduardo Silva em **Negociação e Conflito** no que se refere à compreensão da formação dos quilombos e às diversas circunstâncias que culminaram na fuga de escravos. Ambos discutem também as relações entre classe, etnia e religião.

Confirmando as tendências dominantes da historiografia contemporânea, os autores afirmam que o escravo também foi sujeito de sua própria história, por terem desenvolvido uma particular sabedoria política e por terem conquistado seus espaços de autonomia na sociedade em que viveram. Enfatiza-se, principalmente, a persistência de uma tradição de rebeldia que se expressou como as fugas temporárias, as sabotagens, as revoltas e os quilombos, todos sintomas de uma resistência endêmica na sociedade escravista brasileira. “Considerados como simples feixes de músculos, os escravos falam frequentemente por meio de suas atitudes, indicando em cada momento histórico, o que consideravam um direito, uma possibilidade ou uma exorbitância inaceitável”.⁹⁰

Essas discussões trarão contribuições para analisarmos e compreendermos como se constituiu a história desta comunidade de remanescentes de quilombo, como é trabalhada a acepção desta memória pelos moradores da comunidade Buieie e como os setores públicos e políticos da sociedade viçosense trabalham e respaldam essa memória. Com a crescente discussão e valorização de um patrimônio imaterial, no qual o cotidiano, práticas e saberes do povo afrodescendente ganham mais importância em meio a um discurso de preservação e continuidade de uma memória, quais são os embates existentes por detrás dessa crescente “busca e valorização da memória quilombola?”

⁸⁹ REIS, João J. e SILVA Eduardo. **Negociação e conflito**. São Paulo, Companhia das letras, 1996. p. 15.

⁹⁰ Ibidem.

PARTE II

O meu olhar é nítido como um girassol.
Tenho o costume de andar pelas estradas
Olhando para a direita e para a esquerda,
E de vez em quando olhando para trás...
E o que vejo a cada momento
É aquilo que nunca antes eu tinha visto,
E eu sei dar por isso muito bem...
Sei ter o pasmo essencial
Que tem uma criança se, ao nascer,
Reparasse que nascera deveras...
Sinto-me nascido a cada momento
Para a eterna novidade do Mundo...
Creio no Mundo como num malmequer,
Porque o vejo. Mas não penso nele
Porque pensar é não compreender...
O Mundo não se fez para pensarmos nele
(Pensar é estar doente dos olhos)
Mas para olharmos para ele e estarmos de
acordo...
Eu não tenho filosofia: tenho sentidos...
Se falo na Natureza não é porque saiba o que
ela é,
Mas porque a amo, e amo-a por isso,
Porque quem ama nunca sabe o que ama
Nem sabe porque ama, nem o que é amar...
Amar é a eterna inocência,
E a única inocência é não pensar...
(Fernando Pessoa)

Capítulo 2: O Buieió sob novos olhares, por novas memórias viçosenses

A busca por rememoração do passado em muitas cidades brasileiras é algo real e latente, sendo condicionadas por incentivos e políticas públicas patrimoniais. Um exemplo claro é o ICMS cultural, Imposto Sobre Circulação de Mercadoria e Prestação de Serviços, ou, popularmente, lei Robin Wood⁹¹, que, segundo a página oficial do IEPHA, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, é um programa de incentivo à preservação do patrimônio cultural do Estado e de referências culturais por meio de políticas públicas relevantes. A cidade de Viçosa, por exemplo, segundo o site de notícias oficiais do IEPHA, se destacou na pontuação entre as cidades de sua região no ano de 2017.⁹²

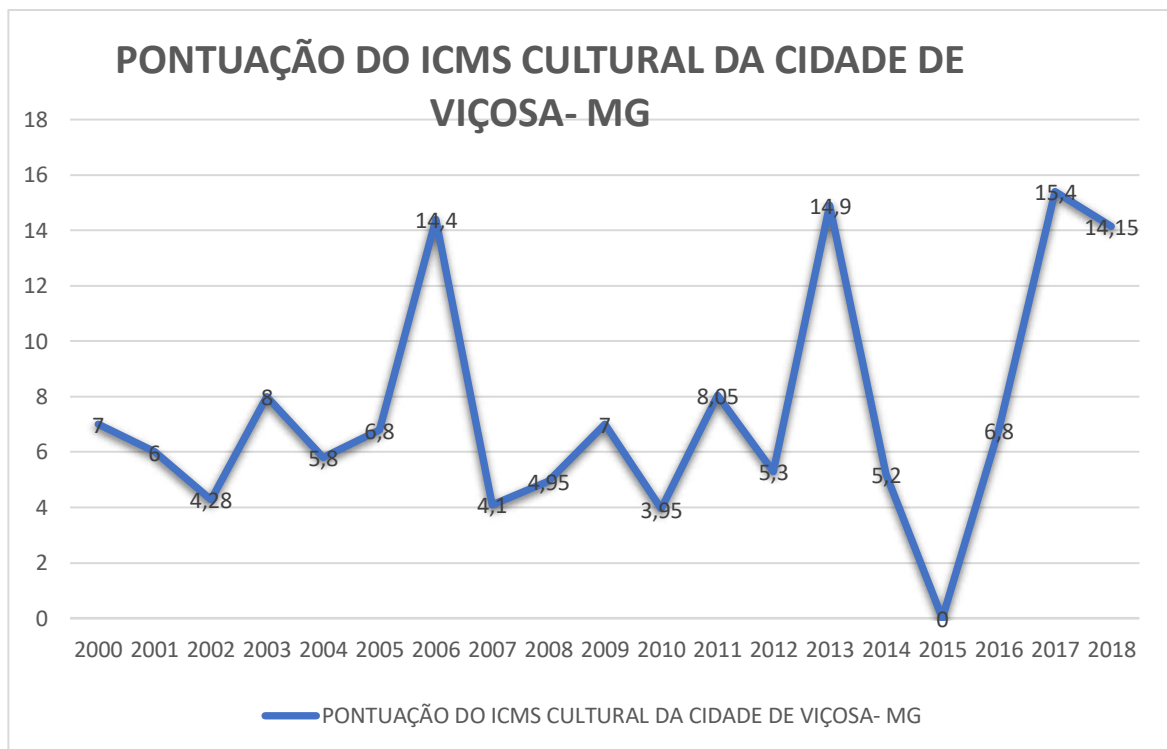


Figura 2: Gráfico de pontuação do ICMS cultural da cidade de Viçosa, baseado nas planilhas de divulgação do estado de Minas Gerais pelo Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais.

Disponível em: www.iepha.com.br. Acesso em 02/06/2019.

⁹¹ Atividade permanente do estado iniciada em 1996, a Lei Robin Hood define os critérios de distribuição dos recursos do ICMS/IPI-exportação para os municípios de Minas Gerais com os objetivos de melhorar a distribuição da receita arrecadada com o imposto e promover o desenvolvimento de políticas públicas em âmbito municipal.

⁹² Informações retiradas no site oficial <http://iepha.mg.gov.br/index.php/comunicacao/sala-de-imprensa>.

Acima reproduzimos um gráfico de acordo com as planilhas de pontuação do ICMS da cidade de Viçosa (Minas Gerais) disponíveis na página oficial do IEPHA⁹³, analisamos as planilhas a partir do ano 2000 (onde delimitamos ponto de partida da nossa análise para as discussões políticas em torno das comunidades remanescentes como também da temática patrimônio imaterial no país) até o ano de 2018.

Observamos que apesar da cidade de Viçosa não se enquadrar como um “centro Histórico” (Como as cidades vizinhas de Ouro Preto e Mariana), em alguns anos não subsequentes, ela atingiu pontuações significativa. Essas altas de pontuação foram observadas nos anos de: 2006 com 14, 4 pontos; 2013 com 14, 9 pontos; 2017 com 15,4 pontos e 2018 com 14, 15. Nos chama atenção, também, o ano de 2015 em que a pontuação foi nula (0). Vale destacar que os critérios de avaliação e pontuação segundo o IEPHA levam em conta questões como: proteção, salvaguarda de bens, número de elaboração inventários, número de tombamentos, o empenho da gestão municipal do setor responsável e também os trabalhos de educação patrimonial realizados em cada cidade, mas ressaltando sempre a primazia de que “o que importa é o município se apropriar de suas raízes, preservar suas referências locais e conservar seu patrimônio, pois desta forma estará solidificando sua *identidade*”⁹⁴. Mas o que

⁹³Os critérios para pontuar e participar do ICMS Patrimônio Cultural, constam nas Deliberações Normativas que estão em vigor, cada pontuação refere-se a quadros e seus respectivos Conjuntos Documentais:

Quadro I GESTÃO; A) Política Municipal de Proteção ao Patrimônio e Outras Ações B) Investimentos e Despesas Financeiras em Bens Culturais Protegidos Quadro II – PROTEÇÃO) Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural B) Processos de Tombamento de Bens Materiais, na esfera municipal C) Processos de Registro de Bens Imateriais, na esfera municipal Quadro III – SALVAGUARDA E PROMOÇÃO) Laudos técnicos do Estado de Conservação dos Bens Materiais Protegidos, na esfera municipal B) Relatórios do Implementação das Ações e Execução do Plano de Salvaguarda dos Bens Protegidos por Registro, na esfera municipal C) Programas de Educação para o Patrimônio, nas diversas Áreas de Desenvolvimento D) Difusão do Patrimônio Cultural As atividades desenvolvidas no ano base devem ser documentadas (comprovantes diversos, declarações, cópias xerox, fichas de inventário, laudos do estado de conservação dos bens protegidos, relatórios diversos, fotografias, filmagens etc.) e apresentadas para análise, a se desenvolverá no ação e preservação. Os recursos serão disponibilizados no ano de exercício.

⁹⁴ICMS Patrimônio Cultural. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoas/icms-patrimonio-cultural#como-est%C3%A1-a-participa%C3%A7%C3%A3o-do-seu-munic%C3%ADpio-no-icms>. Acesso em 4/06/2019.

Viçosa, uma memória elitizada e de pedra e cal ?



Figure 3: imagem montada pela autora baseada na divulgação oficial da PMV de seus bens tombados e inventariados como das célebres figuras representativas da cidade como Arthur Bernardes e Hervé Clodovil. Na imagem contam fotografias de casas do centro histórico.

observamos na prática, não somente na referida cidade como em todo o estado, é uma incessante preocupação dos municípios em “pontuar bem”⁹⁵ a fim de alcançar o estabelecido pela lei estadual 18.030/2009 que versa sobre o repasse dos recursos advindos do Critério do Patrimônio Cultural, no qual as cidades devem comprovar que possuem ações de gestão para a preservação do Patrimônio Cultural. Nossa intenção na explicação do gráfico de pontuação do ICMS Cultural na cidade de Viçosa, na linha do tempo de 2000 à 2018, é apenas mostrar a variabilidade da pontuação, com altas e baixas muito exacerbadas de um ano a outro, demonstrando possíveis falhas na gestão patrimonial, e nos fazendo questionar as ações feitas nos anos de maior pontuação. De fato, tais ações privilegiaram “as identidades” existentes na cidade de Viçosa. Compreender os critérios de cada pontuação e as variações significativas nos níveis de pontuações nesta linha temporal, fica como sugestão para trabalhos futuros.

Identificamos assim, a existência de uma Política Patrimonial movida por números e para números. Infelizmente, a maioria das ações pensadas e planejadas nas cidades mineiras não prezam pela preservação, salvaguarda e valorização da identidade da população local, como de fato o IEPHA preza. Diferentemente, observa-se nas secretarias e conselhos responsáveis o

⁹⁵ Desde 2017 participei das reuniões do Conselho de patrimônio da cidade de viçosa a modo de buscar compreender melhor a sistematização da política municipal para a gestão do patrimônio cultural local. Ainda neste mesmo ano assumi cargo de suplência neste conselho e hoje em 2019 estou como cargo efetivo do conselho como representante da sociedade civil. Assim pude observar de modo breve a forma de trabalhar nos órgãos mencionados no período de 2017-2019.

argumento primordial: “tal ação pontuará”, “necessitamos fazer tal ação para pontuar”, ou então; “não pontuaremos adequadamente”, “precisamos articular tal ação”. Pontuar para arrecadar, esta é a filosofia da política de municipalização do patrimônio cultural. Entre os decretos, leis, números, pedras e cal, o que de fato confere vida e essência ao patrimônio como para as cidades é deixado de lado: o humano.

A cidade de Viçosa, não muito diferente das demais cidades brasileiras, privilegia uma “identidade viçosense” e, conseqüentemente, um patrimônio atrelado à memória de uma elite local, de edifícios de pedra e cal e de chamados filhos ilustres, como as figuras de Arthur Bernardes e Hervé Clodovil. É uma história ancorada na reprodução de memorialistas locais, como bem destaca Walkiria Martins em sua dissertação de mestrado **A Pena e o Compasso: Políticas Públicas Patrimoniais e a Produção da Paisagem Urbana de Viçosa - MG, entre 1980 e 2010**. A autora afirma que a imagem reproduzida e chancelada é de uma “cidade educadora”, “polo cultural”, ligada ao cenário político nacional e com a missão honrosa de servir a pátria com seus serviços educacionais e filhos ilustres.

Ressaltando sempre nos discursos oficiais a imagem de um povo culto, religioso e político, a autora destaca ainda que, ao analisar alguns símbolos da cidade, como hino e bandeira locais, “vemos que, não apenas a educação ou a “cultura”, mas, também o civismo, a religiosidade, atributos tais como inteligência, verdade, destemor, caridade e sabedoria, e suposta ligação entre a realidade sociopolítica local e a nacional, estão presentes”. Uma cidade que reproduz e immortaliza um perfil de viçosense culto, educado, religioso e político, a ideia de um centro histórico onde residem os “fatos e vultos” da verdadeira história da cidade. Martins frisa:

podem-se listar alguns pontos considerados os principais representantes das ideias defendidas na construção da autoimagem assumida por Viçosa: vocação cultural/educacional e política, civismo e conservadorismo quanto a valores morais e éticos. A exaltação de Arthur Bernardes como o viçosense mais ilustre, a visão de “progresso” para tudo o que ocorreu na cidade antes da década de 1970 em contraste com a visão de “modernidade devastadora” para o que ocorre a partir da federalização da UFV em 1969.⁹⁶

De fato, compactuamos com Martins na prerrogativa de que a imagem, a identidade e o patrimônio de Viçosa foram e são traçados como valores, características, personagens “principais”, acontecimentos “importantes” e, sobretudo, escolhas de um grupo de pessoas investidas de poder pela própria sociedade local. Ou seja, há uma memória dita oficial e um

⁹⁶ MARTINS, Walkiria Maria de Freitas. **A pena e o compasso: políticas públicas patrimoniais e a produção da paisagem urbana de Viçosa - MG, entre 1980 e 2010** / Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural Paisagens e Cidadania. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, MG, 2016, p. 85.

patrimônio oficial “sacramentado” que se sobrepõe a uma gama de memórias e patrimônios não oficializados pelas estruturas de poder local.

Mas, não objetivamos aqui discutir nessas memórias já apontadas e chanceladas pelo discurso oficial dos poderes locais. Nosso objetivo é apontar “novas memórias viçosenses”, talvez apontar ao menos uma que não esteja atrelada aos poderes, mas que muito nos revele da identidade de pessoas comuns que construíram essa cidade e têm suas memórias ainda silenciadas, mesmo que fundamentais para o constructo da sociedade viçosense, tanto no que se diz social como culturalmente. Conectamos aqui tais constatações com o pensamento de Michael Pollack em seu livro **Memória, Esquecimento, Silêncio**, no qual o autor destaca que a memória é seletiva, uma construção-elemento da identidade de um povo como um campo de disputas. Nesse campo, as memórias dos grupos minoritários, excluídos e dominados caem no esquecimento ou no silêncio. Porém, esse silêncio sobre o passado não é um esquecimento, mas sim, uma resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais dos grupos majoritários e dominantes.⁹⁷

Segundo Mauricio Abreu em **Sobre a Memória das Cidades**⁹⁸, a cidade é uma das aderências que ligam indivíduos, famílias e grupos sociais entre si. Porém, a cidade não é um coletivo de vivências homogêneas. Para definirmos a memória de uma cidade, nossa categoria de análise não poderia ser a população. Coexistem em uma cidade, em qualquer momento do tempo, inúmeras memórias coletivas. No momento em que tais memórias se eternizam em registros permanentes, não se perde o caráter específico de sua vinculação ao grupo ou à classe que a produziu. Há algo a mais para se considerar, nem todas as memórias de uma cidade conseguiram ser registradas, muitas se perderam no tempo, o que faz com que os vestígios do passado que subsistiram na paisagem, na vida cotidiana ou nas instituições de memória sejam apenas fragmentos das memórias coletivas que a cidade produziu. Os fragmentos estão muitas vezes ligados às estruturas de poder, fazendo com que memórias de grupos sociais mais frágeis se percam com o tempo. Dar voz a estas memórias desvencilhadas das estruturas de poder é uma tarefa necessária e urgente. Segundo o autor de **Sobre a Memória das Cidades**, com a preocupação constante em registrar as memórias coletivas de uma comunidade presentes no cotidiano atual da cidade, poderemos lembrar o passado, eternizar o presente e garantir às gerações futuras um lastro de memória fundamental para a sua identidade. Tal ideia se

⁹⁷ POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

⁹⁸ ABREU, Mauricio. **Sobre a memória das cidades**: Escritos sobre espaço e história. Org. Fania Fridman, Rogério Haesbaert. - Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

complementa com o que Pollak afirma ao definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, fundamentam-se e se reforçam os sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais”.⁹⁹

O passado das cidades brasileiras está sendo revalorizado e a preservação do que sobrou das paisagens urbanas é um objetivo perseguido de inúmeros agentes, destacando-se os governos municipais, de acordo com os apontamentos do geógrafo Mauricio Abreu.

Enfim, que memórias estão sendo buscadas? Qual é o patrimônio que está sendo valorizado e divulgado como sendo um bem da sociedade viçosense? Isso se reproduz em todas as cidades de Minas Gerais, assim como em todo país. Por vezes, o que sobressai é uma memória elitizada de “pedra e cal”, arquitetada para dar visibilidade às memórias que denotam um sentimento de nação civilizada e romantizada nas construções voluptuosas e coloniais. Porém, a cidade de Viçosa não se resume ao seu pequeno e elitizado centro Histórico, sua faceta material já “fadigada” pelo tempo e pelas discussões locais sobre a temática do Patrimônio sufocaram por muitos anos a face imaterial da cidade, composta por múltiplas memórias não consagradas, das minorias emergentes, aos poucos o “gesso” tem se quebrado deixando transparecer o que já não é novo, porém não era até então lembrado pela sociedade como pelas instituições de memória locais.

Em o **Espelho da História: práticas patrimonialistas e transformações na paisagem urbana de Viçosa (1980-2010)**, Civale e Martins¹⁰⁰ ressaltam que a política de patrimonialização não vem sendo fruto de demandas da população viçosense pela valorização da cultura, das tradições, mas também é fruto das negociações frente ao direito da propriedade privada e aos interesses imobiliários e da construção civil. Ressalta aos olhos dos autores o fato do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico ser composto majoritariamente por arquitetos (além de muitos advogados e empresários viçosenses). Os autores denotam ainda que a “história de Viçosa” é reproduzida por esses arquitetos por meio de trabalhos de cunho memorialista, encarados como sendo a história única e verdadeira história da cidade. Esses argumentos construídos foram a base para fundamentar o patrimônio legitimado pelo Conselho,

⁹⁹ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3.

¹⁰⁰ CIVALE, Leonardo; MARTINS, Walkíria Maria Freitas. O Espelho da História: práticas patrimonialistas e transformações na paisagem urbana de Viçosa (1980-2010). **Cadernos de História**, v. 18, n. 28, p. 296-317, <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/P.2237-8871.2017v18n28p296/12017>>. Acesso em: 03 jul. 2019. doi: <https://doi.org/10.5752/P.2237-8871.2017v18n28p296>.

relacionando-os aos filhos ilustres grandes acontecimentos que são divulgados como memória oficial de Viçosa.

Abaixo, trazemos para reflexão, um mapa elaborado pelo Geógrafo Mateus Lacerda para a monografia de conclusão de curso intitulado **Mapeamento do Patrimônio cultural de Viçosa**¹⁰¹ do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Viçosa. Segundo o autor, o mapa poderá ser usado tanto pela população, quanto pelo poder público, a fim de divulgar o patrimônio cultural da cidade para aqueles que ainda não o conhecem como para criação de novas políticas públicas. O mapa elaborado por Lacerda evidencia claramente o Patrimônio elitista que é salvaguardado pelo município, trazendo apenas uma memória da cidade e deixando a margem inúmeras outras, se levarmos em conta a área total do município.

Estão elencados 16 bens materiais nesse mapa, sendo que 14 deles se localizam propriamente na área central da cidade, bens frutos de uma escolha arquitetada ideológica e politicamente. Somente o CENTEV e a estação ferroviária de Silvestre se localizam fora deste cerco privilegiado. Destaco a localização da maioria dos bens identificados e valorizados pelo município para abrir margem ao diálogo com a memória que levantamos nesse trabalho, a memória e patrimônio cultural do Buieié, a comunidade quilombola que até 2017¹⁰² passou despercebida pelas políticas públicas patrimoniais e ações de valorização da sua memória como parte integrante da Cidade de Viçosa.

¹⁰¹ LACERDA, Mateus. **Mapeamento do Patrimônio Cultural de Viçosa -MG**. DGE/ Universidade Federal de Viçosa.2015. Disponível em: <http://www.geo.ufv.br/wp-content/uploads/2015/12/Mateus-Lacerda-da-Silva.pdf>. Acesso em 09/05/19.

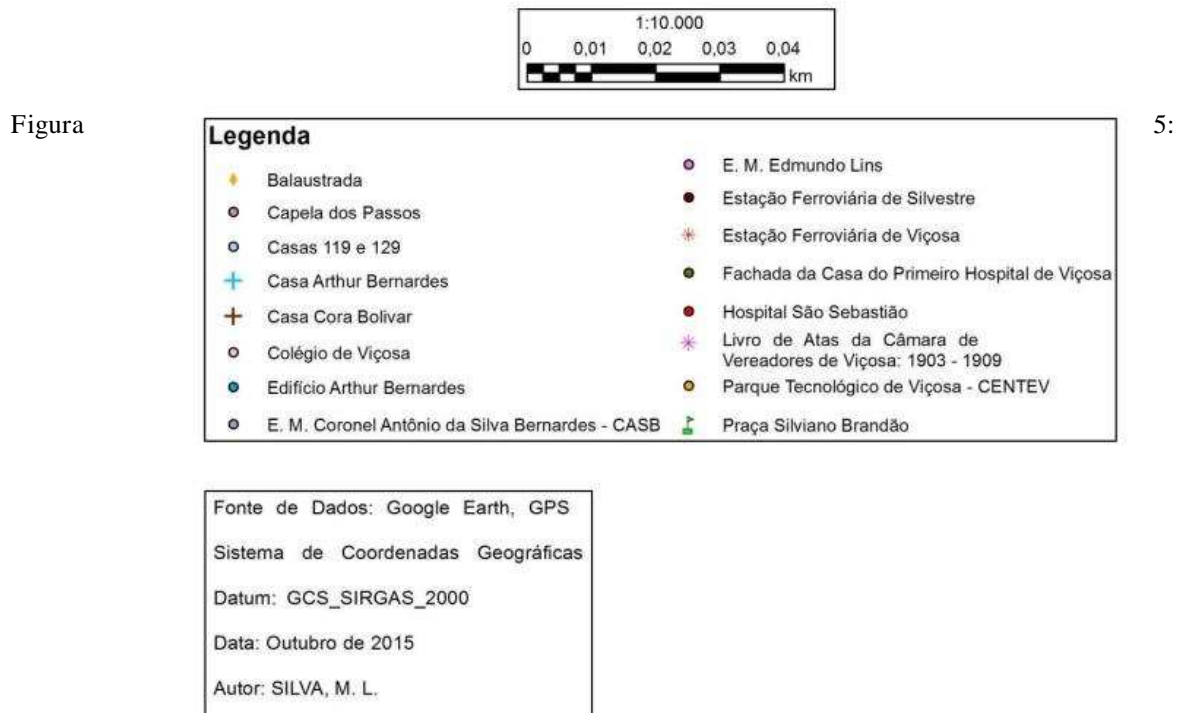
¹⁰² No ano de 2017 quando iniciamos nosso trabalho de Educação Patrimonial na Comunidade Quilombola do Buieié, fomos então convidados pela Secretaria de Cultura a estabelecer parceria nas ações de educação patrimonial onde a secretaria entraria com fornecimento de material para as ações como lanches e material de papelaria. Durante a parceria a secretaria propôs o registro da comunidade como um bem imaterial da cidade através da elaboração de um inventário Participativo onde nos seríamos os mediadores entre secretaria de Cultura e Comunidade. O inventário foi feito após aprovação da proposta pela associação de moradores da comunidade, qual teve efetiva participação de seus membros.

Mapeamento do Patrimônio Histórico de Viçosa - MG



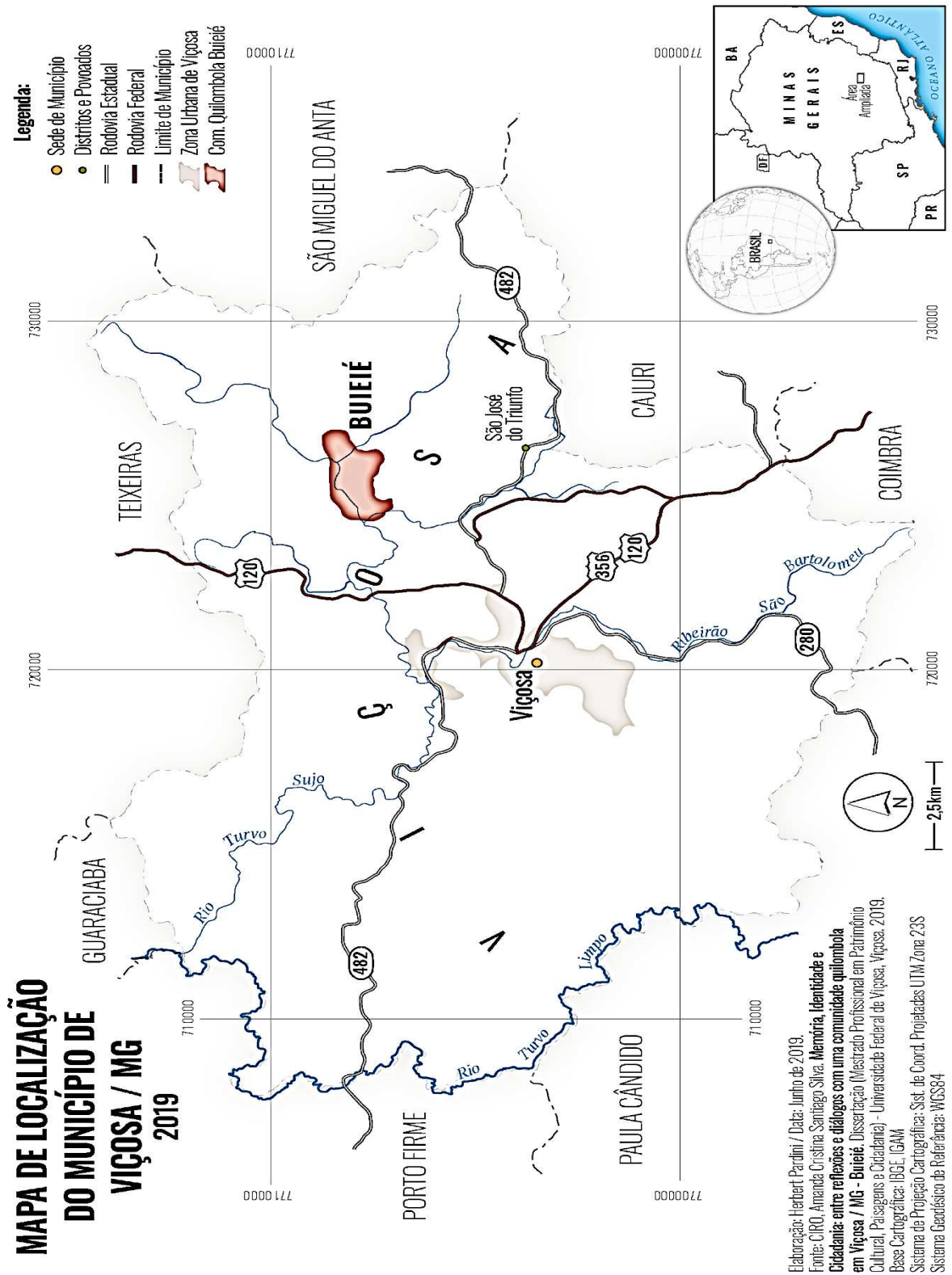
Apresentamos um mapa da cidade de Viçosa em que o foco principal é apresentar a comunidade que está na cor vermelha para evidenciarmos o contraste da localização do “miolo histórico” de Viçosa, como a nosso olhar para uma nova memória viçosense até então esquecida, a comunidade do Buieíé.

Figure 4: MAPA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DA CIDADE DE VIÇOSA. In: Disponível em LACERDA, Mateus. **Mapeamento do Patrimônio Cultural de Viçosa -MG**. DGE/ Universidade Federal de Viçosa.2015. Disponível em: <http://www.geo.ufv.br/wp-content/uploads/2015/12/Mateus-Lacerda-da-Silva.pdf>. Acesso em 09/05/19.



Localização no mapa do município de Viçosa/MG da comunidade quilombola do Buieieí. Mapa elaborado por Herbert Pardine. 2019.

Falar de Patrimônio Cultural, memória, identidade em uma comunidade negra rural quilombola que está distante do “miolo histórico de Viçosa” e que vive padrões de vida totalmente diferenciados da população que habita o centro histórico, assim como falar de patrimônio e apropriação cultural em uma comunidade que não recebe de fato o mínimo de



cidadania e bem-estar social que lhes são garantidos por direito, é arriscar, é ousar, mas sobretudo é fazer uso do que já é deles intrinsecamente para que possam “tomar” o que lhes é negado. É ir contra o padrão de um patrimônio louvável de pedra e cal de exímia beleza, para falarmos da beleza não vista na essência da simplicidade de uma comunidade cujas mãos trabalharam e continuam trabalhando para fazer o “miolo” do centro histórico funcionar. Nosso objetivo é contribuir para os novos debates da memória e identidades viçosenses, levantando novas questões, novos sujeitos, novas possibilidades, um novo olhar sobre as memórias escolhidas de Viçosa, não faremos, portanto, censura nem tampouco, condenação do que já é lembrado simbolicamente, nosso propósito é apenas de levantar uma reflexão: Viçosa tem outras memórias, podem não ser tão celebres e voltuosas em maestria, mas denotam de fato a identidade do seu povo.

Muito nos chamou a atenção na reunião da câmara de vereadores de Viçosa, em 16 de agosto de 2017, o momento em que um morador da comunidade remanescente de quilombo do Buieie se dirigiu à plenária com as seguintes solicitações, conforme a Ata da reunião desta reunião:

Wellington da Costa, membro do Conselho de Estudantes Universitários Quilombolas da Comunidade do Buieie, apresentou aos vereadores e à toda a população da Associação Quilombola, o certificado da Fundação Cultural Palmares (FCP) que recebeu em 2016, entidade vinculada ao Ministério da Cultura (MinC). Afro-brasileira”, a ser realizada na segunda quinzena de setembro, O governo estadual tem se empenhado em proteger a cultura afrodescendente, que enriquece e é uma das bases culturais de nosso País. Assim, também o Município deve zelar pela manutenção da cultura e história quilombola”, cobrou. O estudante entregou aos vereadores propostas para basear a criação de leis e políticas públicas que ofereçam melhor qualidade de vida a este segmento da população, e enfatizou que a comunidade estará presente e fará mais cobranças no que se refere aos direitos dos quilombolas e do trabalhador rural, tanto ao Legislativo quanto ao Executivo.¹⁰³

Conforme observamos na declaração do jovem morador da comunidade, fica clara sua insatisfação com relação ao governo municipal no que se refere à importância histórica e cultural da sua comunidade. Em outras atas de reuniões da câmara municipal disponíveis no site do órgão, encontramos outros registros de insatisfações dos moradores com relação ao descaso. Observemos abaixo uma outa ata na íntegra registrada com título **Buieie: morador reivindica melhorias na estrada de terra que liga a comunidade rural ao asfalto.**

¹⁰³ Ata de reunião de vereadores da Câmara Municipal de Viçosa na data de 26 de abril de 2011. Disponível em : <http://www.vicosa.mg.leg.br/institucional/noticias/2011/042011/26042011%20%20Buieie%20morador%20reivindica%20melhorias%20nas%20estradas.pdf> .(grifo nosso).



Figure 6: Fotografia de Wellington Lino, morador da comunidade, em reunião da câmara de vereadores. Foto de Mônica Bernardi/Site oficial da Câmara de Vereadores de Viçosa.

O morador solicitou aos vereadores que intercedam junto ao prefeito para que a estrada próxima ao "Domingote" - via para transporte coletivo- fosse cascalhada. Segundo José Francisco, quando chove a estrada sofre danos e apenas uma máquina é passada, sendo necessário o cascalho para firmar. Ele ainda justifica que devido às **más condições da estrada, em dias chuvosos não há ônibus para a comunidade do Buieié**. O presidente da Casa, Dr. João Batista Teixeira (PR), parabenizou a iniciativa do morador e disse que todos estão cientes que o estado das estradas rurais é ruim. Afirmou que reivindicará a secretaria responsável a colocação do cascalho e a compactação da terra. O vereador Marcos Arlindo (PV) relatou que já está aguardando uma resposta do município quanto a isso, ele ainda declarou que o secretário de Agricultura já liberou cascalho para a estrada. Além disso, o vereador apontou outros problemas na comunidade, **como a falta de iluminação** e ressaltou que ele, como líder do

prefeito na Câmara e os outros vereadores, apoiará e cobrará melhorias para a comunidade do Buieie.¹⁰⁴

Destacamos que a comunidade do Buieie tem sua certificação pela Fundação Palmares desde 2004. Porém, muito pouco foi feito ou investido na comunidade para melhorias garantidas por lei em comunidades remanescentes de quilombos desde então. Detalhe a ser dito: muitos dos moradores, ou sua grande maioria, não tinham conhecimento de sua titulação nem de seus direitos, não havendo uma participação quilombola na reivindicação de políticas públicas, o que a tornava algo ficcional ou inviável. Isso causa espanto, mas é uma prática comum, como destaca o estudioso do tema José Mauricio Arruti:

Diante deste quadro, a desejável participação quilombola em tais políticas torna-se ou inviável ou ficcional. Isso porque se as noções de participação e de representação são passíveis de manipulação em qualquer contexto societário, no contexto rural da maioria dessas comunidades tão desfavorecidas e discriminadas, tal manipulação tem se mostrado recorrente. Assim, o que parecia um incentivo à boa vontade dos poderes municipais com as comunidades quilombolas, ou seja, a disponibilidade de novos recursos ao município destinados especialmente ao atendimento a tais comunidades, torna-se fonte de prestidigitação: **já são bastante numerosos os casos conhecidos de comunidades que são “certificadas” pela FCP por demanda das suas prefeituras, mas sem que a própria comunidade saiba de tal certificação ou do que ela representa, em qualquer sentido, muito menos orçamentário.**

Não podemos afirmar ser este o caso da comunidade. De qualquer forma, muito nos causa indagação o fato de a comunidade ser titulada desde o ano de 2004, segundo dados da Fundação Palmares, mas o certificado só ter sido entregue pelos órgãos municipais para a comunidade no ano de 2016.

Podemos destacar, que além das insatisfações declaradas pelos moradores em audiência pública (a comunidade não tem uma escola nem uma unidade própria de atendimento de saúde, o que torna necessário o deslocamento de, no mínimo, 7 km para se ter atendimento desses serviços básicos), não há uma escola quilombola dentro da comunidade, uma das atribuições das políticas públicas quilombolas. Somente algumas ruas possuem iluminação pública e os horários de transporte público para a comunidade são restritos. Durante a execução do café com memória, ouvimos várias vezes reclamações das dificuldades encontradas pelos moradores ao

¹⁰⁴ Ata de reunião da câmara de vereadores de viçosa em 26/04/2011, **Buieie: morador reivindica melhorias nas estradas.** Disponível em <http://www.vicosa.mg.leg.br/institucional/noticias/2011/042011/26042011%20%20Buieie%20morador%20reivindica%20melhorias%20nas%20estradas.pdf>./ acesso em novembro de 2017.

acesso para serviços básicos de qualidade de vida como saúde e educação, as crianças e jovens reclamam da ausência de alternativas de lazer, o que faz com que muitos jovens se envolvam em maus caminhos.

Durante uma edição do café com memória, a professora de tambores, Maria Emília destacou que as dificuldades estão em algumas “faltas”, como a falta de emprego formal que aflige os moradores da comunidade, o preconceito ainda assombra a população que tem dificuldades em encontrar uma “oportunidade” para trabalhar. Ela também ressaltou a falta de investimentos públicos como incentivo da população quilombola criar formas independentes de aquisição de renda, “falta oportunidades e investimento *em nós*”. Segundo ela, um dos maiores desafios da comunidade de moradores é quando “eles” saem da comunidade” pra dentro da cidade” em busca de oportunidades, pois sempre recebem um não como resposta. Maria Emília disse que a comunidade é carente de projetos que envolvam os jovens, que só tem os tambores como atrativo de lazer, “poderiam fazer uma quadra de esportes aqui para os jovens e as crianças”. Natalice, uma jovem participante do café com memória, destacou o descaso com a saúde dos quilombolas “se passa mal o dia que não é o dia que o PSF vem aqui, nós temos que andar a pé lá pro novo silvestre passando mal pra ser atendido”.

Em conversas com Cidinha, líder há mais de 20 anos na comunidade do Buieié, foi ressaltado que antigamente era tudo pior, e aquilo que conseguiram foi com muita luta, como luz e água encanada, mas, segundo ela, ainda tem muitas coisas para melhorar. Ela conta que percebeu que depois que descobriram que a comunidade é quilombola, os políticos passaram dar mais ouvido para eles. Um fato que a líder relata com muito pesar, é o grande número de oportunistas que apareceram na comunidade, pessoas que nunca foram vistas por lá, chegavam pedindo que assinassem termos de declaração de vínculo quilombola para obter benefícios do governo, ela ressaltou:

“isso deixa a gente muito triste de saber que pessoas querem usar nós pra ter benefício, usar a gente, assumir nossa luta com nós ninguém quer, com a maior cara de pau as pessoas aparecem pedindo documento, estamos cansados de sermos objeto de pesquisa, de teses por ai, livros por ai que a gente nunca nem viu”.¹⁰⁵

Um dos jovens líderes da comunidade argumenta que se não fossem as políticas de cotas e apoio financeiro para os estudantes que ingressaram na UFV a partir de 2016, muitos não poderiam estudar porque precisam trabalhar para ajudar as famílias, talvez essa seja uma das

¹⁰⁵ Entrevista com Cidinha do Buieié, líder da comunidade.

maiores conquistas para nossa comunidade, o acesso de tantos jovens à Universidade Federal de Viçosa.

Observamos, por meio de relatos de alguns moradores que participaram das oficinas, que os moradores do Buieí que procuraram a plenária municipal, reagiram diante do “esquecimento” em que sua comunidade se encontra, requerendo um “dever de memória” até então deixado à margem pelo poder municipal. Em Paul Ricoeur¹⁰⁶, observamos que “o esquecimento é o emblema de quão vulnerável é nossa condição histórica”. Precisamos falar, mais do que nunca das “velhas memórias”, ou seriam apenas “silenciadas memórias”. De todo modo, são, de fato, memórias de Viçosa. Hebe Mattos e Martha Abreu descrevem bem esta luta que envolve as comunidades remanescentes contra o esquecimento:

Os remanescentes de quilombo passam a inserir-se, para além da luta por terras tradicionais, em um esforço moral para que determinados acontecimentos não sejam esquecidos. Para que sejam registrados, como patrimônios do grupo, na memória pública do país, através da construção de locais de memória ou da incorporação de tais memórias e tradições orais na história contada e divulgada nas escolas e universidades. Essas ações – incorporadas à “histórica opressão” dos termos da lei - assumem um sentido de direito à reparação em função do esquecimento e guetificação a que foram submetidas suas histórias ao longo do século XX.¹⁰⁷

Sobre o dever de memória, Rita Mattar¹⁰⁸ em seu texto **A Memória Como Forma de Justiça no Pensamento de Paul Ricoeur e Tzvetan Todorov** nos traz grande contribuição acerca da reflexão desse termo, em que a autora destaca que há na memória força e fragilidade, ambas se atingindo num plano político, o qual se depara com uma clara dimensão moral, preocupada não apenas com a busca da verdade, mas com o uso a ser feito de uma da narrativa memorial em vias de universalização do particular, indo além da afirmação identitária e que objetiva cumprir, por meio de uma forma específica de memória que (segundo Mattar) para Todorov se chama justiça e se materializa como objeto de políticas nacionais, internacionais encarada como uma fonte formadora e transformadora do imaginário coletivo.

Na concepção da autora sobre a análise do pensamento de Ricoeur e Todorov, o questionamento contemporâneo primordial que as sociedades e grupos minoritários devem

¹⁰⁶ RICOEUR, P. **A Memória, a história, o esquecimento**. Campinas, Unicamp.2007. Pág. 300.

¹⁰⁷ MATTOS, Hebe e ABREU, Martha. “**Remanescentes das Comunidades dos Quilombos**”: memória do cativo, patrimônio cultural e direito à reparação. Disponível em http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299778862_ARQUIVO_anpuh2011.pdf; Acesso em 09 de maio de 2017, p. 9.

¹⁰⁸ MATTAR, R. **A Memória Como Forma de Justiça no Pensamento de Paul Ricoeur e Tzvetan Todorov**. **Humanidades em diálogo**, v. 4, n. 2, p. 105-124, 9 dez. 2012.

fazer na busca de suas memórias não é se devem buscá-las, mas sim: para quê buscá-las? A busca pelo direito à memória deve ser assumida como um ponto de partida para um objetivo maior, seja individual ou coletivamente, “*o resgate do passado é indispensável; isso não quer dizer que o passado deve reger o presente, é este, ao contrário, que faz do passado o uso que quer*”¹⁰⁹. A assertiva de Todorov vai de encontro ao objetivo primordial desse trabalho, sua ancora conceitual e sua proposta metodológica de educação patrimonial. A demanda de trazer à tona a memória da comunidade quilombola do Buieieí recai justamente na necessidade de novas formas de apropriação dessa memória para a busca da melhoria de qualidade de vida como um todo da comunidade. Ao passo que o auto reconhecimento como quilombola hoje assegura ao indivíduo uma série de políticas públicas específicas, como: saúde, emprego, renda e sobretudo educação.

Mattar ainda destaca o papel do historiador de tratar memória como um dever moral de justiça, ressaltando que o trabalho do historiador não consiste jamais em situar fatos, mas sim, em escolher alguns dentre eles como sendo mais salientes e mais significativos e, em seguida, organizá-los buscando relações. Este trabalho de seleção e de combinação é necessariamente orientado para a busca, não da verdade, mas do bem.¹¹⁰

Paul Ricoeur exemplifica a relação memória-justiça-função afirmando que é a justiça que, extraíndo das lembranças traumatizantes seu valor exemplar, transforma a memória em projeto; e é este mesmo projeto de justiça, que dá ao dever de memória a forma do futuro e do imperativo”.¹¹¹

Assim como trabalhar este dever de memória na comunidade, propomos a busca de novos usos das memórias e seu patrimônio cultural, juntamente com a importância de trabalhar a memória como um impulsor de coesão e solidariedade entre esse grupo social, algo que segundo Ulpiano Meneses não é espontâneo. Para esse efeito, a memória precisa ser constantemente avivada, e é por isso que é da ordem da vivência, do mito não da busca de coerência, unificação. Várias memórias coletivas podem coexistir, relacionando-se de múltiplas formas¹¹².

¹⁰⁹ TODOROV, Tzvetan. **Les abus de la mémoire**. Tradução de Miguel Salazar. Espanha: Ediciones Paidós Ibéricas, 2000.p 50.

¹¹⁰ Ibidem.104.

¹¹¹ RICOER, Paul. Memória Pessoal, memória coletiva. In: RICOER, Paul. **A memória, história, o esquecimento**. Campinas: Editora Unicamp, 2007, p. 107.

¹¹² MENESES, Ulpiano. T. B. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, 1992.p 15.

É este ponto que queremos alcançar no decorrer da nossa proposta, trabalhar junto com a comunidade a necessidade de compreender o porquê e para que cumprir esse dever de memória, as novas possibilidades e oportunidades que ela assume hoje para a comunidade, como também trabalhar o sentimento de união e solidariedade que fortalece o grupo nessa luta de identificação como mais uma das muitas memórias viçosenses que merecem ser lembradas e divulgadas.

De acordo com todas dificuldades, desigualdades e falta de assistência efetiva de poderes públicos, é necessário despertar a comunidade para estarem aptos a rejeitar e superar os mecanismos de “fetichização” das instituições que querem transformar a memória e patrimônio cultural em mercadoria, utilizando-os como instrumento de legitimação potenciada pelo discurso cultural, reduzindo os vetores, produtos e referências. Para superar essa problemática, é necessário considerar e incluir os agentes (moradores das comunidades em questão) e suas práticas (formas de vida e cultura) na gestão.

2.1 Conhecendo o Buieieí: dados socioeconômicos e a vida cotidiana

Neste tópico, apresentamos ao leitor alguns dos dados coletados no decorrer da pesquisa que nos permitem conhecer um pouco do perfil da comunidade. A maioria dos dados socioeconômicos levantados procedem do banco de dados do programa da Saúde da Família do Novo Silvestre (responsável por dar assistência a comunidade), como também da própria Associação de moradores do bairro. Inicialmente, pretendia-se, nessa pesquisa, fazer um levantamento, indo de casa em casa na comunidade, a fim de preencher dados sobre a comunidade; porém devido ao fator tempo, tal coleta seria inviável, visto que esse trabalho tinha cronometrado inúmeras ações no campo de educação patrimonial em formato de oficinas e rodas de conversa.

Antes de mais nada, é necessário situarmos nosso leitor no Buieieí, um local que antes de ser descrito em dados e números, possui múltiplos patamares de significados e símbolos. Como diria Denis Cosgrove¹¹³, o local é movido por uma essência própria formada pela paisagem, modos de vida, sons, expressões próprias de viver, fazer e criar, de lidar com a terra, cheia de contos e mitos, de plantas e saberes de onde retiram a cura para o corpo, de uma forma de trabalhar em comunidade privilegiando o bem maior da comunidade. Terra de negros e

¹¹³ COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998. p. 108.

negras que levantam cedo para garantir o sustento de sua família, mãos trabalhadoras que fazem a “roda econômica” da cidade circular, fornecem mão de obra e alimento. Lugar onde os visitantes, estudantes da UFV, pesquisadores da cidade e do país, são recebidos acaloradamente com sorrisos largos e curiosos, porém muitas das vezes apenas de passagem, como disse o senhor João Laurindo (morador da comunidade) “não esquentam nem a cadeira direito só vem aqui buscar o que quer e vai embora”.

Durante nossas pesquisas, encontramos diversos trabalhos desenvolvidos sobre o tema, e muitos deles pela Universidade Federal de Viçosa. São trabalhos que exploraram temáticas relacionadas à comunidade do Buieieí, como: as negras, vínculos familiares, temática de comunidade tradicional, história de vidas e entre outros, todos fundamentais para alimentar nosso trabalho. Em alguns deles observamos a “revolta” dos moradores por não se sentirem representados, pela imagem passada da comunidade e moradores rotulando a comunidade como recinto apenas de mazelas da sociedade. Vertente que não condiz com o objetivo do nosso trabalho, mas fica como sugestão ao leitor que se interesse pela temática.

A autora Geanna Patrícia Pereira¹¹⁴ em sua tese de mestrado **Homens, Mulheres e masculinidade no Buieieí** analisa as relações dentro da comunidade e as inferências externas observando que os moradores do Buieieí têm conhecimento acerca do “perfil” que eles assumem aos olhos dos moradores da cidade (Viçosa), isso gera uma preocupação dos quilombolas, pois eles querem desmistificar o conceito de vagabundos e bêbados, marginalizando a comunidade em relação ao restante da cidade. Observemos um trecho de entrevista que Geandra nos apresenta que confirma relatos que ouvimos durante nosso trabalho de campo, vejamos:

“Um dia eu tava no ponto de lotação e vi um bêbado caindo na rua e umas dona que tava no ponto esperando a lotação delas tava falando: “Só pode ser gente lá do Buieieí” só porque o homem era pretinhozinho, e ele nem era daqui. Deu vontade de falar um monte de coisa pra elas.”¹¹⁵

Expor as análises já produzidas sobre a comunidade também não é nosso foco, gostaríamos de apresentar a nossa visão da comunidade, a concepção do Buieieí como um lugar

¹¹⁴ PEREIRA, Geana Patrícia Pinheiro Barros, M.S., Universidade Federal de Viçosa, **Homens, mulheres e masculinidade no Buieieí**. Orientadora: Alice Inês de Oliveira e Silva. Conselheiros: Fábio Faria Mendes e Maria de Fátima Lopes. 2001.

¹¹⁵ PEREIRA, Geana Patrícia Pinheiro Barros, M.S., Universidade Federal de Viçosa, **Homens, mulheres e masculinidade no Buieieí**. Orientadora: Alice Inês de Oliveira e Silva. Conselheiros: Fábio Faria Mendes e Maria de Fátima Lopes. março de 2001.UFV.P. 93,

que emana simplicidade da vida cotidiana, realçada pela beleza dos ipês e das minas de água pelo caminho. Onde o canto dos pássaros faz acordes inusitados com os mais de vinte tambores tocados ao findar da tarde, a casa dos “mais velhos” não é somente deles, mas de todos aqueles que procuram uma planta de “chá”, um café ou apenas ouvi-los falar. Um lugar onde casas viram bibliotecas acolhedoras, onde não se aprende apenas a ler e a entender livros, mas também novas formas de olhar a vida e enxergar novos horizontes individuais em comunidade.

Lugar onde o estranho que chega, não se sentirá exatamente um estranho, mas terá a sensação de já ter estado ali alguma vez na vida. Não encontramos mais muitos “barracos de pau a pique” descritos por dona Ilda, o barro e a palha deram lugar aos tijolos e telhas. Um único lugar de múltiplas de religiões. Lugar onde as “lembranças dos velhos” já se tornaram a estória do Buieié. Para conhecermos e compreendermos um lugar, é necessário decodificarmos a sua paisagem, Cosgrove afirma que a paisagem é um texto cultural que deve ser analisado reflexivamente, e assim, compreendemos de fato o Buieié. Tal leitura é primordial, pois as paisagens possuem significados simbólicos porque são produto da apropriação e transformação do meio ambiente pelo homem.¹¹⁶ Em nossa proposta de trabalho, buscamos entender e conhecer o Buieié de uma forma homogênea em que sociedade, natureza, cultura e patrimônio estejam relacionadas entre si formando uma única entidade.¹¹⁷

A Comunidade do Buieié se localiza na cidade de Viçosa MG, cerca de quinze a vinte quilômetros do chamado centro histórico da cidade. Tem uma população composta majoritariamente por negros, que construíram narrativas de sua história local atrelada aos remanescentes da escravidão na região que era chamada de Santa Rita do Turvo. Podemos visualizar a imagem por satélite da comunidade disponível no site de busca Google Maps.

O Buieié é uma comunidade relativamente distante da vida urbana e cercada por área de floresta densa. Recorremos aos estudos de Fernando Costa, em sua tese de doutoramento, que destaca que cerca de 57,17% de toda a riqueza inventariada de Santa Rita do Turvo (Viçosa) entre 1850 e 1879 estava alocada em cativos. Acrescenta-se que nesse cenário, a inversão de recursos em escravos, mão-de-obra fundamental mesmo para uma localidade desta natureza, mostrou-se a principal estratégia, sendo uma forma de possível, alocação de recursos. Dessa forma, segundo o autor, mesmo em uma região carente de dinamismo econômico e distante dos

¹¹⁶COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998. p. 92-122.

¹¹⁷ Termo usado por SHIER, R. In: SCHIER, Raul Alfredo. **TRAJETÓRIAS DO CONCEITO DE PAISAGEM NA GEOGRAFIA. Raega - O Espaço Geográfico em Análise**, [S.l.], v. 7, dez. 2003. ISSN 2177-2738. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/3353/2689>>. Acesso em: 07/04/2017.

centros administrativos, populacionais e produtivos, o vigor da escravidão brasileira fica indubitavelmente expresso em Santa Rita do Turvo. Isso atesta a real e significativa presença de remanescentes nessa região que compartilham memórias da escravidão, como do pós-abolição.¹¹⁸

118 COSTA, Fernando. **Em distantes paragens: demografia, riqueza, escravidão e mercado em Santa Rita do Turvo na segunda metade do oitocentos**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Econômica na USP. 2015. Acesso em dezembro de 2016.



Figura 1, Vista da comunidade. Google Earth.

Figura 2, Vista da comunidade. Google Earth.

Figura 3. Informações cedidas por morador. Segundo informações da Associação de Moradores do Buieie em 2017, elaborou se um mapa social da comunidade onde constam 157 domicílios com 130 famílias somando um total de 520 habitantes ao todo na comunidade, destacaram ainda que a média de entre 3 a 4 pessoas por domicílio.

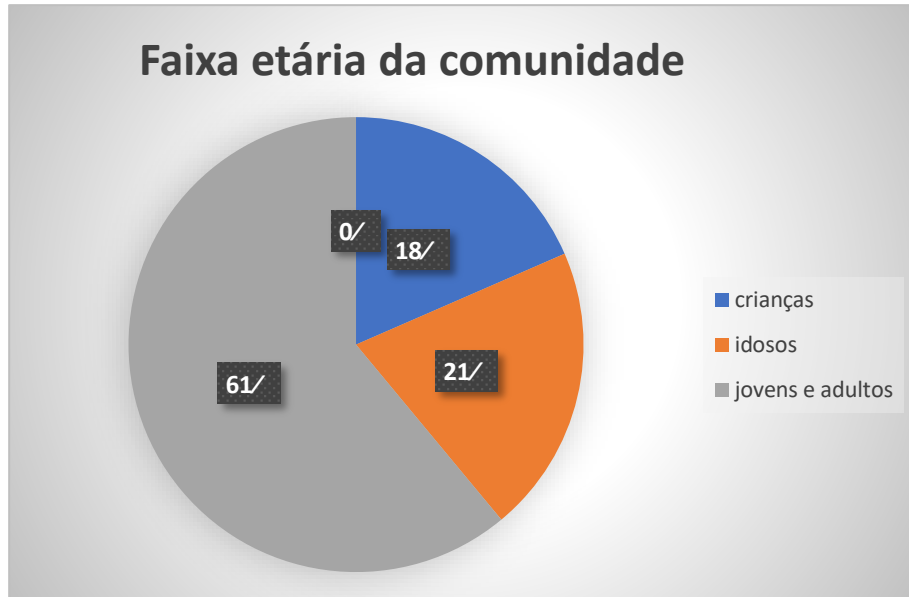


Figure 7: gráfico que exhibe faixa etária da comunidade de acordo com dados do PSF

Segundo dados da Secretaria Municipal de Saúde, propriamente dos arquivos do Programa de Saúde responsável pela comunidade, PSF - Unidade Novo Silvestre, vivem na comunidade cerca de cento e trinta e cinco famílias com um total de trezentas e noventa pessoas, dado que difere do levantamento feito pela própria associação de moradores. Segundo os dados do PSF, na comunidade há oitenta idosos, setenta e duas crianças de zero a quatorze anos e o restante é formado por adultos jovens. Sobre a escolaridade declarada nas fichas cadastrais do Programa de Saúde da Família, analisamos que cerca de 50% dos moradores se declaram sem instrução formal, 40% se declaram com o ensino fundamental incompleto e os 10% restantes se enquadram com ensino médio completo ou incompleto e superior completo ou incompleto.

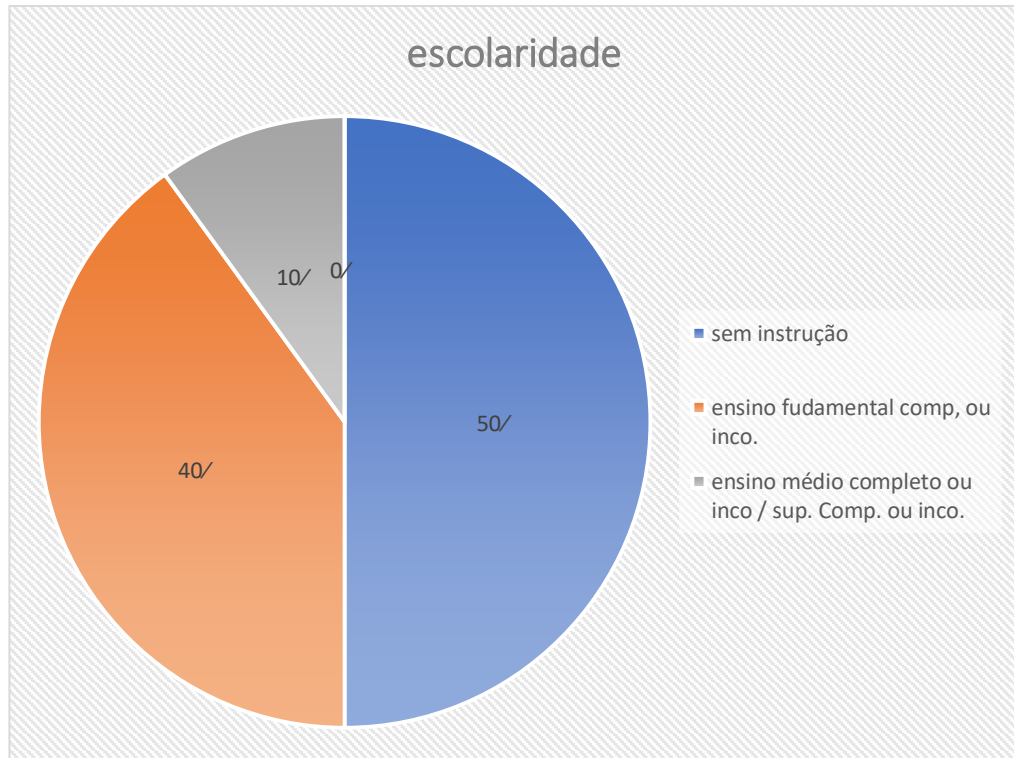


Figure 8: Gráfico de escolaridade da comunidade do Buieió/2017. Dados: PSF Novo Silvestre.

A comunidade está na zona rural de Viçosa, tendo como limites as áreas urbanas dos bairros Violeta, São José do Trinco e Novo Silvestre. Durante nossas visitas, observamos que a comunidade não tem comércio, apenas um barzinho.

Próximo a comunidade há apenas uma escola Municipal que atende até o 5º ano do ensino fundamental, a escola Municipal José Lopes Valente Sobrinho, que fica em uma comunidade rural próxima chamada Estação Velha ou popularmente Tico-tico cerca de 3 a 4 quilômetros de distância da comunidade. Terminando o ensino fundamental, o aluno é encaminhado para outras escolas que ficam na área urbana de Silvestre (Escola Estadual Alice Loureiro que atende até ensino médio) ou para Novo Silvestre (Escola Municipal Dr. Arthur Bernardes) que atende até o nono ano do ensino Fundamental.

Não há serviços de saúde dentro da comunidade, ou seja, não há um posto de saúde quilombola, quem necessita é atendido pelo PSF do bairro Novo silvestre (cerca de 8 quilômetros), bairro para o qual se deslocam para usufruir de serviços básicos, como saúde e educação. Uma vez por semana pela manhã, a equipe do Programa de Saúde da Família se desloca via transporte da prefeitura da cidade para a Comunidade do Buieió para atender os moradores em um espaço cedido pela igreja Assembleia de Deus de Madureira que tem um templo na comunidade.

No artigo **Inferência sobre o conforto domiciliar rural do município de Viçosa-MG utilizando análises multicritério**, os pesquisadores da Universidade Federal de Viçosa, avaliam a questão da qualidade de vida e conforto no meio rural no ano de 2013, tomando como base a identificação de áreas no meio rural com maior vulnerabilidade dentro do contexto de desenvolvimento social levando em conta informações reais quanto ao bem-estar da população e observando o cumprimento de necessidades como: a garantia de água, esgoto, energia e vias de acessos, aspectos essenciais no conforto domiciliar rural.

Nesse trabalho, a comunidade do Buieie também foi analisada, sendo que sua situação na análise referente à disposição e coleta de lixo foi considerada ineficiente ou precária, algo que interfere grandemente na qualidade de vida da comunidade. Quanto à proximidade de vias públicas do núcleo urbano e abastecimento natural ou por serviço público de água, o índice foi consideravelmente bom. Na classificação geral, os pesquisadores atribuíram nota entre 65-70 no quesito conforto, isso significa que o nível de conforto rural da comunidade do Buieie está na média em comparação com outras regiões rurais da cidade, todavia nós questionamos o índice uma vez que ele não leva em conta outros fatores como renda, educação e saúde, basear-se apenas na questão de um conforto mínimo, acesso a água, transporte e energia elétrica, não são suficientes para apontarmos o nível de vida de um grupo social.¹¹⁹

São disponíveis para a comunidade poucos horários de ônibus pela Viação União que é feita pela rota 22. (de segunda a sexta os horários são: 6 horas, 7 horas, 12:05 horas, 12:35 horas, 17:50 horas e 19:20 horas). Aos sábados e domingos há apenas os horários de 8:10, 9:30, 12:00, 12:30 e 17:30) na linha Buieie-Violeira-Centro (o centro da cidade tem cerca de 15 quilômetros de distância).

A maioria dos moradores, segundo suas fichas cadastrais do PSF analisadas no ano de 2017, atua em prestações de serviços nas redondezas, normalmente em grandes propriedades como lavradores ou empregadas domésticas. Atuam também na cidade, em casas de famílias ou como mão de obra bruta. Ainda segundo dados do PSF do bairro Novo Silvestre, 48,64% da população é dependente de programas de transferência de renda do governo federal, como o programa *Bolsa-Família*, ou de cestas básicas vindas da Igreja Católica, de igrejas evangélicas ou de entidades assistenciais de caridade. A maioria trabalha no setor informal da economia.

¹¹⁹ Santos, Afonso e Farias Pinto, Suelen e Martins Simões Carvalho, Cristina & Pereira Paro, Sonielle e Zaidan de Souza, Alexander. (). Inferência sobre o conforto domiciliar rural do município de Viçosa-MG utilizando análises multicritério.2013. Disponível em <<https://www.researchgate.net/publication/296994746> Inferencia sobre o conforto domiciliar rural do município de Vicoso-MG utilizando analises multicriterio> Acesso em maio de 2019.

Aferimos que a maioria da população é jovem. A comunidade se respalda em uma série de mitos de origem atrelados à escravidão que se perdem com a morte dos seus anciões.

Neide Maria de Almeida Pinto,¹²⁰ no seu artigo **Família, Identidade e Vínculos no Meio Rural: A Comunidade Negra do Buieí, MG**, revelou um contexto híbrido, indicando tradicionalismos e processos de mudança social em curso. Os vínculos de parentesco e de amizade na comunidade, constituíram fortes elementos explicativos para se compreender as estratégias de reprodução social das famílias e o forte sentimento de pertencimento ao lugar. Esses fatores corroboraram para a estruturação de uma identidade territorial, a partir de relações e sentimentos construídos ao longo do tempo. O território, para a comunidade, foi tomado como um mito de origem, erguido por meio da imagem das terras por eles herdadas, as quais permitem seu reconhecimento como parte de um todo, de uma “grande família”, principalmente entre os mais velhos.

A terra expõe a história de suas vidas, que é também a história de seus ancestrais. Quando falavam do passado, a memória os remetia às raízes histórias de um período de luta e sofrimento. Para os idosos, a terra é vista como um lugar a ser preservado, mais do que um meio de produção e moradia. Não se trata de qualquer terra, mas da terra na qual mantiveram uma relativa autonomia cultural, social e histórica, um território.

Segundo Saquet¹²¹, a terra é encarada como território, quando há comunicação, meio de trabalho e produção, de trocas e cooperação. Território é, sobretudo, um produto socioespacial de relações sociais, econômicas, políticas e culturais e de ligações internas e externas envolvendo a natureza. Assim, o espaço físico entra nas relações e nas estruturas sociais, configurando o que Haesbaert delimita:

(...) o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de terreoterror (terror, terrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por outro lado, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de

¹²⁰ PINTO, Neide Maria de Almeida. **FAMÍLIA, IDENTIDADE E VÍNCULOS NO MEIO RURAL: A COMUNIDADE NEGRA DO BUIEÍ, MG**. Disponível em <http://www.xxced.ufc.br/arqs/public/t_18.pdf>. Acesso em: 08 de out de 2016.

¹²¹ SAQUET, Marcos Aurélio. **Campo-Território: considerações teórico-metodológicas**. Campo-Território; Uberlândia, v. 1, n. 1, fev. 2006.p. 76;

plenamente usufruí-lo, o território pode inspirar a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação”.¹²²

Marcelo Souza¹²³ propõe, em seu texto **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento** uma análise do conceito de território e sua aplicação em estudos de caso na cidade do Rio de Janeiro, trazendo o conceito de poder para afirmar o conceito de território que é, fundamentalmente, “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações *de poder*” ou mesmo como sendo “essencialmente um instrumento de exercício de poder” estabelecendo um campo de forças, uma teia de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite e uma alteridade.” Tal explicação nos possibilita entender as relações que regem a Comunidade do Buieié como essenciais para nossa compreensão que a terra, territorialidade e o território, versam entre si, como também com outros conceitos caros a nossa análise, a identidade, a apropriação como o de Patrimônio Cultural, pois todos esses regem as teias no campo da imaterialidade que conectam as pessoas que vivem nessa comunidade com um sentimento de pertencimento que perpassou gerações.

Observamos, em nossas visitas de campo, que a comunidade quilombola do Buieié não atende aos requisitos exigidos pelo IPHAN (Instituto de Patrimônio Artístico Nacional) segundo decreto de 1998, o qual delimita como quilombos apenas comunidades auto-excluídas da sociedade nacional desde o período colonial até a abolição da escravatura, formadas originalmente, por negros escravos fugidos das áreas urbanas ou rurais onde existiam práticas de exploração escravista (Iphan, 1998, p.7). Uma vez que a estética de urbanização já se modificou e não há documentação histórica que ateste arqueologicamente sua relação com os remanescentes que viveram nesta região, a descrição do IPHAN de 1998 para quilombos não engloba a comunidade do Buieié. O decreto não considerava a concepção contemporânea de quilombo, não baseada na origem, mas na forma presente como seus membros se identificam. Esse é o caso da comunidade do Buieié, que recebeu o título pela Fundação Palmares em 10/12/2004. A comunidade se encaixa no formato de núcleos formados até meados do século XX, composta predominantemente por descendentes de escravos, como decorrência dos rearranjos sócio/econômico/culturais frutos da abolição da escravidão no Brasil.¹²⁴

¹²²HAESBAERT, Rogério. Território e Multiterritorialidade: um debate. **Geographia**. Rio de Janeiro, ano 11, n. 17, 2007a, p. 20.

¹²³ SOUZA, Marcelo L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná, E. de; GOMES, Paulo Cesar da C.; CORRÊA, Roberto L. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.

¹²⁴ VIEIRA FILHO, Dalmo. **Sobre o tombamento dos quilombos**: atualizando a discussão. Brasília: Iphan, p 8.

Para José Mauricio Arruti¹²⁵ em **Entre campo e cidade: quilombos, hibridismos conceituais e vetores de urbanização**, tratar a questão quilombola apenas do ponto de vista de sua materialidade histórica pode ser ingênuo e, a interpretação do conceito em si, não apenas em sua dimensão simbólica, por meio de noções como invenção de tradição, autoatribuição e manipulação de identidade, podem alimentar a deslegitimação de um processo social mais amplo de revisão da história nacional e de reconhecimento da pluralidade social que está na base do surgimento de novos sujeitos de direito, não constituindo grupos sociais com estrutura e fronteira nítidas, o que não é o caso do Buieie. Porém, muitos se intitulam “comunidades quilombolas” na condição de produto exclusivo de um agenciamento discursivo (podendo ser construído por instituições fora da própria comunidade). O quilombo ocuparia apenas uma metáfora de recurso jurídico para a efetivação de um projeto coletivo de caráter exclusivamente político-ideológico, capaz de unificar em termos étnico-raciais os diversificados modos de resistência aos imperativos de uma urbanidade burguesa e capitalista, sujeita a sucessivos eventos de limpeza social ou de gentrificação. Assim, “quilombismo” para Arruti é produto e produtor de práticas inteiramente urbanas, fundado exclusivamente em um agenciamento discursivo das brechas abertas pela categoria jurídica, como forma de regular os conflitos urbanos usando a premissa de dever de memória.

A comunidade do Buieie não se configura na falta de nitidez da formação do território espacial e suas identidades em relação a terra, porém a “autoatribuição” da comunidade não foi feita pela comunidade, conforme aferimos no momento das entrevistas por meio do discurso de vários entrevistados. O processo não partiu da comunidade no ano de 2004 para seu auto-reconhecimento junto ao Ministério da Cultura (MINC), mas sim, foi fruto do que Arruti chama de agenciamento discursivo (o processo partiu de alguém/ou instituição pública externa a comunidade), uso das brechas abertas pela categoria jurídica como forma de regular os conflitos urbanos, o que hoje também tem premissa de dever de memória (porém, também sabemos dos incentivos fiscais por detrás, uma efetivação das instituições políticas para um projeto coletivo de caráter exclusivamente político-ideológico).

Mas, o que está em voga é a existência de uma comunidade com formas e relações de vida que denotam sua ancestralidade, saberes, formas de viver e se relacionar entre si, isso é comprovado na comunidade por meio das conversas com os moradores. Anthony Giddens¹²⁶

¹²⁵ ARRUTI, José Mauricio. Entre o campo e a cidade **Direitos quilombolas & dever de Estado, 25 anos da Constituição Federal de 1988** / orgs. Osvaldo Martins de Oliveira. – Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2016. (Disponível em link: <http://www.abant.org.br/file?id=1485> acesso em 12/05/19

¹²⁶ GIDDENS, Anton. **As Consequências da Modernidade**. Oeiras, Celta Editora, 2003.p 18.

afirma que nas sociedades tradicionais o passado é venerado e os símbolos são valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. Os moradores do Buieié têm na “tradição” um meio de lidar com o tempo e o espaço, inserindo qualquer atividade ou experiência particular na comunidade do passado, presente e futuro, os quais, por sua vez, são estruturados por práticas sociais recorrentes.

As questões da oralidade nos relatos das memórias e práticas de vida dessa sociedade se fazem muito presentes, principalmente na população mais velha. Sabemos que nas sociedades tradicionais africanas, as narrativas orais configuram os pilares de valores. As crenças transmitidas pela tradição veneram o respeito ao legado ancestral da cultura aos mais velhos, que são vistos como livros vivos. Tal valor atribuído aos mitos e contos de formação da comunidade, remonta à sua matriz africana.

A memória das antigas sociedades africanas se apoiava na transmissão continuada de histórias, contendo conhecimentos, princípios e valores que preservavam, entre outros, o sentido agregador enquanto família e vinculação à terra. Portanto, o ato de lembrar está na essência das tradições que sustentam a organização comunitária e formas de governar nessas sociedades.¹²⁷

Tais características são muito claras na comunidade e foram atestadas nas conversas com moradores que ali nasceram, se criaram e já quase completam um centenário de vida, como o Sr. João Laurindo. Ele relata se lembrar das casinhas de pau-a-pique de telhado de palha. Há várias informações sobre a formação e estruturação do bairro pelos moradores, todas atreladas à escravidão na região.

Lucas Magno, em seu trabalho **Que Lugar é Este?** apresenta algumas entrevistas com os moradores da comunidade. Há uma versão contada inicialmente em conversas informais com antigos moradores, segundo a qual as terras foram compradas por uma ex-escrava, Maria Luiza do Carmo, para efetuar a compra, essa senhora comercializava suínos e, “com muita dificuldade”, o dinheiro da venda desses animais possibilitou-a adquirir aquelas terras. Justificando a escolha, os moradores dizem que:

A sinhá era boa, não confiava nos brancos somente nos seus negros; dizia que se um dia caísse, só os seus negros a ajudariam, por isso vendeu as terras para sua cativa que era vó do João.¹²⁸

¹²⁷ MACHADO, Vanda. Tradição oral e vida africana e afro-brasileira. In: **Literatura afro-brasileira** /org. Forentina Souza, Maria Nazaré Lima. Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

¹²⁸ **Entrevistado 16,86 anos, nascida e criada no Buieié, 2008.in: MAGNO, Lucas.** Que lugar é esse? Identidades e significados territoriais no bairro rural Buieié – Viçosa, MG. **Monografia apresentada ao Curso de Geografia da Universidade Federal de Viçosa.c2008. p.74.**

A escrava que comprou as terras era afilhada da fazendeira. A escrava é avó do João e minha. Aí as terras foram sendo passadas para os filhos.¹²⁹
 Isso aqui é herança da minha avó Maria Luiza que engordava capado e só comia a barrigada, juntou dinheiro e comprou as terras e foi doando para os filhos e assim por diante, aí estamos aqui até hoje cuidando disso aqui.¹³⁰

Na comunidade, além da oralidade dos anciões, encontramos ainda outras manifestações culturais que remontam a importância dos saberes tradicionais, os quais com o passar dos anos, perderam força, segundo os próprios moradores, como no caso dos Tambores do Buieié, o artesanato local, trabalhos manuais com palha e taquara e diversas outras atividades. Não podemos esquecer das **relações** com as plantas medicinais, saberes tradicionais que repassam as gerações. Em relatos informais, os moradores mais velhos, destacam o desinteresse dos mais jovens em aprender as práticas e saberes, sendo necessário que seja feito algo pra apropriar esses jovens de sua cultura local.

É válido ressaltar que, nesse trabalho, o intuito é trabalhar o patrimônio cultural imaterial desta comunidade. Sabemos que o patrimônio cultural imaterial se constitui como autêntico, espontâneo, vivo, constantemente recriando e reexperimentado, além de estar exposto à volatilidade do mundo moderno e da globalização, sendo ameaçado constantemente. Mais que um bem que se quer salvaguardar, ele deve ser visto como cultura transmitida e perpetuada por meio da **oralidade**, encontrando na mente humana o seu principal repositório. Assim, deve ser valorizado como elemento essencial à existência, às **identidades coletivas, crenças, tradições e aos costumes de distintos grupos humanos**. Nosso desafio é enxergar o Homem tradicional como **patrimônio vivo** que deve ser trabalhado e instrumentalizado para que o próprio trabalhe para o desenvolvimento local.

Nosso trabalho intenta contribuir usando da Educação Patrimonial informal dentro da comunidade para a apropriação da cultura local dos moradores do Buieié, compactuando com a concepção de Márcia Santana, que diz que “os fragmentos do passado estão explícitos, nos espaços, nas ruas, nos saberes e fazeres de um povo como importantes maneiras de conhecimento de sua história e das suas relações sociais”¹³¹. Esta tentativa de conhecer, identificar, divulgar esses fragmentos da comunidade Buieié é justificada fazendo com que o passado seja uma força matriz, contribuindo para a afirmação no presente da identidade dessa

¹²⁹ Entrevistado 4, 87 anos, nascida e criada no Buieié, 2006, In: Op. Cit. p. 75.

¹³⁰ Loc. Cit.

¹³¹ SANT'ANNA, Márcia. **Escravidão no Brasil: os terreiros de candomblé e a resistência cultural dos povos negros.** Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/montarDetalheConteudo.do?sessionId=1D0B5C9E5EE39C9B5179AFD30A4C3E9?d=12728&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucion>>. Acesso em: 17 abril. 2012.

comunidade que tanto necessita de estímulos e apoio social, lembrando que a comunidade não dispõe de assistência de saúde nem de uma escola, e que grande parte da população é dependente de estímulos e apoio social vindos do governo, como o Bolsa Família, segundo dados da secretaria de saúde.

Para isso, partimos da ideia de que apropriar-se de algo implica em uma atitude de poder e controle sobre aquilo que é o objeto de apropriação, implicando também em um processo de identificação, no qual um conjunto de diferenças é transformado em identidade - uma tentativa de restabelecer, defender ou dar continuidade ao que define a identidade e a memória, restaurando um sentimento de ser.

Usaremos para isto o aporte metodológico da História Oral para registros das memórias da comunidade. Para Paul Thompson¹³², aprender a ouvir é uma habilidade humana fundamental e a história oral, está aí para auxiliar na compreensão do passado, bem como para criar memórias nacionais mais ricas, mas, sobretudo, para nos ajudar a construir um futuro melhor, mais amável e mais democrático. Acrescentamos ainda a metodologia da experiência interativa cunhada por Hugues De Varine em seu livro **As Raízes do Futuro, o Patrimônio a Serviço do Desenvolvimento Local**¹³³. Para ele, por meio da observação participante e interação com a comunidade são traçados métodos e ações de acordo suas necessidades locais. Todo o trabalho é organizado em fichas temáticas, nas quais se explica o tipo de público, a duração, os objetivos e os resultados. Para nossa ação na comunidade, planejamos a execução do trabalho nesta configuração. É válido lembrar que essa metodologia só foi proposta após um ano de interação com a própria comunidade na busca de atender e contemplar as necessidades de acordo com a realidade local do Buieié.

Identificamos três grupos a serem trabalhados na comunidade: os idosos, recintos vivos da memória do local que precisam ser ouvidos e valorizados, os jovens, mais dinâmicos, que se preocupam muito com a falta de lazer e atividades dentro da comunidade e se envolvem ainda pouco com suas manifestações culturais, mas têm grande participação nos Tambores do Buieié como opção de lazer e distração, e a população de crianças, que necessita aprender e criar vínculos com a identidade tanto da comunidade como da matriz afrodescendente. Assim, planejamos o trabalho no formato de **encontros na comunidade** com os grupos específicos separadamente: adultos, jovens e crianças. Os encontros abordaram questões específicas, identificadas de acordo com a necessidade, por meio da observação participante nas visitas de

¹³² THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. P 388.

¹³³ VARINE, Hugues de. **As Raízes do Futuro**: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

campo. Para os adultos, os encontros aconteceram no Café Com Memória no Buieié, com o formato de roda de conversa aberta para reflexão e diálogo entre os próprios moradores. Alguns eventos foram realizados na primeira fase do nosso trabalho e os resultados obtidos foram muito satisfatórios, um momento de socialização entre os moradores e de troca de aprendizado entre eles. Para as crianças, está sendo realizada as oficinas Raízes do Futuro, com contação de histórias da cultura afro-brasileira que estimulam e valorizam a mesma e oficinas práticas que correlacionam a história afro e a formação da comunidade onde vivem, reforçando o sentimento de pertencimento e valorização.

Para os jovens, programamos o cine memória com debates temáticos. Os encontros ainda não aconteceram, mas o objetivo é tratar temas contemporâneos relacionados à cultura afro e à história de vida dos moradores da comunidade, mostrando a necessidade de valorizar a identidade do morador do Buieié.

Ressaltamos, porém, que toda a ação planejada pode e deve ser sempre modificada de acordo com a necessidade da comunidade, pois nosso objetivo é atuar como mediador para que a própria comunidade trabalhe suas potencialidades. Partimos da ideia defendida por Varine, seja material, imaterial, morto ou vivo, o patrimônio fornece o húmus, a terra fértil necessária ao desenvolvimento. Desenvolvimento que não se faz fora do solo, suas raízes devem se nutrir de numerosos materiais presentes no patrimônio: o solo, a paisagem, a memória, os modos de vida dos habitantes, construções etc.

A natureza e a cultura são vivas, enquanto pertencem à sua população. Assim como uma planta morre ao ser retirada do solo, é o patrimônio arrancado de sua comunidade, devendo ser cultivado, herdado, transformado, produzido e transmitido de geração a geração.

As Comunidades Remanescentes são exemplos de resistência e luta de valores culturais. Que devem permanecer vivos na memória dos habitantes e se expressarem por meio da oralidade. A relação entre história e memória pode ser descrita como tensa e inevitável, porém fundamental.

Tal discussão se faz necessária ao nos depararmos com as discussões de patrimônio e de comunidades tradicionais, ambos embelecidos nesses complexos conceitos.

Ao longo da década de 80, aumentou o interesse pela questão da memória, e os estudos se disseminaram em várias disciplinas e campos discursivos, como linguística, filosofia da história. Acrescenta-se ainda a relevância do tema em expansão tanto na prática de instituições culturais quanto na mídia. Isso se deve à constantes transformações das novas tecnologias de informação, a mídia, o imediatismo e individualismo, que conduzem a sociedade a uma instabilidade, buscando na memória ressignificações afetivas para as sociedades, nas quais

encontramos também as discussões sobre Patrimônio. Assim, se faz necessário debruçar-nos sobre a complexidade em torno desses conceitos tão caros ao nosso trabalho.

Pierre Nora, em **Entre Memória e História: a Problemática dos Lugares**, memória e história, longe de serem sinônimos, nos dão consciência de que as coisas se opõem umas às outras. Para o autor, a memória é um processo vivido, conduzido por grupos vivos, portanto, em evolução permanente e suscetível a todas as manipulações. A memória é vida está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. Em contrapartida, a história é um registro, um distanciamento pautado na problematização, crítica e reflexão. Os grupos de memória povoam suas lembranças, repetindo religiosamente aquilo que é e sempre foi (tradição). A história, como operação intelectual, dessacraliza a memória. “A história é reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais”, uma operação intelectual e laicizante. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo¹³⁴.

Tal ideia vai ao encontro do argumento de Le Goff, o qual afirma que o que sobrevive, afinal, não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha feita por forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, escolhas que se cristalizam nos materiais da memória: os monumentos, herança do passado e os documentos, escolhas do historiador.¹³⁵

Impossível discutir História e memória sem fazer menção aos termos cunhados por Halbwachs em seu Livro **Memória Coletiva: Memória Coletiva, Memória Individual e Memória Histórica**. O elemento chave da discussão de seu livro está na ideia de que a memória individual se consolida e se mantém por meio das interações dentro de cada grupo social, ou seja, a Memória é sempre construída em grupo, mas é também sempre um trabalho do sujeito, do indivíduo. Segundo a teoria de Halbwach seria impossível uma memória estritamente individual, ao passo que ela está formada a partir de grupos de referência. Assim, segundo essa concepção, o conceito de Memória Individual pode ser entendido como um ponto de convergência de diferentes influências sociais e como uma forma pessoal única de articulação. Por sua vez, a

¹³⁴ NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo (10) dez. 1993, p. 9.

¹³⁵ LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **História e Memória**. Trad. De Irene Ferreira e outros. 3ª. Ed. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 1994. p. 537.

Memória Coletiva seria um trabalho de um grupo social realizado articulando e localizando lembranças em quadros sociais comuns, o que resulta numa espécie de acervo de lembranças compartilhadas que integram a Memória Coletiva.

Halbwachs exemplifica sua teoria com o caso de uma viagem em grupo, mas que, ao mesmo tempo, algo em nosso ambiente familiar nos chama a atenção. Nessa situação, nossa atenção não está nem totalmente no grupo de viagem, nem no grupo familiar. Por isso, as memórias originadas nesse processo possuem as interferências dos dois grupos. Sua recordação se torna um processo mais complexo e ganha uma aparente percepção de que seria uma memória exclusivamente individual. Halbwachs afirma que isso seria uma ilusão de autonomia da busca interior da memória, pois o que na verdade ocorre, é a ilusão de uma memória exclusivamente individual, mas que se constitui pela interferência invisível entre os dois grupos. Admite, entretanto, que a memória coletiva não explica todas as nossas lembranças, e talvez não explique por si a evocação de qualquer lembrança e se contradiz. Menciona a existência de um estado de consciência puramente individual, que alguns acreditam existir, chamado de “intuição sensível”, do qual os elementos sociais não fazem parte.

A memória coletiva estaria ligada à tradição, pois transformaria os fatos do passado em imagens e ideias sem rupturas. Enfatiza ainda o papel de lugares e objetos para evocar as lembranças. Algumas recordações só ressurgem quando estamos fisicamente diante desses lugares e objetos, o que nos retoma às ideias de Nora. Para além dos conceitos de memória individual ou coletiva, podemos classificar a memória de outras formas: pessoal e outra social; ou ainda, memória autobiográfica e memória histórica. A primeira delas receberia uma ajuda da segunda, já que a nossa história pessoal também faz parte da história em geral. Essa última seria bem mais extensa, representando o passado de forma resumida e esquemática, enquanto a memória de nossa vida nos apresentaria o passado em um panorama mais denso e contínuo.

Segundo Halbwachs, nossa memória se apega mais ao fato vivido do que àquele que entramos em contato por meio dos livros. Para o autor, a menos que tenha alguma relação dinâmica com o tempo vivido, a história se assemelha a uma espécie de cemitério, pobre e vazia de sentido como as inscrições nas lápides dos túmulos em que se estaria o tempo todo procurando espaço para novas sepulturas.

Não obstante, por história, não podemos entender apenas uma sucessão cronológica de acontecimentos, “mas tudo o que faz com que um período se distingue dos outros, do qual os livros e as narrativas em geral nos apresentam apenas um quadro muito esquemático e

incompleto”¹³⁶. Por outro lado, é por meio da memória histórica que um fato exterior à nossa vida deixa sua impressão em determinado dia ou hora, nos possibilitando recordar o momento. Conseguimos nos identificar com momentos anteriores a nossa existência na medida em que eles foram vividos por outros membros do grupo ao qual fazemos parte. Na família, esse papel é mais bem representado pela figura dos avós, que transmite aos netos suas experiências, possibilitando que eles reconstituam o contexto social vivido por aqueles.

Desse modo, compreendemos o que o autor quer dizer ao afirmar que ao lado de uma história escrita há, o que ele denomina, de uma história viva, na qual podemos encontrar sempre um número grande de certas correntes antigas que aparentemente desapareceram. A lembrança, nesse sentido, pode ser entendida como “uma reconstrução do passado com a ajuda de dados tomados de empréstimo ao presente e preparados por outras reconstruções feitas em épocas anteriores”, da qual “a imagem de outrora já saiu bastante alterada”.¹³⁷

As novas imagens do passado recobrem, assim, as antigas e é necessário que nossas lembranças se renovem e se complementem, enquanto nos sentimos mais envolvidos nos grupos e participamos das suas memórias de forma mais estreita. Os grupos, nesse processo, teriam um papel protagonista na atualização e complementação de nossas lembranças a partir do confronto de testemunhos entre seus membros. Maurice Halbwachs afirma que é na sociedade que encontramos “todas as indicações necessárias para reconstruir tais partes de nosso passado de modo incompleto ou indistinto, e que até acreditamos terem saído inteiramente da nossa memória”.¹³⁸

Diante de tais considerações, podemos entender que memória coletiva e história são duas esferas que não se confundem. Para Maurice Halbwachs, a história é a compilação dos fatos que ocuparam maior lugar na memória dos homens. No entanto, lidos nos livros, ensinados e aprendidos nas escolas, os acontecimentos passados são selecionados, comparados e classificados segundo necessidades ou regras que não se impunham aos círculos dos homens que por muito tempo foram seu repositório vivo. Em geral, a história só começa no ponto em que termina a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social.¹³⁹ A memória, na concepção do autor, ainda se distinguiria da história uma vez que ela é uma corrente de pensamento contínuo, que nada tem de artificial e que não ultrapassa os limites do grupo, enquanto na história se tem a impressão de que, de um período a outro, tudo se renova.

¹³⁶ HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva e a memória individual. In: HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Centauro, 2005. p. 79.

¹³⁷ Ibidem p. 91.

¹³⁸ Op. cit. p. 84.

¹³⁹ Ibidem. p. 97.

Seguindo a linha de pensamento de Halbwachs (memória como processo coletivo e social), temos Michael Pollak, em seu livro **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Tomando inicialmente o conceito de memória coletiva, o autor fará uma espécie de análise de diferentes processos e sujeitos que interferem na formalização das memórias, trazendo para a discussão novos conceitos, como os termos **Memórias Subterrâneas e Memórias Clandestinas**. Reforça, desde o primeiro instante, a relação entre memória e identidade de um grupo social; *“uma memória também que, ao definir o que é comum a um grupo, o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais”*¹⁴⁰. Em seus argumentos, afirma que a memória é seletiva, uma construção elemento da identidade de um povo como um campo de disputas em que a memória dos grupos minoritários, excluídos e dominados caem no esquecimento, no silêncio. O silêncio sobre o passado não é um esquecimento, mas é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais, dos grupos majoritários e dominantes.

2.2 Uma comunidade Múltiplas memórias

A memória é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento. Frequentemente, as mais vivas recordações afluíam depois da entrevista, na hora do cafezinho, na escada, no jardim, ou na despedida no portão. Muitas passagens não foram registradas, foram contadas em confiança, como confidências. Continuando a escutar ouviríamos outro tanto e ainda mais. Lembrança puxa lembrança. (BOSI, 1994)

Como já mencionamos em alguns momentos desse trabalho, a estória de “formação”, “origem”, “começo” ou “início” da comunidade quilombola do Buieie está atrelada aos reminiscências do período da escravidão que habitaram a região de Santa Rita do Turvo. Antes de adentrarmos no mundo das memórias do Buieie, façamos nossas as palavras de Ecléia Bosi em **Memória e sociedade: lembranças de velhos**, “fomos ao mesmo tempo sujeito e objeto” nessa pesquisa. Sujeito enquanto indagávamos, procurávamos saber e objeto enquanto ouvíamos, registrávamos, o como que um instrumento de receber e transmitir a memória de alguém, um meio de que esse alguém se valia para transmitir suas lembranças¹⁴¹. Tal obra foi essencial para adentrarmos no campo sensível e pessoal que é lidar com memórias de uma

¹⁴⁰ POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3.

¹⁴¹ Bosi, Ecléia. **Memória e sociedade: lembranças de velhos** (3a ed.). São Paulo: Companhia das Letras. 1994. p. 38.

comunidade que tem como repositório a personificação em seus idosos, saber ouvir neste caso. Antes de ser encarado como uma metodologia de experiência ativa, se fez necessário tornar-se sensitiva, ao passo que as memórias mais ricas em detalhes e sentimentos coletivos só eram expostos depois que um vínculo de confiança já havia se estabelecido.

Durante todo o processo da realização desse trabalho, seja nas entrevistas, visitas, café com memória e oficinas, tivemos a oportunidade de ouvir as muitas memórias individuais que se interlaçam formando a memória coletiva dessa comunidade. Como Ecléia Bosi argumenta, um dos aspectos mais instigantes da construção social da memória é quando um grupo trabalha intensamente em conjunto, pois há uma tendência de criar esquemas coerentes de narração e de interpretação dos fatos, criando "universos de discurso", "universos de significado", em que o grupo cria uma versão consagrada dos acontecimentos na sua visão, construindo uma imagem oficial para a sociedade, tudo que não é "atualmente" significativo para o grupo é esquecido, ou mesmo os fatos que não foram testemunhados "perdem-se", "omitem-se", porque não costumam ser objeto de conversa e de narração entre seus pares, e o não reforço ou apoio contínuo dos outros sujeitos do grupo é como se ele estivesse sonhando ou imaginando, assim, hesitamos sempre que devemos falar de um fato que só foi presenciado por nós, ou que sabemos "por ouvir dizer";¹⁴². No início quando o vínculo e confiança entre pesquisador e entrevistado não havia se formado, as memórias de formação da comunidade ficavam apenas no "saber por ouvir dizer", o não saber segundo os entrevistados, mas aos poucos, observamos que as posturas mudavam, e o "saber por ouvir dizer" dava lugar a memoriais individuais ricas cheias de detalhes, não de veracidade de fatos, pois isso de fato nunca foi de interesse dessa pesquisa oral, nosso objetivo sempre foi de conhecer os vários discursos e narrativas imersos nessa comunidade que se transformam e se reapropriam de significados ao longo das gerações, como a autora de *Memória e Sociedade* ressalta em sua pesquisa, a "veracidade do narrador não nos preocupou: com certeza seus erros e lapsos são menos graves em suas consequências que as omissões da História oficial".¹⁴³

Uma vez que lidamos com a categoria humana memórias, categorizá-las como verdadeira ou falsas seria totalmente contraditório, pois sua natureza é dinâmica, fluida, o que ela foi ou é não será sua verdade infundável, a memória é filha do presente, mas seu objeto é a mudança e lhe faltando o passado como referencial, o presente permanecerá incompreensível e o futuro escapara a qualquer projeto,¹⁴⁴ uma vez que ela muda e se transforma conforme a

¹⁴² Ibidem p. 27-28.

¹⁴³ Loc. cit.

¹⁴⁴ Op. cit. MENESES, P 14.

necessidade do homem de seu próprio tempo. Nosso interesse como pesquisadores está “no que foi lembrado, no que foi escolhido para perpetuar-se na história de vida” dos sujeitos da comunidade em questão.¹⁴⁵

Segundo Bosi, no estudo das lembranças das pessoas idosas é possível verificar uma história social bem desenvolvida, pois segundo a autora, elas já atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características bem marcadas e conhecidas; já viveram quadros de referência familiar e cultural igualmente reconhecíveis. Enfim, sua memória atual, pode ser desenhada sobre um pano de fundo mais definido do que a memória de uma pessoa jovem ou mesmo adulta, que se ocupada com as lutas cotidianas e contradições de um presente que a solicita muito mais intensamente do que no caso de uma pessoa de idade.¹⁴⁶

Encontramos na comunidade do Buieié muito idosos que se tornaram célebres personagens da comunidade, figuras únicas como o Sr. João Laurindo, as irmãs Dona Donária e Dona Isabel, Dona Aleixa, Dona Francisca, que muito contribuíram para a permanência das memórias da comunidade, quem são, de onde vieram e o valor da relação destes com a terra. O trecho a seguir de **Memória e Sociedade**, relata bem a relação da memória e comunidade, como no caso dos idosos da comunidade do Buieié:

Há um momento em que o homem maduro deixa de ser um membro ativo da sociedade, deixa de ser um propulsor da vida presente do seu grupo: neste momento de velhice social restalhe, no entanto, uma função própria: a de lembrar, ser a memória da família, do grupo, da instituição e da sociedade: Nas tribos primitivas, os velhos são os guardiões das tradições, não só porque eles as receberam mais cedo que os outros, mas porque só eles dispõem do lazer necessário para fixar seus pormenores ao longo de conversações com os outros velhos, e assim, ensinar aos jovens a partir da iniciação. Em nossas sociedades, também estimamos uma pessoa idosa porque, tendo vivido muito tempo, ela tem muita experiência e está carregada de lembranças. Como, então, os homens idosos não se interessariam apaixonadamente por esse passado, tesouro comum de que se constituíram depositários, e não se esforçariam por preencher, em plena consciência, a função que lhes confere o único prestígio que possa pretender daí em diante.¹⁴⁷

Observamos também como tal memória se molda e se ressignifica na comunidade nas figuras dos líderes. Cidinha, há mais de 20 anos à frente da comunidade, ouviu e aprendeu de seus pais e avós, o valor da medicina natural por meio das plantas locais, sabendo nome e função

¹⁴⁵ Op. cit.

¹⁴⁶ Ibidem, p. 19.

¹⁴⁷ Ibidem, p. 24. Grifo.

de cada planta, sabe também usar as “memórias do cativo” para alertar e unir a comunidade. Jovens líderes como Julius Keniata, Wellington Lino, Carina Veridiano e Emília ouviram dos mais velhos as muitas histórias e as utilizam em um processo de ressignificação em busca do seu “lugar no mundo”, cumprir um dever de memória por meio do caminho do conhecimento. Ser quilombola para eles hoje é apropriar-se dessas memórias na busca de novas oportunidades por meio do mundo e da universidade pública.

Durante cada experiência entre a relação mediador e comunidade, ouvimos inúmeros relatos memorialistas, lembranças, mitos e recordações, todas referem-se aos seus ancestrais como sendo negros arrancados da África pelo sistema escravista e que viveram nessa região, o “tempo de cativo” com muita dor e sofrimento, falam também de luta de superação de um povo na conquista de uma terra que era sinônimo de sobrevivência e vida abundante, onde puderam plantar, crescer, viver, brincar, festejar, constituíram famílias e devem muito hoje a esta “terra tudo que tem”.

Conseguimos resumir as memórias que tratam da “origem” da comunidade em três discursos principais. O primeiro discurso, relatado principalmente pelo idoso João Laurindo e reproduzido por muitos moradores como sendo o discurso oficial, versa que há mais de 100 anos, a madrinha do Sr. João Laurindo, uma escrava chamada Maria Luiza, ganhou de sua senhora chamada Nhá do Parais, uma fazendeira muito rica e boa para seus escravos, uma porção de terra, a qual com o passar do tempo, se tornou o Buieié. O segundo discurso em torno da formação da comunidade que ouvimos é composto pelos mesmos personagens, a Dona de escravo da região Nhá do Paraiso e a escrava Maria Luiza, mas nesta versão, ela não teria ganhado as terras de sua senhora, e sim, teria comprado sua alforria como também essas terras. Alguns moradores relataram que a ex-escrava Maria Luiza, engordou e vendeu porcos “capados” durante toda sua vida, e com esse montante de dinheiro, ela conseguiu comprar sua liberdade e as terras, que foram passando de geração a geração para seus descendentes e acolhendo outros escravos libertos e fugidos na comunidade. Por fim, o terceiro e último discurso em torno das memórias da comunidade, relatado por um número menor de moradores e sem maiores riquezas de detalhes, relata que havia uma senhora de escravos na região que era muito ruim para seus escravos, esses por sua vez, fugiram e se refugiaram nessa área onde hoje é o Buieié.

Uma única comunidade, repleta de múltiplas memórias, as quais relatam o laço e o pertencimento das chamadas “memórias do cativo”, na linguagem dos moradores. As raízes pertencentes ao episódio da escravidão ficam muito presentes e latentes nos discursos da história da comunidade, quando não sabiam de fato relatar diziam sempre, eu sei de “ouvir

dizer” ou então, “não sei de verdade, eu só ouvi dos meus avós, dos meus pais, do pessoal antigo da comunidade”

Muitos estudiosos já se debruçaram sobre estudos da comunidade, sobre laços de parentesco, ou mesmo sobre histórias de vida de moradores mais velhos da comunidade, porém ouvi inúmeras vezes durante os processos de troca e reflexão com outros trabalhos desenvolvidos, que eles passam informações incorretas da comunidade, ou mesmo ficam chateados em saber que pessoas que estiveram na comunidade por um único momento, estavam difundindo a memória da comunidade sem dar a eles retorno daquilo que coletaram em suas pesquisas. Algo importante que buscamos desenvolver durante nosso trabalho foi uma relação de troca mútua, parceria, confiança e amizade.

2.3. Entre tradições e esquecimento: Baile do chapéu, Baile da Vassoura, Festa surpresa, Almoço de rua e a vida cotidiana

Durante o andamento do trabalho, principalmente durante a execução do Café com Memória, quando a temática tradições e festas da comunidade surgiam, quase sempre ouvíamos os relatos dos mais velhos sobre esses momentos de sociabilidades: **Baile do chapéu, Baile da Vassoura e festa surpresa**, e o almoço (Almoço de Rua) de domingo, que muitas vezes, acontecia na rua para acomodar toda a família da comunidade, que na concepção dos moradores é apenas uma “grande família”. Segundo os remanescentes, esses momentos de comunhão e sociabilidade festiva remetem “ao tempo dos escravos” e eram praticadas durante muitos anos até meados da década de oitenta, porém hoje, não acontecem mais na comunidade, mas há um movimento jovem, formado por universitários que tentam retomar estes saberes e festas típicas da comunidade.

No ano de 2018, a Associação de Moradores do Buieié organizou o 1º **Almoço de rua** no qual tivemos a oportunidade de ajudar e participar. As informações elencadas abaixo foram colhidas nos momentos de encontro com a comunidade e transcritas pelo jovem líder da comunidade Julius Keniata, um dos idealizadores desse processo de apropriação cultural que a comunidade vive nos últimos dois anos. Decidimos manter o texto na íntegra (de autoria de Julius) para dar maior caracterização desses momentos para os próprios moradores da comunidade, e termos um perfil fidedigno das festividades no olhar do morador do Buieié. Segue a descrição de cada um destes momentos transcritos por Julius Keniata:

Baile do Chapéu:

Os bailes geralmente aconteciam em um bar com um salão, outras vezes o terreiro de alguma casa, onde o povo dançava até levantar poeira, por isso, chamavam de poeirão. O baile iniciava com a chegada do sanfoneiro que iniciava e dava o tom da festa com os forrós, e ao som de uma música o baile tinha início no centro do salão ou terreiro, cada homem escolhe sua dama para lhe acompanhar durante a música. Um homem que fica de fora e sem parceira para acompanhá-lo escolhe um dos pares que estão dançando e ao colocar o chapéu que está em sua cabeça, na cabeça do homem que está dançando toma a sua dama, este homem que perdeu a dama deve escolher outra pessoa e fazer o mesmo passando chapéu não pode repetir, perde quem terminar música a sem ninguém.

Baile da Vassoura:

Da mesma forma como nos outros bailes, este tipo de dança/brincadeira só acontecia nos finais de semana, quando as pessoas se reuniam após os longos e exaustivos dias de trabalho. O baile iniciava com a chegada do sanfoneiro que iniciava e dava o tom da festa com os forrós, e ao som de uma música o baile tinha início no centro do salão ou terreiro, cada homem escolhe sua dama para lhe acompanhar durante a música. Um homem que fica de fora e sem parceira para acompanhá-lo escolhe um dos pares que estão dançando e rouba sua dama, colocando no lugar dela uma vassoura, este homem que perdeu a dama deve então continuar a dançar com a vassoura durante um tempo e daí, tentar trocar sua vassoura por uma nova dama de outro casal que ainda não foi escolhido, perde quem terminar dançando a música com a vassoura, momento em que todos gozavam desta pessoa que ficou uma parte da música dançando sozinho, aliás, com a vassoura.

Festa/Baile Surpresa:

Esta era uma forma típica de fazer bailes nas casas dos amigos, o povo que gostava do baile se reunia, compravam cachaças e tira-gostos, convidavam o sanfoneiro e convidavam toda a comunidade para fazer um baile na casa de algum amigo, sem que o mesmo soubesse. No dia da festa chagavam de surpresa na varanda/terreiro da casa e começavam o baile, o sanfoneiro começava a tocar e o povo a dançar, se o dono da casa ouvisse o som e abrisse a porta de sua casa acolhendo a festa, a mesma continuava sem hora pra terminar até o raiar do dia, porém, se ele permanecesse com a porta fechada, todos paravam encerrava-se o baile naquele momento e todos retornavam para sua casa. O objetivo era confraternizar com os amigos, mas, somente se ele permitisse e abrisse as portas de sua casa, caso contrário, isso

demonstrava que ele não estava satisfeito com algo e o baile não teria condições de acontecer naquele único dia que todos podiam festejar.

Estes Relatos e informações sobre essas festas foram concedidos pelo Sr.^a Alexina da Cruz, conhecida na comunidade como Aleixa.

Julius Keniata, novembro de 2018.

Entre esquecimentos, memórias e lembranças, a comunidade reconstrói sua identidade de remanescente. O papel dos agentes idosos que “lembram” os mais jovens o que aconteceu na comunidade no momento do café com memória, é fundamental para o estreitamento de vínculos identitários que reforçam o sentimento de pertencimento da comunidade. Mesmo que praticas lembradas não sejam mais praticadas, recordá-las oferece significação cultural para os moradores mais jovens que se vem imersos em um processo de apropriação cultural fundamental no processo de busca por direitos como: cidadania e melhoria de qualidade de vida. Lembrar desses momentos, saber e propagar as informações concedem intangibilidade a identidade da comunidade quilombola do Buieié, fazendo-os sentirem-se únicos dentre tantas outras comunidades remanescentes que existem. Relembrar memórias esquecidas, festas, bailes e almoços, ressignificam toda uma comunidade.

Capítulo 3: Memória, Identidade e cidadania: entre reflexões e diálogos com a comunidade do Buieí, Metodologia e o processo na comunidade

3.1 Memória, Identidade e Cidadania tríplice para Patrimônio Cultural

Para o desenvolvimento da nossa proposta, foi fundamental trabalhar a relação existente entre os conceitos de memória, identidade e cidadania. A compreensão da relação entre tais conceitos somente se torna possível na reflexão da capacidade de (re)significação. Como Ricoeur nos apresenta, não temos nada melhor que a memória para significar que algo aconteceu, ocorreu, se passou antes que declarássemos nos lembrar dela”¹⁴⁸. Por meio do exercício de esforço da *ars memoria*¹⁴⁹, a memória pode ser encarada não somente como uma ferramenta de guardar dados, mas, sobretudo, como uma capacidade de (re)significação das coisas e de si mesmo; trata-se de uma representação das coisas já mostradas anteriormente, uma possível reconfiguração de tais dados guardados na memória despertados pela rememoração.

É fundamental em nossa abordagem, a compreensão do que Manuela Reis, em **Cidadania e Patrimônio: Notas de Uma Pesquisa Sociológica**, apresenta: as dificuldades em relacionarmos patrimônio e cidadania. Ela propõe uma reflexão sobre as intercessões entre patrimônio e o que ela chama de *‘novos tipos de cidadania’*, envolvendo a luta por direitos culturais e padrões de qualidade de vida. Apesar de não ser óbvia a ligação entre cidadania e patrimônio, há uma espécie de conexão estrutural entre eles. A educação, a igualdade de condições no sentido da igualdade de oportunidades de acesso, a tomada de consciência, a capacidade de mobilização e associação e novas oportunidade de ação política, são algumas condições e alguns meios comuns à inteligibilidade, tanto das práticas sociais relativas à cidadania, como da valorização do patrimônio.¹⁵⁰

Lorena Sancho Queirol em **Para uma gramática museológica do (re)conhecimento: ideias e conceitos em torno do inventário participativo**, argumenta que os estudos e discussões sobre essa temática que buscam relacionar cidadania, memória e patrimônio,

¹⁴⁸ RICOEUR, Paul. Memória pessoal, memória coletiva. IN RICOEUR, Paul. **A memória, história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p 2007, p. 40

¹⁴⁹ Ibidem.

¹⁵⁰ SANCHO QUEROL, Lorena. Para uma gramática museológica do (re)conhecimento: ideias e conceitos em torno do inventário participativo. **Sociologia**, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XXV p 165-188, 2013.

abrangem cada vez mais espaços nos meios intelectuais de diversas ciências e, ao longo das últimas décadas temos visto o conceito de patrimônio cultural ampliar-se a outras dimensões do foro cultural, uma significativa mudança de paradigma alimentada pelos princípios e pelas metodologias de movimentos. Desse modo, o eixo central do processo de patrimonialização é constituído pelo sujeito e pela diversidade cultural, ressaltando que durante a segunda metade do século XX, com o aparecimento e a evolução de ideologias baseadas na democracia participativa, em que a participação funciona como critério primordial para as sociedades, observa-se que o conceito de patrimônio histórico, até então associado ao Monumento como uma forma de poder, e a uma noção de História unidirecional sofreu uma série de modificações provocadas pela necessidade de ampliação. Queirol reforça que esse percurso “desmonumentaliza” o patrimônio e torna a leitura da História mais plural, aproximando-se dos indivíduos e favorecendo a participação¹⁵¹.

Para Castells¹⁵², toda identidade é socialmente construída, e seus significados e símbolos são determinados pelos próprios atores que as constroem, ou seja, no processo de construção de identidades, são herdados elementos históricos, geográficos, biológicos, econômicos e institucionais dos próprios indivíduos construtores.

Acreditamos que nosso tripé conceitual se expõe indubitavelmente na execução de sua parte prática, em cada proposta de oficina de café com memória ou em cada visita de campo. A metodologia da experiência interativa nos possibilitou reforçar as pontes existentes entre estes três conceitos, MEMÓRIA, IDENTIDADE e CIDADANIA, em que cada um desses elementos se relaciona de forma cíclica e contínua, como um moinho que se move em um único sentido triturando e unindo os grãos depositados em uma só matéria, no qual a memória funciona como alimento primordial ao sujeito que vive em comunidade, dando e atribuindo sentidos, regando e nutrindo as raízes sociais que interligam este sujeito à sociedade. Uma vez que o sujeito está consciente de suas memórias individuais e coletivas, ele se apropria, alcança e fortalece sua identidade, a qual cria vínculos de pertencimento entre o sujeito e seus laços sociais, tornando - o apto a alcançar uma autonomia cidadã, pois as ressignificações das memórias (individuais e coletivas) despertam no sujeito o sentimento de dever de memória que assume novas configurações na sociedade contemporânea em que está inserido, ou seja o capacita na busca de novas oportunidades e novos direitos. É certo que com sua identidade afirmada e fortalecida,

¹⁵¹ SANCHO QUEROL, Lorena. Para uma gramática museológica do (re)conhecimento: ideias e conceitos em torno do inventário participativo. **Sociologia**, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XXV p 165-188, 2013.

¹⁵² CASTELLS, M. O poder da identidade. **A era da informação: economia, sociedade e Cultura**. 3º Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Vol. II. 2003, p. 107-108.

suas memórias ressignificadas e as raízes culturais servirão como uma base rochosa resistentes a qualquer vento de tempestade. É um processo contínuo no qual cada um desses conceitos deve ser aplicado na prática em uma mesma órbita, em um mesmo movimento, até que possamos enxergar, na fusão dos três conceitos, uma única imagem, ou seja, um indivíduo que conhece sua história, delimita sua identidade e busca sua cidadania plena, sobretudo sua cidadania social (direitos básicos como saúde e educação).

Maria Cecília Londres Fonseca¹⁵³ afirma que com a ampliação do conceito de cidadania, que implica reconhecimento de direitos culturais de diversos grupos que compõe a sociedade, como: direito a memória, de acesso à cultura, tanto como o reconhecimento de produzir e consumir cultura, o patrimônio cultural foi ampliado além do que é “nacional”, levando a sociedade a adaptar uma concepção mais rica de patrimônio cultural e mais próxima dos interesses de todos grupos sociais. A releitura do patrimônio não pode acontecer apenas no nível conceitual, deve implicar o envolvimento de novos atores, busca de novos instrumentos de preservação e divulgação. Para Fonseca, as novas políticas implantadas nesse campo devem visar enriquecer a relação da sociedade com seus bens culturais, os parâmetros devem ser necessidades, demandas e recursos disponíveis. A autora ressalta que mesmo que os conceitos continuem imprecisos, é fundamental sair da teoria e ir para a prática, na esperança de que as experiências venham enriquecer a reflexão numa dialética de processo de produção do conhecimento e transformação da sociedade.¹⁵⁴

Todas questões debatidas por Fonseca são linhas que conectam todo o objetivo do nosso trabalho, saindo das teorias, da conceitualização e indo literalmente para prática como uma sugestão de ação de educação patrimonial que pensa e trabalha os conceitos transcorridos, alçando no futuro causar apropriação da comunidade da sua cultura como de seus direitos.

3.2 A opção metodológica

Este trabalho se enquadra no campo da história oral, levando-se em conta a natureza do objeto de estudo, homens, sob uma perspectiva dialética. São feitas entrevistas que produzirão narrativas orais, que são narrativas de memória.

¹⁵³ FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: Por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.p 76-77

¹⁵⁴ Ibidem. P 77,

Relacionar memória, identidade e cidadania neste momento é crucial. É nesta fase que traçamos possibilidades de relações entre os três conceitos base desse trabalho e as ações de educação patrimonial que executaremos em campo. Delimitamos que **MEMÓRIA-IDENTIDADE-CIDADANIA** será a tríplice necessária para alçarmos o uso social do patrimônio cultural.

Elegemos nesse trabalho o uso do termo fontes orais, pois não acreditamos na existência de uma história oral por excelência, já que a entrevista (fonte oral) não se constituirá na história em si, mas em uma visão que o sujeito constituiu do seu passado, com base nas experiências, e em sua memória. Para Paul Thompson, em **História Oral e Contemporaneidade**, o papel da história oral na formação da identidade numa era global é essencial, pois, com as tendências em direção a uma cultura mundial homogeneizada, que é dada pela nossa crescente integração na economia global, tendemos a fortalecer nossas raízes locais. Um sentido de raízes, de identidade comum e de comunidade pode ser crucial para permitir a ação social local. A história oral pode sem dúvida, contribuir para isso. O autor acrescenta:

Aprender a ouvir é uma habilidade humana fundamental: para aqueles que importam, a história oral está aí para nos ajudar a compreender melhor nossos passados e para criar memórias nacionais muito mais ricas, mas também para nos ajudar a construir um futuro melhor, mais amável, mais democrático.¹⁵⁵

A história oral é capaz apenas de suscitar, jamais solucionar, os questionamentos. Como apresenta Marieta de Moraes Ferreira, a história oral permite a formulação das perguntas, porém não oferece as respostas, e o testemunho oral representa o núcleo da investigação, nunca sua parte acessória. Desse modo, o fio condutor, portanto, são as narrativas e as memórias desse grupo, suas formas inventadas, ressignificadas e silenciadas ao longo do século XX.

Acreditamos que é o trabalho de análise e reflexão crítica dos documentos, seja com as fontes orais ou qualquer outro tipo de fonte, que possibilitará ao historiador construir seu trabalho, ou seja, é a atividade profissional do historiador que cria as condições para a construção de conhecimento histórico, com base nas fontes orais e não na fonte por si só. Como destaca Ferreira, em **Usos e Abusos da História Oral**, a interdependência entre prática, metodologia e teoria produz o conhecimento histórico, mas é a teoria que oferecerá os meios para refletir sobre esse conhecimento, embasando e orientando o trabalho dos historiadores, os que trabalham com fontes orais. Essas, por sua vez, são narrativas de identidade na medida em

¹⁵⁵ THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 210.

que o entrevistado não apenas mostra como ele vê a si mesmo e o mundo, mas também como ele é visto por outro sujeito ou por uma coletividade.

A metodologia adotada conta com o aporte das seguintes técnicas que serão divididas em quatro fases. Em uma primeira fase de execução do estudo serão feitas: coleta de dados, entrevistas semiestruturadas, observações participantes, consulta a fontes secundárias e revisão da bibliografia. Para nortear as questões a serem discutidas elaboramos um roteiro:

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Informações Gerais:

Nome entrevistado (a): _____ Idade _____

Endereço: _____ N° _____

Tempo de residência no Buieié: _____

Processos de formação e constituição e identitários do Buieié

- Você poderia me contar um pouco da história que você conhece do Buieié?
- Quando o(a) sr. (sra.) veio morar aqui no bairro?
- Por que o(a) sr. (sra.) veio morar aqui no bairro? (algun conhecido, família, parente, etc.).
- Como o(a) sr. (sra.) adquiriu a terra/lote? (doação, compra, herança, etc.)
- O (a) sr. (sra.) gosta de morar aqui? se sente ligado(a) ao Buieié? Por quê?
- O que o sr. (sra.) mais gosta no bairro
- Se o sr. (sra.) tivesse a oportunidade, gostaria de morar na cidade?
- Que problemas o (a) sr. (sra.) e a sua família enfrentam por morar aqui no Buieié?
- O sr. (sra.) gosta da casa onde mora? Se pudesse, se mudaria?
- O que é ser morador do Buieié pra você?
- Você conhece a história de como começou o Buieié? Se sim, me relate.
- Quais são os costumes, tradições da comunidade que você conhece ou prática?
- Fale um pouco das coisas boas como das dificuldades de se morar na comunidade?
- Você sabe o que é quilombo?

Trabalho e Renda:

- Identificação/Caracterização do trabalho () principal, () secundário ou () terciário):
- Em que o(a) sr. (sra.) trabalha?
- Você tem dificuldade para chegar ao trabalho?
- Além da renda do(da) sr. (sra.), a sua família tem alguma outra fonte de renda?
- Os filhos que trabalham ajudam nas despesas da família?

- O(a) sr. (sra.) é aposentado(a)? O(a) sr. (sra.) tem acesso a algum programa social (Bolsa Família, Bolsa quilombola ou outros?)
- O(a) sr. (sra.) poderia nos dizer quanto o (a) sr. (sra.) ganha/recebe por mês com a atividade que o(a) sr. (sra.) exerce?
- Essas rendas são suficientes para manter a família. Se não, como o(a) sr. (sra.) faz para garantir a manutenção de sua família?

Identificação com a terra:

- Como o(a) sr. (sra.) adquiriu o terreno? (doação, compra, herança, etc.).
- O(a) sr. (sra.) é dono da terra em que trabalha?
- Se trabalha com a terra: Que produtos o(a) sr. (sra.) cultiva? Já vendeu algum produto?
- O que você compra na cidade?
- Se sim, qual a importância tem para o(a) sr. (sra.) ser dono da terra em que trabalha?
- E para os filhos do(da) sr. (sra.), o(a) sr. (sra.) acha que eles têm a mesma ligação com a terra? Ou eles querem/sentem vontade de sair daqui, para outro lugar?
- Além dessa atividade, faz alguma outra atividade para completar a renda? Se sim qual?
- Onde? Se trabalha em outra atividade:

Cotidiano:

- Como é o dia-a-dia de quem vive aqui no Buieieí?
- O que o(a) sr. (a.) faz quando não está trabalhando? O que o(a) sr. (sra.) faz para se divertir?
- Aqui no bairro como as pessoas, normalmente, fazem para se divertir?
- Como elas se divertem?
- Com o que trabalham?
- As pessoas participam da igreja?
- O(a) sr. (sra.) participa de alguma igreja? A sua religião é muito ativa aqui no bairro?
- Há alguma festa aqui no Buieieí que o(a) sr. (sra.) participa? (Congado, festa religiosas.)?
- O(a) sr. (sra.) acha que essas festas continuam sendo feitas como eram antes?
- Todos participam juntos das festas que existem aqui?
- Como é o Lazer das crianças e jovens?
- Vocês têm algum tipo de comida típica do Buieieí que vocês aprenderam com seus avós, bisavós?
- Vocês têm um ponto específico de encontro de reuniões na comunidade?

Identificação/Caracterização do grupo familiar:

- (Nº de membros) Quantas pessoas moram na casa?

- (Identificação dos moradores) Quem são essas pessoas? (filhos/pais, sogros/genros/noras, avô/avó, outros).
- Todos são parentes? Tem alguém que mora que não é parente? Tem filho morando fora de casa? Onde?
- Existe algum filho(a) casado(a) morando em casa?
- Idade de todos os moradores (pais, filhos, noras, genros, netos e outros);
- Estado Civil de todos os moradores (pais, filhos, noras, genros, netos e outros);
- Escolaridade do entrevistado: o(a) sr. (sra.), estudou até que série? E a sua mulher (o seu marido)?
- Escolaridade dos outros moradores:
- Quantos moradores concluíram os estudos ou estão estudando?
- Alguém da família está no ensino superior ou já concluiu

Redes Sociais na vizinhança:

- Tem mais alguém da família do(da) sr. (sra.), morando aqui no Buieieí?
- Como são as relações entre os moradores aqui do Buieieí? As pessoas aqui do Buieieí são solidárias?
- Costumam fazer algum tipo de atividade juntos (vizinhos e parentes)
- Você, por exemplo, conta com a ajuda de algum vizinho ou parente em algum momento (no trabalho, na agricultura (se for o caso), ou para conseguir algum trabalho, no cuidado com os filhos, etc.)?

Patrimônio local

- O que você entende por patrimônio?
 - Qual seria na sua opinião o seu patrimônio? e o da comunidade?
 - Quem é responsável pelo patrimônio da comunidade?
 - Na sua opinião ele serve para quê?
 - como você na sua comunidade pode contribuir para que ele dure para as outras gerações?
-

METODOLOGIA DA EXPERIÊNCIA INTERATIVA

Em uma segunda fase prática no que diz respeito à Educação Patrimonial¹⁵⁶ em si, seguimos a linha da metodologia da experiência interativa, elaborada por Hugues de Varine em **As Raízes do Futuro, o Patrimônio a Serviço do Desenvolvimento Local**. Discutir o desenvolvimento local, não como um assunto acadêmico que se aprende nos livros e na sala de aula, mas sim na vivência e no contato com a realidade local. Hugues De Varine (2012), em seu livro **As Raízes do Futuro, o Patrimônio a Serviço do Desenvolvimento Local**¹⁵⁷ delimita o que chama de metodologia experiência interativa, na qual por meio da observação participante e interação com a comunidade de acordo suas necessidades locais, métodos e ações são traçadas.

Todo trabalho é organizado em fichas temáticas, nas quais se explica o tipo de público, duração, objetivos e resultados, não sendo um guia metodológico ou um manual, mas um instrumento simples a ser adaptado ao interessado. Para nossa ação na comunidade, planejamos a execução do trabalho nessa configuração. É válido lembrar que essa proposta ocorreu após um ano de interação com a própria comunidade na busca de atender e contemplar as necessidades de acordo com a realidade local do Buieié. Para o autor, o patrimônio, sob suas diferentes formas, é o húmus para o desenvolvimento local que só se faz com participação efetiva, ativa e consciente da comunidade no processo.

Identificamos três grupos a serem trabalhados na comunidade: os idosos, recintos vivos da memória do local que precisam ser ouvidos e valorizados, os jovens, mais dinâmicos, que se preocupam muito com a falta de lazer e atividades dentro da comunidade e se envolvem ainda pouco com suas manifestações culturais, mas tem grande participação nos Tambores do Buieié como opção de lazer e distração, porém necessitam se apropriar das memórias e manifestações culturais da comunidade, e a população de crianças, que necessita aprender e criar vínculos com a identidade da comunidade e da matriz afrodescendente. Assim, planejamos o trabalho no

¹⁵⁶ Para Grunberg e Horta, a educação Patrimonial é uma atividade permanente e sistemática de trabalho educativo centrado no patrimônio cultural, como fonte primária de conhecimento e de enriquecimento individual e coletivo, levando crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, de apropriação e de valorização da herança cultural, tornando-os capazes de melhor utilizar estes bens e permitindo a emergência e a produção de novos conhecimentos em processo contínuo de criação cultural, processo este indispensável para a preservação sustentável de bens assim como reforço de sentimentos de identidade e cidadania. Tendo como fundamento o diálogo permanente entre agentes responsáveis pela preservação e comunidades, estimulando através de metodologias específicas, conduzindo a troca de conhecimentos. (HORTA, Maria de L. e GRUNBERG, Evelina. **GUIA BÁSICO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL**. Museu Imperial Petrópolis/RJ Brasil, 1999)

¹⁵⁷ VARINE, Hugues de. **As Raízes do Futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

formato de encontros na comunidade com grupos específicos separadamente: adultos, jovens e crianças.

Os encontros abordaram questões específicas de acordo com a necessidade identificada por meio da observação participante nas visitas de campo. Para os adultos, os encontros aconteceram no Café com Memória no Buieié, com o formato de roda de conversa aberta para reflexão e diálogo entre os próprios moradores. Alguns já foram realizados na primeira fase do nosso trabalho e os resultados obtidos foram muito satisfatórios, foi um momento de socialização entre os moradores e também um momento de troca e aprendizado entre eles. Para as crianças, estão sendo realizadas oficinas Raízes do Futuro com contação de histórias da cultura afro-brasileira que estimulam e a valorizam. Pois são as “mesmas” oficinas práticas que correlacionam a história afro com a formação da comunidade onde vivem, estimulando o sentimento de pertencimento e valorização.

3.3 Café com Memória

As reuniões com a comunidade, intituladas Café com Memória, foram conversas acompanhadas de café, nas quais eles tiveram liberdade para expor suas memórias e necessidades enquanto comunidade. Uma oportunidade para a coleta de dados, uma vez que enquanto pesquisadores, não conhecemos o aporte cultural da comunidade, e muitas vezes os próprios moradores não têm ciência de todo seu aparato cultural. Uma comunidade é como uma colcha de retalhos, na qual cada indivíduo contribui da sua forma para a perpetuação de sua cultura e saberes, sendo assim imprescindível suscitar um compartilhamento de conhecimentos entre as tradições orais, os saberes não formalizados, as práticas herdadas e as memórias da comunidade. A função primordial das atividades do Café com Memória se encontra com as ideias defendidas por Foucault em **A Ética do Cuidado de Si como Prática da Liberdade**¹⁵⁸ que se depositam na crença de que o sujeito se constitui de uma maneira ativa, **através de práticas de si**, práticas sobretudo, que não são invenções do próprio indivíduo, mas sim, esquemas que ele encontra em sua própria cultura e que lhe são propostos, sugeridos por sua cultura, sua sociedade e seu grupo social.

Conforme as análises de Foucault, o “cuidado de si” reverbera em formas de criação necessariamente sociais e políticas que apontam ao exterior, que se refletirão na vida de cada um em relação ao mundo exterior e é isso que nossas atividades propõem, mais que oferecer

¹⁵⁸ FOUCAULT, Michel. **A Hermenêutica do Sujeito**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes. 2006, p. 276.

conhecimento ou verdades prontas, queremos aguçar o senso crítico dos sujeitos envolvidos na comunidade, utilizando sua própria cultura, suas formas de vida, seus saberes e seus costumes como uma prática reflexiva libertadora, de fato exercendo o cuidado de si.

Reitero que apesar de separarmos em fases a parte metodológica dentro da comunidade com cada grupo etário específico, houve momentos em que algumas atividades, como coleta de dados, entrevistas, café com memórias e oficinas aconteceram simultaneamente, em uma mesma fase, porém atendo a grupos etários diferentes. Ou seja, de acordo com necessidade da comunidade, nosso cronograma foi e pode ser alterado.

A proposta do Café com Memória parte da ideia de um momento de socialização para os moradores, reservado para troca de saberes, experiências nas quais os indivíduos, sendo os mais velhos detentores dos saberes, práticas e costumes, terão a oportunidade de expor para os pesquisadores, como para a própria comunidade, recordações, práticas e costumes que revelam a identidade da comunidade. Acreditamos que esse encontro pode ser realizado mensalmente ou a cada 15 dias, visto que a realização de eventos desta natureza depende de diversos preparativos e fatores, como: um lanche coletivo, data e horário que contemplem a maioria dos moradores, disponibilização de um morador do local que acolha o evento e diversos outros detalhes que vão desde a locomoção para a comunidade, que é por questões geográficas limitada, e provimento de materiais para as atividades.

Uma prerrogativa importante e fundamental para o Café com Memória é que ele ganhe execução contínua pela própria comunidade, ou seja, que ele se incorpore como uma necessidade e realidade da própria comunidade, em que os moradores tomem as rédeas de execução após término desse trabalho em si. Compreendemos que a educação patrimonial é uma programação para longa duração, adaptada às condições e contextos locais, não pode e não deve ser uma medida com data de início e fim, pois os alicerces em que se estabelecem cultura, saberes e práticas são vivos e não findáveis, apesar de mutáveis. A partir disso, gostaríamos que o Café com Memória e outras práticas ocorram naturalmente. É no diálogo e na reflexão que as comunidades crescem e se desenvolvem culturalmente. Para o museólogo Varine, o processo de troca de saberes é um meio efetivo para facilitar a integração entre jovens e anciões com suas respectivas culturas. Para o planejamento desta ação temos as seguintes etapas:

- Definição de data e local visando atender a maioria dos moradores (uma das tarefas mais complicadas);
- Definição de uma dinâmica metodológica para trabalhar usos de conceitos dentro da proposta de educação patrimonial (memória, identidade, história da escravidão, alteridade);
- Levantamento de materiais necessários (papel, canetas, cartolinas, tesouras etc.);

- Logística de locomoção para a comunidade (ônibus, carro, horário, gastos);
- Levantamento de material para lanche comunitário (que alimentos e qual quantidade);
- Definição de objetivos (onde queremos chegar com a discussão proposta?);
- Levantamento de dados durante a execução e posteriormente ao Café com Memória (os objetivos propostos inicialmente foram alcançados ou seguiram outras possibilidades?);
- Levantamento de temas importantes para próximos Café com Memória.

Até o presente momento, foram realizados dois eventos desta natureza: um aconteceu na casa de uma moradora da comunidade e o outro no espaço da Igreja Católica. Cada um contou com uma metodologia específica e aconteceu em configurações diferentes.

O primeiro **Café com Memória** aconteceu na casa da moradora Maria Helena, em uma tarde de sábado do mês de julho de 2017. Uma primeira experiência muito simples no que se refere aos recursos disponíveis, com muitos improvisos de materiais. Compareceram cerca de 20 adultos e cerca de 5 crianças. A metodologia utilizada foi a de uma roda de conversa, em que apenas mediei a conversa entre os moradores, que foram convidados a contar um pouca da história de formação da comunidade, de lembranças práticas e de costumes que os acompanham desde sempre. O encontro teve uma discussão muito rica, pois contou com a presença dos três anciões mais representativos da comunidade, o Sr. João Laurindo, a senhora Domaria e a Sra. Isabel (irmãs). O encontro teve duração de 3 horas entre conversas e socialização final, teve a colaboração de dois estudiosos da temática para a condução da roda de conversa, a geógrafa Taynara Aparecida Gomes e o cientista social Sérgio Alexandre, ambos formados pela Universidade Federal de Viçosa, que me auxiliaram desde a locomoção para a comunidade, à condução da conversa e coleta de material em fotos e vídeos.

O primeiro Café com Memória foi muito importante para o processo de conhecimento e aproximação com a comunidade. Esse foi o nosso primeiro contato como pesquisador e como mediador, ou seja, aquele que estabelece ligações, pontes entre o patrimônio, nosso campo de estudo, e o mundo ao redor, ou seja, com a comunidade, destacando sua dinâmica de desenvolvimento, mudança e interação e suas possibilidades de leitura no cotidiano. O patrimônio a que queremos dar voz nesse trabalho é antes de tudo de natureza comunitária, emanada de um grupo humano, diverso e complexo, vivendo em um território e compartilhando uma história, um presente e um futuro, modos de vida, crises e anseios. O caminho do diálogo e da reflexão de seus pares é o único caminho para alcançar um uso social de modo efetivo. Na foto abaixo, registrada por nossa colaboradora, retrata algumas pessoas que estiveram presentes

nessa primeira execução. Muitos não quiseram ser fotografados e, por isso, a foto não registra o número real de presentes.



Figure 9: Foto do I café com memória., abril/2017. Foto de Taynara Gomes.

Destaco que, para um primeiro contato, o Café com Memória foi satisfatório. Tivemos um número de participantes alto, a discussão foi longa e produtiva, resultando num desejo comunitário de que outras oportunidades como aquela se repetissem. A presença dos idosos mais representativos da comunidade, constituiu um encontro rico e construtivo para o pesquisador e para a comunidade.

“O grupo é suporte da memória se nos identificamos com ele e fazemos nosso seu passado. [...] As lembranças grupais se apoiam umas nas outras formando um sistema que subiste enquanto puder sobreviver a memória grupal. Se por acaso esquecemos, não basta que os outros testemunhem o que vivemos. É preciso mais: é preciso estar sempre confrontando, comunicando e recebendo impressões para que nossas lembranças ganhem consistência.”¹⁵⁹

Nosso segundo Café com Memória foi mais pensado e elaborado em termos de metodologia, logística de local, de planejamento da dinâmica e socialização. Esse evento teve o apoio da Secretaria de Cultura da Cidade de Viçosa com o provimento de carro para locomoção para a comunidade e coffee break (cerca de vinte litros de suco, vinte litros de café, dois tabuleiros de bolos e trezentos pães de queijo). O local disponibilizado foi o recinto da

¹⁵⁹ BOSI, Ecléa. Memória e sociedade. Lembrança de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.p. 414.

Igreja Católica que se localiza em um ponto representativo da comunidade, um local de encontro de adultos e crianças para lazer e distração. Para esse segundo Café com Memória, elaboramos um convite que foi distribuído durante a semana na comunidade para alcançarmos maior público. Elaboramos também um banner do evento.

Para a metodologia, cunhamos uma dinâmica de CAIXA DE MEMÓRIAS, na qual uma caixa lacrada contendo inúmeras palavras soltas era passada de mão em mão para que cada

Roteiro de trabalho de campo					
Encontro com a comunidade:					
Formato do encontro	Tempo estimado	Público-Alvo	Metodologia	Resultados	Observações:
Palestra Oficina Café com memória X	De 40 minutos a uma hora	Adultos e anciões	Roda de conversa guiada. Café comunitário, cada um contribuiu com algo para um lanche.	Aproximação com a comunidade. Detalhamento do perfil cultural, Fotos, Vídeos.	Muitas crianças compareceram acompanhando seus pais (necessidade de lazer, atividade.) A atividade se estendeu além do planejado, sendo conduzida pelos presentes. Eles desejaram fazer a atividade mais vezes.

participante retirasse um papel. Esse papel poderia conter palavras como: lembranças, brincadeira, educação, saúde, saberes, plantas, costumes, comidas, festas, danças, lazer, melhorias, qualidades, entre outras. Ao retirar o papel, cada participante tentaria relacionar, de acordo com seus conhecimentos e opiniões, a palavra com a comunidade do Buieieí. Por exemplo, a participante que retirou a palavra “educação” descreveu, de acordo com sua visão de mundo, como ela acha que a comunidade é contemplada pela educação, se todos moradores tem acesso à educação, como foi seu processo durante a infância e a vida adulta para ter acesso à escola, as dificuldades que enfrentou e o que ela espera para o futuro da educação das crianças da comunidade. Do mesmo modo, cada morador teve plena liberdade para expressar-se e se

relacionar com a comunidade em cada tema sorteado. Tivemos uma conversa com a professora dos Tambores do Buieié que nos apresentou um pouco da história desse projeto na comunidade e sua importância para a juventude local.

Nesta ocasião, tivemos a presença relativamente de vinte e cinco adultos praticantes, seis jovens entre quatorze e dezoito anos e em torno de trinta crianças. Um público totalmente diverso e diferente do esperado, que seria entre uma população adulta e idosa. Uma experiência diferente e não menos enriquecedora. Pudemos averiguar nesse momento um interesse - até então despercebido por nós - da população mais jovem sobre ouvir e aprender mais sobre a história e cultura da comunidade. Foi um momento de troca de saberes entre adultos presentes, jovens e crianças que descobriram por meio do diálogo o quanto têm em comum, quantas práticas e costumes ainda persistem ao longo do tempo, sobretudo a relação e laços de familiaridade entre os moradores, as relações que estabelecem com a terra, plantas, brincadeiras e formas de lazer sobreviveram por gerações. Observamos ainda as mudanças na paisagem nos relatos e nas representações dos espaços e paisagens, como a árvore de ypê e o riacho (chamado de capão), ao longo da história na comunidade. Foi um grande momento de socialização entre adultos, crianças e jovens.



Figure 10: II CAFÉ COM MEMÓRIA, outubro/2017, com apoio da PMV.

Ouvimos relatos de como a comunidade era antigamente, da inexistência de luz e água encanada, das casas que eram feitas de pau-a-pique e construídas em mutirões comunitários. As lembranças retratam mulheres que carregavam por quilômetros filhos, além de frutas e verduras para comercializar e trazer sustento para suas casas. Um tempo em que viviam do que plantavam e colhiam. Inúmeras vezes ouvi de jovens e adultos que a comunidade é uma grande

família onde todos têm laços sanguíneos e que, apesar das dificuldades que já enfrentaram e ainda enfrentam, vivem do amor que sentem pelas terras que herdaram de seus antepassados.

Roteiro de trabalho de campo					
Encontro com a comunidade: II CAFÉ COM MEMÓRIA					
Formato do encontro	Tempo estimado	Público Alvo	Metodologia e materiais	Resultados	Observações:
Palestra Oficina Café com memória	14 às 16 horas	Jovens, Adultos anciões	Roda de conversa guiada. Dinâmica caixa de memórias Câmera Caixa Canetas Lista de presença 20 litros de suco 20 Litros de café 2 tabuleiros de bolo 300 pães de queijo	Fotos Vídeos Dados sobre a vida cotidiana em comunidade Relatório de presença Informações sobre a cultura e modos de vida local.	O local foi de difícil acesso para os moradores mais velhos da comunidade, pela distância de suas respectivas casas. Maior público de jovens e crianças.

Como mencionado anteriormente, com a presença de um público majoritariamente jovem e composto de crianças, observamos a carência de lazer e de atividades na comunidade, ao mesmo tempo em que podemos falar de uma “sede” por história e memória da comunidade e de oportunidades para diálogo e trocas entre os próprios moradores do Buieió.

A segunda edição do Café com Memória aconteceu no dia vinte e dois de dezembro, foi sugerido pela comunidade que ocorresse na casa de uma das senhoras mais velhas da comunidade, a dona Isabel. Para essa atividade, planejamos atividades integradas entre adultos, jovens e crianças, visto a participação dos três públicos no evento anterior. As atividades foram divididas em 4 momentos: primeiro, acolhimento e conversa informal conforme as pessoas fossem chegando no local, em um segundo momento, uma reflexão silenciosa ao som de duas

músicas que falam sobre Lugar e Paisagem, a fim de estimular a interação local por meio de vários sentidos dentro da própria comunidade trabalhando elementos psicológicos e simbólicos relevantes na caracterização de um lugar e ainda para compreendermos o que é uma paisagem cultural, fazendo-os entender que se trata de tudo aquilo que nossa visão não alcança em determinado momento, mas abrange todos nossos sentidos e nos despertam sensações e memórias, ou seja, formada por objetos concretos e estáticos, mas também aspectos imateriais como: as pessoas, as informações, como sons, odores e texturas percebidas pelo observador cotidianamente. Trabalhar tais questões em uma comunidade quilombola é fundamental para a relação existente entre pertencimento e identidade, pois a paisagem cultural, como argumenta Nascimento e Sfocine,¹⁶⁰ traz a marca das diferentes temporalidades da relação dos grupos sociais com a natureza, um produto de uma construção social e histórica acontecendo a partir de um suporte material, a natureza, matéria-prima a partir da qual as sociedades produzem a sua realidade imediata, por meio de acréscimos e transformações encontradas sobretudo na natureza.

As músicas foram escolhidas pelas letras, contavam com uma descrição feita pelo compositor do seu lugar no mundo, que só poderia ser feita por ele próprio, ou seja, individualmente, pois a leitura muda de pessoa para pessoa de acordo com suas experiências pessoais. Para trabalharmos a noção de lugar, paisagem, sentidos e emoções, nossa relação com um território nos gera identidade e memórias pessoais. Essa atividade teve o objetivo de dar a oportunidade de um momento para analisar onde vivemos, nos tornando capazes de identificar o que nos conecta ao lugar em que moramos ao que não fazemos no cotidiano rotineiro. Após a atividade, foi questionado se podíamos falar que há uma relação entre indivíduo, espaço geográfico, paisagem cultural e memórias?

As canções selecionadas para tal foram: Vida Boa de composição de Renato Teixeira (2002) e Asa Branca de Luiz Gonzaga (1947). Ambas as canções fazem uma descrição tanto material como imaterial do lugar onde seus compositores viviam, relacionado, lugar com os sentimentos e sensações que eles nos causam. (Durante a execução da música, os participantes foram convidados a fechar os olhos e prestarem atenção na letra. Finalizando a canção, foram questionados se puderam visualizar mentalmente o local descrito na canção). Observemos a letra da primeira música:

¹⁶⁰ NASCIMENTO, Flávia B.; SCIFONI, Simone. A paisagem cultural como novo paradigma para a proteção do patrimônio cultural: a experiência do Vale do Ribeira-SP. **Revista CPC**, São Paulo, n. 10, p. 29-48, maio/out 2010, p. 32.

Vida Boa, composição de Renato Teixeira

Moro num lugar
 Numa casinha inocente do sertão
 De fogo baixo aceso no fogão
 Fogão à lenha ai ai
 Tenho tudo aqui
 Umass vaquinha leiteira
 Um burro bão
 Uma baixada ribeira
 Um violão e umas galinha ai ai
 Tenho no quintal uns pé de fruta e de flor
 E no meu peito por amor
 Plantei alguém (Plantei alguém)
 Que vida boa ô ô ô
 Que vida boa
 Sapo caiu na lagoa
 Sou eu no caminho do meu sertão
 Que vida boa ô ô ô
 Que vida boa
 Sapo caiu na lagoa
 Sou eu no caminho do meu sertão
 Vez e outra vou
 Na venda do vilarejo pra comprar
 Sal grosso, cravo e outras coisa que faltar
 Marvada pinga ai ai
 Pego o meu burrão
 Faço na estrada a poeira levantar
 Qualquer tristeza

Podemos observar que o autor descreve materialmente o território onde vive, como também a paisagem cultural do mesmo lugar, detalhando expressões, sentimentos, hábitos cotidianos, relacionados sempre com a natureza. Após ouvirem as duas músicas, os participantes foram convidados a dar sua opinião. Muitos até mesmo deram outros exemplos de letras de músicas que têm a mesma intencionalidade de relacionar, lugar, paisagem sentimentos e cultura, praticamente todos participantes se pronunciaram e, a partir daí foram fazendo seus apontamentos sobre sua própria comunidade, relacionando suas experiências pessoais e percepções próprias da comunidade. Terminado esse momento de fala livre os participantes foram convidados ao próximo momento, desta vez, deveriam fechar os olhos em silêncio e se permitir perceber os sons, e sensações da comunidade.

Que som tem o Buieieí? Que Cheiro tem o Buieieí? Que lembranças essas sensações me trazem? Cada um foi argumentando suas experiências, a grande maioria associou a sua infância e casa dos avós como principais lembranças suscitadas pelo som e cheiro da comunidade. Logo

abaixo, segue um trecho de uma carta feita por um morador e líder da comunidade, Julius Keniata que nos relata sobre o que é ser morador da comunidade:

Ser Morador do Buieié

Ser morador de uma comunidade que sempre foi considerada a pior da cidade, que consideravam ter somente pessoas ignorantes, sem cultura, que são desocupados e só têm características marcadas pela bebida, criminalidade e prostituição. Este foi o panorama onde cresci, ouvindo relatos externos da “sociedade viçosense” que a minha comunidade era a mais carente e precária, que sempre precisamos de muita ajuda do poder público.

Esta sempre foi a triste realidade contada e apresentada para aqueles que nunca haviam colocado os pés na comunidade, as pessoas faziam um pré-conceito de que realmente éramos tudo aquilo que era contado, sem sequer visitar a comunidade, também, imagino com o tanto de terror que era colocado quando falavam do lugar, que qualquer pessoa teria medo de colocar o pé naquela comunidade “cheia de problemas.

Porém, para eu que nasci naquele lugar, que cresci cercado de carinho da minha família e dos amigos da comunidade, nunca enxerguei nada disto, até mesmo por tudo não passar de uma mentira, que contada muitas vezes tornou-se uma verdade para a sociedade de Viçosa. Eu sempre vi qualidades em morar no Buieié, mas, à medida que fui crescendo e me tornando adolescente comecei a ter vergonha do meu lugar de origem, as pessoas me cegaram durante um tempo e parei de ver as maravilhas e presentes que sempre estiveram disponíveis para mim, parei de ouvir as histórias de nossas mestras e mestres griôs, parei de nadar em nosso rio de água cristalina, parei de comer meu café com farinha tão delicioso de todas as manhãs, deixei de estar no meio de nossas festas tradicionais e de valorizar os artesanatos feito pelas mulheres, parei de apreciar nosso mingau de couve, pois, já não via graça em tudo isso, pois, construíram em minha mente que o lugar de onde eu vinha não prestava e eu por muito tempo, passei a acreditar, acho que deixei de ser do Buieié, para simplesmente ser da zona rural, o que também não melhorou muito minha situação, já que o rural sempre foi visto como sinônimo de atraso, porém, antes disso do que ser daquele lugar detestado por todo mundo. Foi somente quando entendi o que estavam fazendo comigo, que consegui me libertar desses grilhões em minha mente, foi quando percebi que pelo contrário, minha comunidade não era nada daquilo que pregavam para mim. Que aquela era uma forma de roubar minha identidade, de me estereotipar como mais um jovem de comunidade que só tem um futuro, aliás, mais de um ser alcoólatra ou ser bandido, talvez os dois. Sempre crescemos com o

estigma de que nossa comunidade era um lugar muito pobre, que não teríamos condições de melhorar. Bom... não quer dizer que minha comunidade não tenha problemas como em qualquer outro lugar do mundo, mas, diferente de todos os outros, temos uma característica que nos define e une enquanto comunidade remanescente de quilombo, nossos laços familiares, nossa coletividade e pertencimento quando realizamos algo juntos, a solidariedade que emana quando um de nós precisa de uma ajuda para um mutirão de construção, para arrecadar fundos em prol de uma necessidade ou de um evento, essa é a nossa marca, isso é ser do Buieié, bater no peito com orgulho e dizer: sou da terra de guerreiras e guerreiros que lutam todos os dias por sua independência e autonomia, que se mantém enquanto território de cultura e resistência, que mesmo como todas as adversidade se mantém de pé há mais de 150 anos, preservando a cultura, história, memória e ancestralidade dos africanos que foram escravizados, **SOU DO BUIEIÉ.**

Viçosa, setembro de 2019.

Julius Keniatta

Por meio da leitura dessa carta, fica muito evidente tudo aquilo que já expusemos de alguma forma, a depreciação da comunidade e os impactos causados na vida dos moradores, os conflitos internos e identitários que a comunidade vivenciou nos últimos anos. O processo de luta por apropriação dessa memória que as novas gerações assumiram nos últimos anos, conforme as novas conotações de ser quilombola, relacionadas às políticas de reparação histórica. O trecho em que Julius descreve que a sociedade viçosense reconhece a comunidade, como um núcleo de “pessoas ignorantes, sem cultura, que são desocupados e só têm *características marcadas pela bebida, criminalidade e prostituição*” foi algo que ouvíamos muito em nossa rotina de trabalho de campo, os moradores reproduziam em diversos momentos que essa foi a imagem construída deles, pela sociedade Viçosense e demonstrava chateação e revolta, reforçando sempre que a comunidade não é esta “pintada” pelos da cidade.

Em seguimento as atividades, propusemos uma ação lúdica que permitia a interação entre adultos, jovens e crianças. Realizamos a confecção do Mapa Mental da Comunidade, ou seja, cada participante, desenhou, um mapa da comunidade, ou aquilo que na percepção de cada um, era mais representativo na comunidade para si. Algumas pessoas preferiram descrever, mas a maioria soltou a imaginação e interagiu com os papéis e lápis de cor. Para minha surpresa até mesmos os jovens e idosos fizeram a atividade com prazer. Muito me chamou a atenção que muitos moradores desenharam a árvore de Ypê representando um dos lugares comuns a todos ou grande maioria, foram desenhados também, a área aberta da igreja católica onde ocorrem

eventos e ensaios dos tambores, como também a biblioteca comunitária que se localiza na casa de um moradora, a Carminha, que também participava da atividade. Abaixo, selecionei algumas atividades para que possamos visualizar e compreender melhor como é a comunidade no olhar de seus moradores. Participaram da atividades cerca de 18 moradores da comunidade, três convidados pelos líderes da AMB (Associação de moradores do Buieié) que estão envolvidos em outros projetos na comunidade, como a professora do Departamento de Geografia da UFV, Marilda Teles Maracci, uma das líderes do projeto Caravana Quilombola na região da Zona da Mata Mineira, que também pôde contribuir ricamente com nosso Café com Memória.

Antes de seguirmos para o que foi produzido, precisamos compreender que os mapas mentais não podem ser encarados como meros desenhos sem sentido. Segundo Kozel,¹⁶¹ em **Mapas mentais – uma forma de linguagem: Perspectivas metodológicas**, mapas mentais são desenhos concebidos a partir das observações sensíveis, da experiência humana no lugar e não se baseiam em informações precisas e rigorosamente estabelecidas, o homem possui uma capacidade altamente desenvolvida para o simbólico, e a Geografia vai se apropriar dessa capacidade construtiva para dar lugar às expressões dos sujeitos. Os símbolos internalizados são expressos em diversas formas, como os mitos, os rituais e os desenhos, uma linguagem abstrata de sinais e símbolos que é inata a da espécie humana. Com ela, os seres humanos construíram mundos mentais para se relacionarem entre si e com a realidade externa. Os mapas mentais são produtos a partir da imagem percebida e do registro perceptual do sujeito. Abaixo, seguem algumas das atividades feitas por moradores:

¹⁶¹ KOZEL, Salette. Mapas mentais – uma forma de linguagem: Perspectivas metodológicas in: KOZEL S. (org): **Da percepção e cognição à representação**. São Paulo. Terceira Margem, 2007

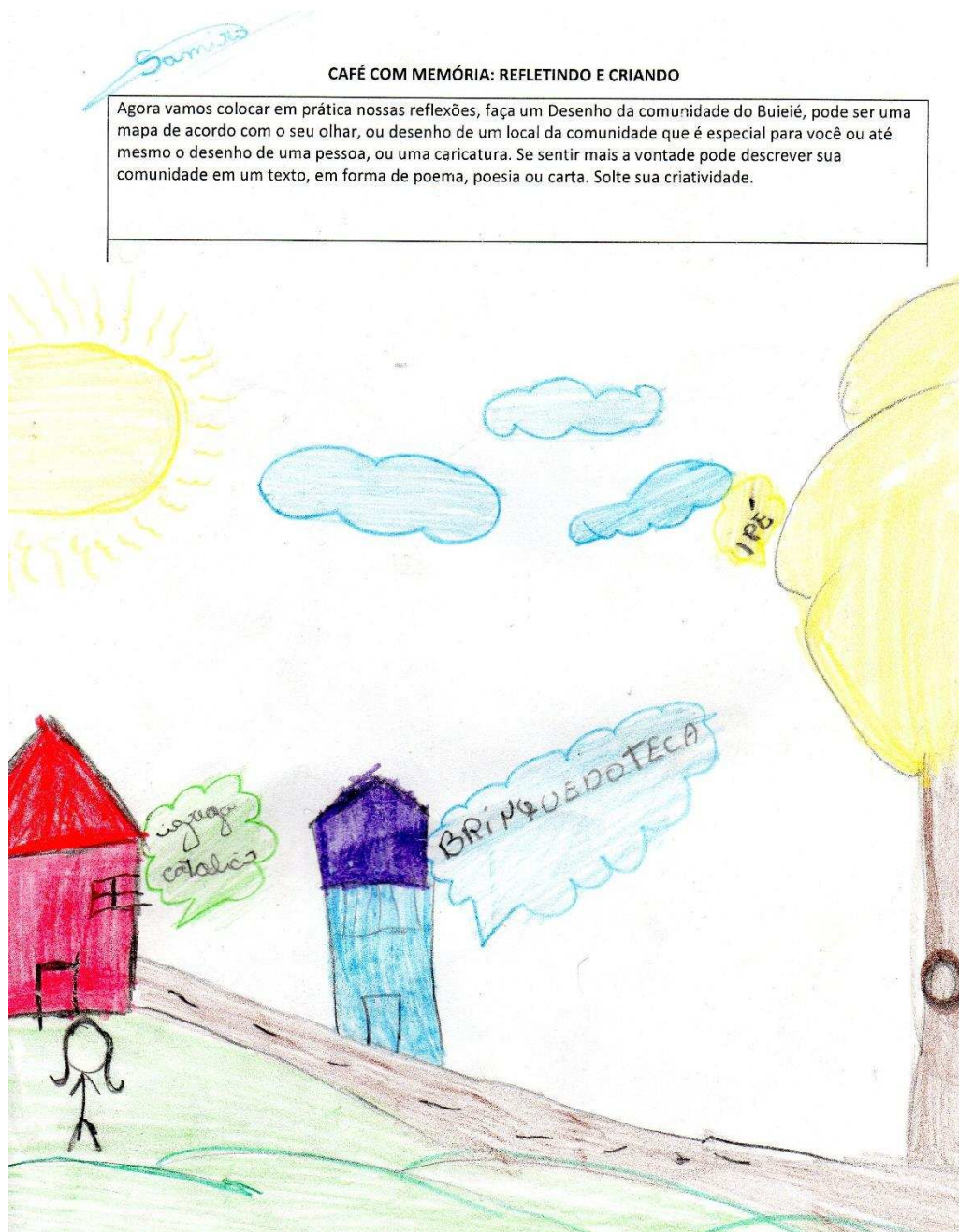


Figure 11: mapa mental elaborado por jovem no III CAFÉ COM MEMÓRIA.

1 sou uma visitante aqui na comunidade
 desde alguns meses morando ^{do} antes
 para cidade.

Um dos lugares que me marcou
 dentro do ônibus que eu todo dia
 via

Ali as pessoas se apresentavam
 perguntaram quem eu era, iam
 dando caso enquanto laços se formam
 me encantei pela alegria, pela fé, p
 to, pela beleza e pelos casos, pelo
 e determinação.

viu para mim, é terra de
 ! Um quilombo, uma comunidade
 que dá pra ser feliz de verdade

Roteiro de trabalho de campo (ficha temática)					
Encontro com a comunidade: II ICAFÉ COM MEMÓRIA 22 de dezembro de 2018.					
Formato do encontro	Tempo est.	Público Alvo	Metodologia e materiais	Resultados	Observações:
Palestra Oficina Café com memória	14 às 16 horas	Crianças Jovens, Adultos anciões	Roda de conversa guiada. Execução de músicas em momento reflexivo. Questionamentos sobre a comunidade e oportunidade de expressar Lápis de cor, papel e caneta. Cada morador contribui com um lanche para socialização final.	Fotos Dados sobre a vida cotidiana em comunidade Informações sobre a cultura e modos de vida local. Material fotográfico Atividade de MAPA MENTAL DA COMUNIDADE (desenhos e textos)	O local foi de difícil acesso para os moradores mais velhos da comunidade, para casa de que fica distante do centro principal da comunidade. Maior público de jovens e crianças.



Figure 12: Momento final do III CAFÉ COM MEMÓRIA, no dia 22 de dezembro de 2018, casa da Sra. Isabel sentada ao meio da fotografia.

3.4 Raízes do futuro

Prosseguimos para uma fase intitulada **Raízes do Futuro**, tendo como público-alvo as crianças da comunidade e ressaltando a valorização da cultura e do perfil do quilombola, incitando a luta contra o racismo e estereótipos da sociedade e reforçando a identidade quilombola. Propomos uma palestra de valorização da identidade negra, destacando a naturalidade e beleza dos cabelos, da cor de pele e das formas de vestir. Para isso, palestras com ativistas da causa foram a aposta. As crianças aprendem a cuidar e valorizar os traços do seu povo. Desconstruir estereótipos de beleza impostos pela mídia, trabalhando a autoestima, para que cresçam confiantes do seu potencial e sujeito histórico. Partiu das crianças da comunidade, a vontade de aprenderem algo novo e prático relacionado com artesanato ou culinária.



Figure 13: boneca confeccionada pelas crianças na oficina Raízes do Futuro.

É válido lembrar que para a realização da oficina voltada para o público infantil e execução de todo o processo de planejamento do Café com Memória como de qualquer outro evento na comunidade, é necessária preparação prévia das ações até a culminação na data do evento, com: definição de data e local, definição de uma dinâmica metodológica para trabalhar usos de conceitos dentro da proposta de educação patrimonial, locomoção, materiais para atividade lúdica, provimento de lanche para as crianças e outros. Nossa primeira oficina feita com as crianças aconteceu na Biblioteca Comunitária da comunidade, uma casa de uma moradora agregada à comunidade onde funciona um projeto social, Crianças do Futuro, em formato de biblioteca comunitária, local o qual as crianças costumam frequentar rotineiramente.

Para a proposta lúdica e prática, contamos com a participação de uma ativista e educadora da causa da identidade afro, líder de um projeto desta mesma linha, “Pérolas Negras”, desenvolvido na cidade de Viçosa pela cientista social Raissa Rosa, a qual propôs a oficina de bonecas Abayomi (bonecas negras feitas de retalhos de panos que têm uma estória atrelada à identidade afro e à valorização do negro). Segundo uma lenda folclórica africana que ganha conotações diferentes de região para região, as africanas, mães que se tornavam escravizadas para aclamar seus filhos durante as terríveis viagens a bordo dos navios negreiros que realizava o transporte de escravos entre África e Brasil, rasgavam retalhos de suas saias e a partir deles criavam pequenas bonecas, feitas de tranças ou nós, que serviam como amuleto de proteção. Tais bonecas se tornaram símbolo de resistência, ficaram conhecidas como Abayomi, termo que significa “Encontro

precioso” em Iorubá, uma das maiores etnias do continente africano cuja população habita parte da Nigéria, Benin, Togo e Costa do Marfim. A boneca é feita sem nenhuma costura, somente com amarrações, não possuem demarcação de olho, nariz nem boca, isso para favorecer o reconhecimento das múltiplas etnias africanas. Inspirado pela tradição dessa arte histórica, a brasileira Cláudia Muller, educadora popular artesã e militante do Movimento das Mulheres, iniciou e liderou a confecção das bonecas no Brasil no final dos anos 1980, com objetivo de evidenciar a memória e identidade popular do povo brasileiro ela criou o projeto Martinha Pereira em que passou realizar oficinas e exposições com objetivo de valorizar a diversidade cultural.¹⁶²

A confecção da boneca foi acompanhada por uma aula reflexiva, ministrada por mim, instigando as crianças a conhecerem mais sobre a sua comunidade, sua história, memórias e saberes, relacionando sua história de vida com a da comunidade e como tais fatores contribuem ricamente para a formação da identidade individual de cada um.

*Memória, Identidade e Cidadania
no Buieie*

Apresenta

- DIA 17 de outubro 14 Horas na Biblioteca comunitária do Buieie
- Oficina Pedagógica com Raissa Rosa

PEDAGOGIA DA ABAYOMI E A AFIRMAÇÃO IDENTITÁRIA

- Contação de estórias afro
- oficina de Bonecas Abayomi

Realização de Amanda Ciro pelo Mestrado
Patrimônio Paisagens e Cidadania - UFV

Figura 14: Banner convite e divulgação da oficina proposta para as crianças na fase RAÍZES DO FUTURO.

¹⁶²Informações colhidas no site oficial Geledes, Instituto da Mulher Negra. Disponível em : <https://www.geledes.org.br/bonecas-abayomi-simbolo-de-resistencia-tradicao-e-poder-feminino/> acesso em 2019. Veja também o site oficial da percussora da prática de Bonecas Abayomi: <https://matintah.com/>.



Para a realização dessa oficina com as crianças foram necessários alguns materiais: cerca de quinze metros de malha na cor preta, quarenta tesouras sem ponta e diversos retalhos e pedaços de tecido. Este provimento resultou em um custo de R\$185,00 (cento e oitenta e cinco reais, sendo que os retalhos foram doações) que ficou ao meu cargo. Foi necessária também a provisão de lanche. Para isso, providenciei cem pães para cachorro-quente e quinze quilos de salsicha, ficando um total de R\$80,00 (oitenta reais). Quanto aos sucos e refrigerantes, recebemos patrocínio de uma distribuidora de bebidas da cidade (Bella Schia): cerca de dezesseis litros de suco e um fardo de refrigerante. Para a locomoção da palestrante e sua equipe também foi necessário provimento de um carro particular, custando cerca de R\$60,00 (sessenta reais) o combustível.

O público estimado era de trinta crianças, porém compareceram quarenta e duas pessoas, contando crianças e adultos. Por se tratar de uma atividade prática, despertou o interesse de muitas mulheres da comunidade. Para a realização da oficina, necessitamos e contamos com a ajuda de quatro voluntárias, tanto para ajuda com crianças como para a preparação e distribuição dos lanches. Pessoas próximas a mim se dispuseram a auxiliar.

O desenvolvimento da atividade foi muito satisfatório. As crianças participaram de modo efetivo, muito curiosas tanto para aprender a confeccionar a boneca Abayomi quanto para a discussão sobre a comunidade e sua relação identitária. Muitos meninos também compareceram e participaram da oficina. Após o término das atividades e discussões, houve um momento de socialização com o lanche que oferecemos e a entrega de certificados de participação na oficina,

algo simples, mas que teve muito significado para as crianças presentes, reforçando um sentimento



Figure 15: foto demonstra interesse e interação entre os meninos.

de valorização pela cultura de matriz afro e suas raízes. Seguem algumas imagens:



Figura 16: Foto tirada ao final da oficina com todas as crianças e jovens presentes.

Figura 17: Momento de interação da feitura das bonecas.



Figura 18: Foto do momento da troca de saberes.



Figura 19: Foto do certificado simbólico entregue às crianças participantes.

<p align="center">Ficha prática realização da primeira oficina Raízes do Futuro Oficina Pedagogia Abayomi e autoafirmação identitária em 17 de outubro de 2017</p>	
FORMATO	Oficina Lúdica interativa
DURAÇÃO ESTIMADA	2 horas de duração. 14 às 16 horas
LOCAL	Biblioteca Comunitária do Buieié
OBJETIVO	Trabalhar com as crianças da comunidade a memória e o sentimento de pertencimento a cultura afrodescendente através da confecção da boneca de pano Abayomi correlacionando a história da boneca com as estórias de vida da comunidade Buieié.
PÚBLICO ALVO	Crianças de 6 à 16 anos
METODOLOGIA	Interativa e lúdica, com questionamentos, contação de estória atividade prática na feitura das bonecas.
MATERIAL GERADO	Fotografias e vídeos
RESULTADO	Satisfatório, com público de 35 crianças e 5 adultos, que reagiram a metodologia e dinâmica de modo satisfatório.
OUTRAS OBSERVAÇÕES	

Figure 20: Ficha prática para realização da primeira oficina RAÍZES DO FUTURO

Acreditamos que tal oficina cumpriu bem seu objetivo de valorizar a identidade afro junto às crianças, além de instrumentalizar, ensinar e reproduzir a feitura das bonecas Abayomi para outros grupos da comunidade. Algumas jovens entre quatorze e dezesseis anos, posteriormente à oficina, relataram estar utilizando desta forma de artesanato para possível complemento da renda familiar, ou mesmo por um hobby.

3.5 Minha história minhas raízes e a oficina: Quem conta um conto cria memórias

oficina:quem conta um conto cria memórias

com a comunidade do Buieié

Como sua comunidade tem narrado a sua história? vamos dialogar

falar, discutir e refletir sobre a história e cultura da sua comunidade é essencial para o processo de formação da sua identidade individual como também para o coletivo comunidade.

Esta oficina acontecerá no formato de um cine debate em torno da estória de uma pequena comunidade do sertão prestes a desaparecer, encontrando na sua história local através do relato dos próprios moradores a forma de resistir e lutar pela sobrevivência.

Dialogando com os quilombos que por sua vez tem suas raízes na história de lutas e existência, tanto social como Cultural que se modificou ao longo da nossa história, hoje sua principal forma de resistir está em conhecer e narrar a sua história local reconhecendo seu valor na sociedade....seja um narrador



Exibição do filme brasileiro Narradores de Javé com debate crítico em roda de conversa

Reflexão dos conceitos de memória, identidade e quilombo.

Quando e onde?

PRÉDIO DA GEOHISTORIA AUDITÓRIO DA HISTÓRIA
 DATADE NOVEMBRO DE 2018
 PÚBLICO ALVO: JOVENS E ADULTOS DO BUIEÍÉ

ministrante : Amanda Ciro
convidado: prof. Jonas Marçal
realização pós: graduação PATRIMÔNIO CULTURAL PAISAGENS e CIDADANIA .UFV.

Figure 21: Panfleto de divulgação do minicurso QUEM CONTA UM CONTO, CRIA MEMÓRIAS (ainda não realizado).

segundo pedidos da comunidade.

Dentro ainda dessa fase, propomos um minicurso, “Quem Conta um Conto Cria Memórias”, destinado a jovens e lideranças da comunidade, com o objetivo de trabalhar a importância de valorizar a história oral da comunidade, como também uma breve introdução à conceitos caros a eles neste processo de uso social do seu patrimônio e herança cultural, como: Memória, Identidade e Quilombo. Partiremos da exibição do filme brasileiro Narradores de Javé (2003), com cerca de cento e quarenta e dois minutos de duração, que retrata de maneira divertida a importância da história oral para preservação e perpetuação de pequenas comunidades. No filme, Eliana Café nos fala sobre um lugarejo, o Vale de Javé, que está ameaçado pela construção de uma represa para a nova hidrelétrica. A única condição para a permanência do povoado “no caminho das águas” seria o seu tombamento como Patrimônio Histórico. Devido a não existência de documentos que possam dar vestígios da importância

Em uma terceira fase, “Minha História, minhas raízes” contou com uma palestra na própria comunidade sobre a história afrodescendente no país. Como o objetivo é a reflexão das raízes históricas dessa comunidade, o público-alvo da palestra inclui todas as idades, com foco nos jovens e nas crianças, utilizando uma linguagem clara e objetiva, com uma exposição histórica da escravidão e da importância do negro na formação do país e da nossa cidade. Destaco que o desejo sobre o conhecimento histórico desse processo na região e no nosso país partiu dos moradores da comunidade, que alegaram em outros encontros saber muito pouco ou quase nada sobre o que e como foi a escravidão. Tal palestra acontecerá no período de férias escolares, para que contemple maior número de pessoas,

histórica do passado para os habitantes do lugarejo, os habitantes decidem escrever sua própria versão da História de Javé com base nos depoimentos dos moradores, conforme suas próprias lembranças, memórias ou histórias ouvidas.

Também teremos a exibição do Mini-Documentário do morador mais conhecido do Buieieí, Sr. João Laurindo, produzido por estudantes do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Viçosa para um programa de TV chamado Contra-Regra que exibiu uma série documental sobre a História de Viçosa, Do Turvo à Viçosa.

Após a exibição do filme e documentário, faremos um debate relacionando a temática da memória, História oral e Patrimônio dentro da ótica da comunidade quilombola em questão.

Até o término dessa dissertação, não foi possível executar essa fase, mas pretende-se realizá-la ainda neste ano de 2019, conforme conversado com a comunidade durante uma manhã de sábado no evento integrante da feira de agricultura familiar da comunidade. Esse evento marcará a culminância desse trabalho (pesquisa) em um momento de confraternização junto à comunidade, em que faremos a entrega do portfólio áudio visual como do livreto “Buieieí Sob novos Olhares”.

3.6 O inventário participativo

Durante este processo de reflexão e diálogo com a comunidade remanescente do Buieieí, como também durante o processo de mediação com alguns órgãos municipais de gestão de Patrimônio Cultural, como a Secretaria de Patrimônio Histórico da cidade que nos auxiliou no provimento de materiais para realização do II Café com Memória, foi manifestado o interesse em realizar um inventário participativo da comunidade, atestando seu valor histórico e cultural, além de ser também, um artifício documental para outros fins de natureza fiscal. Sendo assim, juntamente com alguns líderes da comunidade durante visitas e reuniões ordinárias da AMB (Associação de Moradores do Buieieí) realizamos o primeiro Inventário Participativo da Comunidade, utilizando-nos de dados coletados no Café com Memória, em visitas técnicas, execução dos métodos da educação patrimonial e em observação participante. Apesar do pedido com tempo estipulado de apenas dois meses para sua elaboração entre agosto e setembro de 2017, devendo ser encaminhado no mês de outubro para a secretaria de Cultura, assumimos a posição de mediação, elaboração e feitura desse Inventário Participativo, coletando junto aos moradores informações técnicas sobre o Patrimônio Imaterial da comunidade.

Destaco que foram transcritas no inventário apenas informações essenciais técnicas exigidas pelo IEPHA, visto o curto prazo estabelecido para sua elaboração, no qual ficamos comprometidos com a comunidade em reelaborar futuramente, em conjunto, de modo mais completo o mesmo

inventário. Participaram diretamente do processo, os representantes da comunidade, Julius Keniata Wellington Lino e Carina Veridiano. O inventário foi enviado para o IEPHA em novembro de 2017, e até o presente momento, ainda aguarda parecer do órgão estadual. A nível municipal, a comunidade do Bueieie foi registrada no Livro de Registro imateriais na categoria de lugar, sendo inventariado como patrimônio histórico Cultural do Município.



Figura 22: Reunião de mediação entre membros da AMB (Associação de Moradores do Buieie), aluna do mestrado Amanda Ciro e Cintia Fontes - secretária de Patrimônio Histórico de Viçosa - sobre o inventário participativo/2017; abaixo, foto da folha de rosto do Inventário Participativo elaborado por Amanda Ciro e enviado ao IEPHA em 2017.

1. DADOS GERAIS PARA A IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO
GRUPO/MOVIMENTO: COMUNIDADE DO BUIEIÉ
DENOMINAÇÃO DO INVENTÁRIO: Memória Identidade e Cidadania no Buieie
GESTORES RESPONSÁVEIS: Secretaria de Patrimônio Histórico e Esportes de Viçosa e Associação de Moradores do Buieie e Mestrado Patrimônio Paisagens e Cidadania UFV
LOCALIDADE: Comunidade quilombola do Buieie Viçosa MG, área rural.
MUNICÍPIO: Viçosa BAIRRO: Bairro rural Buieie
CEP: 36570-0000
NATUREZA ADMINISTRATIVA (FUNDAÇÃO, ASSOCIAÇÃO, OSCIP, ONG, ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ETC.): ASSOCIAÇÃO DE MORADORES, SECRETARIA DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ESPORTES
2. QUANTO AO HISTÓRICO.
A comunidade Quilombola do Buieie, é uma comunidade rica histórica e culturalmente no que se referem suas origens, segundo relatos dos moradores anciãos da comunidade, a comunidade teve inicio há mais de cem anos atrás quando seus ancestrais libertos ou fugidos no período do final da escravidão se aglomeraram nesta localidade para ali viverem em harmonia. Segundo os moradores as terras foram doadas há seus ancestrais por uma

Figure 23: folha de rosto do inventário participativo enviado pela PMV ao IEPHA

PARTE III

Capítulo 4: O produto: Comunidade quilombola do Buieié sob novos olhares

É preciso que essa verdade afete o sujeito, e não o sujeito se torne objeto de um discurso verdadeiro (Foucault)

Em se tratando de um mestrado de cunho profissional, espera-se que o pesquisador desenvolva não uma pesquisa epistemológica, mas sim, atributos para promover seu aperfeiçoamento e qualificação profissional, tornando-o capaz de agir ativamente nos processos de preservação, conservação e divulgação do patrimônio cultural e natural brasileiro e contribuindo em sociedade para promover a cidadania e o fortalecimento da identidade sociocultural de comunidades. A proposta de produto dessa pesquisa, vincula-se desde o início, até o fechamento das atividades com a elaboração de um fotolivreto, as ações de educação patrimonial. Nos preocupamos em contribuir para o desenvolvimento crítico acerca das práticas patrimoniais na cidade de Viçosa, tentando impulsionar o surgimento de ações independentes que não estejam ligadas à política atual de preservação e celebração da memória. Identificar e ampliar a divulgação da comunidade e seu valor cultural, também são objetivos caros para esta fase da análise. Promover interação entre comunidade, meio acadêmico, sociedade local e instituições públicas de gestão de memória, também foram atribuições desse produto durante todo seu processo de elaboração. Atribuições que não foram pré-estabelecidas, mas encontradas no decorrer do caminho.

O nosso produto consiste na confecção de um fotolivreto, intitulado estrategicamente de Comunidade Quilombola do Buieié Sob Novos olhares. O motivo da entonação de “Novos olhares” recai no fato que, muitas vezes, a comunidade foi descrita por agentes externos. Os olhares externos, muitas vezes, não demonstraram fidedignamente a comunidade do Buieié ou talvez tenham reproduzido imagens, pesquisas acadêmicas ou materiais de áudio visual, nos quais os moradores não se reconheceram. Esses novos olhares seriam projetados pela própria comunidade, a qual durante o processo de elaboração do trabalho teve de fato contato, pois nenhuma imagem disponível e nenhum relato descrito seriam possíveis se não houvesse entrosamento e participação em cada atividade desenvolvida até o presente momento. Paul Ricoeur¹⁶³ em **A Teoria da Interpretação**, destaca que uma obra cria o seu público, ou seja, sua mentalização almeja objetivos que pretende impactar em um público específico, pois em si

¹⁶³ RICOEUR, Paul. **Teoria da Interpretação**. trad. Arthur Mourão. Edições 70. 1996, p. 43.

mesmos (a obra, a escrita) estão submetidos às leis sociais de exclusão e submissão, pois a leitura (no nosso caso, textos e imagens) é um fenômeno social que obedece a padrões e limitações.

O conteúdo do fotolivro seria de fotografias de pessoas e paisagens representativas da comunidade Buieié, acompanhadas de encartes de textos que descrevem as memórias, saberes e/ou costumes descritos durante todo nosso processo de reflexão na comunidade, reforçando sempre a ideia principal de que patrimônio legítimo da comunidade são as pessoas.

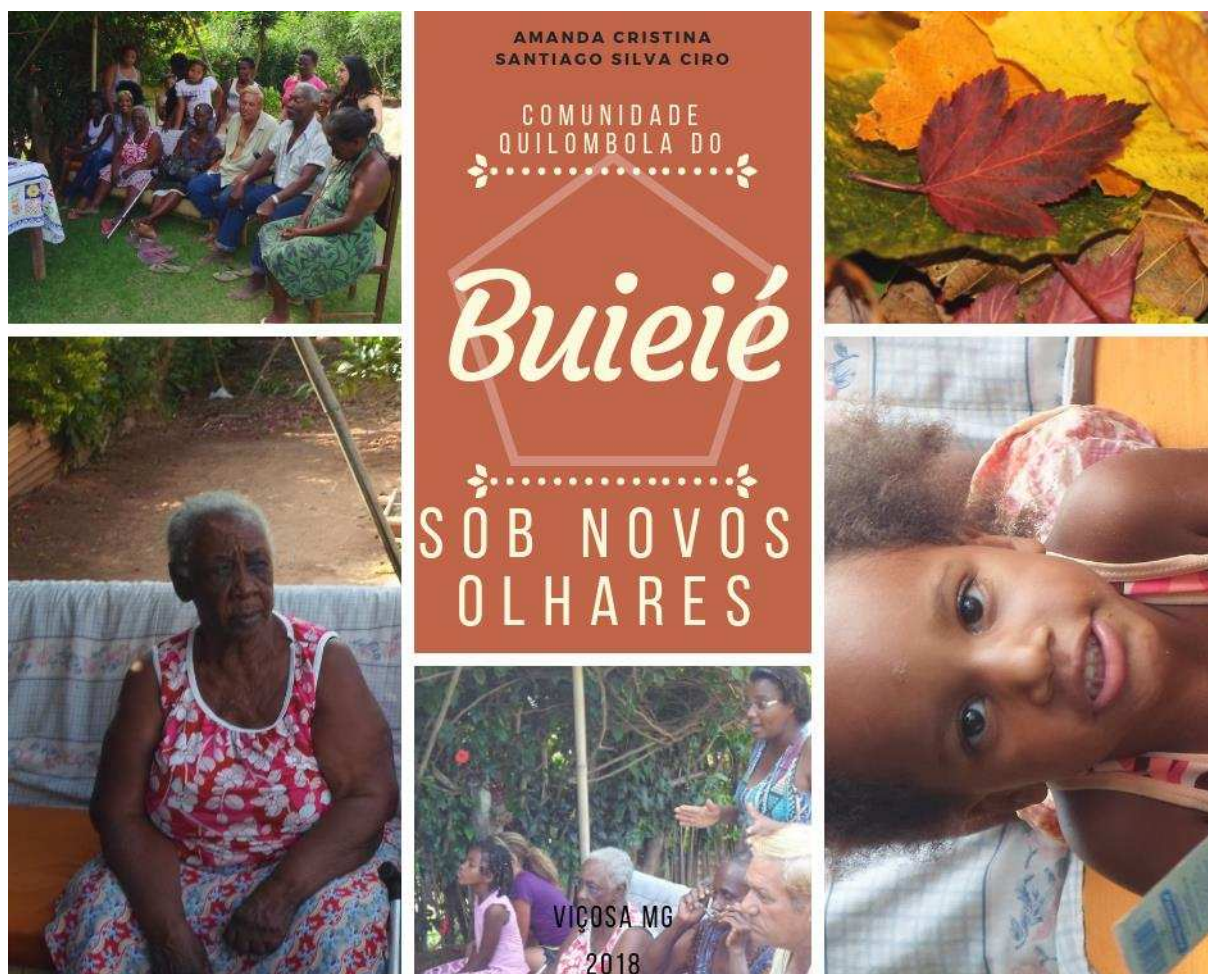


Figure 24: Capa do fotolivro elaborado como produto desta dissertação.

Acreditamos que todo o **processo** para a realização desse fotolivro constitui o fator principal do produto. Cada visita, entrevista, oficina, Café com Memória foram o caminho. O fotolivro é apenas a culminância do processo. Trazemos também algumas informações básicas para situar o leitor na comunidade do Buieié, algumas informações socioeconômicas, dados da população, como também, dados de um estudo do período escravagista de um estudioso da região.

O público-alvo do fotolivro adere tanto função educacional para alunos de ensino fundamental básico, como para uso de educação patrimonial na sociedade de Viçosa como um

todo, em setores privados e públicos, de forma que atenda a dois princípios: aprendizagem e divulgação do patrimônio cultural.

Nosso produto tem três objetivos principais: **o primeiro é valorizar** a vida cotidiana da comunidade Buieié e as pessoas que ali vivem e suas memórias; **o segundo é divulgar** a comunidade Buieié e sua importância histórica e cultural; **o terceiro** objetivo seria uma opção metodológica para professores trabalharem a cultura e história afro da região em salas de aula, em escolas da cidade Viçosa, MG. Regina Abreu¹⁶⁴ reforça a importância de que as iniciativas educativas devam ser encaradas como um recurso fundamental para a valorização da diversidade cultural e para o fortalecimento da identidade local, fazendo uso de múltiplas estratégias e situações de aprendizagem construídas coletivamente, ou seja, a participação da comunidade nesse processo de reconhecimento e divulgação de sua memória é essencial.

As etapas para confecção do fotolivreto são: visitas, entrevistas, conversas que serão fotografadas e posteriormente selecionadas para a edição.

Os textos e imagens buscam informar, valorizar e identificar a vida cotidiana dos remanescentes de quilombo, além de atribuir valor devido como Patrimônio Cultural. Iniciativas desse cunho se fazem importantes por ser um registro material que perpassará os tempos levando as novas gerações à memória dessa comunidade, como afirma Matos e Abreu:

Os remanescentes de quilombo passam a inserir-se, para além da luta por terras tradicionais, em um esforço moral para que determinados acontecimentos não sejam esquecidos. Para que sejam registrados, como patrimônios do grupo, na memória pública do país, através da construção de locais de memória ou da incorporação de tais memórias e tradições orais na história contada e divulgada nas escolas e universidades. Essas ações – incorporadas à “histórica opressão” dos termos da lei - assumem um sentido de direito à reparação em função do esquecimento e justificação a que foram submetidas suas histórias ao longo do século XX.¹⁶⁵

Da elaboração do produto

É importante destacar de início que, para elaboração de um material desta natureza, é necessário um conhecimento prévio e técnico para sua feitura. Estão envolvidos programas de edição específicos, trato e seleção de imagens, escolha e adequação de template, layout,

¹⁶⁴ ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (orgs.). Memória e Patrimônio. **Ensaio Contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 12-13.

¹⁶⁵ MATTOS, Hebe e ABREU, Martha. **Remanescentes das Comunidades dos Quilombos**: memória do cativo, patrimônio cultural e direito à reparação. Disponível em http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299778862_ARQUIVO_anpuh2011.pdf; Acesso em 09 de maio de 2017, p. 9.

diagramação, tamanho, tipo de papel e diversas outras informações que nós, na postura de meros iniciantes curiosos, não dominamos.

Foi necessária muita pesquisa desde informações básicas de por onde começar, como fazer, até a pesquisa por programas de edição de templates gratuitos que atendessem nossa demanda para trabalhar com imagens, fotografias e caixas de texto, e tudo isso com uma boa qualidade visual que cumprisse nosso objetivo de valorizar a comunidade por meio do material coletado. Após muita pesquisa e conversas com pessoas que trabalham na área de design gráfico, me indicaram um programa gratuito de fácil manuseio, o qual poderia ser utilizado para elaborar um livreto ilustrativo, com fotos e texto: Inkscape, um editor de gráficos e templates vetoriais de qualidade profissional para Windows, Mac OS X e Linux. É gratuito e de código aberto. Possui uma ampla compatibilidade de formatos de arquivos, ferramentas de texto, ferramentas flexíveis de desenho, curvas de Bezier e espirais. Além de estar acessível gratuitamente em sua plataforma, há uma diversidade de tutoriais que ensinam passo a passo a produção de diversas criações gráficas.¹⁶⁶

É importante reiterar que o processo de aprendizagem e adaptação foi lento, uns quinze dias de visualização de tutoriais e manuais até conseguir manusear o básico no programa, mas, com persistência e horas de dedicação, conseguimos produzir de modo simples o foto-livreto. Um processo longo, que inclui desde testes de templates, cores, textos, adequações de fonte e tamanho de imagens, até mesmo na seleção de que imagens usar. Acredito ter em média trezentas e dez fotografias da comunidade, entre eventos e visistas de campo. Foi muito difícil fazer seleção. Assim, foi fundamental o contato direto durante a produção com alguns moradores da comunidade, para que prevalecesse sobre tudo seu olhar da comunidade. Outro processo lento e dificultoso foi a escolha dos textos, que relatos e que informações destacar? e o que seria mais ou menos relevante?

Dentre dúvidas e percalços que perduraram durante o processo de elaboração, descrever e demonstrar uma comunidade em algumas páginas de 21 x 21 cm não é uma tarefa fácil, pois há limitações gráficas de espaço. Nem todas as imagens escolhidas puderam ser contempladas devido à sua qualidade. Por mais que tivéssemos um número infidável de páginas, jamais conseguiríamos expôr a comunidade em sua totalidade, ms, sim, uma parcela do que foi visto, vivido e analisado. Destacamos esse processo de elaboração um tanto laboroso e demorado, ainda mais com o agravante de não dominar a área e ser plenamente um aventureiro. De modo

¹⁶⁶ Mais informações sobre o programa Inkscape e tutoriais estão disponíveis em: <https://inkscape.org/ptbr/aprender/tutoriais/>.

mais técnico e simplório (pois não temos a dimensão da real dificuldade de elaborar em uma descrição), o processo de elaboração do foto livroto foi basicamente:

- ✓ Pesquisa por modos de fazer e por programas gratuitos que nos atendessem.
- ✓ Escolha do programa: Inkscape
- ✓ Estudo e aprendizagem de como usar o programa
- ✓ Fase de testes
- ✓ Escolha de um template que atendesse o objetivo
- ✓ Escolha de imagens
- ✓ Escolha de temas a serem abordados
- ✓ Seleção de textos, entrevistas e informações
- ✓ Escolha da diagramação
- ✓ Escolha da cartela de cores com muitos testes
- ✓ Adaptação nos tamanhos de textos, imagens e fontes.
- ✓ Trato das imagens escolhidas
- ✓ Alocação dos textos por temas
- ✓ Finalização visual, de cores, caixas de textos, sumário, apresentação, considerações e referências.

Enfim, é um processo muito detalhista, que leva dias para se chegar a um resultado aceitável, visualmente falando. Entram no processo as revisões textuais e o diálogo com alguns representantes da comunidade sobre o resultado obtido e se há a aceitação do material. Finalizando sua edição e visualizando sua impressão prévia, nos pegamos com a sensação de: “Mas só isso? Está muito simplório! Havia muito mais para ser mostrado ou pensado”. O processo de criação e seleção nos leva a tomar caminhos e fazer escolhas, são vários limitadores na edição e seleção que não estão ao alcance do querer fazer, mas o que pode ser feito na realidade, ainda mais quando se é um aventureiro na área. Ao ler e visualizar as simplórias 24 páginas do fotolivreto, ficamos com a singela sensação: poderia “ser mais, ter mais”, mas não temos noção dos percalços para se fazer o que a “olhos nus” parece ser singelo. Uma publicação pequena com textos pequenos, porém envolto a um trabalho árduo de estudo e dedicação não somente do tema, mas sobretudo do “aprender fazendo”.

Nosso processo de criação, contou com agravantes durante sua elaboração, com algumas divergências entre alguns moradores da comunidade que não compreenderam seu real uso e importância. Houve alguns mal entendidos superados com o diálogo, e o surgimento durante o percurso de uma possível parceria de publicação do fotolivreto pela Secretaria de Cultura de Viçosa como artifício de educação patrimonial. Tal proposta só teria prosseguimento e

concordância por nossa parte se o desejo de publicação sobretudo viesse da comunidade do Buieié, que é a principal interessada do fotolivreto. Acreditamos que a divulgação ampla desse material seria fundamental para a reparação histórica e valorização de uma memória tão importante como outras que perpassam a história de formação da nossa cidade. Mas, caberia à comunidade a decisão final.

Após apresentação da proposta advinda da Secretaria de Cultura para impressão e divulgação do material elaborado por nós, em assembléia na comunidade, dentro de uma das reuniões da Associação de Moradores do Buieié, houve interesse e aprovação da parceria pela maioria dos moradores presentes. Assim, a parceria foi estabelecida e o processo de feitura do livreto teve que ser acelerado para contempção da editoração em termos de prazos de licitações referidas. Esse talvez, tenha sido nosso maior agravante e dificultador: a aceleração do prazo de criação para a entrega do órgão responsável pela revisão e publicação do material, que foi entregue no mês de outubro de 2018. A parceria foi acertada a convite do Conselho Municipal de Patrimonio Histórico de Viçosa e o Conselho Gestor do FUMPAC (Fundo municipal de proteção ao patrimônio Cultural) na data de vinte três de agosto do ano de dois mil e dezoito, onde Consta:

Os membros do conselho do CMPCAV e membros do conselho gestor FUMPAC deliberaram favoravelmente a todos projetos apresentados, aprovação consocioanda aos orçamentos e evidetemente aos rcursois disponiveis a aprovação da cartilha para difusao da comunidade quilombola do Nuieié aprovado por unanimidade aguardandose os três orçamentos para o trabalho de finalização e impressão de amplo material de difusão de patrimônio cultural, para edição dos calensarios versao 2019 e 2020. Ainda como material de difusão, foi aprovado investimento caso haja fundo do FUMPAC, fruto das transferencias previstas com a notável pontuação do município de Viçosa em 2016, da lei Hobbin Hood, no livreto de 22 páginas , de autoria da acadêmica Amanda Cristina Santiago Silva Ciro, enfocando a comunidade inventariada e quilombola do Buieié, em papel couchet e policromia, sendo seis mil exemplares a serem distribuidos aos moradores daquela comunidade que são em número de 390, aos idosos do cadastro do Programa Municipal da Terceira Idade com dois mil e seiscentos ,alunos do centro experiemntal de artes Maestro Adilson Bicalho (CEAMAB) quatrocentos e cinquenta e a rede municipal de ensino com quatro mil alunos.¹⁶⁷

¹⁶⁷ Ata de Conselho Municipal de Cultura de Patrimônio Cultural e Ambiental de Viçosa-MG, na data de 23 de agosto de 2018.



Figure 25: Capa do fotolivreto elaborado como produto desta dissertação.

A previsão era que o fotolivreto estivesse pronto em julho do ano de 2019, o prazo inicial era dezembro de 2018, porém não houve recursos financeiros para tal, inexplicavelmente, não houve verba no fundo do FUMPAC para cobrir os custos. A nova previsão foi acertada na reunião do Conselho de Patrimônio Histórico e FUMPAC no 4 de março de 2019. Serão impressas pela Secretaria de Cultura de Viçosa cerca de seis mil exemplares que contemplarão a comunidade do Buieieí, as escolas da rede municipal da cidade e outros projetos de ensino e educação da prefeitura. O lançamento municipal do fotolivreto terá as impressões patrocinadas pela Secretaria de Cultura de Viçosa e acontecerá no dia 24 de Agosto deste mesmo ano (2019) em um evento promovido em parceria com a secretaria de Educação, chamado de Semana Viçosense de Cultura popular que acontecerá do dia 17 ao dia 25 de agosto, o evento contará com apresentações culturais de toda a comunidade de Viçosa como também discussões culturais, palestras e rodas de conversa. O lançamento de Comunidade quilombola do Buieieí Sob Novos olhares ocorrerá simultaneamente a uma feira de folclore das escolas municipais e ocorrerá ainda o lançamento de outras obras locais de valorização da história local. Tal momento, privilegiará

o contato das crianças com as obras e a oportunidade de tirar suas dúvidas em uma roda de conversa com cada autor. Abaixo segue o post de divulgação do evento.

O fotolivreto foi finalizado com 32 páginas que serão impressas na diagramação 21 x 21 cm em folha A4, no papel couchet policromia. Um livreto pequeno, semelhante a uma revista de fácil manuseio, com imagens coloridas e encartes informativos que buscam demonstrar ao leitor um pouco do Buieie e suas paisagens, pessoas e memórias. Ele é apenas um convite



Figura 4 banner divulgação da semana viçosense do Folclore, onde o produto deste trabalho será divulgado.



para que procuremos conhecer e valorizar mais as novas memórias da cidade de Viçosa, como tantas outras cidades país afora, um Buieie sob novos olhares.

Para fins puramente acadêmicos, elaboramos um portfólio audiovisual intitulado Memória, Identidade e Cidadania no Buieie (ou seja o material audiovisual não será divulgado juntamente com o fotolivro, será somente para análise de fins acadêmicos) contendo alguns dos muitos vídeos e imagens, estão no DVD somente os vídeos os quais a qualidade nos permitiu fazer uso dentro dos nossos conhecimentos e possibilidades, resalto ainda que durante essa jornada, devido a problemas técnicos de aparelhos, alguns vídeos e fotografias se perderam, ou pela qualidade do formato ou por corrompimento do sistema dos aparelhos utilizados para filmagem ou mesmo para o armazenamento dessas. Para a edição dessas imagens, fizemos uma pesquisa em busca de um editor manuseável para quem inicia na prática e que ofereça alguns recursos de melhoramento e, que possibilite a introdução de caixas de texto durante sua exibição, descobrimos o Wondershare filmora 9¹⁶⁸, compatível com o sistema Windows, com uma versão gratuita mais básica acessível, se levamos em conta a produção de um vídeo de boa qualidade, pois permite adição de efeitos especiais, transições e seu formato permite gravação direta para redes sociais, drivers e DVD.

O início do portfólio audiovisual é feito por um vídeo introdutório que resume todas atividades feitas durante esse trabalho, cada seguimento de ação educacional que é exemplificado ao final desse trabalho em anexos por meio das fichas práticas. Para o vídeo introdutório, escolhemos como trilha sonora a música de Clara Nunes “o canto das três raças” que é uma canção que fala com maestria a formação racial do Brasil, que fala também luta e

¹⁶⁸ <https://filmora.wondershare.com.br>

resistência, e descreve bem, não só a história de luta, de persistência do povo brasileiro, mas também descreve em linhas poéticas uma estória de luta pela memória e identidade da comunidade quilombola do Buieié. Seguem-se vídeos e entrevistas realizadas nas três edições do Café com Memória na Comunidade, além de vídeos gravados na realização da oficina Raízes do Futuro com as crianças. Posteriormente há uma série de microvídeos feitos em visitas de campo na comunidade. Qualificamos este portfolio áudio visual de edição simples e amadora como um repositório rico de sutilezas, além da metodologia da experiência participativa nos possibilitou o contato com a comunidade. Acreditamos que as imagens e vídeos que foram possíveis editar e disponibilizar neste arquivo, passam um pouco para o expectador a complexidade e profundidade que a metodologia da experiência interativa possibilita ao pesquisador, uma imensidão de informações, análises, possibilidades que testa nossa flexibilidade sobretudo onde fazemos papel não apenas de estudiosos que se prepara e dedica para certas atividades, oficinas, entrevistas, mas também de fotógrafo, câmera, observador, contabilistas de gastos e custos e etc... quem assume este compromisso, tem que estar disposto a colocar em prática o planejado, deve ser humano, pois se propõe a lidar com pessoas, o que requer atenção, dedicação e tal sucessão dos fatos não acontece automatizados como planejamos nos nossos roteiros de trabalho, o trabalho de campo é cheio de imprevistos, é o idoso que necessita de ajuda para se locomover, é a criança que brinca ao redor e quer atenção, é o cachorro que late, é uma faixa etária diferente que comparece a atividade, é chuva, é vento, é a falta de itens materiais ou mesmo a dificuldade para chegar ao local esperado. Inúmeros acontecimentos podem desfocar, é necessário antes de ser multifuncional ser “humano”.

Confesso que em muitos momentos, talvez nos mais importantes, não foi possível o registro audiovisual, deixo minha recomendação a futuros trabalhos de educação patrimonial que seguirão esta mesma linha, que se façam em equipes, pois a dificuldade de se trabalhar sozinho pode comprometer ou até mesmo inviabilizar a produção e execução de propostas práticas em campo, cada função, seja a entrevista, ou aplicação da dinâmica, a fotografia, a filmagem a observação participante que tem de ser feita em um mesmo local e tempo exigem concentrações e dedicação específicas, não digo que não seja possível pois, assim esse trabalho foi feito, individualmente, mas digo que poderia ter atingido uma qualidade melhor em todos sentidos de sua execução se houvesse um pesquisador responsável por cada ação, poderia ter extraído muito mais de um único momento.

O pesquisador ao se aventurar a executar sozinho, por opção ou não, no meu caso não foi opção, pode não conseguir registrar e analisar momentos importantes de suas atividades

diante à impossibilidade de executar várias funções ao mesmo tempo. A principal proposta é impactar o leitor pelo visual com a escolha de fotografias realizadas durante o trabalho prático as quais pretendiam representar o leitor, o que há de melhor na comunidade do Buieie: as pessoas.

Abaixo segue a ficha técnica do fotolivreto.

Ficha técnica do produto Livreto.

Título: Comunidade quilombola do Buieie sob novos olhares
Autora: Amanda Ciro
Diagramação: 21 X 21 cm (fotolivro)
Orientação: Paisagem
Tamanho: A4
Gramatura :115 Grampeado, intercalado e dobrado
Tipo de papel: Couchê Premium policromia
Número de páginas:32
Número de cópias a serem publicadas: 6.000 exemplares
Público destino: Repartições municipais, Comunidade Remanescente do Buieie e Escolas Municipais de Viçosa, Ensino Fundamental II
Editora de publicação: Conselho Municipal de Patrimônio Cultural e Ambiental de Viçosa/PMV. Valor dos orçamentos em 3 gráficas referentes à 6 mil exemplares: 14.620 \$ 9.540 \$ 14.990 \$
Ficha técnica do DVD: O portfólio audiovisual :Memória, identidade e Cidadania no Buieie
Aproximadamente 120 minutos de duração. Vídeo introdutório do trabalho feito durante 2 anos de mestrado. Contém foto vídeos resumo das atividades e visitas realizadas entre 2017 e 2018 Entrevistas em vídeo do segundo café com memória Entrevistas com os idosos

Vídeo dos tambores do Buieié.

Vídeos das atividades desenvolvidas na oficina Raízes do Futuro voltado as crianças.

Entrevistas com jovens e crianças;

Entrevista com um dos professores do Tambor na comunidade.

Apresentação dos tambores na comunidade.

Apresentação dos tambores no II Simpósio Afro quilombola em Viçosa

Momentos de participação da primeira participação do Buieié na I Caravana quilombola em 2018.

Terceiro café com Memória.

Trecho curto (foto vídeo) de entrevista do Sr. João Laurindo para Tv Viçosa cedida por Raíra Nascimento (Jornalista).

Imagens feitas nos trabalhos de campo

2 fotografias contribuição do aluno Herbert Pardini

Considerações Finais

O propósito desse trabalho foi contribuir para novos debates acerca do patrimônio cultural veiculados no município de Viçosa, na Zona da Mata Mineira. Desse modo, sua essência não lhe confere apresentar conclusões definitivas, mas se configura como primícias de novas possibilidades e visões sobre o aparato histórico e cultural da cidade em questão. Nossa principal expectativa como pesquisadores e mediadores do patrimônio, foi deslocar a discussão do “patrimônio de pedra e cal” já consagrado no ideário Viçosense, porém inviabilizado nas discussões sobre esse tema até o presente momento, para um patrimônio cultural imaterial vivo e dinâmico tendo como repositório a Comunidade do Buieí.

Ao iniciarmos a pesquisa, nosso principal objetivo, era executar um trabalho de educação patrimonial na comunidade a fim de trabalhar uma apropriação cultural da comunidade detentora de seu patrimônio e de suas memórias, mas a partir do momento em que nos debruçamos na reflexão da complexidade memória e suas relações com a História e o patrimônio, compreendemos cada vez mais como esses estão subjugados na sociedade na trama das escolhas, desse modo, identificamos o quão necessário seria uma reflexão das ações patrimoniais e suas relações com as políticas públicas vigentes na atualidade que objetivam atender às comunidades quilombolas. Ou seja, quanto mais adentramos a pesquisa, mais tivemos a convicção que a apropriação cultural da comunidade não se fazia necessária apenas para a valorização cultural da mesma, como para estreitamento dos laços identitários que cercam a comunidade, mas, sobretudo, esta apropriação cultural, criaria pontes para que os moradores desta comunidade estivessem munidos de conhecimento para melhor qualidade de vida garantida a esta população por um grande repositório de leis programas municipais, estaduais e federais. Essa tomada de consciência cultural deve ser uma ação endógena na comunidade, necessária para desarticular as narrativas padronizadoras do que é Patrimônio ou não, do que é História ou não, do que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido, como deve ser uma âncora para o uso social desse patrimônio no viés da cidadania.

Nossa função como Historiadores, pesquisadores do patrimônio e instituições foi sensibilizar, facilitar, educar, por em contato o conhecimento, mediatizar e gerir pela margem em função do interesse geral dos cidadãos comuns, detentores do patrimônio e de suas memórias. A exposição e reflexão dos conceitos de memória, identidade e cidadania no decorrer do projeto levantaram questões atuais em torno das discussões que envolvem o patrimônio cultural de comunidades quilombolas no país, expondo por meio do trabalho prático, o uso dos conceitos base. Se configurou como uma tentativa para driblar o fato dessas comunidades serem

usadas trampolim de interesses das instituições públicas que geram a memória, movidas pelo interesse econômico. Nossa contribuição está na reflexão, instigando novas propostas dessa mesma natureza, para que também não sejam apenas pensadas, mas também executadas.

Por meio da execução prática proposta neste trabalho, nos foi possível conhecer, ouvir e vivenciar muitos discursos que embasam a história, a vida cotidiana e cultura dessa população remanescente de quilombo, não elegendo um discurso ou outro, mas demonstrando que cada um deles faz parte e constitui a memória da comunidade, sempre lembrando que a memória de uma sociedade é um elemento fluido e dinâmico sujeita a perdas, esquecimentos, mas também adquire novos usos. Reis¹⁶⁹ destaca que há uma ligação estrutural entre cidadania e patrimônio, pois parte dos meios e condições para que os cidadãos possam realizar os seus direitos, ou seja, o conhecimento dos seus próprios direitos e a capacidade efetiva para exercê-los, não se distancia desses meios e das condições necessárias para que certos objetos culturais, assim como o patrimônio, possam ser usufruídos como um direito individual e coletivo, neste sentido o Estado, da mesma forma que prove os outros direitos constitucionais (deveria prover), como: educação, igualdade de condições de acesso, a tomada de consciência, a capacidade de associação e mobilização, atende a novos tipos de direitos que se enquadram legal e institucionalmente nas novas oportunidades de ação política e cidadania.

Ao observamos a emergência de um discurso conflituoso em que a importância de um patrimônio imaterial se depara com a falta de direitos básicos de sobrevivência, não apenas na referida cidade, mas a nível nacional, relembramos o que Marshall delimita como cidadania social, e destacamos que o uso do patrimônio desvincilhado de um uso social por sua sociedade é um argumento inviável e sem eficiência. De que vale a plena conscientização identitária de uma criança quilombola para obter o direito básico a educação se ela tem que se deslocar quilômetros “a pé”, por exemplo, para conseguir realizar o que lhe é garantido? A lei não condiz com a realidade. A conscientização e apropriação cultural só se efetiva a partir do momento em que o indivíduo observa a fluidez desses conceitos de memória, identidade e cidadania no seu dia a dia, como, por exemplo, oportunidade garantida em lei de ter uma vaga na Universidade Pública para que possa alcançar objetivos e mais oportunidades de trabalho digno. A apropriação da memória é indispensável para o fortalecimento do sentimento de identidade, mas sobretudo devem ser como âncoras na busca por novos tipos de cidadania garantidos em Programas como o Brasil Quilombola, por exemplo. Tais assertivas não foram e não seriam

¹⁶⁹ REIS, Manuela. Cidadania e Patrimônio: notas de uma pesquisa sociológica. **Sociologia; Problemas e Práticas**, Lisboa, no. 29, p. 74-94, p 83-84

solucionadas em dois anos da execução desse trabalho, nosso trabalho foi talvez um ponta pé inicial para questões que somente serão respondidas por meio da reflexão e diálogo a ser realizado pelos moradores da comunidade. De certo modo, sentimos alcançar nossos objetivos primordiais ao passo que as metodologias utilizadas nas oficinas do Café com Memória e Raízes do Futuro tem sido reproduzidas e desenvolvidas pelo próprios moradores da comunidade, sem qualquer intervenção de nosso trabalho, o que foi aprendido continua a ser executado por seus detentores, e será neste processo de auto-responsabilidade e ação da comunidade que observaremos futuramente o findar do distanciamento de coisas que pareciam tão distantes, mas sempre estiveram interligadas: patrimônio e direitos de cidadania.

Algumas ações desenvolvidas voluntariamente por iniciativa dos próprios moradores demonstram o processo de amadurecimento iniciado em nosso trabalho. Em 2018, aconteceu a primeira caravana quilombola da zona da mata em que o Buieieí participou, aconteceu também o primeiro almoço de rua do Buieieí prática comum dos antepassados quilombolas e que foi retomada. Em 2019, iniciaram diversas ações de oficinas e dias de beleza liderados pelas próprias moradoras que trabalham a autoestima, cuidados com o cabelo, oficina de turbantes, feito pela mobilização inicial da própria população. Mais recentemente, ainda em 2019, mobilizado pelos jovens universitários da comunidade, mais de dez pessoas, juntamente com a associação de moradores, iniciou-se aos sábados a feira agroecológica e familiar da comunidade quilombola do Buieieí, um espaço para comunidade comercializar suas produções agrícolas, comidas típicas, artesanatos, que além de movimentar a comunidade, gera desenvolvimento econômico, a parte mais gratificante de ver tudo isso acontecendo, é saber que eles estão se tornando sujeitos da própria história, tomando as rédeas da apropriação cultural da comunidade que os levará para o desenvolvimento, não somente falamos de desenvolvimento econômico, mas como diria Varine, desenvolvimento social, cultural, sustentável, na qual o patrimônio é um recurso para alçar esse desenvolvimento em todas as esferas citadas uma vez trabalhada a ideia de subsidiariedade, a qual para o autor define a gestão do Patrimônio como recurso que deve ser feito o mais próximo possível dos seus criadores e detentores, de modo a não separá-lo da vida local. Ele define o desenvolvimento local como um processo voluntário de domínio de mudança cultural, social e econômica, utilizando-se do patrimônio vivido, nutrindo- se deste patrimônio e produzindo patrimônio.

Inicialmente a nossa hipótese da necessidade de apropriação cultural da comunidade sobretudo dos jovens e crianças foi comprovada, porém nos deparamos com o grande interesse que esses tinham em ouvir e aprender sobre e sua comunidade, o que careciam era de justamente iniciativas que proporcionassem estes momentos de troca, diálogo e reflexões aberta

para participação dos moradores. O sucesso da execução dos momentos de rodas de conversa, como o Café com memória demonstrou a importância dos momentos de diálogos em comunidade, tanto para a perpetuação da cultura e da memória como para o fortalecimento de vínculos entre os moradores, que após as dinâmicas e construções reflexivas proposta tinham um momento de sociabilidade e descontração muito agradáveis. Como afirmar o sucesso e eficácia do Café com memória? Ao passo que o evento era constantemente solicitado pela comunidade, quais os moradores abriam as portas de sua casa voluntariamente e com muito bom grado. A participação de um número significativo em cada café realizado, sem distinção da faixa etária, adultos idosos e crianças participavam das atividades igualmente, fato que nos surpreendeu de imediato pois as atividades eram pensadas para um público acima dos trinta anos de idade. A reprodução do Café com memória pelos moradores voluntariamente sem mediação de pesquisador ou agente externo, sendo feito totalmente pelos moradores foi uma contemplação que realizou os objetivos desta pesquisa. A massiva participação das crianças na oficina Raízes do Futuro e o afincamento nas atividades desenvolvidas demonstraram uma “sede” de conhecimento pelas raízes da comunidade, como a disposição das crianças em aprender novas habilidades.

Uma das prerrogativas deste trabalho foi oferecer e disponibilizar a comunidade a supressão de algumas necessidades que partissem dos moradores, segundo seus interesses, curiosidades, em que os colocamos na posição, não apenas de quem recebe informação e conteúdo de pesquisa, mas de certa maneira também deixasse algo para a comunidade, ponto qual acreditamos tê-lo cumprido, mesmo após a finalização das atividades ainda há um vínculo de troca estabelecido entre mediador e comunidade.

Nas discussões da primeira parte desse trabalho, não menos importante que a parte prática, encontramos a base para toda discussão das ações patrimoniais, Patrimônio entre os decretos e Humano, e elaboramos um prévio levantamento conceitual e legal que abarcam estes dois campos. Primeiramente, trabalhamos com o termo quilombo, desenhando para o leitor o processo de transformação conceitual ao longo da historiografia recorrente até o momento da configuração das chamadas comunidades remanescentes de quilombo, e também fizemos um breve levantamento na Legislação Brasileira acerca das leis que buscaram cumprir o dever de memória com os sujeitos remanescentes de quilombos, em que expomos questionamentos da eficácia de tais leis propostas. Finalizando, elencamos um elo entre as políticas públicas quilombolas e as políticas públicas patrimoniais evidenciadas no início dos anos 2000 com o alargamento do conceito de quilombo e o grande incentivo econômico que passou a envolver as instituições de memória em relação aos poderes públicos (Municipal, Estadual e Federal).

Ainda neste momento, expomos reflexões acerca do patrimônio imaterial e suas evoluções conceituais e normativas no âmbito nacional, como fizemos uma conexão da importância em se discutir temas relacionados aos remanescentes quilombolas em Minas Gerais trazendo apontamentos historiográficos acerca do período escravagista nessa região.

Na segunda parte desse trabalho, intitulado *O Buieie sob novos olhares: por novas Memórias Viçosenses*, buscamos apresentar ao leitor tudo aquilo que denota quem são os moradores da comunidade do Buieie e sobretudo, quem eles acreditam ser, estes novos olhares são como olhares autobiográficos. Durante nossa pesquisa, encontramos ampla bibliografia que retrata a comunidade, porém muitas vezes, escutamos dos próprios moradores que lá não é como “descreveram”. A comunidade retratada nos trabalhos até então era a comunidade aos olhos do pesquisador e não de fato “quem eles são”, segundo relato de muitos moradores. Desse modo, fizemos uma breve apresentação socioeconômica da comunidade com dados coletados no Programa de saúde da Família como da própria associação de moradores do Buieie. Apresentamos assim, como uma nova memória viçosense esquecida pelas escolhas efetuadas pelos poderes locais que cancelam memórias e patrimônios. Situação que começou a mudar durante realização da nossa pesquisa, quando no final de 2017, depois que nos foi proposta a oportunidade pela Secretaria Municipal de Cultura de Viçosa para mediatizar a elaboração do inventário cultural e histórico participativo da comunidade, proposta aceita por ambas partes (comunidade e pesquisador) e entregue ao final deste mesmo ano aos órgãos responsáveis locais (Secretaria Municipal de Cultura e Conselho de patrimônio histórico) que deliberaram a comunidade como sendo um bem cultural Imaterial da cidade de Viçosa sendo registrado pelo livro de Registros da cidade na categoria de lugar. Tal deliberação consta no decreto de número 1964/PMV, 1º registrado na categoria de lugar. Consideramos tal feito um avanço para dar a visibilidade cultural a comunidade referindo-se a nível municipal que tal iniciativa seja a primeira de muitas.

No capítulo três *Memória, Identidade e cidadania: entre reflexões e diálogos com a comunidade do Buieie: metodologia e o processo na comunidade*, esforçamo-nos para detalhar todo desenvolvimento da parte prática do trabalho, por exemplo: como foi pensado o uso dos conceitos e sua execução nas oficinas práticas, dinâmicas e café com memória. Detalhamos especificamente desde o início do processo da elaboração da base de conceitos, até ao levantamento dos materiais necessários, logística, dificuldades encontradas, duração das atividades, objetivos a serem alcançados e resultados. As análises foram registradas em fichas práticas, facilitando a visualização dos métodos utilizados em cada fase da metodologia da experiência interativa como da aplicação da história oral.

Na última parte proposta neste trabalho, trazemos o processo de elaboração do produto dessa pesquisa, fruto de toda parte prática desenvolvida ao longo do curso, a qual consideramos como parte integrante de todo processo, não sendo desvincilhado como um trabalho a parte da pesquisa, pelo contrário, cada reflexão conceitual, cada realização prática foi pensada conjuntamente com a finalização desse produto. Podemos vislumbrar de forma singela, mas muito cuidadosa, quem é a comunidade do Bueié, situando no cenário Viçosense e apresentando uma cultura e memória a ser lembrada, valorizada e repercutida pela cidade, para que a comunidade assuma novos papéis, se tornando sujeitos da própria história na cidade em que estão inseridos, e que seja vista não mais apenas como mais um bairro rural formado majoritariamente por famílias negras, mas como um local rico em modos de vida, saberes, paisagens, tradições próprias que ao mesmo tempo é o Buieié, é Viçosa. É necessário criar vínculos entre a identidade “Buieié” e a identidade “viçosense”. Não é necessário esquecermos as memórias de Arthur Bernardes, Hervé Cordovil ou deixarmos de valorizar, conservar as edificações voluntuosas do centro Histórico da cidade, é preciso apenas ampliarmos o olhar para novas memórias viçosenses, que já estão por toda a parte e só precisam ser percebidas ao nosso entorno. Há lugares para “memoriais” de Arthur Bernardes, mas também deve haver lugar para um “memorial” do Senhor João Laurindo, o homem memória do Buieié. Há lugar para a Sinfonia da lira de Santa Rita como há muitos lugares para contemplação o som dos Tambores do Bueié. Há apreciadores do tradicional pastel de angu viçosense, mas também há tempo para degustação das tradicionais cocadas da cidinha do Buieié.

Para contemplarmos as multifacetadas da identidade Viçosense, basta olhar logo ao lado, nos despidamos de todo qualquer padrão e escolha pré-estabelecida. Somos nós que atribuímos valor e identidade, escolhemos o que deve ser lembrado ou esquecido, mas nosso trabalho nos atenta que o repositório cultural não é como um “buraco da agulha” mas, sim, é uma enorme colcha de tecido, colorida e cheio detalhes, é a beleza de cada quadriculado interlaçado que traz toda beleza aconhegante para a colcha. Assim, é toda e qualquer sociedade humana, não há uma única definição de identidade, mas, sim, várias em um único local. Nós nos propomos a apresentar um pouco do que é a comunidade do Buieié, e como a inserção cultural da comunidade pode lhe trazer benefícios, ou melhor, a tomada da consciência para a vida cotidiana na comunidade e sua inserção no mundo.

Concluimos, sobretudo, que nossa discussão, e execução prática desse trabalho e todo o conjunto desde seu início a finalização, foi um processo que intentou atribuir sentido,¹⁷⁰ deslocar olhares com um esforço epistêmico e metodológico que demonstra que a identidade humana é composta por elementos históricos e culturalmente elaborados. Somos um fragmento do mundo no qual vivemos, somos ao mesmo tempo comunidade e sociedade nas suas interações. Somos múltiplos, com uma complexidade indecifrável, imersos em infinito de culturas e identidades. A cidade não é, e nunca será, homogênea somos seres individuais inerentes a heterogeneidade das relações humanas. Atribuir sentidos aos patrimônios é compreender que a nossa condição humana está sujeita a uma diversidade de explicações. É, sobretudo, compreendermos uns aos outros, por meio da comunicação humana e colocar-se no lugar do outro; uma coisa que parece tão simples, mas é árduo em uma sociedade individualista. Logo, é preciso ser constante o ato de refletir e dialogar com os pares.

Acreditamos que nossa maior contribuição está na sua sugestão metodológica para a educação patrimonial que privilegia a necessidade dos sujeitos em questão e da possibilidade de ação prática a ser adaptada em outros perfis de comunidade, podendo se trabalhar diferentes formas de patrimônio, seja material ou imaterial. A metodologia da experiência interativa um esforço constante de interação e compreensão do outro, do lugar no mundo do outro.

Deixemos claro que não conseguiríamos aqui descrever de fato como é o Buieie na sua totalidade e riqueza de detalhes, sabemos que a Comunidade e seus moradores estão inerentes em algo muito maior e complexo que um trabalho científico apenas. Fica aqui nosso convite aos dedicados à área do patrimônio cultural e educação patrimonial, o desafio de vislumbrar muitas outras identidades que compõe o cenário do patrimônio e memória da cidade de Viçosa-MG, como múltiplas outras inviabilizadas por escolhas. Muitas questões surgidas nesse trabalho ficarão como sugestões a futuros trabalhos que acreditam que a valorização e reconhecimento da memória é essencial como direito a ser parte de uma comunidade, uma cidade um território e como artifício para alçarmos direitos básicos de vida. Acreditamos que nossa maior contribuição foi a de vislumbrar a memória da comunidade do Buieie, trazendo-a para reflexão e diálogo na arena local do patrimônio, lembrando a sociedade que a memória do Buieie é tão importante quanto tantas outras estabelecidas institucionalmente na cidade de Viçosa.

¹⁷⁰ Termo utilizado por Horta e Grunberg em: HORTA, Maria de L. e GRUNBERG, Evelina. **GUIA BÁSICO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL**. Museu Imperial Petrópolis/RJ Brasil, 1999.

Referências

ÁVILA, Cristiane Bartz de. Entre esquecimentos e silêncios: **Manuel Padeiro e a memória da escravidão no Distrito de Quilombo, Pelotas, RS**. 2014 (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural), Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/ppgmp/files/2016/11/Cristiane-Bartz.pdf> Acesso em 21 de junho de 2017.

ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e Patrimônio: Ensaio Contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola**. Bauru, SP: EDUSC, 2006.

BORTOLOTTI, Chiara. A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial na implementação da Convenção da UNESCO de 2003. **Revista Memória em Rede**, Pelotas (RS), vol. 2, no. 4, p. 7-17, dez. 2010-mar. 2011.

BOSI, Ecléia. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. 3ª ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

CANDAU, Joel. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade. **Revista Memória em Rede**, Pelotas (RS), v. 1, n. 1, p. 43-58, dez. 2009.

CASTELLS, M. O poder da identidade. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. 3 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Vol. II. 2003.

CIRO, Amanda Cristina Santiago Silva. Por memórias do futuro: as potencialidades do patrimônio para o desenvolvimento local na comunidade quilombola do Buieie. **Revista Relações Sociais**, v.1, n.1.0049-0063, maio 2018. ISSN 2595-4490. Disponível em: <<https://reves.ufv.br/index.php/reves/article/view/8>>. Acesso em: 21 nov. 2018. doi:<https://doi.org/10.18540/revesv11iss1pp0049-0063>.

CLAVAL, Paul. Gênese e Evolução das Interpretações Culturais na Geografia. In: **A Geografia Cultural**. Trad. de Luiz F. Pimenta e Margareth de Castro A. Pimenta. 3ª. ed. Florianópolis (SC): Editora da UFSC, 2007.

CUNHA, Danilo Fontenele Sampaio. **Patrimônio cultural: proteção legal e constitucional**. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004.

VARINE, Hugues de. **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Trad. de Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: **História e Memória**. Medianiz, 2012, 56 p.

FLORÊNCIO, Sônia Rampim; CLEROT, Pedro; BEZERRA, Julina; RAMASSOTE, Rodrigo. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília (DF): IPHAN/DAF/COGEDIP/CEDUC, 2014.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo. Enigma. 2015.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão e Irene Ferreira. 3ª. ed. Campinas (SP): Editora da Unicamp.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva e a memória individual. In: HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Centauro, 2005, p.25-52.

LEITE, Boaventura Ilka. Quilombos no Brasil questões conceituais e normativas. Universidade Federal de Santa Catarina. **Etnográfica** Vol. I (2), 2000.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **História e Memória**. Trad. De Irene Ferreira e outros. 3ª. Ed. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 1994. p. 535-553.

LOWENTHAL, David. Como Conhecemos o Passado. **Projeto História**. São Paulo, n. 17, nov. 1998. 33.

MATTOS, Hebe e ABREU, Martha. **Remanescentes das Comunidades dos Quilombos: memória do cativo, patrimônio cultural e direito à reparação**. Disponível em http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299778862_ARQUIVO_anpuh2011.pdf; Acesso em 09 de maio de 2017, p. 9.

MARSHALL, T. H. Cidadania e classe social. In: **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, s.d. p. 57- 114.

MARTINS, Walkiria Maria de Freitas. **A pena e o compasso: políticas públicas patrimoniais e a produção da paisagem urbana de Viçosa - MG, entre 1980 e 2010**. Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural Paisagens e Cidadania. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, MG, 2016.

MAGNO, Lucas. **Que lugar é esse? Identidades e significados territoriais no bairro rural. Buieí Viçosa MG**. Monografia/ DGE/UFV. Disponível em: <<http://www.foxitsoftware.com>>. Acesso em: 08 de out de 2016.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002, p. 29-64.

NASCIMENTO, J. Pereira do. **Dicionário Português- Kimbundu**. Tipografia da Missão. 1903 Disponível em <https://archive.org/details/diccionarioport00nascgoog>, acesso em maio de 2017.

PINTO, Neide Maria de Almeida. Família, identidade e vínculos no meio rural: A comunidade negra do Buieí. Disponível em <http://www.xxcbcd.ufc.br/arqs/public/t_18.pdf>. Acesso em: 08 de out de 2016

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. IN: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3.

QUEROL, Sancho, Lorena. Para uma gramática museológica do (re) conhecimento: ideias e conceitos em torno. Sociologia. **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Vol. XXV 2013.

QUEIROZ, Moema Nascimento. A Educação Patrimonial como Instrumento de Cidadania.2004. **Revista Museu.** Disponível em:<http://www.revistamuseu.com.br/artigos/art_.asp?id=3562>. Acesso em: 08 de outubro de 2016.

REIS, Manuela. Cidadania e Patrimônio: notas de uma pesquisa sociológica. **Sociologia; Problemas e Práticas**. Lisboa, no. 29, p. 74-94, p 83-84.

ROCHA, Décio; DAHAR, Maria del Carmen; SANT'ANNA, Vera Lúcia de A. Entrevista em situação de pesquisa acadêmica: reflexões numa perspectiva discursiva. 2013. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, **Brasília, nº 34, 2012.**

REIS, João J. e SILVA Eduardo. **Negociação e conflito**. São Paulo, Companhia das letras. 1996.

SELAU, Mauricio da Silva História Oral: uma metodologia para o trabalho com fontes orais. **Revista Esboço**. PPG. Universidade Federal de São Carlos. 2004. Disponível em; <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/486/9887> acesso de 15 de março de 2017.

THOMPSON, Paul. **História oral e contemporaneidade**. Trad. de Andréa Zhouri e Lígia Maria Leite Pereira. Universidade Federal de Minas Gerais, BH, 29 de agosto de 2000. Disponível em: <http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=aricle&op=view&path%5B%5D=47&path%5B%5D=39> \ Acesso em 28 de junho de 2017.

Fontes

BRASIL. Constituição (1988). Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. BRASIL.

Decreto n. 4887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF, 2003. Disponível em: Acesso em: 6 nov. 2013.

Reunião do Conselho Comunitário da Paróquia de São Silvestre. Entrevista com moradores do Buieie. Disponível em: Acesso em: 08 de out de 2016.

UNESCO. Recomendação para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. Disponível em: Acesso em 08 de out de 2016.

IPHEA-MG. Manual de Diretrizes para a Educação Patrimonial. 2014. MG. Disponível em Acesso em 11 de set. de 2016.

Livro de Registros do Patrimônio Cultural Imaterial de Viçosa Secretaria Municipal de. Prefeitura Municipal de Viçosa.2019.

APÊNDICE I: FICHAS PRÁTICAS

**FICHAS PRÁTICAS DE ORIENTAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO
PATRIMONIAL COMO PARA VISITAS DE CAMPO**

FICHA PRÁTICA	
realização da primeira oficina Raízes do Futuro Oficina Pedagogia Abayomi e autoafirmação identitária em 17 de outubro de 2017	
FORMATO	Oficina Lúdica interativa
DURAÇÃO ESTIMADA	2 horas de duração. 14 às 16 horas
LOCAL	Biblioteca Comunitária do Buieié
OBJETIVO	Trabalhar com as crianças da comunidade a memória e o sentimento de pertencimento a cultura afrodescendente através da confecção da boneca de pano Abayomi correlacionando a história da boneca com as estórias de vida da comunidade Buieié.
PÚBLICO ALVO	Crianças de 6 a 16 anos
METODOLOGIA	Interativa e lúdica, com questionamentos, contação de estória, atividade prática na feitura das bonecas.
MATERIAL GERADO	Fotografias e vídeos
RESULTADO	Satisfatório, com público de 35 crianças e 5 adultos, que reagiram a metodologia e dinâmica de modo satisfatório.
OUTRAS OBSERVAÇÕES	
Fotografias	

Figura 5.ficha prática de educação patrimonial.

*Memória, Identidade e Cidadania
no Buieie*



Apresenta

- DIA 17 de outubro 14 Horas na Biblioteca comunitária do Buieie.
- Oficina Pedagógica com *Raissa Rosa*

PEDAGOGIA DA ABAYOMI E A AFIRMAÇÃO IDENTITÁRIA

- Contação de estórias afro
- oficina de Bonecas Abayomi



Realização de Amanda Ciro pelo Mestrado
Patrimônio Paisagens e Cidadania - UFV

Figura 6. cartaz elaborada pela autora para divulgar oficina com as crianças na comunidade em parceria com Raissa Rosa.



Figura 7.foto da finalização da oficina.



Figura 8.foto do momento durante a oficina.



Figura 9.momento da oficina onde trabalhamos o conceito de memória.



Figura 10.criança confeccionando boneca abayomi.



Figura 11. certificado elaborado pela autora para ser entregue aos participantes da oficina.



Figura 12 Jovens moradoras que participaram da oficina,



Figura 13. crianças que receberam o certificado.

FICHA PRÁTICA I CAFÉ COM MEMÓRIA	
FORMATO	BATE -PAPO COMUNITÁRIO
DURAÇÃO ESTIMADA	2 horas de duração. 14 às 16 horas
LOCAL	Domicilio de D. Maria Helena
OBJETIVO	Trabalhar com as crianças da comunidade a memória e o sentimento de pertencimento a cultura afrodescendente através da confecção da boneca de pano Abayomi correlacionando a história da boneca com as estórias de vida da comunidade Buieié.
PÚBLICO ALVO	Adultos
METODOLOGIA	Interativa e lúdica, com questionamentos, contação de estória, atividade prática na feitura das bonecas.
MATERIAL GERADO	Fotografias e vídeos
RESULTADO	Satisfatório, com público de 15 crianças e 5adultos, que reagiram a metodologia e dinâmica de modo satisfatório.
OUTRAS OBSERVAÇÕES	
Fotografias	

Figura 14.ficha prática de educação patrimonial.

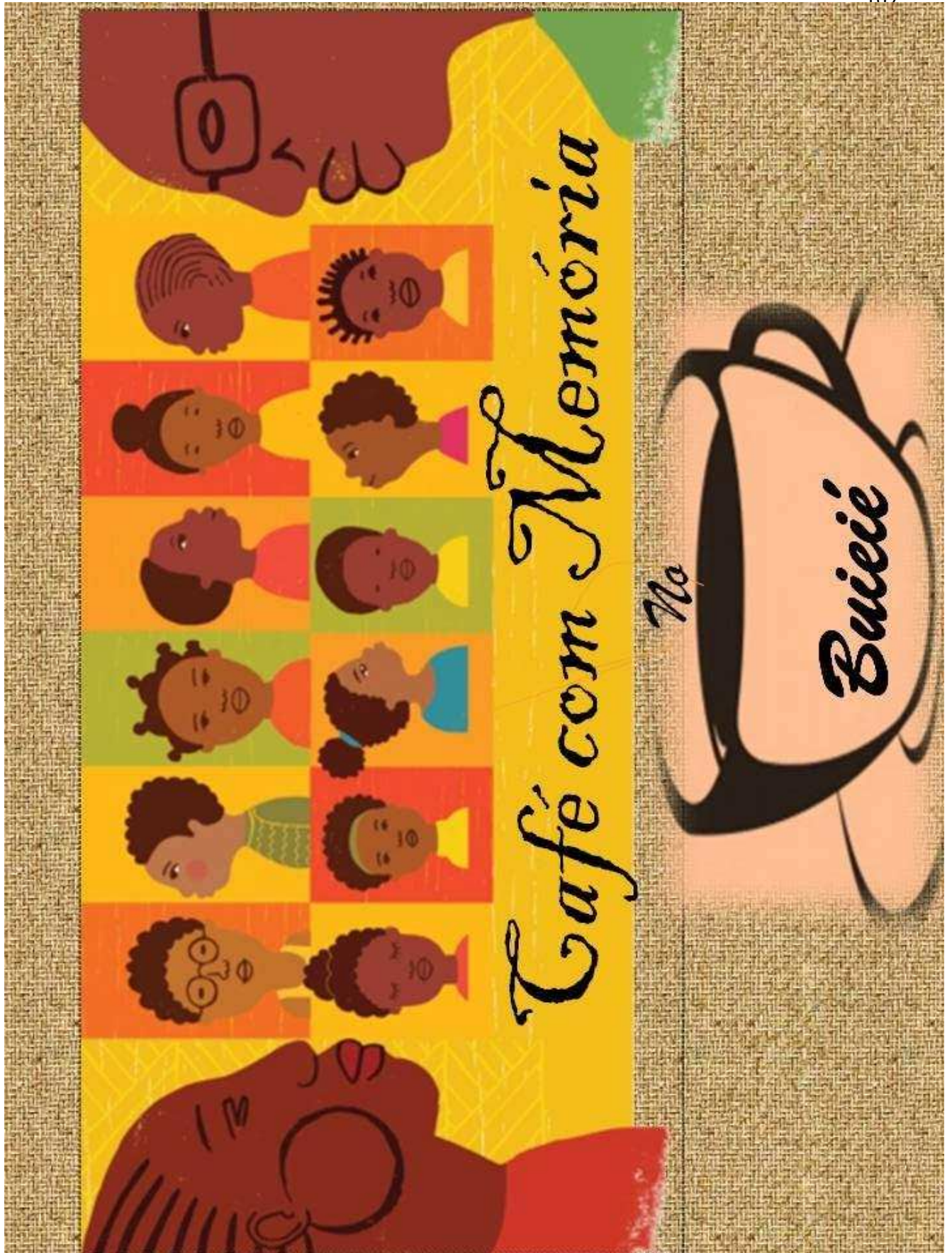


Figure 26: banner elaborado pela autora para os encontros do café com memória.



Figura 15.café com memória em 2017 na casa de Maria Helena.

FICHA PRÁTICA	
II CAFÉ COM MEMÓRIA	
FORMATO	Oficina Lúdica interativa
DURAÇÃO ESTIMADA	2 horas de duração. 14 às 16 horas
LOCAL	Biblioteca Comunitária do Buieié
OBJETIVO	Trabalhar com as crianças da comunidade a memória e o sentimento de pertencimento a cultura afrodescendente através da confecção da boneca de pano Abayomi correlacionando a história da boneca com as estórias de vida da comunidade Buieié.
PÚBLICO ALVO	Crianças de 6 a 16 anos
METODOLOGIA	Interativa e lúdica, com questionamentos, contação de estória, atividade prática na feitura das bonecas.
MATERIAL GERADO	Fotografias e vídeos
RESULTADO	Satisfatório, com público de 35 crianças e 5 adultos, que reagiram a metodologia e dinâmica de modo satisfatório.
OUTRAS OBSERVAÇÕES	
Fotografias	

Figura 16.ficha prática de educação patrimonial.

Figura 17.foto durante café com memória.



Figura 18.foto durante café com memória.



Figura 20. jovens participando do café com memória.



Figura 19. autora registrando entrevistas no café com memória.



Figura 21. finalização do café com memória.

FICHA PRÁTICA	
III CAFÉ COM MEMÓRIA	
FORMATO	Oficina Lúdica interativa
DURAÇÃO ESTIMADA	2 horas de duração. 14 às 16 horas
LOCAL	Biblioteca Comunitária do Buieié
OBJETIVO	Trabalhar com as crianças da comunidade a memória e o sentimento de pertencimento a cultura afrodescendente através da confecção da boneca de pano Abayomi correlacionando a história da boneca com as estórias de vida da comunidade Buieié.
PÚBLICO ALVO	Crianças de 6 a 16 anos
METODOLOGIA	Interativa e lúdica, com questionamentos, contação de estória, atividade prática na feitura das bonecas.
MATERIAL GERADO	Fotografias e vídeos
RESULTADO	Satisfatório, com público de 35 crianças e 5 adultos, que reagiram a metodologia e dinâmica de modo satisfatório.
OUTRAS OBSERVAÇÕES	
Fotografias	

Figura 22, ficha prática de educação patrimonial.

NÃO FIQUEI DE FORA VENHA
COMPARTILHAR MEMÓRIAS E
MOMENTOS EM COMUNIDADE

DIA 10 DE NOVEMBRO
CAFÉ COM MEMÓRIA 

- UM MOMENTO DE DIÁLOGO E TROCA DE CONHECIMENTOS SOBRE NOSSA COMUNIDADE
- TRAGA UM LANCHINHO OU UM CAFÉ PARA PARTILHARMOS AO FINAL DO NOSSO BATE PAPO ,SE POSSÍVEL ! O QUE NÃO PODE FALTAR É A SUA PRESENÇA .A COMUNIDADE É VOCÊ !

■ onde: casa de :
■ horário: às 14:00



Café com Memória
No
Buicé

Figure 27: Banner do último café com memória, mas devido a imprevistos ocorreu no dia 22 de dezembro de 2018.



Figura 23.ultimo café com memória do ano de 2018,

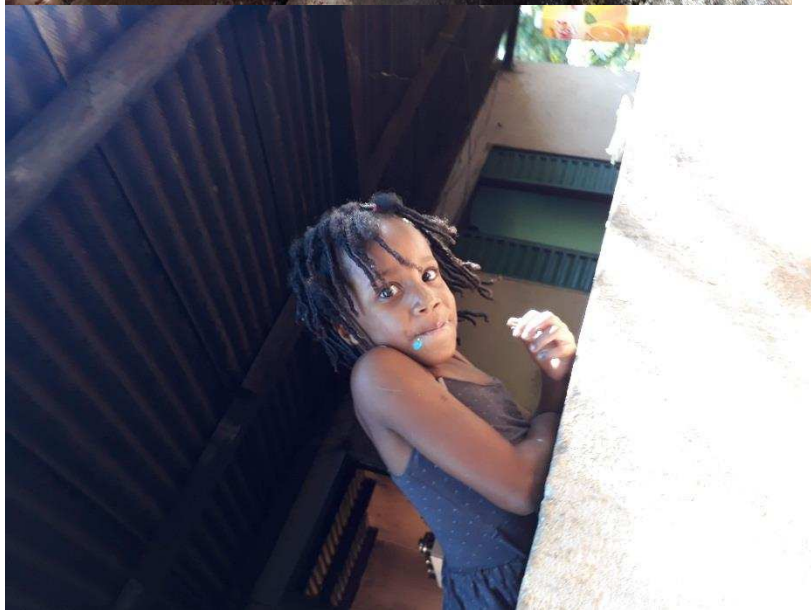


Figura 24.durante o café com memória na casa de dona Maria Isabel.



Figura 25. fotografia da atividade do mapa mental da comunidade. Onde foi se instigado confeccionar um mapa da comunidade na visão individual de cada um.



Figura 26. crianças e adultos confeccionando bonecas abayomi durante o café com memória.

ANEXOS II: ATIVIDADES DO CAFÉ COM MEMÓRIA

Somito

CAFÉ COM MEMÓRIA: REFLETINDO E CRIANDO

Agora vamos colocar em prática nossas reflexões, faça um Desenho da comunidade do Buieie, pode ser uma mapa de acordo com o seu olhar, ou desenho de um local da comunidade que é especial para você ou até mesmo o desenho de uma pessoa, ou uma caricatura. Se sentir mais a vontade pode descrever sua comunidade em um texto, em forma de poema, poesia ou carta. Solte sua criatividade.



Figura 27. Desenho representativo da comunidade pra uma criança.

CAFÉ COM MEMÓRIA: REFLETINDO E CRIANDO

Agora vamos colocar em prática nossas reflexões, faça um Desenho da comunidade do Buieié, pode ser uma mapa de acordo com o seu olhar, ou desenho de um local da comunidade que é especial para você ou até mesmo o desenho de uma pessoa, ou uma caricatura. Se sentir mais a vontade pode descrever sua comunidade em um texto, em forma de poema, poesia ou carta. Solte sua criatividade.

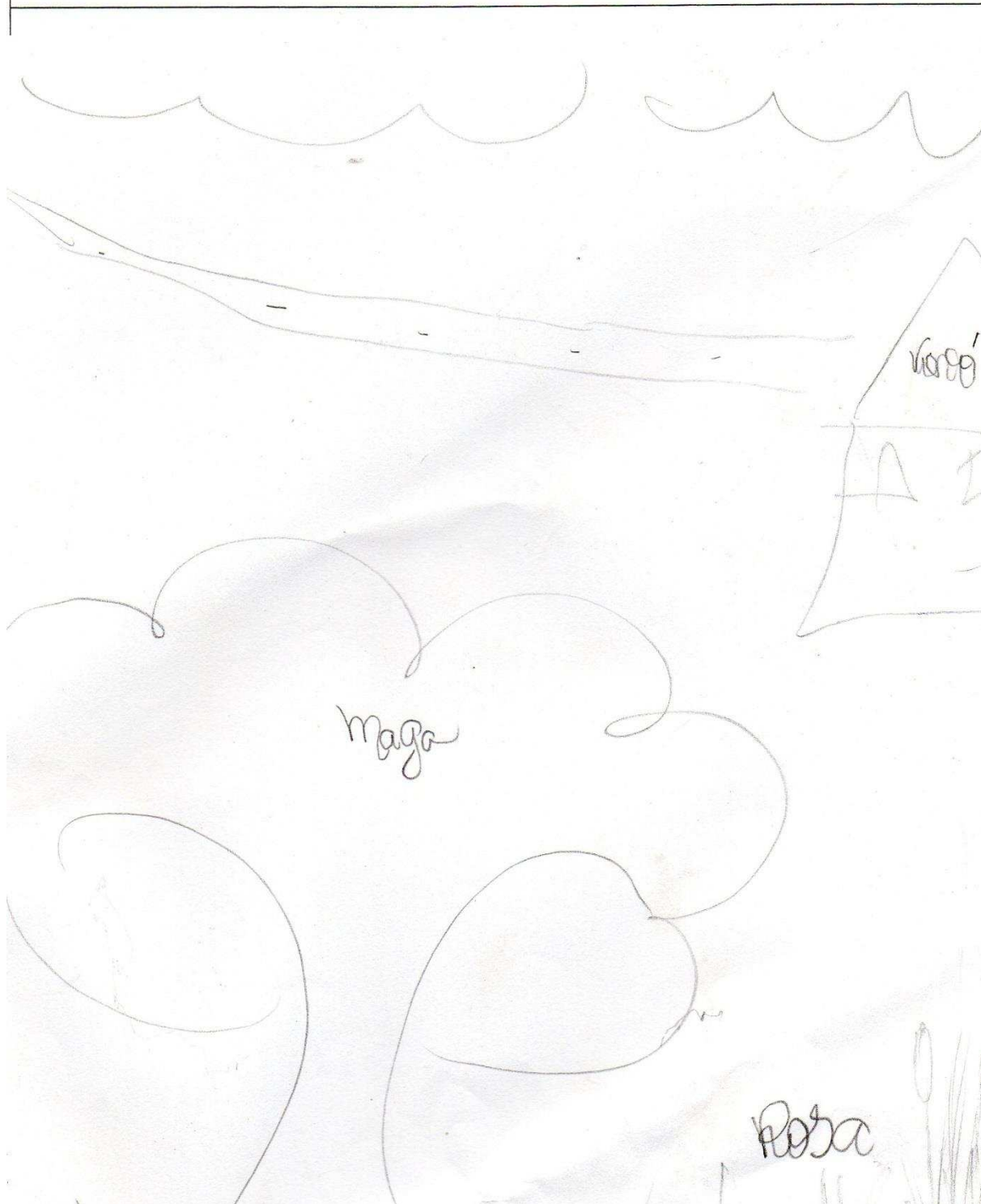


Figura 28. Desenho representativo de morador da comunidade.

Quimba

CAFÉ COM MEMÓRIA: REFLETINDO E CRIANDO

Agora vamos colocar em prática nossas reflexões, faça um Desenho da comunidade do Buieió, pode ser uma mapa de acordo com o seu olhar, ou desenho de um local da comunidade que é especial para você ou até mesmo o desenho de uma pessoa, ou uma caricatura. Se sentir mais a vontade pode descrever sua comunidade em um texto, em forma de poema, poesia ou carta. Solte sua criatividade.



Figura 29. mapa mental da comunidade feito por criança.

CAFÉ COM MEMÓRIA: REFLETINDO E CRIANDO

Agora vamos colocar em prática nossas reflexões, faça um Desenho da comunidade do Buieié, pode ser uma mapa de acordo com o seu olhar, ou desenho de um local da comunidade que é especial para você ou até mesmo o desenho de uma pessoa, ou uma caricatura. Se sentir mais a vontade pode descrever sua comunidade em um texto, em forma de poema, poesia ou carta. Solte sua criatividade.

1 sou uma visitante aqui na comunidade
 aqui alguns meses morando antes ^{do}
 para cidade.

em dos lugares que me marcou
 ponto do ônibus que eu todo dia
 via

ali as pessoas se apresentavam
 perguntaram quem eu era, iam
 dando caso enquanto laços se formam
 me encantei pela alegria, pela fé, p
 to, pela beleza e pelos casos, pelo
 e determinação.

Buieié para mim, é terra de c
 ! Um quilombo, uma comunidade
 pra ser feliz de verdade

Figura 30. Carta elaborada por participante agregada na comunidade.

CAFÉ COM MEMÓRIA: REFLETINDO E CRIANDO

Agora vamos colocar em prática nossas reflexões, faça um Desenho da comunidade do Buieí, pode ser uma mapa de acordo com o seu olhar, ou desenho de um local da comunidade que é especial para você ou até mesmo o desenho de uma pessoa, ou uma caricatura. Se sentir mais a vontade pode descrever sua comunidade em um texto, em forma de poema, poesia ou carta. Solte sua criatividade.



Figura 31. mapa mental elaborado por criança.

CAFÉ COM MEMÓRIA: REFLETINDO E CRIANDO

Agora vamos colocar em prática nossas reflexões, faça um Desenho da comunidade do Buieieí, pode ser uma mapa de acordo com o seu olhar, ou desenho de um local da comunidade que é especial para você ou até mesmo o desenho de uma pessoa, ou uma caricatura. Se sentir mais a vontade pode descrever sua comunidade em um texto, em forma de poema, poesia ou carta. Solte sua criatividade.



Figura 32. mapa mental feito por moradora.

Norayane

CAFÉ COM MEMÓRIA: REFLETINDO E CRIANDO

Agora vamos colocar em prática nossas reflexões, faça um Desenho da comunidade do Buieí, pode ser uma mapa de acordo com o seu olhar, ou desenho de um local da comunidade que é especial para você ou até mesmo o desenho de uma pessoa, ou uma caricatura. Se sentir mais a vontade pode descrever sua comunidade em um texto, em forma de poema, poesia ou carta. Solte sua criatividade.



CAFÉ COM MEMÓRIA: REFLETINDO E CRIANDO

Agora vamos colocar em prática nossas reflexões, faça um Desenho da comunidade do Buieie, pode ser uma mapa de acordo com o seu olhar, ou desenho de um local da comunidade que é especial para você ou até mesmo o desenho de uma pessoa, ou uma caricatura. Se sentir mais a vontade pode descrever sua comunidade em um texto, em forma de poema, poesia ou carta. Solte sua criatividade.



Figura 33. Mapa mental elaborado por criança durante café com memória.

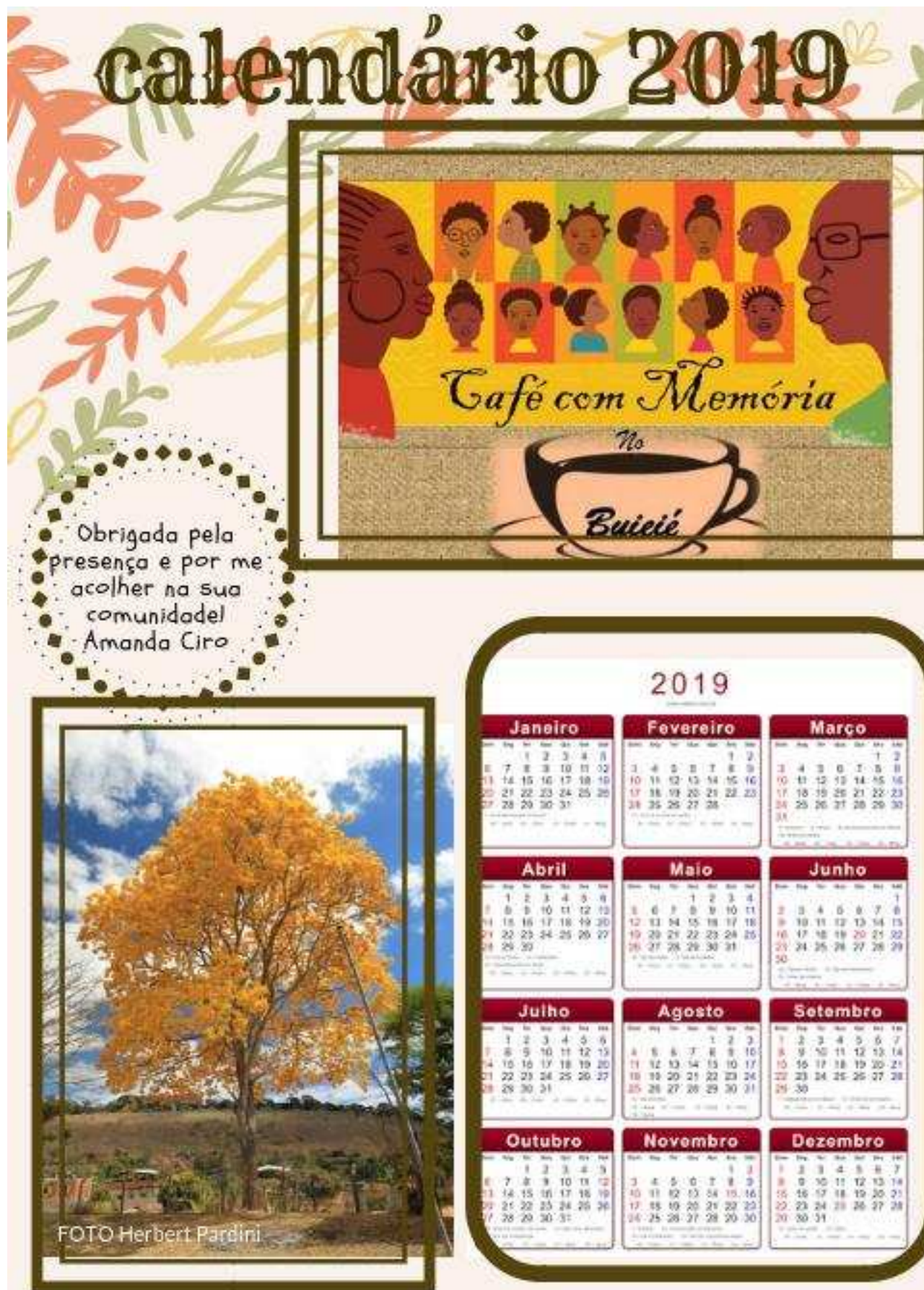


Figura 34. Lembrança confeccionada pela autora para o último café com memória.

VISITA DE CAMPO E PARTICIPAÇÃO NO I CARAVANA QUILOMBOLA - ZMM	
FORMATO	Caravana itinerante
DURAÇÃO ESTIMADA	2 dias
LOCAL	Espaços da comunidade e casas dos moradores
OBJETIVO	Participar como convidada da comunidade contribuindo para o diálogo e reflexão das rodas de conversa.
PÚBLICO ALVO	Toda comunidade
METODOLOGIA	Experiencia interativa
MATERIAL GERADO	Fotografias e vídeos
RESULTADO	Satisfatório, com público de 35 adultos e 5 crianças, que reagiram a metodologia e dinâmica de modo satisfatório.
OUTRAS OBSERVAÇÕES	
Fotografias	

Figura 35. Ficha prática de visita de campo durante a caravana quilombola da zona da mata mineira no Buieíé.



Figura 36. Roda de conversa onde participamos na primeira caravana quilombola visitando a comunidade do Buieí.





Figura 37.fruto do jequiri usado para fins medicinais na comunidade



Figura 38.registro dutante a primeira caravanaquilombola da zona da mata mineira no ano de 2018 na casa de dona Maria Isabel.

VISITA AO I ALMOÇO DE RUA NO BUIEIÉ	
FORMATO	Almoço comunitário relembrando antiga prática da comunidade.
DURAÇÃO ESTIMADA	A partir do meio dia.
LOCAL	Espaço aberto do morador Cosme.
OBJETIVO	Participar como convidada da comunidade neste momento de rememoração como ajudar no que for demandado. (servir alimentação)
PÚBLICO ALVO	Toda comunidade
METODOLOGIA	Metodologia da experiencia interativa. Livre. Ajudando os moradores, contribuindo com a feitura do convite do almoço.
MATERIAL GERADO	Fotografias e vídeos
RESULTADO	O almoço aconteceu com mobilização própria da comunidade como da associação de moradores. Observamos o empenho e os sentimentos de solidariedade e união movidos por uma memória coletiva partindo e acontecendo pelas mãos da própria comunidade
OUTRAS OBSERVAÇÕES	O almoço foi organizado por Julius keniata que estava à frente da Associação moradores e teve apoio de toda comunidade para elaboração do almoço. Eles obtiveram doações dos alimentos feitos neste dia.
Fotografias	

Figura 39.ficha prática visita no almoço



Figure 28: convite elaborado pela autora para ajudar na divulgação do almoço de rua organizado e pensado pela própria comunidade.





Figure 29: fotos do primeiro almoço de rua, antiga prática cultural da comunidade.

Figura 40.ficha prática de educação patrimonial.

FICHA PRÁTICA

I SIMPÓSIO AFRO-QUILOMBOLA DE VIÇOSA. PARTICIPAÇÃO APRESENTANDO O ANDAMENTO DO INVENTÁRIO PARTICIPATIVO DA COMUNIDADE DO BUIEIE	
FORMATO	SIMPÓSIO / palestra
DURAÇÃO ESTIMADA	2 horas de duração. 14 às 16 horas
LOCAL	ANTIGA ESTAÇÃO
OBJETIVO	Apresentar a sociedade viçosense como para os moradores do Buieie que participavam do simpósio afro quilombola a metodologia utilizada nas oficinas e atividades onde foram coletadas as informações para o inventario participativo
PÚBLICO ALVO	Sociedade civil viçosense e líderes da comunidade do Buieie
METODOLOGIA	apresentação oral com exibição de imagens das ações
MATERIAL GERADO	Fotografias e vídeos
RESULTADO	Satisfatório, com público de 6 moradores da comunidade e 25 pessoas da sociedade civil. Que participaram da palestra com questões, levantamentos como agradecimento dos líderes pela iniciativa do nosso trabalho desenvolvido na comunidade publicamente,
OUTRAS OBSERVAÇÕES	o evento foi organizado pela secretaria de cultura de viçosa, partindo desta o convite a palestrar sobre o inventário participativo como sobre as ações deste trabalho. Nossa participação foi totalmente voluntária e sem qualquer financiamento.
Fotografias	

Figura 42.Fotografia do I SIMPÓSIO AFRO QUILOMBOLA DE VIÇOSA - 2017.onde o inventário participativo foi apresentado



Figura 43.Fotografia do I SIMPÓSIO AFRO QUILOMBOLA DE VIÇOSA - 2017.onde o inventário participativo foi apresentado

Figura 41.apresentação do Inventário

www.vicoso.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/secretaria-de-cultura-realiza-ii-simpósio-afro-quilombola-de-viçosa/10971

Nova guia Memórias de África... :: Patrimônio - Revis... :: Patrimônio - Revis... Políticas Públicas -... POLITICAS PUBLICA...

Guia de Serviços

- Cadastrar solicitação
- Acompanhar solicitação
- Acesso à Informação**
- E-Sic
- Cadastrar Solicitação
- Acompanhar Solicitação
- Sala de Imprensa
- Notícias
- Acervo de Imagens
- Galerias de Imagens
- Áudios
- Agenda Oficial
- Assessoria

Secretaria de Cultura realiza II Simpósio Afro Quilombola de Viçosa

por DCM

Publicado em 27/11/2017 10:49 - Atualizado em 27/11/2017 10:54

Na última sexta-feira, 25, aconteceu o II Simpósio Afro Quilombola de Viçosa, uma da Secretaria de Cultura. O evento, que foi realizado na Estação Cultural Hervé Cordovil, abriu com a apresentação cultural da Banda Congo José Lúcio Rocha, de Airões, distrito de Paula Cândido e, em seguida, uma palestra com Jorge Aparecido Monteiro, sociólogo e autor do livro "Empresário Negro". Foram abordadas questões como o empreendedorismo afro-brasileiro e o desenvolvimento sustentável da população negra brasileira, com espaço para debate e discussões também sobre os vários desafios desde a educação básica à superior, o resgate da cidadania e da identidade cultural do povo negro.



Após o almoço, onde foi servida aos presentes uma feijoada completa, aconteceu a apresentação teatral da Trupe da Estação, formada por alunos da professora Beatriz Gomes, do Centro Experimental de Artes Maestro Adson Bicalho (CEAMAB). Em seguida, Amanda Ciro, mestranda em História e membro do Instituto Histórico e Geográfico de Viçosa (IHGV), palestrou e debateu sobre a comunidade quilombola do Buieié, apresentando com fotos e documentos, o trabalho de inventário material e imaterial dessa comunidade. Sob a coordenação de Thomas Medeiros, alunos do CEAMAB realizaram a apresentação cultural Tambores do Buieié, na plataforma da Estação.

O Simpósio terminou com a exibição de um vídeo-documentário sobre o Congado de São José do Triunfo, seguida de uma palestra do Pe. Vanderlei dos Santos, também membro do IHGV, sacerdote e pároco de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, de Juiz de fora, que discorreu sobre a religiosidade popular, e mais uma apresentação dos Tambores do Buieié.

Durante o Simpósio também foram eleitos os 14 membros do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (COMPIR), que ainda serão nomeados pelo prefeito Ângelo Chequer.

Matérias relacionadas

19/06/2019	Mazinho e Anderson no Fest in Feira de hoje!
18/06/2019	Comissão de revisão do Código de Obras e Edificações de...
17/06/2019	Boletim nº07 Dengue, Chigungunya e Zika
17/06/2019	Prefeitura aporta recursos para garantir benefício dos ...
17/06/2019	Projeto Ginástica na Comunidade promove exposição de fo...

Figura 44. Reportagem sobre o I simpósio afro quilombola onde a autora apresentou o inventário participativo da comunidade

**APÊNDICE III: INVENTÁRIO PARTICIPATIVO DA
COMUNIDADE DO BUIEIÉ**



PREFEITURA DE VICOSA

*Inventário Participativo da
Comunidade Quilombola do Buieie
Viçosa - MG*

Viçosa, novembro de 2017.

Figura 45.capa do Inventário participativo elaborado pela autora e a comunidade do Buieie.

INVENTÁRIO PARTICIPATIVO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DA BUIEIE VIÇOSA-MG



Fonte; Google maps.2017.

1. DADOS GERAIS PARA A IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO
GRUPO/MOVIMENTO: COMUNIDADE DO BUIEIE
DENOMINAÇÃO DO INVENTÁRIO: Memória Identidade e Cidadania no Buieie
GESTORES RESPONSÁVEIS: Secretaria de Patrimônio Histórico e Esportes de Viçosa e Associação de Moradores do Buieie e Mestrado Patrimônio Paisagens e Cidadania UFV
LOCALIDADE: Comunidade quilombola do Buieie Viçosa MG, área rural.
MUNICÍPIO: Viçosa BAIRRO: Bairro rural Buieie
CEP: 36570-0000
NATUREZA ADMINISTRATIVA (FUNDAÇÃO, ASSOCIAÇÃO, OSCIP, ONG, ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ETC.): ASSOCIAÇÃO DE MORADORES, SECRESTARIA DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ESPORTES
2. QUANTO AO HISTÓRICO.
A comunidade Quilombola do Buieie, é uma comunidade rica histórica e culturalmente no que se referem suas origens, segundo relatos dos moradores anciãos da comunidade, a comunidade teve inicio há mais de cem anos atrás quando seus ancestrais libertos ou fugidos no período do final da escravidão se aglomeraram nesta localidade para ali viverem em harmonia. Segundo os moradores as terras foram doadas há seus ancestrais por uma

Figura 46. Parte 1 do inventário participativo.

rica senhora de escravos da região, outros moradores argumentam que as terras foram compradas por uma ex – escrava, enfim, seja adquirida por meio da doação ou da compra, a população dos ex-escravos constituiu um pequeno aglomerado de casas nos arredores da antiga propriedade de engenho de açúcar. Assim, se instaurou um processo de reconstituição de uma cultura tradicional dessa população afrodescendente.

Rica culturalmente em suas diversas formas e expressões de vida, costumes, regras e códigos no que se diz nas relações familiares, sendo necessário o registro da mesma pra a salvaguarda de seus costumes e bens patrimoniais materiais e imateriais principlemnte.

A memória coletiva de um grupo assume um papel agregador, conferindo autenticidade, e permanência e identidade aos seus indivíduos é necessário destacarmos os quilombos como monumentos vivos da História do país, estando sujeita a flutuações, transformações; a memória deste grupos devem estar amparadas não apenas por leis constitucionais conferindo lhes posse de terras espaço materiais, mas também por práticas que permitam a transmissão de seus bens imateriais por gerações

3. QUANTO À EQUIPE.

A equipe é composta por membros gestores públicos, membros da comunidade e membros da instituição acadêmica UFV.Sendo estes a chefe da secretaria de Patrimônio histórico de Viçosa MG, Cíntia Ferraz , pelos Membros da Associação de Moradores e Estudantes da Comunidade do Buieié , Cidinha , Julius Keniata , Wellington e Carina.Como também ela historiadora pesquisadora em Patrimônio Paisagens e Cidadania na área de Educação Patrimonial pela Universidade Federal de Viçosa Amanda Ciro.



4. QUANTO À METODOLOGIA.

A metodologia adotada foi Metodologia da experiência interativa cunhada pelo museólogo Frances Hugues de Varine em *As Raízes do Futuro, o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. conta com o aporte das seguintes técnicas que serão divididas em 3

Figura 47parte 2 do Inventário Participativo.

fases, para efetuar os registros serão utilizadas fichas temáticas para registrar objetivos, metas como resultados.

- Materiais: serão utilizadas fichas temáticas para registro e câmera fotográfica pra registrar e filmar o trabalho em campo.
- Coleta de dados: entrevistas semi-estruturadas, observações participantes, consulta a fontes e revisão da bibliografia.
- Realização de encontros na comunidade com grupos específicos separadamente, adultos, jovens e crianças os encontros abordaram questões específicas identificadas de acordo com a necessidade através da observação participante nas visitas de campo.
 - a) Adultos = café com memória no Buieié, formato de roda de conversa, onde há comunidade tem um momento para reflexão e discussão da memória da comunidade como de suas representações culturais. Momento também de socialização , lazer e cidadania entre os moradores.
 - b) Crianças = intervenções em formato de oficinas como contação de histórias da cultura afro-brasileira, que estimulam e valorizam a mesma. Foram realizado oficinas na Biblioteca Comunitária da Comunidade em formato lúdico interativa como por exemplo confecção de bonecas Abayomi correlacionando com a história, origens Histórica da comunidade
 - c) Jovens = cine memória, exibição de um filme Narradores de Javé , que retrata a importância de se cultivar, valorizar e divulgar a história e memória da comunidade para a permanência da essência da comunidade por demais gerações acompanhado com debates temáticos. Jovens da AMBÉ.

5. QUANTO À SISTEMATIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES.

Todas as informações levantadas foram documentadas no formato de fichas temáticas , organização de um portfólio fotográfico dos trabalhos como a sistematização de fichas dos resultados obtidos .

As entrevistas tiveram um roteiro a ser seguido.e as informações estão armazenadas para consulta publica.

5. QUANTO À REALIZAÇÃO DE PRODUTOS.

Elaboração de *Fotolivreto*, Memórias Buieié

- Conteúdo - paisagens, pessoas , lugares , práticas e costumes .Encartes de textos que descrevam memórias e dizeres dos moradores, reforçando que o principal patrimônio do local são as pessoas.
- Objetivo seria o de identificar, valorizar e divulgar a comunidade.
- Público Alvo - própria comunidade, repartições públicas e escolas.

Figura 48.Parte 3 do inventário participativo.

- Acreditamos que todo o processo para a realização deste em sim constituem o fator principal do produto.
- Apresentação no Segundo Seminário Afro quilombola para toda comunidade viçosense .

6. QUANTO ÀS PERSPECTIVAS DE CONTINUIDADE DO INVENTÁRIO.

O processo de inventário terá característica contínua, uma vez por se tratar de uma comunidade quilombola sendo um patrimônio cultural Imaterial da cidade de Viçosa, de característica dinâmica e mutável o que induz um trabalho infindável de acompanhamento técnico .As estratégias de preservação deste bem inventariado acontecerá por meio de ações de educação patrimonial que devem acontecer dentro da comunidade buscando o fortalecimento da identidade deste grupo através de suas práticas , saberes e costumes tradicionais.

7. AVALIAÇÃO

O processo de inventario representa para a comunidade, a tomada de consciência de sua relevância histórica e cultural de seus membros dentro de toda a sociedade Viçosense, através da delimitação de suas representações, memórias e bens imateriais , torna se mais palpável a importância da vida em comunidade e da identidade própria dos quilombolas do Buieíé.O nível de envolvimento da comunidade foi satisfatório mas pode melhorar ainda mais nos próximos anos conforme essa importância das praticas culturais ganhem consistência e repercussão.A aprimoramento deste inventário futuramente está na possibilidade de implantação de ações que contemplem toda a comunidade no processo.A atuação da equipe foi satisfatória e harmoniosa, porem ressaltamos as dificuldades encontradas uma vez que uma comunidade é composta por varias pessoas muitas vezes não conseguimos contemplar os anseios de todos, ai recai a importância que haja um trabalho continuo deste na comunidade, dando a possibilidade de contemplar e dar voz á todos membros desta.

FICHAS FOTOGRAFIAS DAS AÇÕES PARA REALIZAÇÃO DO INVENTÁRIO

Figura 49.Parte 4 do inventário participativo.

PARTICIPATIVO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO BUIEIÉ

FICHA 1 .TAMBORES DO BUIEIÉ



FICHA 2. O SABER FAZERo tocar dos tambores

Material , tambores feito de latões

O tocar tambor remonta á uma pratica cultural vinda da África, os tambor é o intrumento mais tradicional em toda africa utilizado em festas, danças ritos e até mesmo como meio de comunicação pelos sons.Há variados modelos de tambores africanos, mas o mais popular e mais antigo deles é o Djembê sido criado por volta de 500 d.C. Na cultura Africana o tambor é considerado sagrado e é usado em cerimônias de cura, homenagens aos ancestrais e outras ocasiões solenes.

Bem Material

Os tambores feitos de latões pintados á mão.

A Tradição ORAL, Memórias Do Buieié, um bem Imaterial.

Figura 50.parte 5 do inventário participativo.



Figura 51.parte 5 do inventário participativo.

Fichas das ações de educação patrimonial para a feitura do inventário

1.café com memória


<ul style="list-style-type: none"> • <i>formato</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • Roda de conversa
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Local</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • Espaço cedido pelo templo católico
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Objetivo</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • Mediar uma conversa entre os moradores da comunidade. • Intentado conhecer estórias do local, costumes, saberes práticos, • Dando oportunidade dos moradores exporem sobre quem são , como é a comunidade suas dificuldades e anseios.
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Materiais usados</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • Câmera • Cartaz • Café e quitutes
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Metodologia</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • A metodologia funcionara através do dialogo, e execução de uma dinâmica intitulada caixas de memórias onde questões retiradas pelos moradores de uma caixa onde há questões que pontuam sobre coisas específicas da comunidade qual o morador terá a oportunidade de expor sua opinião sobre o mesmo, como cultura local, saberes , lazer, cidadania...
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Resultados e materiais gerados</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • Fotografias e coleta de relatos dos moradores. • Traçar um parâmetro do perfil da comunidade através da visão dos próprios moradores.
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Outras observações</i> 	<ul style="list-style-type: none"> •



Figura 52.parte prática do inventário que condiz com a metodologia deste trabalho.



Figura 53. fotografia do café com memória usado para colher informações para o inventário.




**Ficha pratica realização da primeira oficina Raízes do Futuro
Oficina Pedagogia Abayomi e autoafirmação identitária em 17 de
outubro de 2017**

FORMATO	Oficina Lúdica interativa
DURAÇÃO ESTIMADA	2 horas de duração. 14 às 16 horas
LOCAL	Biblioteca Comunitária do Buieié
OBJETIVO	Trabalhar com as crianças da comunidade a memória e o sentimento de pertencimento a cultura afrodescendente através da confecção da boneca de pano Abayomi correlacionando a história da boneca com as histórias de vida da comunidade Buieié.
PÚBLICO ALVO	Crianças de 6 à 16 anos
METODOLOGIA	Interativa e lúdica, com questionamentos, contação de estória atividade prática na feitura das bonecas.
MATERIAL GERADO	Fotografias e vídeos
RESULTADO	Satisfatório, com publico de 35 crianças e 5 adultos, que reagiram a metodologia e dinâmica de modo satisfatório.
OUTRAS OBSERVAÇÕES	

Figura 54. Ficha prática de orientação para educação patrimonial.

*Memória, Identidade e Cidadania
no Buieie*




Apresenta

- DIA 17 de outubro 14 Horas na Biblioteca comunitária do Buieie
- Oficina Pedagógica com *Raissa Rosa*

PEDAGOGIA DA ABAYOMI É A AFIRMAÇÃO IDENTITÁRIA

- Contação de histórias afro
- oficina de Bonecas Abayomi



Realização de Amanda Ciro pelo Mestrado
Patrimônio Paisagens e Cidadania- UFV




Figura 55. fotografia tirada em oficina de educação patrimonial.

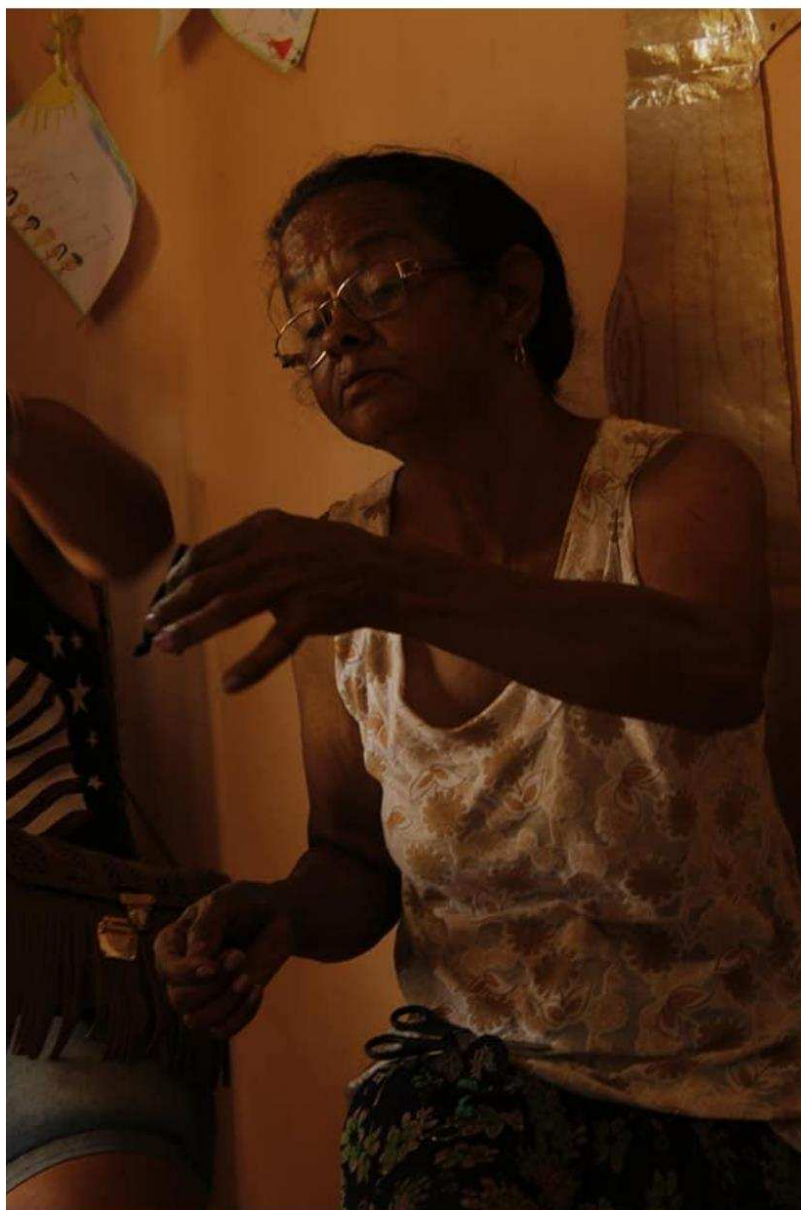


Figura 56.fotografia tirada durante oficina de educação patrimonial.



Figura 57. oficina de educação patrimonial e identidade quilombola.



Figura 58. fotografia que registra a produção das bonecas abayomi como instrumento para educação patrimonial.

FOTOS POR AMANDA CIRO NO ANO DE 2017.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DE VARINE, Hugues. As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Trad. de Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2012 56p

FLORÊNCIO, Sônia Rampim; CLEROT, Pedro; BEZERRA, Julina; RAMASSOTE, Rodrigo. Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos. Brasília (DF): IPHAN/DAF/COGEDIP/CEDUC, 2014.

MAGNO, Lucas. Que lugar é esse? Identidades e significados territoriais no bairro rural Buieie Viçosa, MG. Disponível em: <<http://www.foxitsoftware.com>>. Acesso em: 08 de out de 2016

MATTOS, Hebe e ABREU, Martha. **“Remanescentes das Comunidades dos Quilombos”:** memória do cativo, patrimônio cultural e direito à reparação. Disponível em <http://www.snh2011>.

**APÊNDICE IV: O PRODUTO: LIVRETO BUIEIÉ SOB NOVOS
OLHAR**



Figura 60.capa do livreto.

Título da dissertação:
Memória, identidade e cidadania: Entre reflexões e diálogos com a comunidade remanescente de quilombo Buieieé- Viçosa MG

Material entregue ao Programa de Pós- Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da Universidade Federal de Viçosa, como requisito avaliativo para obtenção do título de mestre.

Linha de Pesquisa: Patrimônio, Memória e Identidade.
Orientador: Jonas Marçal de Queiroz.
Palavras chave: Memória; Identidade; Cidadania; Quilombo.

Contém: () dissertação (X) Trabalho prático

Figura 61.folha de rosto do livreto

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

C578c Ciro, Amanda Cristina Santiago Silva, 1990- 2018
Comunidade quilombola do Buiéie sob novos olhares / Amanda
Cristina Santiago Silva Ciro. -- Viçosa (MG): Conselho Municipal
de Cultura, Patrimônio Cultural e Ambiental de Viçosa, 2018.40
p. : il. col. ; 21 cm.

Livreto apresentado pela autora como parte dos requisitos para
obtenção do título de Mestra em História. Bibliografia: p. 30.

1. Buiéie (Viçosa, MG) – História. 2. Quilombolas. 3. Memória
coletiva. I. Universidade Federal de Viçosa. Programa de Pós-
Graduação
em Patrimônio Cultural Paisagens e Cidadania. II. Conselho
Municipal de
Cultura, Patrimônio Cultural e Ambiental de Viçosa. III. Título.
CDD 22. ed. 305.89608151

Figura 62.ficha catalográfica do livreto.

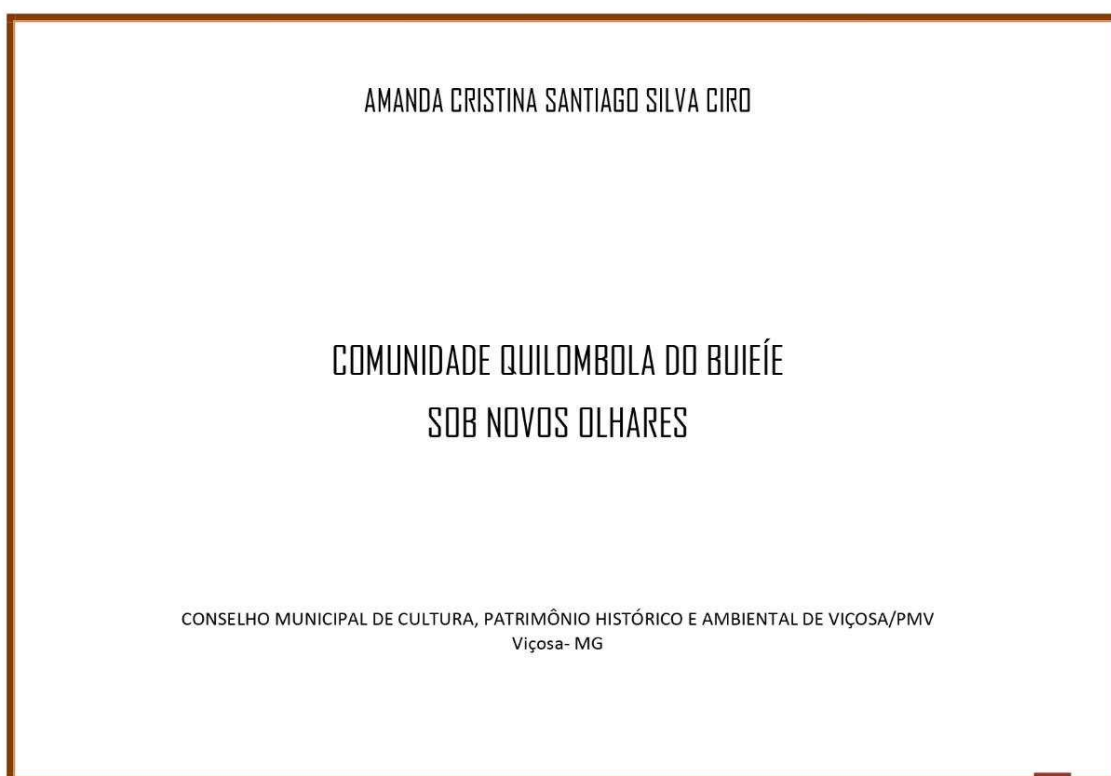


Figura 63.editoração do livreto

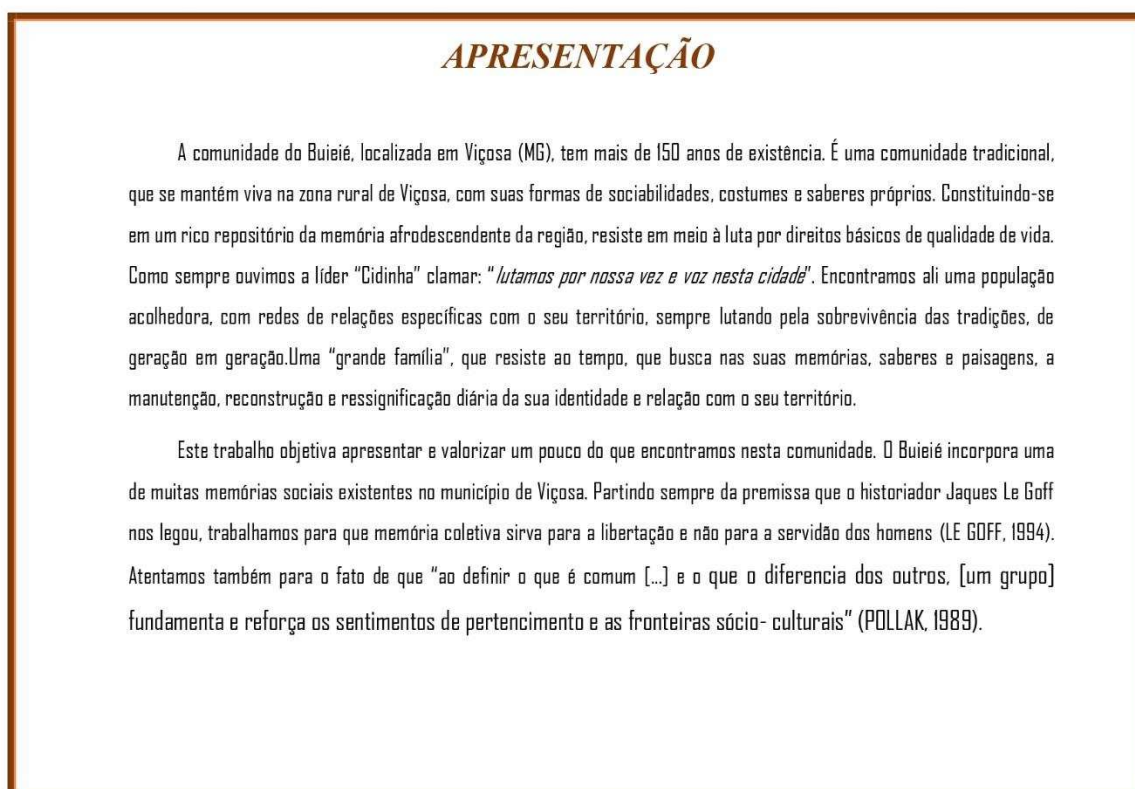


Figura 64.apresentação do conteúdo do livreto

Sumário

APRESENTAÇÃO	4
CERTIDÃO DE AUTODEFINIÇÃO	6
Comunidade Quilombola: Significados e conceitos	7
<i>Santa Rita Do Turvo e a Escravidão...</i>	8
Conheça o Buieié:	9
<i>BUIEÍE: Lugar de Memória</i>	10
Onde fica?	13
<i>O Buieié em Viçosa</i>	14
<i>Tambores do Buieié</i>	15
<i>Árvore de ipê da comunidade</i>	16
<i>Da terra, folhas flores e frutos</i>	18
<i>Saberes e plantas: patrimônio imaterial e uma herança:</i>	19
<i>Viçosa tem quilombo</i>	21
Ser Morador do Buieié: Uma carta aberta	24
Julius Keniatta	24
<i>Aqui é o Buieié</i>	26
<i>Ser quilombola hoje é viver a cada dia novas descobertas,</i>	28
<i>Acontece no Buieié</i>	29
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	33
<i>Sobre a autora</i>	36

4

Figura 66.sumário do livreto

Quilombo = mocambos= “ACAMPAMENTO GUERREIRO NA FLORESTA”
(LEITE, 2008)



O termo **quilombo** desde a vigência da escravidão aos nossos dias passou por muitas transformações: **acampamento de negros fugidos** durante o sistema escravocrata até a atualidade assumir uma nova interpretação, remetendo se para uma **luta de resistência cultural e política do povo negro** para exercer sua **identidade** como também pela busca de novos direitos , busca por **cidadania** (bem estar social e qualidade de vida).

Registro da caravana quilombola da zona da mata mineira (2018) durante visita na casa de Dona Maria Isabel Anciã da comunidade (blusa cor de rosa). Na foto aparecem moradores do Buieié e de outros quilombolas da região da Zona da Mata Mineira. FOTO: ASSOCIAÇÃO DE

5

Figura 67.tópico sobre o que é quilombo


 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DA CULTURA
 FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
Criada pela Lei nº. 7.668 de 22 de agosto de 1988

Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro
 2ª VIA
CERTIDÃO DE AUTODEFINIÇÃO

O Presidente da Fundação Cultural Palmares, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, Convenção nº 169, ratificada pelo Decreto n.º 5.051, de 19 de abril de 2004 e nos termos do processo administrativo desta Fundação n.º 01420.000385/2004-69 **CERTIFICA** que a **COMUNIDADE BUIEIEÍ**, localizada no município de Viçosa/MG, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 001, Registro n.º 049, fl. 052, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 06, de 1º de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n.º 43 de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, **SE AUTODEFINE COMO REMANESCENTES DE QUILOMBO**.

Eu, **Carolina Conceição Nascimento**, (Ass.) 
 Diretora do Departamento de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extrai.
 Brasília/DF, **03 de novembro de 2016**.

O referido é verdade e dou fé.


Erivaldo Oliveira da Silva
 Presidente
 Fundação Cultural Palmares

Figura 68. Tópico sobre titulação da comunidade.

Comunidade Quilombola: Significados e conceitos

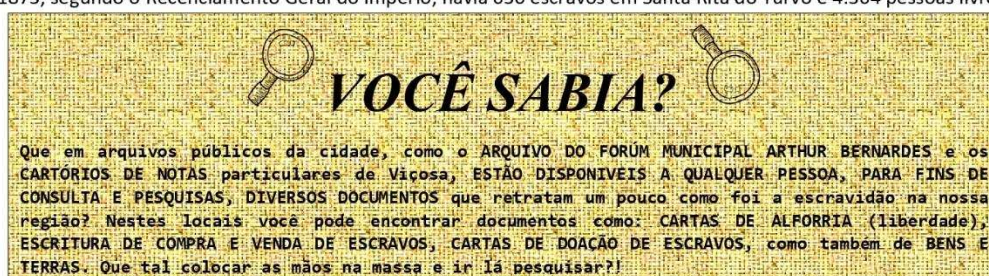
- Em 1994, o grupo de trabalho sobre comunidades Negras Rurais, da Associação Brasileira de Antropologia, definiu o que seria uma comunidade remanescente de quilombo: “[...] não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma nem sempre foram constituídos a partir de uma referência histórica comum, construída a partir de vivências e valores partilhados [...]. A utilização dessas áreas obedece à sazonalidade das atividades, sejam agrícolas, extrativistas e outras, caracterizando diferentes formas de uso e ocupação do espaço, que tomam por base laços de parentesco e vizinhança, assentados em relações de solidariedade e reciprocidade” (Associação Brasileira de Antropologia, 1994). Em 1740 o Conselho ultramarino em carta oficial ao rei de Portugal definiu quilombo da seguinte forma: “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenha ranchos levantados e nem se achem pilões neles”. Tal definição, associada à repressão dos escravos fugidos, induzia a ideia de que o quilombo era uma comunidade isolada da sociedade, civil geograficamente. Mas nem sempre foi assim: muitos quilombos mantinham estreitos contatos com a sociedade à sua volta.
- Em meados do século XX, a definição de comunidade quilombola ganhou conotações de resistência ao poder vigente: **resistência cultural, resistência política** e, por último, **resistência negra**.
- Em 5 de outubro de 1988 foi aprovado o artigo 68 do ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal que estabelece: “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o estado emitir-lhes os títulos respectivos (Brasil, 1988).

Figura 69. Tópico sobre o conceito de quilombo

Santa Rita Do Turvo e a Escravidão...

Localizada na área central da Zona da Mata Mineira, numa região de difícil e tardia ocupação e exploração econômica, Santa Rita do Turvo, nossa atual cidade de Viçosa, começou a se formar por volta de 1805, em torno de uma pequena capela. Em 1832 ainda era apenas uma freguesia; em 1871 se tornou uma vila; e, em 1876, cidade, embora fosse dependente da Jurisdição de Ubá. Segundo estudos de Fernando Costa, em análise de listas nominativas dos habitantes de Santa Rita do Turvo, no ano de 1831 havia, 1830 habitantes sendo que 1279 eram pessoas livres e 551 eram escravos;

- 43% da população de Santa Rita do Turvo era de escravos.
- 48% das casas tinha um ou mais escravos (variava de 2 a 5 escravos por casa);
- 35% dos escravos vieram da África e os outros 65% já eram nascidos no Brasil;
- O senhor que tinha maior número de escravos se chamava Jacinto Manoel Monteiro, um negociante e lavrador, que tinha 32 escravos - sendo 23 homens e 9 mulheres;
- Em 1873, segundo o Recenseamento Geral do Império, havia 630 escravos em Santa Rita do Turvo e 4.304 pessoas livres.



VOCÊ SABIA?

Que em arquivos públicos da cidade, como o ARQUIVO DO FORUM MUNICIPAL ARTHUR BERNARDES e os CARTÓRIOS DE NOTAS particulares de Viçosa, ESTÃO DISPONÍVEIS A QUALQUER PESSOA, PARA FINS DE CONSULTA E PESQUISAS, DIVERSOS DOCUMENTOS que retratam um pouco como foi a escravidão na nossa região? Nestes locais você pode encontrar documentos como: CARTAS DE ALFORRIA (liberdade), ESCRITURA DE COMPRA E VENDA DE ESCRAVOS, CARTAS DE DOAÇÃO DE ESCRAVOS, como também de BENS E TERRAS. Que tal colocar as mãos na massa e ir lá pesquisar?!

Figura 70. Tópico sobre a escravidão em Santa Rita do Turvo atual cidade de Viçosa.



Conheça o Buieié:

- ✓ O Buieié recebeu o título de comunidade quilombola da Fundação Palmares na data de dez de dezembro de 2004.
- ✓ Localiza-se na Zona Rural de Viçosa, cidade da Zona da Mata Mineira.
- ✓ Está a aproximadamente 14 km do centro da cidade.
- ✓ Em 2017 foi fundada a Associação dos Moradores da Comunidade Quilombola do Buieié (AMB).
- ✓ Segundo informações da AMB, hoje a comunidade possui 157 domicílios, com 130 famílias, nas quais estima-se uma média de 3 pessoas por família.
- ✓ No total, há, aproximadamente, 520 habitantes.
- ✓ A comunidade possui uma Biblioteca comunitária, onde são realizados projetos sociais para as crianças da comunidade. O local recebe doação de livros como também a ajuda de voluntários.
- ✓ Possuem um Cursinho Popular (pré-vestibular) da comunidade, formado por jovens universitários da comunidade como também por voluntários.
- ✓ Vivem da agricultura familiar como também de prestação de serviços na cidade.
- ✓ São atendidos pelo Programa de Saúde da Família do bairro Novo Silvestre.
- ✓ Em 2018 a comunidade foi incluída na rota da Caravana Quilombola da Zona da Mata Mineira projeto regional.
- ✓ No ano de 2019 iniciou-se uma feira livre na comunidade, que acontece aos sábados na parte da manhã, onde os moradores comercializam suas produções agrícolas, comidas típicas e produtos artesanais, a feira é aberta ao público. Acontece na área chamada "espaço do Cosme" é aberta a toda comunidade viçosense,

Figura 71. Tópico sobre informações básicas da comunidade

BUIEIÉ: Lugar de Memória



**“SOMOS TODOS UMA
GRANDE FAMÍLIA.
AQUI TODO MUNDO É
PARENTE”**

Maria Isabel, 86 anos.

Na foto, Dona Maria Isabel (esquerda) e sua irmã Maria Donária (direita) relembram sobre a história da comunidade...As moradoras viveram em sua infância os primeiros anos da história da comunidade. Elas são grandes matriarcas da comunidade, a figura das mulheres na comunidade tem grande importância como pilares da comunidade.

10

Figura 72. Tópico sobre memórias locais.

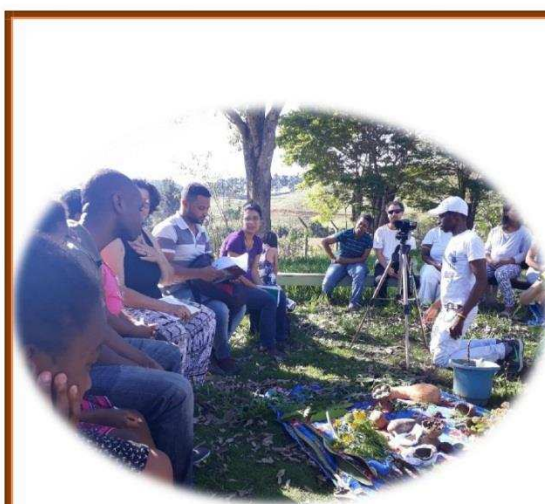


Foto de Amanda Ciro. Momento em que Julius Keniata (um dos líderes da comunidade) relata, durante a “Caravana Quilombola”, que ocorreu na comunidade em setembro de 2018, algumas das histórias de formação da comunidade.

Quem conta um conto... cria memórias

Você sabia que a comunidade do Buieié já possui mais de 150 anos de existência? Isto segundo relatos dos moradores mais velhos, que são verdadeiros *livrões humanos da Memória da Comunidade!*

Muitas são as versões da história da formação da comunidade, porém duas são mais conhecidas:

- 1) Conta-se que uma escrava, por nome Maria Luiza criava porcos e os comercializava. Com o montante de uma vida inteira ela comprou as terras de sua senhora, chamada Nhã do Paraíso, onde hoje é o Buieié.
- 2) A segunda versão fala que, com o final do escravismo, a senhora Nhã do Paraíso teria doado estas terras para sua escrava Maria Luiza, a avó do Sr. João Laurindo. E que assim foram passadas de geração em geração.

11


Figura 73. Tópico sobre memórias e contos de formação da comunidade.

Figura 74. Tópico sobre as memórias e contos de formação da comunidade.

Sou raiz do Buieié

“Isso aqui é herança da minha avó Maria Luiza, escrava que juntou dinheiro e comprou essas terras e foi passando para os filhos. Aí estamos aqui até hoje, cuidando dessa terra. Aqui cresci escutando as histórias do cativo e do sofrimento. Aqui nasci, cresci, minha filha, eu sou RAIZ do Buieié”.

(Sr. João Laurindo Ferreira, 86 anos, 2019).




Senhor João Laurindo, um dos moradores mais conhecidos dentro e fora da comunidade, também conhecido como João de Deus, um dos moradores mais velhos da comunidade e neto da ex-escrava que teria dado início ao agrupamento de remanescentes. Há muitos trabalhos que dão destaque para vida de Sr. João feitos elaborados por estudante da Universidade Federal de Viçosa. Senhor João é viúvo e tem um filho. No ano de 2019 recebeu título de Mestre *Griot* da comunidade do Buieié pelo conselho de patrimônio de Viçosa/MG sendo reconhecida sua importância para a história

12

Figura 75. Tópico sobre as memórias do ancião João Laurindo.

Onde fica?



Vista por satélite da comunidade do Buieié em Viçosa MG. É possível identificar as ruas e casas por entre a vegetação local.
Fonte: Google Maps/2018

13

Figura 76. Visualização da comunidade no google maps.

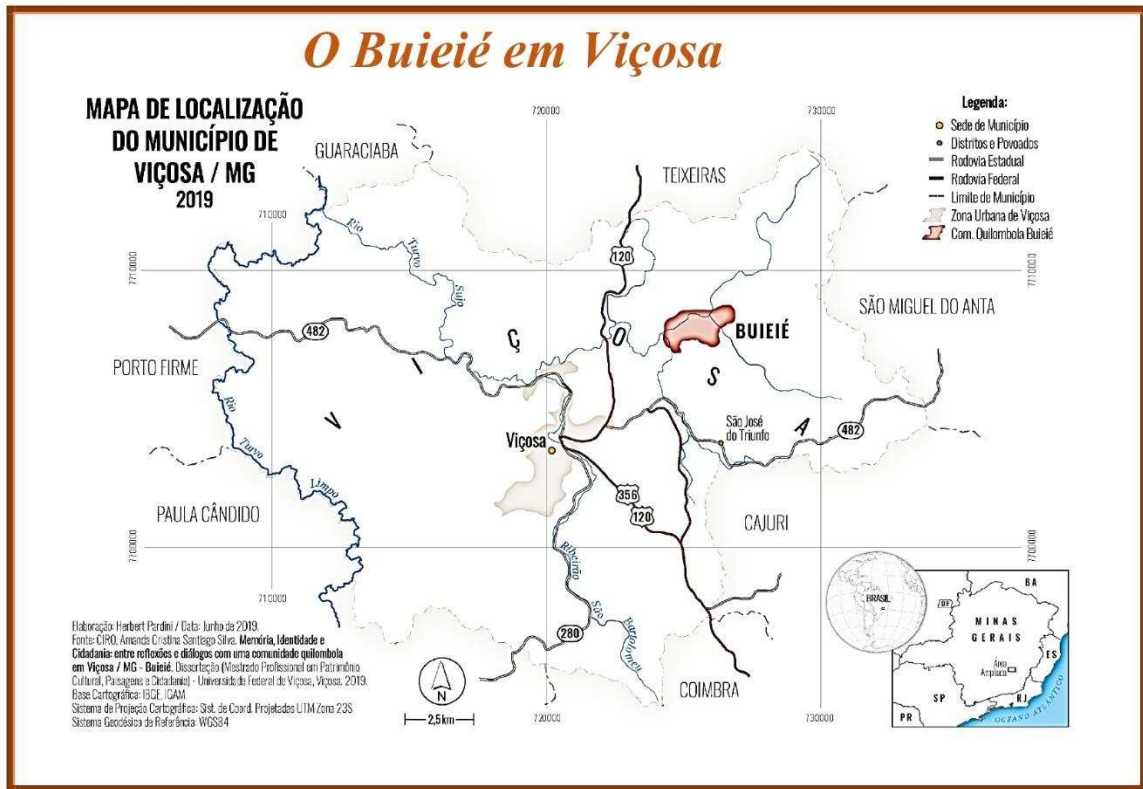


Figura 77. Mapa de localização da comunidade no município de Viçosa.

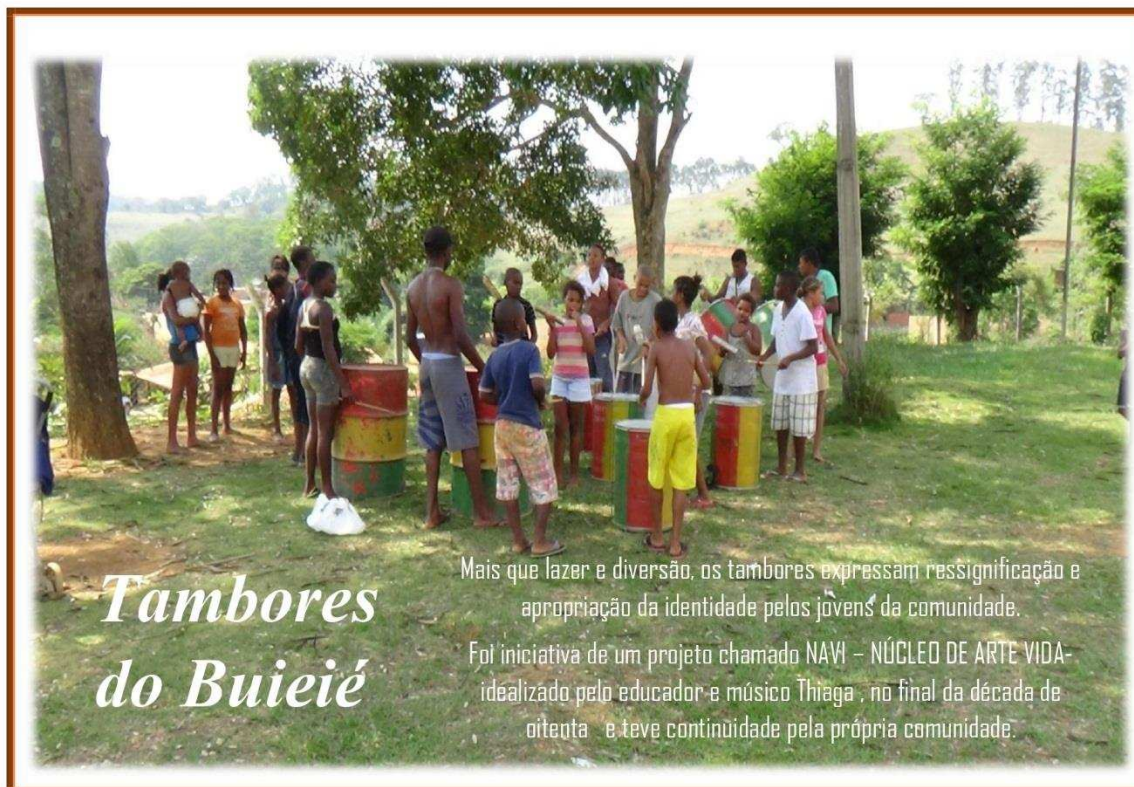


Figura 78. Tópico sobre os tambores do Buieié



Foto de Hebert Pardini, 2017.

Árvore de ipê da comunidade.

Marcada como um ponto de encontro e sociabilidade entre os moradores ao longo das gerações, esta árvore se faz presente nos relatos e descrições dos moradores como sendo um local especial e representativo para todos.

Assim como a árvore está "enraizada e nutrida" pelo solo da comunidade tal qual também é o patrimônio cultural do Buieú, pois patrimônio de uma comunidade é o seu DNA, lhe conferindo uma identidade única no mundo.

O PATRIMÔNIO É TAMBÉM UM QUADRO, UMA MOLURA PARA O DESENVOLVIMENTO. O TERRITÓRIO É O PRODUTO DE TODA UMA HISTÓRIA NATURAL E HUMANA. (...) TODO TERRITÓRIO DETERMINADO SEM O RESPEITO POR SEUS COMPONENTES PATRIMONIAIS NÃO PODERÁ SERVIR DE BASE PARA UM DESENVOLVIMENTO LOCAL EQUILIBRADO E SUSTENTÁVEL. ESSE QUADRO PATRIMONIAL COMPREENDE A PAISAGEM, OS FATORES FAVORÁVEIS E DESFAVORÁVEIS À VIDA DOS HOMENS E ÀS SUAS ATIVIDADES SOCIAIS E ECONÔMICAS. COMPREENDE TAMBÉM A LINGUAGEM, AS CRENÇAS, OS RITIMOS DA VIDA COTIDIANA [...]. SE ENCONTRA EM TODA PARTE BASTA PROCURAR PARA ENCONTRÁ-LO.

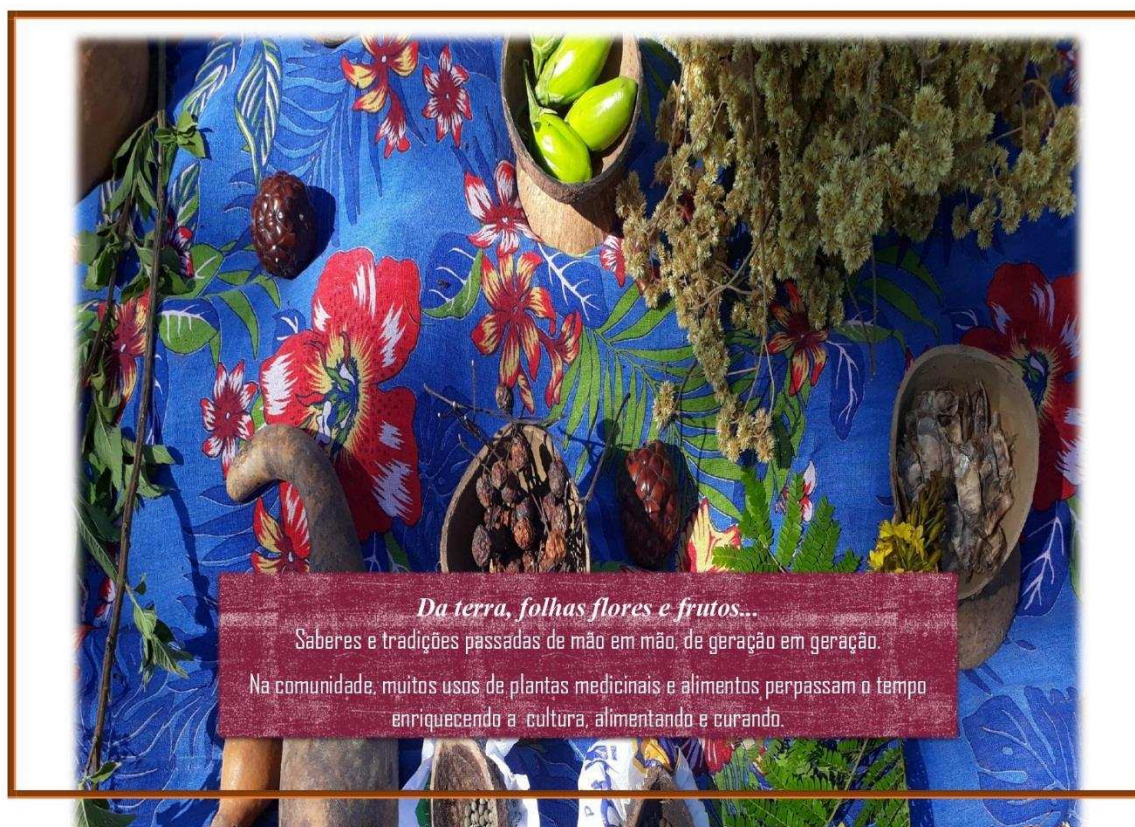
(VARINE, 2012)

Figura 79. Tópico sobre a árvore de ipê na comunidade.



17

Figura 80.imagens da comunidade.



18

Figura 81.tópico com imagem de plantas tradicionais da comunidade



Figura 82. Tópico que apresenta a líder da comunidade e um dos saberes transmitido pelos remanescentes de geração e geração de uso do fruto do jequiri.



Figura 83. Tópico apresenta imagem de um café com memória na comunidade no ano de 2017.



Figura 84. Fotografia de uma café com memória na casa de Maria Helena. ano de 2017.



Figura 85. Tópico apresenta imagem do almoço de rua organizado pelo moradores da comunidade.

<i>Entre lembranças e esquecimentos</i>	Segundo os mais velhos da comunidade aconteciam, festas, brincadeiras típicas da desde o “tempo dos escravos”. Hoje elas não são praticadas, porém, muito lembradas pelos moradores mais velhos.
Baile da vassoura	este tipo de dança/brincadeira só acontecia nos finais de semana, quando as pessoas se reuniam após os longos e exaustivos dias de trabalho. O baile iniciava com a chegada do sanfoneiro que iniciava e dava o tom da festa com os forrós, e ao som de uma música o baile tinha início no centro do salão ou terreiro, cada homem escolhe sua dama para lhe acompanhar durante a música. Um homem que fica de fora e sem parceira para acompanhá-lo escolhe um dos pares que estão dançando e rouba sua dama, colocando no lugar dela uma vassoura, este homem que perdeu a dama deve então continuar a dançar com a vassoura durante um tempo e daí, tentar trocar sua vassoura por uma nova dama de outro casal que ainda não foi escolhido, perde quem terminar dançando a música com a vassoura,
Baile do chapéu	Os bailes geralmente aconteciam em um bar com um salão, outras vezes o terreiro de alguma casa, onde o povo dançava até levantar poeira, por isso, chamavam de poeirão. O baile iniciava com a chegada do sanfoneiro que iniciava e dava o tom da festa com os forrós, e ao som de uma música o baile tinha início no centro do salão ou terreiro, cada homem escolhe sua dama para lhe acompanhar durante a música. Um homem que fica de fora e sem parceira para acompanhá-lo escolhe um dos pares que estão dançando e ao colocar o chapéu que está em sua cabeça, na cabeça do homem que está dançando toma a sua dama, este homem que perdeu a dama deve escolher outra pessoa e fazer o mesmo passando chapéu não pode repetir, perde quem terminar música a sem ninguém.
Festa/baile surpresa	forma típica de fazer bailes nas casas dos amigos, o povo que gostava do baile se reunia, compravam cachaças e tira-gostos, convidavam o sanfoneiro e convidavam toda a comunidade para fazer um baile na casa de algum amigo, sem que o mesmo soubesse. No dia da festa chagavam de surpresa na varanda/terreiro da casa e começavam o baile, o sanfoneiro começava a tocar e o povo a dançar, se o dono da casa ouvisse o som e abrisse a porta de sua casa acolhendo a festa, a mesma continuava sem hora pra terminar até o raiar do dia, porém, se ele permanecesse com a porta fechada, todos paravam encerrava-se o baile naquele momento e todos retornavam para sua casa. O objetivo era confraternizar com os amigos, mas, somente se ele permitisse e abrisse as portas de sua casa

Figura 86.tópico sobre festas tradicionais que aconteciam na comunidade.

Ser Morador do Buieié: Uma carta aberta

Ser morador de uma comunidade que sempre foi considerada a pior da cidade, que consideravam ter somente pessoas ignorantes, sem cultura, que são desocupados e só têm características marcadas pela bebida, criminalidade e prostituição. Este foi o panorama onde cresci, ouvindo relatos externos da "sociedade viçosense" que a minha comunidade era a mais carente e precária, que sempre precisamos de muita ajuda do poder público.

Esta sempre foi a triste realidade contada e apresentada para aqueles que nunca haviam colocado os pés na comunidade, as pessoas faziam um pré-conceito de que realmente éramos tudo aquilo que era contado, sem sequer visitar a comunidade, também, imagino com o tanto de terror que era colocado quando falavam do lugar, que qualquer pessoa teria medo de colocar o pé naquela comunidade "cheia de problemas. Porém, para eu que nasci naquele lugar, que cresci cercado de carinho da minha família e dos amigos da comunidade, nunca enxerguei nada disto, até mesmo por tudo não passar de uma mentira, que contada muitas vezes tornou-se uma verdade para a sociedade de Viçosa. Eu sempre vi qualidades em morar no Buieié, mas, à medida que fui crescendo e me tornando adolescente comecei a ter vergonha do meu lugar de origem, as pessoas me cegaram durante um tempo e parei de ver as maravilhas e presentes que sempre estiveram disponíveis para mim, parei de ouvir as histórias de nossas mestras e mestres griôs, parei de nadar em nosso rio de água cristalina, parei de comer meu café com farinha tão delicioso de todas as manhãs, deixei de estar no meio de nossas festas tradicionais e de valorizar os artesanatos feito pelas mulheres, parei de apreciar nosso mingau de couve, pois, já não via graça em tudo isso, pois, construíram em minha mente que o lugar de onde eu vinha não prestava e eu por muito tempo, passei a acreditar, acho que deixei de ser do Buieié, para simplesmente ser da zona rural, o que também não melhorou muito minha situação, já que o rural sempre foi visto como sinônimo de atraso, porém, antes disso do que ser daquele lugar detestado por todo mundo. Foi somente quando entendi o que estavam fazendo comigo, que consegui me libertar desses grilhões em minha mente, foi quando percebi que pelo contrário, minha comunidade não era nada daquilo que pregavam para mim. Que aquela era uma forma de roubar minha identidade, de me estereotipar como mais um jovem de comunidade que só tem um futuro, aliás, mais de um ser alcoólatra ou ser bandido, talvez os dois. Sempre crescemos com o estigma de que nossa comunidade era um lugar muito pobre, que não teríamos condições de melhorar. Bom... não quer dizer que minha comunidade não tenha problemas como em qualquer outro lugar do mundo, mas, diferente de todos os outros, temos uma característica que nos define e une enquanto comunidade remanescente de quilombo, nossos laços familiares, nossa coletividade e pertencimento quando realizamos algo juntos, a solidariedade que emana quando um de nós precisa de uma ajuda para um mutirão de construção, para arrecadar fundos em prol de uma necessidade ou de um evento, essa é a nossa marca, isso é ser do Buieié, bater no peito com orgulho e dizer: sou da terra de guerreiras e guerreiros que lutam todos os dias por sua independência e autonomia, que se mantém enquanto território de cultura e resistência, que mesmo como todas as adversidade se mantém de pé há mais de 150 anos, preservando a cultura, história, memória e ancestralidade dos africanos que foram escravizados, **SOU DO BUIEIÉ.**

Julius Keniatta
Viçosa, setembro de 2019.

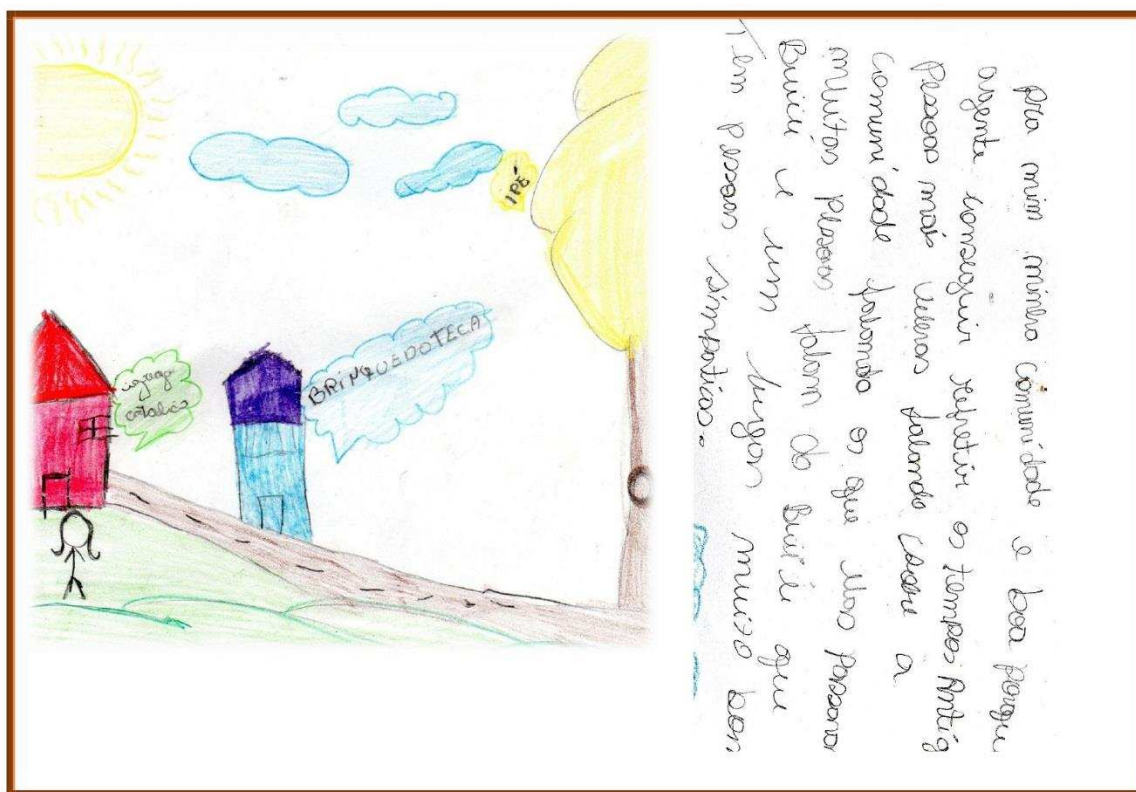
Figura 87. Tópico que apresenta uma carta de Juius Kenniata um dos jovens líderes da comunidade dissertando como é ser um morador da comunidade do Buieié.



Figura 88.tópico apresenta fotografia do ultimo café com memória bo coordenação da autora.22 de dezembro de 2018, na casa de dona Maria Isabel.



Figura 89.tópico apresenta um desenho feito por uma jovem representando a comunidade ao seu olhar e um poema feito pela autora descrevendo a comunidade.



27

Figura 90.tópico demonstra outro desenho na concepção de uma criança da comunidade e um texto feito pela mesma.

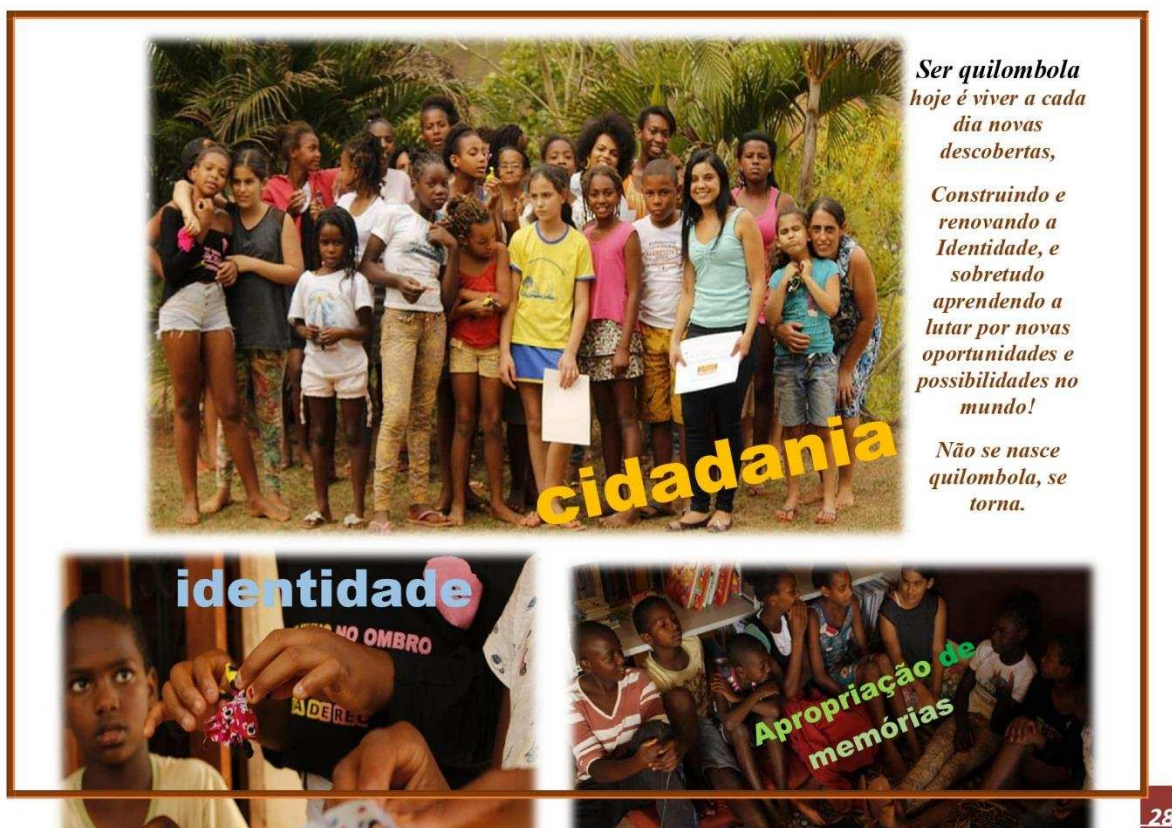


Figura 91. tópico apresenta fotografia da oficina Raízes do futuro contrastando com a necessidade apropriação de uma identidade.



Figura 92. Tópico apresenta a feira da agricultura familiar da comunidade que teve início em 2019 parceria entre a associação de moradores e alunos da educação do campo da Universidade Federal de Viçosa,

aos SÁBADOS

FEIRA DE AGRICULTURA FAMILIAR QUILOMBOIA DO BUIEIÉ

Horário: 8:00 às 12:00 hrs.
verduras, doces, pães, salgados, artesanatos e
muito mais, tudo produzido na comunidade.

oficinas
 brincadeiras

acontece na comunidade no espaço
do Cosme

Não percam vem pra feira!!!
verifique as datas junto a associação
de moradores do Buielé.

30

Figura 93. tópic que apresenta o cartaz elaborada pela autora para divulgar a feira da comunidade.



Figura 94. Tópico apresenta imagens da feira da comunidade com produtos cultivados e produzidos pela agricultura orgânica da comunidade do Buieie.

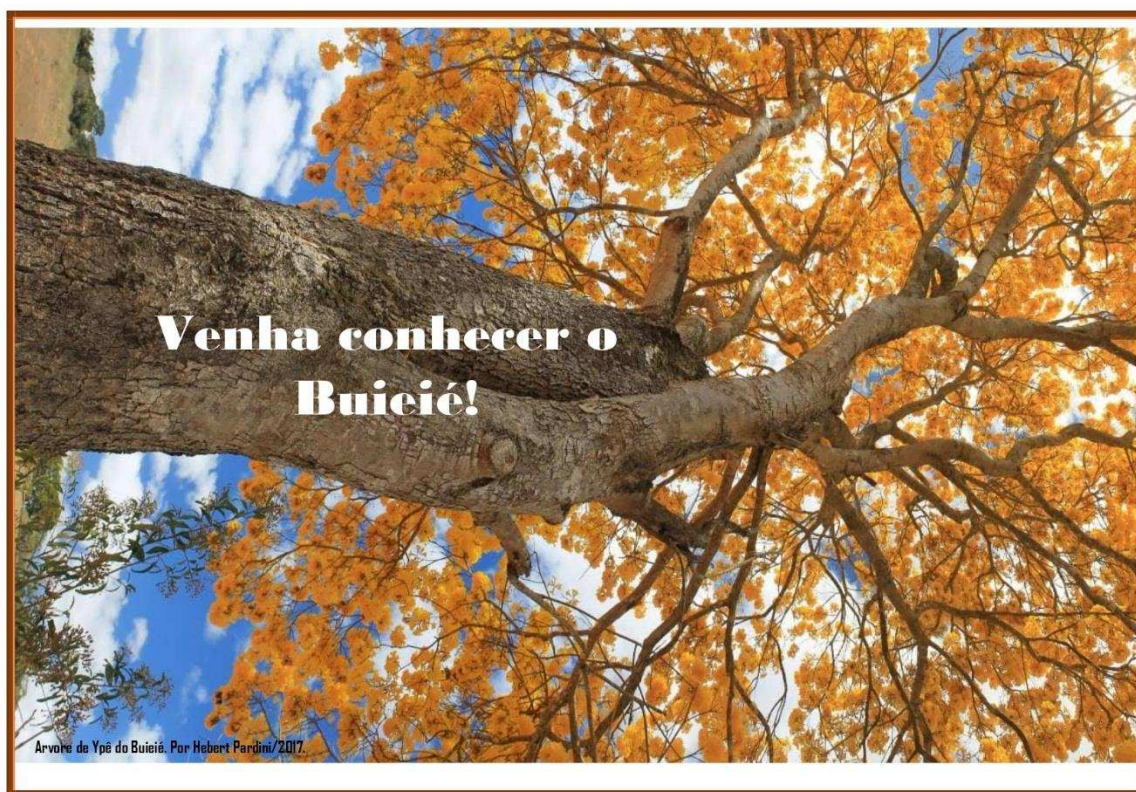


Figura 95. Tópico apresenta uma fotografia da árvore simbólica da comunidade cheia de representações da comunidade.
FOTO de HERBERT PARDINI.2017.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. Documento do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais – **REGULAMENTAÇÃO DE TERRAS DE NEGROS NO BRASIL. NUER**. Rio de Janeiro. 1994. Disponível em: <http://documentacao.socioambiental.org>. Acesso em 5 de janeiro de 2017
- BRASIL. Constituição 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 12 jan. 2017.
- CIRO, Amanda C. Silva. Por memórias do futuro; as potencialidades do Patrimônio para desenvolvimento Local na Comunidade quilombola do Buieié. *Revista de Relações Sociais* V. 1 N. 1. DOI: <https://doi.org/10.18540/revsvllisslpp0049-0063>
- COSTA, Fernando. Em distantes paragens: demografia, riqueza, escravidão e mercado em Santa Rita do Turvo na segunda metade dos oitocentos. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós -graduação em História Econômica na USP.2016
- LEITE, Ilka Boaventura. O Projeto Político Quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 965-997, set. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2008000300015/9189>>. Acesso em: 28 set. 2018.
- LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **História e Memória**. Trad. de Irene Ferreira e outros. 3ª. Ed. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 1994.
- MAGNO, Lucas. **Que lugar é esse? Identidades e significados territoriais no bairro rural Buieié Viçosa, MG**. Disponível em: <http://www.foxitsoftware.com>>. Acesso em: 08 de out de 2016.
- VARINE Hugues de. *As Raízes do Futuro: O Patrimônio a Serviço do Desenvolvimento Local*. Tradução de Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2012.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. IN: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

FOTOS: Por Amanda Cristina Santiago Silva Ciro e Contribuições de Herbert Pardini e Julius Keniata.(Associação de moradores do Buieié)

Figura 96. Tópicos apresenta as referências citadas e utilizadas para pensar a composição do fotolivreto.

Para mais informações sobre a comunidade do Buieí, os interessados podem procurar os membros da AMB
(Associação de Moradores da Comunidade do Buieí) pelo contato de Julius Keniata, no email:

julius.silva@ufv.br



Figura 97.tópico apresenta contato da comunidade e logotipo feita pela autora para Associação de moradores

Este trabalho foi elaborado por Amanda Cristina Santiago Silva Ciro, como fruto das atividades desenvolvidas ao decorrer do mestrado profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, da Universidade Federal de Viçosa. Nele nasceu a proposta, como também se tornou possível a realização através do meu amadurecimento acadêmico.

Destaco a excepcional e fundamental participação, como colaboração para este trabalho, dos moradores da comunidade do Buieie e da Associação de Moradores do Buieie – AMB. Como também sou grata ao Conselho Municipal de Cultura, de Patrimônio Cultural e Ambiental de Viçosa que apoiará este trabalho com a divulgação impressa do mesmo.

Um trabalho feito em conjunto com a comunidade do Buieie, construído por eles e para eles. Ao quais deixo minha eterna gratidão.



Pós-Graduação Stricto Sensu – Mestrado Profissional em
Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania

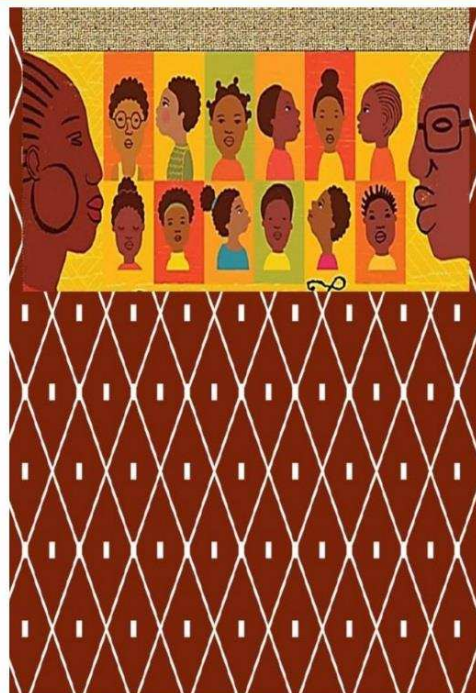


Figura 98. Tópico que apresenta objetivo do trabalho, autora e agradece a comunidade e parceiros..

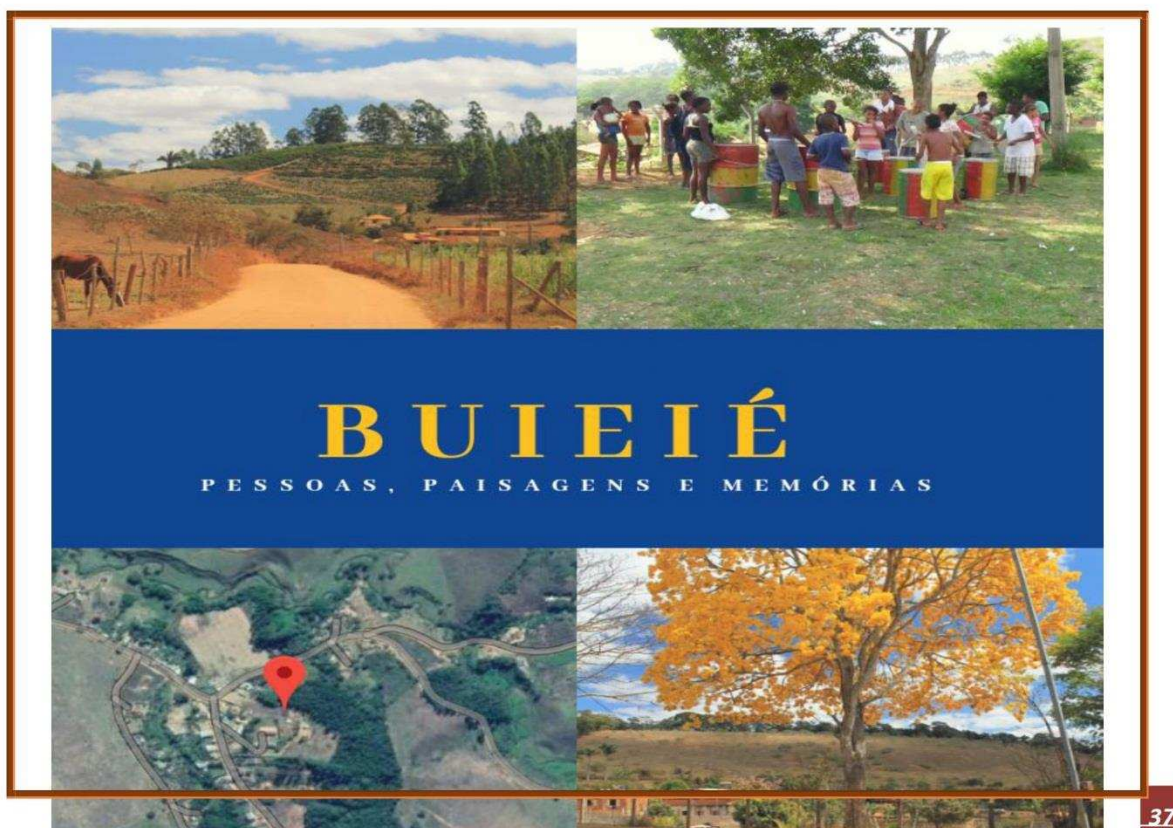


Sobre a autora

Amanda Cristina Santiago Silva, nasceu em Viçosa em 10 de outubro de 1990, ex-aluna de escolas públicas da cidade E. Municipal Dr. Arthur Bernardes e E. E. Alice Loureiro, onde teve o prazer de estudar e crescer junto com seus amigos da comunidade quilombola do Buieié. Cresceu em um bairro do subúrbio da cidade, aos 18 anos ingressou no curso de licenciada em História pela Universidade Federal de Viçosa em 2014, onde sua paixão pela docência e pela História se frutificou. Em 2014 começou a atuar como professora de história em escolas da rede pública de ensino. Em 2017 ingressou no Programa Pós-graduação em História Patrimônio, Paisagens e Cidadania mesmo ano em que se tornou membro do Instituto Histórico e Geográfico de Viçosa. Mais tarde passou a integrar o corpo do Conselho Municipal de Cultura e do Patrimônio Cultural e Ambiental de Viçosa histórico (2019). Além disso é Mãe da Iasmin, esposa, filha e mulher que sonha e acredita em uma educação libertadora como solução para os conflitos contemporâneos, que conscientiza e situa os sujeitos como *"SER NO MUNDO"*.

O presente trabalho é uma retribuição para a comunidade do Buieié pela acolhida e parceria durante os dois anos de sua pesquisa, uma forma singela de eternizar os momentos lembrados e vividos. O trabalho teve a brilhante orientação do professor do Departamento de História da Universidade Federal de Viçosa, Jonas Marçal de Queiroz, mestre em História pela UNICAMP (1995) e Doutor em História Social pela USP (2005) qual teve suas ricas contribuições não apenas para a elaboração deste trabalho, como também para a formação, crescimento profissional e intelectual da autora.

Figura 99. Tópico que apresenta a autora



37

Figura 100. Tópico resalta a imaterialidade do patrimônio presente no cotidiano da comunidade.



38

Figura 101. Contracapa do Livreto com imagens de momentos fotografados durante dois anos de pesquisa.

**ANEXO V: REPORTAGEM SOBRE O LIVRETO JORNAL
LOCAL “TÁ NA CARA”**

Jornal de circulação gratuita e impressa

Buieieé sob novos olhares

“Comunidade Quilombola do Buieieé Sob Novos Olhares” é o título do foto livro de autoria de Amanda Cristina Santiago Silva, ou seja um livro que contém imagens e pequenos textos direcionados à valorização histórica da comunidade, como uma memória que deve ser lembrada e cultivada pelos próprios moradores como por toda comunidade viçosense, como clama a líder comunitária “Cidinha”: *lutamos por nossa vez e voz nesta cidade!*

A obra - que tem por público alvo a própria comunidade e alunos das escolas públicas de ensino fundamental da cidade - contém fotografias de pessoas e paisagens da comunidade

Buieieé, acompanhadas de encartes de textos que descrevem as memórias, saberes e costumes representativos para a comunidade, reforçando que o principal patrimônio do local são as pessoas.

A obra também surgiu, a princípio, de um projeto de pesquisa da autora, exigência de seu mestrado, como forma de agradecimento e retorno de todo um processo que a envolveu com a comunidade nos últimos anos de pesquisa: “um singelo retorno de modo a materializar um pouco sobre a cultura e identidade de uma comunidade, uma maneira de transcrever um pouco da riqueza cultu-

ral, que transcende a comunidade”, ressalta.

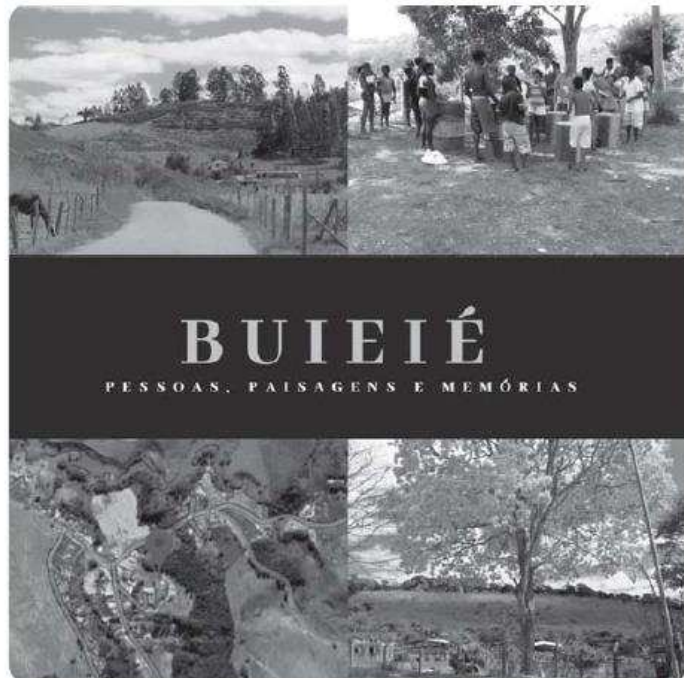
A autora também destaca o povoamento como um local de muitas pessoas, contos, histórias, paisagens e memórias. Uma identidade que reforça e delimita ao longo dos tempos os laços de pertencimento que se constroem e reconstróem a comunidade. Em seu conteúdo, a autora também contextualiza um pouco sobre como foi a escravidão no município, então Santa Rita do Turvo.

Lembra também que, segundo relatos dos moradores, a comunidade do Buieieé tem mais de 100 anos de existência. É uma comunidade tradicional que se mantém viva na zona rural de Viçosa, com suas for-

mas de sociabilidades, costumes, saberes próprios, constituindo-se em um rico repositório da memória afrodescendente da cidade e resiste em meio a luta por direitos básicos de qualidade de vida. Uma “grande família” que persiste ao tempo, que busca nas suas memórias, saberes e paisagens a manutenção, reconstrução e ressignificação diária da sua identidade e relação com o seu território e a terra.

A autora

Amanda Cristina Santiago Silva nasceu em Viçosa em 10 de outubro de 1990, filha de Maria do Carmo Santiago Silva, Enfermei-



ra e servidora da PMV, e de Cláudio Lopes da Silva, Pintor Autônomo. É casada com Arlindo F. Ciro e tem uma filha, Iasmin Ciro. Estu-



dou sempre em escolas da rede pública de ensino - E. Municipal Dr. Arthur Bernardes e E. E. Alice Loureiro. Licenciada em História pela Universidade Federal de Viçosa, é estudiosa do tema escravidão na Zona da Mata Mineira, Patrimônio Imaterial e Educação Patrimonial com comunidades tradicionais.

Atualmente, é mestranda pelo Programa de pós Graduação Profissional em História, Patrimônio Cultural Paisagens e Cidadania pela Universidade Federal de Viçosa, na linha de pesquisa Educação e Patrimônio, orientada pelo Prof. Dr. Jonas Marçal Queiroz.



Cantinho da Poesia

**APÊNDICE VI: CARTAZ ELABORADO PELA AUTORA
PARA A FEIRA DE AGRICULTURA FAMILIAR DA
COMUNIDADE QUILOMBOLA DO BUIEIE**



Figura 102. cartaz de divulgação da feira da comunidade elaborada pela autora a pedido dos moradores da comunidade.

APÊNDICE VII
TERMOS DE CONSENTIMENTO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado(a) participante, O(a) senhor(a)-----
está convidado(a) para participar da pesquisa intitulada **Memória, Identidade e Cidadania:** Entre reflexões e diálogos com a Comunidade remanescente do Buieie Viçosa MG desenvolvida pela, discente Amanda Cristina Santiago Silva Ciro do Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da Universidade Federal de Viçosa (UFV), sob a orientação do professor Jonas M. Queiroz. O Objetivo principal deste estudo é conhecer o processo de formação da sua comunidade quilombola Buieie assim como e divulgar as memórias que os moradores construíram no decorrer dos anos da mesma dentro da comunidade de Viçosa.

Devido à natureza deste trabalho se tratando de uma Pesquisa qualitativa não há riscos eminentes a integridade física dos entrevistados. Todavia acreditamos na eminência do possível **risco de Constrangimento** ao responder o questionário, durante o ato da entrevista, uma vez que lidamos a história de vida, memórias que remetem a história coletiva, mas também individual ,assim podem se inibir ou demonstrar reações diversas como emoções, sentimentos de infinita natureza desencadeadas pelo questionário Para evitar esse risco, procuraremos criar e manter um ambiente de confortável e de confiança com os entrevistados, além de lhes garantir possibilidade de interrupção da entrevista a qualquer momento e de responder apenas as perguntas com as quais se sentirem seguros e confortáveis, De acordo com a resolução 466/12, homologada pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) do Ministério da Saúde (MS), afirma que toda pesquisa com seres humanos envolve riscos os quais devem ser previstos e descritos no protocolo de pesquisa a ser avaliado pelo CEP. Ainda define, em seu inciso II-22: Risco da pesquisa: possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, em qualquer fase de uma pesquisa. Consideramos a existência de riscos durante a entrevista do entrevistado de se sentir em constrangimento ao responder o questionário; desconforto; estresse; quebra de sigilo; ou mesmo cansaço ao responder às perguntas; surgiram diversas memórias e estórias da formação da comunidade construídas ao olhar de cada morador consideramos que não haverá versões falsas ou verdadeiras; mas sim múltiplas versões e visões deste construto social e histórico que é a comunidade quilombola do Buieie .Sendo garantido o sigilo das entrevistas, resguardando a identidade dos(as) entrevistados(as) caso seja necessário. A participação nesta pesquisa será voluntária, não obtendo o nenhum benefício financeiro com a mesma. Sendo ao critério do entrevistado a decisão em participar, podendo retirar-se da mesma em qualquer fase do processo, assim como

exigir a não utilização das informações coletadas durante a entrevista. O entrevistado não será de nenhuma forma penalizado pela decisão de não consentir o uso das informações prestadas ou pela desistência em participar. Contudo, afirmamos considerar a importância da sua participação na nossa pesquisa. Além disso, reafirmamos que serão garantidas a confidencialidade e privacidade das informações prestadas pelo entrevistado(a), pois quaisquer dados que possam identificá-lo(a) será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e todo o material coletado será armazenado em local seguro. E, diante de eventuais danos, identificados e comprovados, decorrentes da pesquisa, o(a) senhor(a) terá assegurado o direito à devida indenização. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, o(a) senhor(a) poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contatos explicitados neste termo. A sua participação consistirá em responder uma série de perguntas em entrevista realizadas pelos pesquisadores, que serão os únicos a terem acesso às informações prestadas. A entrevista terá uma duração média de 40 minutos e será gravada e transcrita, mediante autorização prévia do(a) entrevistado(a). Durante o processo de transcrição será mantida a fala original do entrevistado, que será passada à escrita sem correções e sem cortes.

Os benefícios se referem ao conhecimento, divulgação e valorização da cultura e memórias que os moradores construíram no decorrer dos anos da mesma dentro da comunidade de Buieié, em Viçosa. Sendo primordial neste trabalho a divulgação das memórias e história desta comunidade quilombola para toda a sociedade como um todo, valorizando os mesmos como importante parcela histórica da construção da cidade de Viçosa MG. Pretende se conhecer e discutir a memória do Buieié, como uma importante memória da cidade inserida, onde coletaremos os dados para um dossiê sobre esta população de raízes históricas marcantes, como também visa incitar reflexões que mobilizem os indivíduos para a viabilização e valorização da cultura local, reflexões que devem partir dos remanescentes, como forma de estimular a manutenção e transmissão de representações e práticas culturais desta comunidade de características tradicionais entre seus próprios indivíduos como também proporcione visibilidade e valorização de sua importância histórica para a sociedade viçosense como um todo. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável no Departamento de História da Universidade Federal de Viçosa e a outra será entregue ao(à) senhor(a) entrevistado(a).

Os dados e instrumentos coletados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por tempo indeterminado visto o importante caráter histórico do material coletado, após 2 anos de finalização da pesquisa poderão ser arquivados no, o Laboratório Multimídia de

Pesquisa Histórica - LAMPEH - criado em 2004 tendo o objetivo de reunir, organizar e disponibilizar documentos históricos em mídias digitais, localizado no Departamento de História na Universidade Federal de Viçosa, isto **caso o entrevistado permita** após finalização da entrevista ,sendo garantindo a integridade e sigilo dos envolvidos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo a legislação brasileira contida na Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Eu, _____
contato _____

_____, fui informado(a) dos objetivos da pesquisa intitulada **Memória, Identidade e Cidadania**: Entre reflexões e diálogos com a Comunidade remanescente do Buieieí Viçosa MG de maneira clara e detalhada, ficando esclarecidas todas as minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar, se assim o desejar. Declaro que concordo em ser entrevistado(a) e que as informações coletadas na entrevista sejam utilizadas na pesquisa citada acima. Recebi uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

Viçosa, _____ de _____ de 2018.

Prof., Dr. Jonas M. Queiroz

Amanda Cristina Santiago Silva Ciro

Assinatura do(a) Participante

Nome do pesquisador responsável: Jonas M. Queiroz

Endereço: Avenida PH Rolfs, Campus Universitário, Departamento de Geografia,
Universidade Federal de Viçosa/MG. Telefone: (31) 3899- 1818 E-mail:
<jonas.ufv@gmail.com>

Nome do pesquisador principal Amanda Cristina Santiago Silva Ciro

Endereço: Rua Francisca Lopes faria, 65 ,Novo Silvestre
Telefone: (31) 9589-0248 E-mail: Amanda.ciro@ufv.br

Em caso de discordância ou irregularidades sob o aspecto ético desta pesquisa, o(a) senhor(a) poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa com seres Humanos (CEP) na Universidade Federal de Viçosa Endereço: Edifício Arthur Bernardes (pisos inferior), Avenida PH Rolfs s/n – Campus Universitário.

**Termo de Autorização para Utilização de Imagem e
Som de Voz para fins de pesquisa**

Eu, _____ autorizo a utilização da minha imagem e som de voz, na qualidade de participante/entrevistado(a) no projeto de pesquisa intitulado , Memória, Identidade e Cidadania: Entre reflexões e diálogos com a Comunidade remanescente do Buieié-Viçosa MG sob responsabilidade de Amanda Cristina Santiago Silva Ciro vinculado(a) ao Programa Mestrado em História em Patrimônio Paisagens e Cidadania Pela Universidade Federal de Viçosa. Minha imagem e som de voz podem ser utilizadas apenas para análise da Pesquisadora em questão ara sua dissertação como ara um Produto acadêmico um material a ser Produzido Para divulgação e valorização da história da comunidade do Buieié Viçosa MG que será veiculado nesta mesma cidade , como também em apresentações em conferências acadêmicas, atividades educacionais, relacionadas com a elaboração deste trabalho em questão. Tenho ciência de que não haverá divulgação da minha imagem nem som de voz por qualquer meio de comunicação, sejam elas televisão, rádio ou internet, sem que haja minha autorização; exceto nas atividades vinculadas ao ensino e a pesquisa explicitadas acima. Tenho ciência também de que a guarda e demais procedimentos de segurança com relação às imagens e sons de voz são de responsabilidade do(a) pesquisador(a) responsável. Deste modo, declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, da minha imagem e som de voz. Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o(a) participante.

Assinatura do (a) participante

Amanda Cristina Santiago Silva Ciro
Assinatura do (a) pesquisador (a)

Viçosa, ____ de _____ de _____

**APÊNDICE VII (VER MÍDIA DVD): PORTFÓLIO
AUDIOVISUAL MEMÓRIA IDENTIDADE E CIDADANIA NO
BUÍEÍÉ**



Figura 103.capa do portfólio audiovisual.

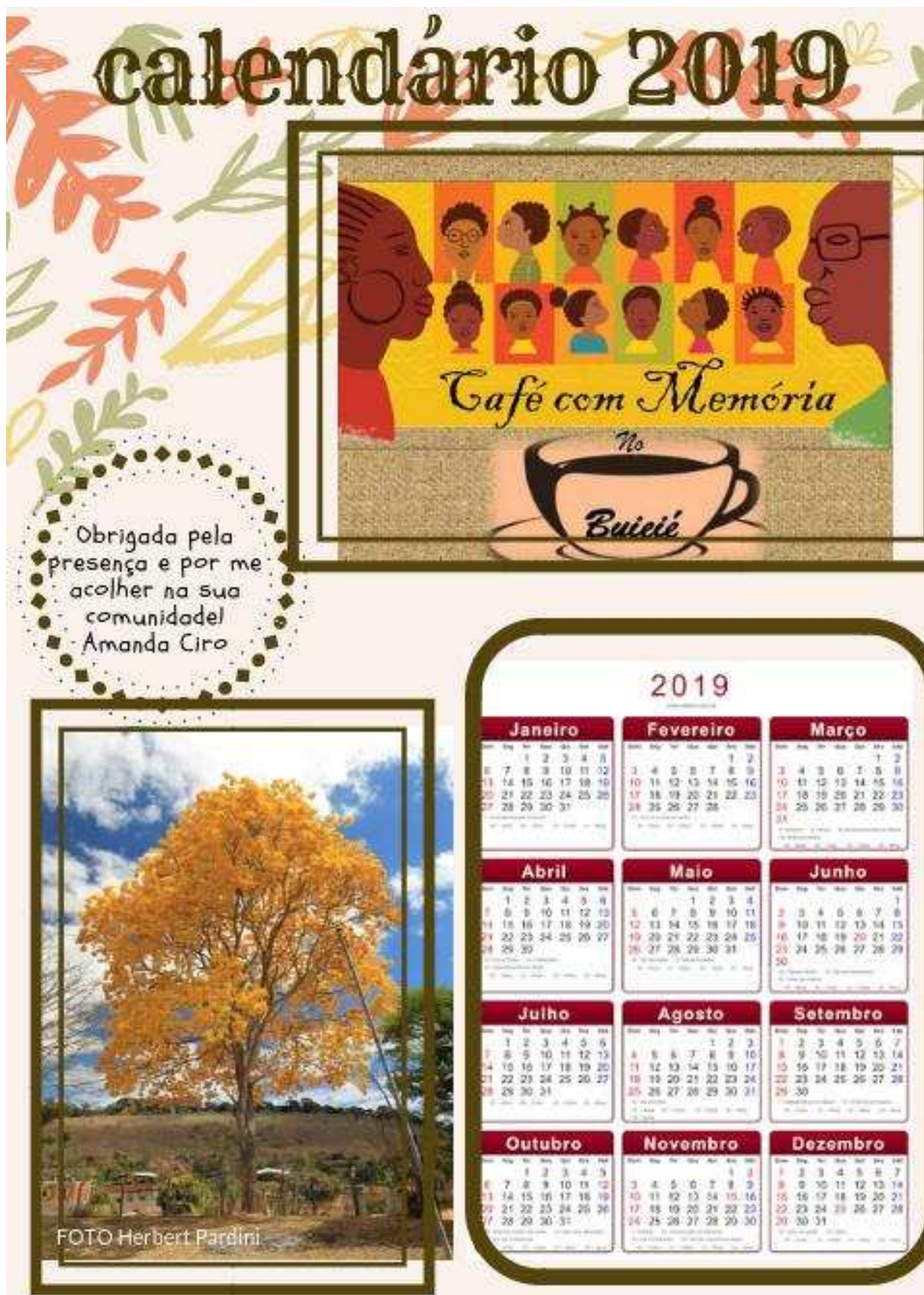


Figura 104. Lembrança elaborada pela autora para os moradores no último café com memória.

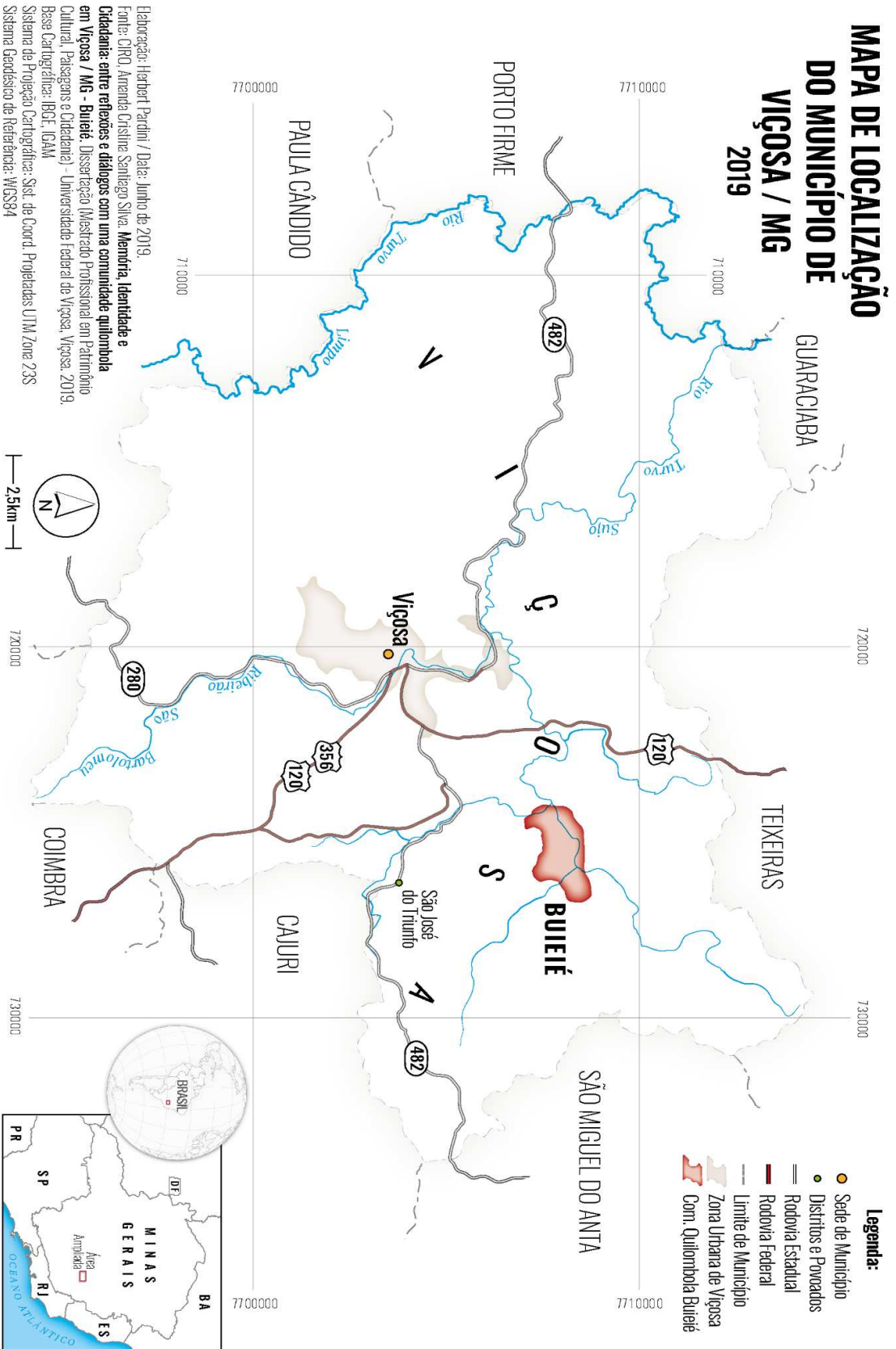


Figura 105. mapa de localização da comunidade do Buieí no município de Viçosa.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DA CULTURA
 FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES


Criada pela Lei n.º 7.668 de 22 de agosto de 1988

Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

2ª VIA

CERTIDÃO DE AUTODEFINIÇÃO

O Presidente da Fundação Cultural Palmares, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, Convenção n.º 169, ratificada pelo Decreto n.º 5.051, de 19 de abril de 2004 e nos termos do processo administrativo desta Fundação n.º 01420.000385/2004-69 **CERTIFICA** que a **COMUNIDADE BUIETÉ**, localizada no município de Viçosa/MG, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 001, Registro n.º 049, fl. 052, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 06, de 1º de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n.º 43 de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, **SE AUTODEFINE COMO REMANESCENTES DE QUILOMBO.**

Eu, **Carolina Conceição Nascimento**, (Ass.), 
 Diretora do Departamento de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí.
 Brasília/DF, **03 de novembro de 2016.**

O referido é verdade e dou fé.

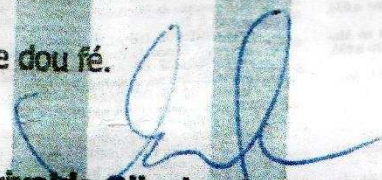

Erivaldo Oliveira da Silva
 Presidente
 Fundação Cultural Palmares

Figura 107. Certidão de autodefinição como remanescente de quilombo emitida pela Fundação Palmares